

Elisandra Forneck

**FORMAR UM NOVO SUJEITO: EDUCAÇÃO TÉCNICA E
COOPERATIVA NA COOPERALFA (1977-1996)**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Klug
Coorientadora: Profª. Dra. Eunice
Sueli Nodari

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Forneck, Elisandra

Formar um novo sujeito : educação técnica e cooperativa
na Cooperalfa (1977-1996) / Elisandra Forneck ;
orientador, João Klug ; coorientadora, Eunice Sueli
Nodari. - Florianópolis, SC, 2015.

347 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Cooperativismo. 3. Meio Ambiente. 4.
Modernização Agrícola. 5. Educação Cooperativa. I. Klug,
João. II. Nodari, Eunice Sueli. III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV.
Título.

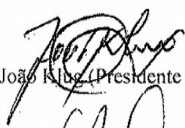
Formar um novo sujeito: educação técnica e cooperativa na Cooperalfa (1977-1996)

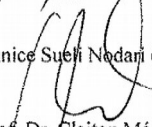
Elisandra Forneck

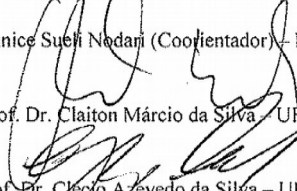
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

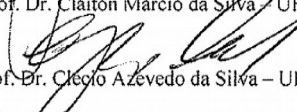
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

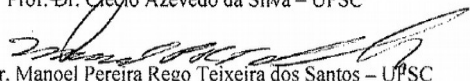
Banca Examinadora


Prof. Dr. João Kibitz (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Eunice Sueli Nodari (Coorientador) – PPGH/UFSC

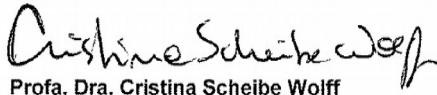

Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva – UFES


Prof. Dr. Clecio Azevedo da Silva – UFSC


Prof. Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos – UFSC

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (suplente interno) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (suplente externo) – UNIOESTE


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 13 de novembro de 2015.

Dedico esta dissertação ao meu pai (in memoriam),
vítima da “modernização” na agricultura.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma palavra consegue expressar a gratidão que sentimos pelas pessoas que nos acompanham numa jornada como é um mestrado. São muitas horas que abnegamos de alguns de nossos prazeres e de nossa família e amigos para nos dedicarmos a outros prazeres: ler e pesquisar. Há ainda outro prazer: a escrita. Mas este é misturado, às vezes, com sofrimento e frustração. Apesar disso, é um grande aprendizado.

Agradeço ao professor João, que com sua sabedoria orientou os caminhos da pesquisa e indicou valiosas leituras. Foi mais que professor, foi amigo.

Agradeço também a professora Eunice pelos caminhos que indicou na análise ambiental desta pesquisa, que muito enriqueceram este trabalho.

Aos colegas do LABIMHA, pelas contribuições nas discussões da minha pesquisa.

Grata à colega e amiga Aline Maisa por compartilhar comigo muitas horas de eventos, discussões teóricas e empíricas que tivemos nos últimos anos, por dividir e ouvir as angústias do mestrado.

Ao amigo Douglas Satírio da Rocha, pelo apoio e pela amizade.

Ao Julmir Cecon, que com sua compreensão permitiu que eu conciliasse trabalho e estudos. Muito obrigada!!!

A Cooperalfa, que abriu suas portas para que a pesquisa se concretizasse.

Agradeço do fundo do coração aos colaboradores e associados da Cooperalfa que contribuíram com a pesquisa. Sem seus depoimentos, a pesquisa teria sido mais pobre.

A FUMDES, pela bolsa de pesquisa.

A minhas irmãs, ao meu irmão e minhas sobrinhas, que compreenderam minhas ausências.

A minha mãe, pela sua garra, sua fé na vida e sua incrível força de se levantar a cada dificuldade. Sua dedicação aos filhos e o respeito às pessoas é um exemplo que sempre seguirei.

A minha vó Heda, que com sua força e seu coração livre de preconceitos é um exemplo de mulher que ama a vida e a família acima de tudo.

Agradeço a Erci, a Ilse e a Josi, que cederem suas casas em tantas hospedagens em Florianópolis, nas minhas idas e vindas de Chapecó a Florianópolis.

As bibliotecárias da Epagri, pela contribuição em encontrar os documentos que necessitei.

Agradecimento a OCESC pela disponibilização do seu acervo documental. Obrigada pela gentileza de sempre me receber e de poder consultar livremente a documentação.

Ao professor Claiton, pelo apoio que deu para que a pesquisa iniciada na especialização avançasse para o mestrado.

Agradeço aos professores Paulo Pinheiro Machado e Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos inúmeros colegas da Cooperalfa e do Sicoob MaxiCrédito, pelas contribuições que deram nas nossas conversas de corredor, onde “bombardeava” a maioria de muitas perguntas.

Agradeço em especial ao Tiago, que com seu companheirismo e amor esta ao meu lado há mais de 10 anos. Obrigada por tudo que compartilhamos e construímos.

Enfim, as contribuições são muitas. Obrigada a todos (as).

RESUMO

Analisar de que forma as cooperativas estiveram presentes no processo de modernização agrícola brasileiro na segunda metade do século XX e como a Cooperativa Agroindustrial Alfa – Cooperalfa fez parte desse projeto no oeste catarinense são parte dos objetivos desta pesquisa. A Cooperalfa, com sede em Chapecó/SC, foi agente fomentador de uma educação de transformação do rural considerado atrasado em prol de um rural “moderno”. Através do trabalho da Assessoria de Comunicação e Educação e do Setor Técnico buscava-se fidelizar o agricultor à cooperativa e formar um novo agricultor (a) que se moldasse aos padrões de produtividade, modernidade e civilidade que o Brasil almejava. Pretendemos nesta pesquisa enfocar o trabalho que a educação cooperativa e educação técnica realizaram na moldagem de um novo indivíduo e analisar de que maneira esse trabalho influenciou no sentido de justificar a necessidade das mudanças na estrutura produtiva e familiar dos associados da Cooperalfa no oeste catarinense, para atender a projeto de modernização agrícola do país, inspirado pelo modelo de desenvolvimento agrícola norte americano. A Cooperalfa recebeu apoio governamental para implementar mudanças nos modos de produzir, pensar, agir e viver, efetivadas através da atuação da Assessoria de Comunicação e Educação e do Departamento Técnico. Devido à influência que as cooperativas tiveram e ainda tem para a economia regional, o estudo das questões sociais, econômicas e políticas que permeiam associados, educadores, técnicos e diretoria da Cooperalfa se torna de suma importância para compreender a construção dessas relações, não apenas institucionais, mas também regionais.

Palavras Chave: Cooperativismo. Educação Cooperativa. Orientação Técnica. Modernização Agrícola. Meio Ambiente.

ABSTRACT

Among the main objective of this research can be enhanced the analysis about how cooperatives were present in Brazilian agricultural modernization process in the second half of twentieth century and as the Cooperativa Agroindustrial Alfa – Cooperalfa was part of this project in Western Santa Catarina. Cooperalfa, based in Chapecó, Santa Catarina state, was enabler of a education transformation in a rural context considered outdated in favor of a “modern” rural. Through the Communications Department and Education and the Technical Sector work the cooperative sought to form a new farmer who moulds to productivity standards, modernity and civility that Brazil craved. In this study, we intend focus on cooperative education and technical education work, in shapping a new individual and analyze how this work influenced in order to justify the need for changes in the production and family structure of Cooperalfa farm members in Santa Catarina Western. This work intended to provide Brazil’s agricultural modernization project, inspired by North-American development model. Cooperalfa received government support to implement changes in ways of producing, thinking, acting and living, carried through Communications and Education and Technical department’s actuation. Due the influence that cooperativeshad and still has in regional economy, social, economic and political studies permeate cooperative members, educators, technicians and directors. This study becomes extremely important to understand the relations building, in institutional and regional aspects.

Keywords: Cooperativism. Cooperative Education. Technical Guidance. Agricultural Modernization. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Oeste de Santa Catarina, que até 1917, era considerado o Velho Chapecó.....	46
Figura 2 - Xanxerê na década de 1930: paisagem em transformação....	58
Figura 3 - Vista parcial da derrubada da mata na região de Seara, na década de 1930.....	60
Figura 4 - Balsa de tábuas sendo preparada para descer o Rio Uruguai, na altura do Porto Goio En, em Chapecó, por volta da década de 1960.....	61
Figura 5 - A extração da madeira movimentou a economia de Chapecó por várias décadas.....	62
Figura 6 - O “sertão” transformado em paisagem colonial. Colônia Berger, 1938.....	67
Figura 7 - O trabalho com arado nas terras inclinadas do oeste. A terra “nua”, “limpa”, era sinônimo do “capricho” que, segundos os migrantes, os caboclos não tinham.....	85
Figura 8 - Trabalho de plantio de sementes em meio a mata queimada. Na imagem, Otho Richwardt, vizinho de Fritz Plaumann, responsável pela foto, na região hoje conhecida como Distrito de Teutônia, em Seara-SC.....	87
Figura 9 - Alguns dos Pioneiros de Rochdale (E) e o prédio que abrigou a cooperativa, hoje transformado em Museu dos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra.....	99
Figura 10 - Capa do Elo Cooperativo de janeiro de 1989, que seria o primeiro ano sem a tutela estatal.....	117
Figura 11 - Primeira sede da Cooperchapecó.....	130
Figura 12 - Sede da Cooperalfa por volta de 1977, quando já havia construído várias estruturas de armazenagem.....	135
Figura 13 - Cooperalfa por volta de 1987, após a implantação da indústria de milho e de soja. A esquerda da imagem, indústria de soja. Na mancha amarela da foto, a indústria de milho...	141
Figura 14 - O porco de banha era criado solto, em mangueiras ou no pátio de casa, tratado com abóboras, mandioca e milho em espiga. Propriedade no município de São Miguel do Oeste, na década de 1950.....	192
Figura 15 - Deslocamento de porcos para fábrica de banha na cidade de Xaxim, antigo Distrito de Xaxim, Município de Chapecó, na década de 1930.....	194
Figura 16 - Propriedade de um associado da Cooperalfa, da década de 1980.....	205

Figura 17 - Jornal O Cooperalfa, abril de 1994.....	211
Figura 18 - Jornal O Cooperalfa, novembro de 1994.....	212
Figura 19 - Jornal da produção, primeira quinzena de dezembro de 1978	230
Figura 20 - Jornal O Cooperalfa, junho de 1996.....	238
Figura 21 - Jornal O Cooperalfa. Novembro 1996.....	245
Figura 22 - Slides usados para falar sobre a ação de comerciantes que oferecem a compra de produtos com o mesmo preço da cooperativa e prometem não descontar os impostos.....	273
Figura 23 - Slides usados para fazer orientação sobre fidelidade cooperativa.....	275
Figura 24 - Responsável pelo setor técnico em palestra sobre cooperativismo para os associados, utilizando o que eles chamavam de álbum seriado.....	284
Figura 25 - À esquerda, Homero Franco em reunião com um dos comitês educativos da Alfa no início da década de 1980.....	302
Figura 26 - Reunião Comitê Alfa com líderes de sindicatos em dezembro de 1983, em Chapecó.....	306
Figura 27 - Jornal O Cooperalfa de 1993.....	320
Figura 28 - Jornal O Cooperalfa, maio de 1995.....	320

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de madeira em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.....	65
Tabela 2 - Comparativo de habitantes por Km ² e suínos em algumas das cidades do oeste que mais produzem suínos.....	200
Tabela 3 - Análises de águas realizadas pela EPAGRI nas décadas de 1980 e 1990.....	206
Tabela 4 - Participação dos Associados nas Assembleias entre 1967 e 1977.....	263
Tabela 5 - Alguns números da cooperativa.....	316

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área de abrangência da Cooperalfa em 1996.....	31
Mapa 2 - Área de atuação da Cooperalfa em 2015.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACCS – Associação Catarinense de Criadores de Suínos
ABCOOP – Associação Brasileira de Cooperativas
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
AGE - Assembleia Geral Extraordinária
AGO - Assembleia Geral Ordinária
AIA - American International Association
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
ASCOOP – Associação das Cooperativas de Santa Catarina
BADESC- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
BAUERVEREIN – Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEMAC - Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito
CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo
CIT – Centro de Informações Toxicológicas
COCAR – Companhia Catarinense de Armazenamento
COCECRER - Cooperativa Central de Crédito Rural
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPA – Coordenadoria de Organização da Produção e Abastecimento
COPAGRA – Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense
CTRIN – Comissão de Compra do Trigo Nacional
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
EFAPI – Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Chapecó
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASC – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina

FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina
 FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
 FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias
 FED – Floresta Estacional Decidual
 FEPRO – Fundo de Estímulo à Produtividade
 FETAESC – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina
 FNRR – Fundo Nacional de Refinanciamento Rural
 FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
 FUNDEPRO – Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
 FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
 FOM – Floresta Ombrófila Mista
 IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
 OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
 OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento Econômico
 PICOOP - Programa Institucional de Cooperativismo
 PLAMEG – Plano de Metas do Governo
 PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
 PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
 PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
 PROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste
 PRONAGRI – Programa Nacional de Assistência à Agroindústria
 PRONACOOOP - Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
 S.A.S – Sociedades Anônimas
 SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
 SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas
USEPA - US Environmental Protection Agency
UNICOM – Unidade de Comunicação Cooperalfa
UNOCHAPECÓ- Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	CAPÍTULO I - REGIÃO OESTE: CONTEXTO HISTÓRICO E QUESTÃO AGRÁRIA	40
2.1	“ANTES DO OESTE CATARINENSE”	40
2.2	A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	46
2.3	AS COMPANHIAS COLONIZADORAS E A CHEGADA DOS MIGRANTES GAÚCHOS	50
2.4	A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO OESTE CATARINENSE	57
2.5	ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E A MODERNIZAÇÃO PÓS-CRISE DE 1929	70
2.6	ESTRUTURA AGRÁRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA E A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	81
3	CAPÍTULO II - COOPERATIVISMO, COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E ESTADO	98
3.1	O COOPERATIVISMO, SUA HISTÓRIA E SUA IDEOLOGIA	98
3.2	O COOPERATIVISMO NO BRASIL	110
3.3	O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA.	120
3.4	CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA COOPERALFA	126
3.5	COOPERATIVISMO E ESTADO BRASILEIRO	142
3.6	OS PROJETOS DO ESTADO CATARINENSE PARA O COOPERATIVISMO	158
4	CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO NA COOPERALFA	170
4.1	A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E A EXPANSÃO DA CIÊNCIA NO CAMPO	170
4.2	A REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DA COOPERALFA	180
4.3	A MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA E OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS	190
4.3.1	Modernização da suinocultura, agroindústrias e cooperativas	191
4.3.2	Impactos da suinocultura no meio ambiente	202
4.4	O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E OS AGROTÓXICOS	222
4.4.1	“Amor a saúde, a natureza e aos lucros”: o projeto de combate ao mau uso de agrotóxicos da Cooperalfa	229

5	CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO COOPERATIVA E IDEOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO.	255
5.2	PÚBLICO ALVO E MATERIAL DIDÁTICO	278
5.3	COMITÊS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	294
5.4	REFLEXOS DOS PROJETOS ASSISTENCIAIS E EDUCATIVOS PARA A COOPERATIVA E PARA O COOPERADO.	308
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
	REFERÊNCIAS	339

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o cooperativismo nasceu de iniciativas populares, que buscavam na união a superação de problemas econômicos, assim como o cooperativismo nascido na metade do século XIX na Inglaterra, que tinha “uma proposta de superação ‘pacífica’ do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial” (SCHNEIDER, 1981, p.11). O mais conhecido empreendimento cooperativo no Brasil remonta as Caixas Rurais no Rio Grande do Sul, no início do século XX, apoiadas pela igreja. Tendo como precursor o Padre suíço Theodor Amstad, as caixas tinham como objetivo obter recursos para melhoria material das colônias agrícolas de imigrantes. Com a ausência do Estado, a igreja organizou este trabalho, que se espalhou por todo o estado, inclusive angariando recursos para abertura de novas fronteiras em Santa Catarina, como é o caso da Colônia Porto Novo, colonização dirigida e organizada pela Sociedade União Popular, a *Volskverein*, onde colonos católicos se instalaram e constituíram a atual cidade de Itapiranga. Apesar do primeiro decreto sobre cooperativismo no Brasil datar de 1907, foi a partir de 1932, que o Estado passa a desempenhar controle maior sobre o sistema. Esse controle, que acabou sendo decisivo no fechamento de muitas cooperativas de crédito, levou também o governo a incentivar a constituição de cooperativas de produção, que estavam inseridas nos primeiros grandes projetos de modernização agrícola brasileiro das décadas de 1930 e 1940.

No Brasil, onde a carência de tecnologia sempre esteve presente para pequenos e médios produtores rurais, o cooperativismo agrícola, com fomento do Estado, mais intensivamente a partir da segunda metade do século XX, acaba incentivando a “modernização” de milhares de agricultores, fruto também da modernização das indústrias, que passaram a exigir produtos de melhor qualidade e garantia de fornecimento de matéria-prima. Para Loureiro, “a cooperativa é um empreendimento econômico que goza de posição privilegiada nas condições atuais de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira” (LOUREIRO, 1981, p.154).

Diferente da doutrina da cooperação, onde as pessoas resolvem se unir em prol de um objetivo comum, o cooperativismo agrícola no Brasil, em sua quase totalidade, foi incentivado e tutelado pelo Estado. Alguns autores defendem inclusive que o insucesso de muitas delas seria justamente esse cooperativismo “imposto”, e não um projeto

nascido do seio da comunidade, de livre e espontânea vontade, como foi o caso dos famosos Pioneiros de Rochadale, da Inglaterra, que são, na sua iniciativa, referenciados até hoje. Defende Schneider que, “a História se encarregou de demonstrar a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen e outros ideólogos do movimento” (SCHNEIDER, 1981, p.11).

Além das primeiras iniciativas de modernização do espaço rural em Santa Catarina ser do Estado, através dos programas da ACARESC, atual EPAGRI, o cooperativismo foi inserido nesses projetos para melhor distribuir geograficamente o atendimento e desafogar a máquina pública do processo de compra e venda da produção e repasse de crédito agrícola (no caso do Banco do Brasil) e de programas de educação rural e implantação de melhorias técnicas no campo (no caso da ACARESC).

Por volta de 1950 e 1960, o cooperativismo viveu anos difíceis devido à desconfiança dos agricultores com o sistema. Suspeita fundamentada em muitas experiências mal sucedidas no estado do Rio Grande do Sul, de onde migraram a maioria dos agricultores do oeste catarinense. Hesitação também por ser uma solução vinda “de fora” das comunidades, o que acarretou durante muitos anos num sério problema de participação dos associados nas atividades das cooperativas, tanto na compra e venda de produção como na participação em assembleias.

Os programas criados para a melhoria técnica dos agricultores, para transformação do “Jeca” em um novo sujeito e para melhoria da participação do associado na sua entidade serão o alvo desta pesquisa, que busca analisar como a educação técnica e cooperativa estava inserida num ideal maior do governo brasileiro de modernização do rural “atrasado”. Projeto esse inserido também numa expansão mundial da chamada Revolução Verde, que buscava disseminar novas técnicas de plantio e uso da terra, numa clara demonstração da expansão econômica e política dos Estados Unidos e de corporações transnacionais no pós Segunda Guerra. A condição brasileira de país semiperiférico contribui também para que o governo norte americano e as multinacionais tivessem êxito em seus propósitos, além de interesses de industriais e latifundiários brasileiros que estavam em jogo.

Através da análise de documentação diversa da Cooperalfa e de órgãos governamentais ligados aos seus projetos, e também através de pesquisa etnográfica, podemos perceber o quanto o cooperativismo agropecuário provocou uma “revolução” no meio rural catarinense, especialmente no oeste de Santa Catarina. “Revolução” esta que trouxe muitos resultados positivos, referenciados por agricultores e por

técnicos, mas também teve consequências ambientais, econômicas e sociais que afetaram tanto a população rural quanto urbana, no caso da Cooperalfa, afetaram os associados. Contradições estas que não são apenas visíveis dentro do sistema, mas podem ser percebidos também fora dele. A defesa do cooperativismo é de que, se os problemas são grandes com o cooperativismo, principalmente para pequenos e médios produtores, sem ele os problemas seriam maiores ainda, pois a cooperativa dá suporte aos que querem se inserir no novo modelo produtivo sem ficar a mercê de atravessadores que seriam os “exploradores” dos pequenos, pagando o que querem pela produção e cobrando preços altíssimos para os gêneros de consumo. Uma questão que será bastante discutida nesta pesquisa também será o trabalho que a cooperativa fez para “educar” este associado para o cooperativismo e para a fidelidade cooperativa, visto que em toda a sua história, alguns momentos mais, outros menos, a participação efetiva do associado na cooperativa era baixa.

Quando começaram minhas primeiras pesquisas na Cooperalfa, transcorriam as comemorações dos 40 anos da cooperativa, em 2007. As observações dessa comemoração me fez lembrar que meu pai havia sido durante muitos anos associado de uma cooperativa agropecuária de Itapiranga-SC. Lembro que a gente vendia leite para a cooperativa e com este dinheiro fazia o “rancho” do mês. Às vezes dava, às vezes faltava dinheiro. Éramos mini proprietários rurais, e recordo que algumas vezes meu pai mencionava que os grandes produtores eram melhor atendidos do que nós pequenos, mas no geral não falava mal da cooperativa, achava que ela era uma boa opção. Por ter uma boa relação com o comerciante da região, que sempre emprestava dinheiro quando precisávamos, muitos produtos da nossa safra também eram vendidos para ele. Eu lembro também que a cooperativa tinha um auxílio funeral. Era um auxílio financeiro que ela dava para a família do associado, em caso de morte, descontando de cada associado um pequeno valor, na época, em 1995, mais ou menos R\$1,00 por pessoa falecida¹. Em determinado mês, houve três descontos, pois haviam falecido três associados, e minha mãe disse: nossa, esses descontos nos tiraram da mesa três pacotes de farinha. A gente pagava anualmente prestações de terra muito altas e a alimentação era bem restrita, por isso a preocupação da minha mãe com a falta que faria essa farinha. Nunca me esqueci do

¹Era um desconto único, e a soma dos valores descontados de todos os associados era paga a família do associado falecido. As vezes ficava-se meses sem nenhum associado falecer, então não havia descontos.

que meu pai respondeu: não vamos reclamar, nunca se sabe se um dia nós não vamos precisar desse auxílio também. Dois anos depois, quando meu pai faleceu, esse auxílio nos ajudou a pagar parte das dívidas da doença dele.

Essas lembranças vieram a tona quando comecei a analisar as propagandas de 40 anos da Cooperalfa. Lembrei também que não fazia muito tempo que minha mãe tinha abandonado o posto de sócia da cooperativa em Itapiranga e comentou que tinha se sentido “uma qualquer”, pois nem questionaram porque uma família associada de tantos anos estava deixando a cooperativa. Passei então a me perguntar: o que a Cooperalfa tem de diferente das outras cooperativas? Como ela trata seus associados? Será que as “lindas imagens” usadas nas comemorações de aniversário condizem com o dia a dia dos associados? Havia começado em 2007 uma especialização e transformei estes questionamentos em meu objeto de pesquisa, focando naquele momento as memórias dos fundadores da cooperativa.

Me envolvi com as pessoas da cooperativa e acabaram me convidando para um projeto de preservação da história da Cooperalfa, o que acabou se concretizando em 2010, onde foi efetivada uma parceria entre Unochapecó, Cooperalfa e Sicoob MaxiCrédito para a organização de um espaço dedicado a história e memória das duas cooperativas. Trabalho nesse espaço desde então e realizei outra pesquisa sobre a atuação do departamento de comunicação e educação na década de 1980 como requisito de conclusão de outra especialização em História Regional na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS-Chapecó em 2012/2013.

Com base nos indícios levantados nestas pesquisas é que foi formulado o projeto desenvolvido no mestrado e que agora demonstramos alguns resultados alcançados. Conviver cinco anos dentro da cooperativa e ter analisado suas nuances permitiu que se pudesse melhor compreender qual sua dinâmica, apesar do período analisado já ter se passado há quase 20 anos. Já dizia Certeau: “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros” (CERTEAU, 2002, p.77). O meu caminhar pelas relações institucionais entre associados e cooperativa, cooperativa e sociedade, permitiu que eu pudesse perceber que nem tudo que oficialmente se transmite como verdade é exatamente daquele jeito. Os embates dessas relações e as pressões do mercado sobre os indivíduos e as estruturas são constantes.

Nem sempre o ideal cooperativo se sobrepõe, muitas vezes o mercado impõe suas leis e a cooperativa precisa encontrar um jeito de explicar ao associado porque determinadas decisões são tomadas.

Essa convivência permitiu que se pudesse perceber como o cooperativismo é muito mais difícil na prática do que na teoria. Há um batalhão de pessoas que trabalham duro todos os dias para que a cooperativa tenha uma relação cada vez melhor com o associado e lhe proporcione melhores condições de vida. Também tem aqueles que não se importam muito com os ideais do cooperativismo: querem lucrar muito com a venda do produto e pagar pouco pelos insumos. E há também o grupo que toma as decisões estratégicas que se vê entre o ideal social do cooperativismo e a necessidade de se manter bem economicamente para garantir a estabilidade da cooperativa. Enfim, como em outras instituições, os problemas entre o idealizado e o real são grandes, ainda mais com a dependência das cooperativas por financiamentos governamentais. Norbert Elias defendia que uma sociedade é sempre uma sociedade de indivíduos, onde, segundo Pereira, “as mudanças ocorridas em diferentes épocas e contextos históricos têm origem na estrutura de vida de muitos indivíduos juntos, ligados e movidos por impulsos ligados ao desejo de acumulação de capitais” (PEREIRA, 2012, p.11). Elias argumenta que

Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social (ELIAS, 1994, p.17).

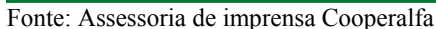
O conflito dentro do cooperativismo está justamente no indivíduo que quer crescer economicamente dentro da sua propriedade, de cunho capitalista, onde o trabalho é individual, mas que ao mesmo tempo faz parte de uma sociedade cooperativa que dá suporte técnico e mercadológico a sua empresa rural. “Um número cada vez maior de pessoas passou a viver numa crescente dependência mútua, ao mesmo tempo em que cada indivíduo foi se diferenciando mais dos outros” (ELIAS, 1994, p.116). E as transformações capitalistas no campo nas últimas décadas, principalmente com as novas tecnologias, tem fomentado o individualismo. Cada vez menos se faz necessário os

mutirões no plantio e na colheita. Com o advento das máquinas e dos agroquímicos, o campo passa por um processo de individualização do trabalho, o que acaba refletindo também nas cooperativas, quem tem cada vez mais dificuldades em manter seus associados fiéis às sociedades.

Hobsbawm aponta que no terceiro quartel do século XX o mundo se deparou com um momento em que houve “a transformação mais sensacional, mais rápida e universal na história humana [...] a novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade” (1995, p.283). Segundo o autor, o período entre a metade do século XX e os anos 1990 foi um período de intenso êxodo rural e crescimento vertiginoso das cidades no mundo todo. Para Hobsbawm, “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (1994, p.284). Aponta Hobsbawm que no Brasil a população rural, entre 1960 e 1980, caiu quase pela metade. “Quando o campo esvazia, as cidades se enchem” (1995, p.288).

O êxodo rural tem se tornado um dos grandes desafios das cooperativas agropecuárias. Com a “morte” do pequeno proprietário, que no caso da Cooperalfa é a maioria, não há garantias de futuro para o sistema. Sem sucessão nas propriedades, a terra passa a se concentrar mais e grandes proprietários geralmente não precisam da cooperativa como aporte técnico e mercadológico. Eles têm suas próprias estruturas, seus próprios técnicos e costumam vender para quem paga mais pelo seu produto. O período analisado nesta pesquisa mostra bem a redução da população rural e o abandono da atividade por muitos deles. Na metade da década de 1980 a Cooperalfa tinha em torno de 13 mil associados. Em 1996, quando termina o recorte temporal, ela possuía em torno de 9 mil associados. A maioria dos associados que perdeu foi motivada pelo abandono do campo por parte dos agricultores. Uma redução em torno de 30% no quadro social em uma década. Com a área de atuação que aumentou depois dos anos 2000, aumentou o número de associados e hoje ela possui 16700 famílias associadas, apesar de ter mais que o dobro de área de atuação do que em 1987, nos seus 20 anos, quando tinha 14 mil sócios e atuava em 12 municípios.

Atualmente ela possui estruturas físicas em 56 municípios, associados em 81 municípios, 143 CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e atuação em três estados (Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso), como podemos ver no Mapa 2. Logo após a fusão da



Como as fontes primárias (materiais textuais) que encontramos sobre a Cooperalfa no período analisado não foram muitas, os depoimentos foram primordiais para refletir sobre o trabalho que o setor técnico e educativo realizaram. Depoimentos de outros integrantes desses departamentos e também associados foram de fundamental importância para melhor compreensão do todo, mas para um melhor entendimento do norte que os programas tiveram, foi fundamental as entrevistas com os responsáveis dos setores. Usamos também recortes de depoimentos realizados anteriormente para outro trabalho sobre a Cooperalfa, que foram, na verdade, os inspiradores desse novo trabalho.

Não podemos deixar de pontuar que o trabalho com memória é sempre um trabalho cuidadoso.

É importante lembrar que todo trabalho com história oral é um trabalho com a memória, pois [...] o indivíduo é aquilo que sua memória comporta guardar, seja como lembrança do que viveu ou como desejo sobre o que ainda não viveu. Além disso, quando pedimos que o depoente recorde fatos pretéritos, em geral, o passado apresenta-se como um tempo melhor que o presente (RIOS, 2000, p.20).

Ficou bastante perceptível essa noção de passado saudosista por parte dos comunicadores, técnicos, agrônomos e veterinários, onde o trabalho realizado, segundo eles, alcançou um “sucesso inestimável”, num tempo onde educação e comunicação eram uma grande dificuldade nas cidades longe dos grandes centros urbanos. Os depoimentos de técnicos e associados ajudaram a preencher a lacuna dos registros escritos que um programa 5S da década de 1990 eliminou. Segundo Marcon,

As fontes orais estão ajudando a apreender os processos históricos na perspectiva dos diferentes sujeitos sociais, mesmo aqueles que não escreveram sua história. Tudo isso, enriquece a própria investigação histórica. No entanto, há que se cuidar para não individualizar as experiências particulares e nem idolatrá-las como coletivas (MARCON, 2000, p.42).

Um dos elementos identificados nesta pesquisa foi a construção de uma memória coletiva, principalmente entre as pessoas mais velhas. Frequentemente durante as entrevistas éramos indagados do porque dos questionamentos se a história já estava contada. Percebemos também a incorporação do discurso da comunicação da Cooperalfa. Slogans de campanhas ou de aniversário são facilmente percebidos nas falas de associados e colaboradores. Um exemplo é a palavra evolução. Com a campanha de 40 anos que tinha como slogan “Cooperar é evoluir”, esse conceito foi incorporado no discurso da maioria dos associados e colaboradores. Uma dificuldade encontrada foi diferenciar a construção de uma memória a posteriori e o que realmente as pessoas acreditavam e defendiam no momento em que os fatos transcorriam. Percebemos que algumas vezes seus depoimentos se baseavam no que eles acreditam

hoje, e não naquilo que defendiam há 20, 30 ou 40 anos atrás. Isso era uma preocupação nossa durante as entrevistas.

Outra dificuldade encontrada foi a de trabalhar com análise de objetos contemporâneos e testemunhos vivos. Ainda mais quando se trabalha no local de estudo e se mantém uma preocupação em não misturar as nossas vivências com a dos sujeitos analisados. Podemos dizer que por um lado isso dificulta, mas também facilita, dependendo do ponto de vista. Conviver com o objeto de análise auxilia na melhor compreensão das dinâmicas do dia a dia da cooperativa. Segundo Chartier

Para o historiador modernista, a história do tempo presente, pelo menos como ele imagina, desperta um mau sentimento: a inveja. Antes de tudo, inveja de uma pesquisa que não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas. Inveja também de recursos documentais que parecem inesgotáveis (CHARTIER, 1996, p.217).

Apesar da limitação de documentos primários, haviam muitas outras fontes a serem consultadas e entrevistas a serem feitas, o que dificultava escolher que parte da pesquisa iríamos cortar. Mas enfim, as escolhas foram feitas e a pesquisa se centrou na atuação técnica e educativa da Cooperalfa para formar um associado mais fiel.

As transformações que passamos a analisar a partir da década de 1970 se inserem numa década de grandes mudanças de paradigmas nos mais diversos segmentos da sociedade. Esse convívio intenso com as fontes permitiu que se identificasse o que permaneceu do período analisado e as modificações que se estruturaram nas últimas décadas. Décadas essas em que “Setores cada vez mais amplos da sociedade foram liberados do trabalho físico, ou pelo menos do trabalho físico pesado, para atividades em que a capacitação, o conhecimento e a instrução desempenharam importante papel” (ELIAS, 1994, p.116).

O papel da educação técnica e cooperativa era justamente nesse sentido: fazer com que os associados investissem mais em conhecimento do que em força física. Uma cooperativa que estava preocupada com a eficiência produtiva de seus associados para melhorar a própria eficiência econômica. Inserida num mercado cada vez mais exigente e competitivo, a Cooperalfa caminha numa estrada onde constantemente

se defronta entre a ideologia cooperativa e a realidade mercadológica que a afronta. Segundo Schneider, no cooperativismo, “são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do Cooperativismo e não a existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativa” (SCHNEIDER, 1981, p.13). É um cooperativismo subordinado ao modelo de acumulação capitalista, e no Brasil, atrelado ao desenvolvimento urbano-industrial, dependente dos países desenvolvidos.

Para Loureiro, as cooperativas podem “constituir-se em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital” (LOUREIRO, 1981, p.133). Elas são também importante fator de equilíbrio mercadológico dentro do complexo agroindustrial onde se inserem. As cooperativa presentes no complexo agroindustrial, apesar de submeter os associados às decisões da sociedade cooperativa, são importantes para reduzir ou minimizar os impactos do domínio de grandes empresas que mantêm oligopólios no setor agrícola e industrial. Além disso, fornecem muitas vezes serviços aos associados que suprem a ausência do Estado. No caso da Cooperalfa, ela fornece toda a estrutura necessária para que seu associado possa se inserir no mercado: financiamentos, assistência técnica, armazenagem, transporte, seções de compras, indústria, etc. Na década de 1980, por exemplo, houve até a implantação de um projeto de saúde, de um programa de assentamentos e de grandes investimentos. Também ampliou suas estruturas de armazenagem e, via Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora, a Cooperalfa investiu na industrialização de suínos e aves para exportação.

No final da década de 1980, a Cooperalfa já se destacava entre as maiores empresas de Chapecó, estando sempre entre as primeiras em arrecadação de impostos do município. Em vários municípios onde ela atua, é a principal arrecadadora de impostos e, portanto, muito prestigiada pelos administradores públicos. Na atualidade, a Cooperalfa, a Aurora e a BRF são as empresas que estão sempre entre as cinco maiores de Chapecó, em vários quesitos.

Além da importância econômica, a Cooperalfa e a cooperativa Aurora, que Aury Bodanese² presidia no período analisado, se

² Aury Bodanese nasceu em 1934 em Barão do Cotegipe-RS e faleceu em janeiro de 2003 em Chapecó-SC. Foi o primeiro presidente da Cooperativa Agroindustrial Alfa; primeiro presidente da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. – AURORA e atuou na gestão de 1969/1972, também na

destacavam no estado todo pela influência política que seu presidente possuía, interferindo a seu favor em diversos projetos que interessavam as duas cooperativas. Neste trabalho, apesar de não ser o foco, não podemos deixar de citar a influência política que tinha seu presidente para que a cooperativa alcançasse seus objetivos de crescimento e solidez econômica.

A pesquisa terá como objetivo central analisar a atuação do Departamento Técnico e da Assessoria de Comunicação e Educação no período de 1977 a 1996, quais os objetivos do trabalho desses setores e

gestão 1983/1987, 1987/1991, 1991/1995 e 1995/1999; foi eleito vereador pelo município de Chapecó, no período de janeiro de 1967 a janeiro de 1971; eleito primeiro diretor vice-presidente da OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), no período de julho/1973 a dezembro/1978, sendo reeleito para o período de 1984 a 1987. No período de 1989/1990 foi eleito membro do conselho de ética da OCESC. Para a gestão 93/96 foi eleito primeiro vice-presidente da mesma. Foi fundador em 1975 da FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina), sendo presidente até 1981. De 1981 a 1984, atuou como diretor conselheiro; de 1985 a 1987, como vice-presidente; de 1988 a 1991, como 1º membro do conselho de administração e eleito presidente para a gestão 1991/1994; fundador da Associação Atlético e Recreativa Alfa (AARA), em agosto de 1975 e da Sociedade Esportiva e Recreativa Aurora (SERA) em março de 1979, em benefício dos funcionários das duas cooperativas. Foi membro do Conselho Consultivo da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) de Goiânia (GO), na produção de feijão e arroz, no período de 1981 a 1983, foi eleito Conselheiro Fiscal, em maio de 1983, na Associação da Indústria de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina, sendo reeleito em maio de 1986. Fundou a Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Coopercentral e Cooperalfa, em outubro de 1984; foi fundador da CREDIALFA - Cooperativa de Crédito Rural, hoje Sicoob MaxiCrédito, em agosto de 1985. Foi eleito Membro do Conselho Deliberativo em 15/07/86, para o triênio administrativo 86/89 do CIESC (Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina), sendo reeleito em 14/07/89 para o triênio 89/92. Foi eleito Membro Conselheiro da COCECRER/SC (Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina), em 25/11/87. Eleito Vice-Presidente da ABIPOS (Associação Brasileira da Indústria de Produtos Derivados de Suínos), em 26/11/87 e reeleito em 27/10/89, gestão 89/91. Eleito Membro da Diretoria do SINDICARNE (Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado de Santa Catarina) no cargo de Tesoureiro em 06/06/89 e Suplente da Diretoria em 10/08/1992. Apesar de oficialmente ter participado da política somente como vereador em Chapecó, sua influência era grande no meio. Muitas das conquistas do cooperativismo foram conseguidas devido a sua influência.

o que foi alcançado para a cooperativa e para o associado, além da análise da estrutura global em que estava inserida.

No primeiro capítulo, falaremos sobre a formação da estrutura agrária brasileira, da região sul e do oeste catarinense. Colonizada efetivamente a partir de 1917, após a Guerra do Contestado, a região oeste era habitada por índios e caboclos muito antes desse período, inclusive com a presença de algumas colônias militares. Com a disponibilização das terras da região para colonização via empresas colonizadoras, a região passa a ser “ocupada” por pequenas lavouras e criação de animais dos migrantes do Rio Grande do Sul e imigrantes de outros países, além da intensa exploração de madeira até meados do século XX. A criação de suínos era uma das atividades que mais proporcionava renda aos agricultores, que vendiam os animais para as fábricas de banha. Com a criação da Sadia e da Perdigão em 1940, da Chapecó Industrial em 1952, do Frigorífico Seara em 1956, da Safrita em 1962 e da Cooper Central Aurora em 1969, o processo de modernização da produção de animais e consequentemente da produção agrícola se acelera. Os animais passam a não ser mais produzidos soltos, mas em sistemas de confinamento, através de parcerias, a chamada integração. A partir da metade dos anos 1950 e 1960, a região é definitivamente inserida no modelo de modernização agrícola implantado via ACARESC, Banco do Brasil e INCRA. A modernização da produção de animais afeta diretamente a produção agrícola, que precisa produzir mais para atender a crescente demanda por alimento das agroindústrias.

O capítulo II procura debater um pouco da história do cooperativismo e sua ideologia, principalmente das particularidades do cooperativismo agropecuário, que em grande parte da história esteve atrelado ao Estado. O governo brasileiro incentiva sua formação, especialmente no pós-guerra, e mais intensivamente no governo militar, que buscava fazer das cooperativas braços da modernização agrícola. Junto com o processo de modernização do campo se instalam também várias cooperativas agropecuárias. Num primeiro momento as cooperativas foram iniciativas dos próprios colonos, que buscavam através da cooperação a superação de dificuldades inerentes a época. Já a partir dos anos 1950, o incentivo para criação de cooperativas agropecuárias passou a fazer parte dos planos governamentais, com grandes financiamentos para as mesmas e para a criação e modernização de agroindústrias. A Cooperalfa estava também inserida nesse contexto, sendo que sua criação foi encabeçada pelo Banco do

Brasil, pelo INCRA e pela ACARESC, que mantinham fiscais dentro da cooperativa para “ficarem de olho” nas suas ações. O INCRA naquele momento era os olhos do Estado brasileiro (principalmente no governo militar) dentro das cooperativas. A própria ACARESC tinha vários superintendentes regionais de cooperativismo e vários projetos que visavam seu fortalecimento, trabalhando dentro das cooperativas com extensionistas e técnicos que davam assistência agropecuária, jurídica e contábil. Vamos analisar também as várias leis do cooperativismo, principalmente a Lei de 1971, que é a lei em vigor até hoje, e como a constituição de 1988 deu maior autonomia ao cooperativismo, desvinculando as cooperativas da vigilância do Estado. Vamos brevemente analisar o RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, um programa do governo federal criado na década de 1990 que visava “sanar” as cooperativas agropecuárias e modernizar os processos de gestão, o que provocou uma grande mudança na administração das cooperativas no Brasil inteiro, que passaram a ser menos assistencialistas e mais “eficientes” economicamente, conforme exigências do governo.

A criação e atuação do Departamento Técnico será o tema do capítulo III. O setor foi criado logo nos primeiros anos da criação da cooperativa, para atender a “necessidade” de modernização da produção agropecuária. Em parceria com os técnicos do ACARESC, se buscava propagar no meio rural novas metodologias de trabalho que objetivavam um aumento de produtividade e formação de um novo sujeito, diferente do “Jeca Tatu” que habitava o meio rural. O debate em torno dos programas de modernização implantados pela cooperativa será ponto importante, buscando compreender também o olhar dos agrônomos, técnicos e veterinários envolvidos no processo. Cabe destacar a análise em torno dos impactos socioeconômicos e ambientais que a modernização trouxe para a vida dos associados. Impactos que podem ser destacados nos seguintes aspectos: intoxicações causadas pelo uso de agrotóxicos, contaminação da água de rios e poços por dejetos suínos e também por agrotóxicos, proliferação de borrachudos e de verminose, perda de autonomia das sementes, perda da liberdade produtiva com as parcerias de suínos e aves, dependência de crédito para financiar plantio e modernização das estruturas, êxodo rural, entre outros. Mas não podemos deixar de destacar que muitos agricultores viram estas tecnologias como benéficas, melhorando sua qualidade de vida, dando

acesso a bens e serviços que antes não tinham e principalmente vendo na ciência e na tecnologia um meio de melhorar a vida econômica.

Por fim, o capítulo IV mostra como a cooperativa fez a doutrinação dos associados através dos programas da Assessoria de Comunicação e Educação, onde buscou formar um associado fiel à cooperativa, defensor da instituição e, no período analisado, maior partícipe das decisões tomadas pela diretoria. Como programa auxiliar da assistência técnica, a educação do homem do campo para modernização e para a mudança de hábitos considerados ultrapassados é o foco de análise desse capítulo, além das ferramentas e dos materiais didáticos utilizados. A escolha e formação de líderes e a formação dos comitês educativos foram os principais projetos da assessoria de comunicação e educação na constituição de um novo associado.

Resumindo, o objetivo desta pesquisa é analisar em que medida a Cooperalfa esteve inserida nos ideais do governo brasileiro de modernização do campo e da população rural e como ela implantou projetos para que esses objetivos fossem alcançados. O que podemos destacar desde já é que, como CERTEAU já dizia “Nunca o “príncipe possível”, construído pelo discurso, será o “príncipe de fato”” (2002, p.20).

2 CAPÍTULO I - REGIÃO OESTE: CONTEXTO HISTÓRICO E QUESTÃO AGRÁRIA

2.1 “ANTES DO OESTE CATARINENSE”

A região que hoje conhecemos como oeste catarinense tem a delimitação política e geográfica fixada a menos de 100 anos. Para a maioria dos seus habitantes, a história do oeste de Santa Catarina começou em 1917, quando da criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, após o fim da Guerra do Contestado. Segundo Renk (2006), a região oeste de Santa Catarina teve dois momentos de povoamentos: um que aconteceu no século XIX e outro no século XX.

O primeiro povoamento, o do norte, ocorreu no século retrasado, após a conquista dos campos de Palmas, do Erê, de São João e de outras campinas menores, quando foram instaladas as fazendas de criar. O outro aconteceu nas primeiras décadas do século XX, através do processo de colonização, com a migração dos colonos de origem do Rio Grande do Sul a Santa Catarina (RENK, 2006, p.9).

O que hoje é delimitado como oeste catarinense nem sempre foi conhecida como unidade geográfica ou político administrativa. Ao analisar a formação histórica de determinado local, é imprescindível “[...] pensar a região enquanto construção histórica, levando-se em conta os seus processos de constituição e de transformação” (MARCON, 2003, p.55). E com o oeste não foi diferente: apesar da ocupação geográfica anterior, sua delimitação política em 1917 acabou sendo fator primordial para uma efetiva formação de consciência regional. Martins defende que é necessário trazer para o debate algumas características que ajudam a pensar o conceito e a delimitação de determinada região.

Em primeiro lugar, a região – um determinado recorte da superfície terrestre – é um espaço natural, político, técnico e cultural. Em segundo lugar, para pensar a região é necessário ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na direção do espaço vivido. [...] Em terceiro lugar, a região precisa ser vista como totalidade aberta e

em movimento, atravessada por fluxos de energia, matérias (como água, sedimentos, partículas trazidas pelos ventos, resíduos de atividades humanas, etc.), bens, idéias, interesses, poderes, seres vivos. Em quarto lugar, o recorte da região precisa levar em conta a totalidade do espaço segmentado e definir o nível em que se fracionará o espaço (o problema da escala), bem como as variáveis que presidirão o fracionamento do espaço (MARTINS, p.143, 2009).

Muito antes de pensar a formação do oeste catarinense em que se eva em conta essas características, precisamos considerar que a ocupação humana na região era uma realidade. Segundo POLI (1987), o povoamento da região deu-se em três fases: a primeira foi indígena, a segunda dos caboclos³ e a terceira da colonização definitiva por colonos⁴ vindos do Rio Grande do Sul. Apesar do projeto governamental de ocupação de espaços considerados vazios (como forma de garantir território), principalmente a partir do início do século XX, o oeste era habitado antes de 1917 por diversos grupos, principalmente indígenas e caboclos. Populações estas que, com as migrações colonizadoras que pressupunham a ocupação de espaço, foram expulsas ou empurradas para áreas longínquas.

As pesquisas arqueológicas são hoje as principais comprovações da existência humana muito antes da ocupação oficial da região oeste de

³Segundo Bavaresco, definir o caboclo que habitava a região oeste na época da colonização é muito mais uma conceituação social do que racial. Suas características básicas eram: levavam uma vida rudimentar, vivendo em pequenos ranchos, feitos de troncos de árvores e cobertos com capim ou tabuinhas. Geralmente possuía um cavalo encilhado, uma ou duas pistolas e facão. Também possuía pequenas roças de subsistência e criava alguns animais soltos, como galinhas, porcos e algumas cabeças de gado. Mudava de um lugar para outro com frequência (2005, p.61/62). Para Renk, “brasileiro é como se autodenomina a população autóctone que, por sua vez, é estigmatizada de caboclo pelos colonizadores” (RENK, 2000, p.12).

⁴ Colono é a designação atribuída aos migrantes gaúchos descendentes de europeus que chegaram a região oeste a partir da instalação das companhias colonizadoras. “Colonos de origem é a autodenominação dos camponeses descendentes dos imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses. A condição de colono é entendida como prerrogativa dos de origem. Estes se opõem aos sem origem, ou seja, os nativos desclassificados como caboclos” (RENK, 2000, p.12).

Santa Catarina a partir de 1917. Outros documentos que auxiliam muito na compreensão do olhar sobre a região antes desse período podem ser encontrados em relatos de viagens e relatórios da Colônia Militar de Chapecó.

Pesquisas de SILVA e ROSA em inventários do século XIX e primeiras décadas do século XX apontam que, no decorrer do século XIX, homens e mulheres não indígenas povoaram a região, geralmente oriundos das províncias vizinhas, da Argentina e de outros lugares, “atraídos pela extração da erva-mate, do comércio de madeiras, ou então por encontrar ali um lugar que lhes propiciasse a simples posse de um chão de terra, à revelia de qualquer controle institucional, para a sua subsistência” (2011, p.159). Outro fato importante, segundo os autores, que atraiu mais pessoas para a região foi a instalação da Colônia Militar de Chapecó. “Além disso, esse espaço podia servir, e de fato serviu, posteriormente, como refúgio àqueles que buscavam, por algum motivo, escapar ao controle do estado, sobretudo nos momentos críticos, como foi o caso da Revolução Federalista (1893-1896) e da Guerra do Contestado (1912-1916)” (SILVA e ROSA, 2010, p.140).

Para Rosseto, a região passou a ser mais conhecida a partir de 1641, “ano em que por aqui passou o primeiro grupo de bandeirantes paulistas a caminho do Rio Grande do Sul” (ROSSETTO, 1986, p.7). Em 1720, relatos constam da chegada, ao que hoje se conhece por Rio Chapecó, do “bandeirante Zacarias Dias Cortes e, mais tarde, em 1736, a região teria sido percorrida pelo major José de Andrade Pereira” (ROSSETTO, 1986, p.08). Em 1759, segundo Werlang, “Em função do Tratado de Madri, comissários portugueses e espanhóis determinaram os rios Peperiguaçu e Santo Antônio como limites entre as terras portuguesas e espanholas” (2006, p.19). Ainda para o autor, ocorreu que em 1788 comissários espanhóis e portugueses realizaram uma segunda exploração na região e batizaram os atuais rios Chapecó e Chopin de Peperiguaçu e Santo Antônio, com o objetivo de ampliar o território dos espanhóis. Essa mudança acabou, anos depois, dando argumentos para a Argentina entrar na disputa pelo território do que hoje conhecemos por oeste catarinense.

Aponta Werlang (2006) que, a região oeste fez parte de uma longa disputa por território que envolveu Portugal e Espanha no período colonial. Na primeira metade do século XVIII, sinaliza Bavaresco, “o estado de Santa Catarina pertencia à província de São Paulo” (2005, p.25). Com a promulgação da constituição de 1824, onde o Império foi dividido em províncias, Santa Catarina ficava com a posse das terras,

que algumas décadas depois seriam contestadas pelo Paraná. Terras essas conhecidas como Campos de Palmas e que compreendem o atual oeste catarinense. “A presença de bandeirantes no Oeste catarinense antes das delimitações das fronteiras sulinas era consequência da geopolítica portuguesa e tinha como estratégia o envio de bandeiras para a ocupação definitiva dos referidos campos” (BAVARESCO, 2005, p.39). Essa ocupação revelava também outra preocupação do império, que era o de “abrir estradas que ligassem as missões no Rio Grande do Sul ao comércio de São Paulo”. O gado de lá “era fonte de alimento muito importante para a região aurífera” (BAVARESCO, 2005, p.40). Para o autor, vai ser a pecuária a responsável por incorporar definitivamente a extremidade sul brasileira à economia da colônia.

A partir da ocupação dos campos para a criação de gado, inicia-se a primeira atividade econômica da região: a pecuária, que conforme Bavaresco “foi importante na ocupação da área, ao contribuir para o surgimento de povoações e novas rotas de deslocamento de tropas com destino a São Paulo” (BAVARESCO, 2005, p.49). A atividade pecuária girou entre 1730 e 1870. Mas essa ocupação foi pequena, pois concentrava poucas famílias em grandes extensões de terra. Para Renk, o período de ocupação dos campos gerou muitos conflitos. “De um lado, o confronto entre os indígenas e fazendeiros; de outro, a divisão interna, intraclasse fazendeira, concorrendo pela ocupação do espaço” (RENK, 2006, p.34). Complementa a autora que, além da ocupação que o governo almejava, o tropeirismo foi importante também porque criou um novo roteiro: de Guarapuava a Goio En, atravessando os Campos de Palmas e de lá até Cruz Alta.

Com o declínio da atividade, a extração de erva-mate, que já vinha tendo destaque desde 1859, ganhou força. Se o tropeirismo influenciou a ocupação dos Campos de Palmas, a exploração econômica da erva mate daria início a ocupação das matas do oeste de Santa Catarina. “No entanto, a indefinição dos limites ao oeste entre o Brasil e Argentina provocava tensão na área, requerendo vigilância às incursões predadoras para a colheita dos ervaais” (RENK, 2006, p.38). O local despertava a atenção das autoridades brasileiras, que estavam preocupadas com a ambição argentina. Preocupação que aumentava já que era de conhecimento do governo que a região estava sem policiamento e abandonada pelas leis imperiais, além de ser vista como refúgio para os “foras-da-lei”. Segundo Renk, o primeiro texto publicado sobre a “descoberta” do campo de Palmas, em 1839, apontava a região como local em que “havia falta de tudo: de víveres, de estradas

e de habitantes” (RENK, 2006, p.41). Como era “terra de ninguém”, muitos brasileiros e argentinos ocupavam o oeste catarinense, visando a exploração da erva-mate. “Grande parte dela foi comercializada na Argentina” (WERLANG, 2006, p.25).

As colônias militares de Chapecó e Chopin, que haviam sido criadas com um decreto do Governo Imperial em 1852, somente foram colocadas em prática a partir do momento em que a Argentina, em 1876, passa a reivindicar a região. No dia 14 de março de 1882 foi implantada a Colônia Militar de Chapecó (atualmente cidade de Xanxerê). O objetivo da implantação definitiva das colônias militares era “A defesa da fronteira, a proteção dos habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava, contra a incursão dos índios e a chamar os ditos índios com auxílio de catequese à civilização” (Art.3, decreto 2.052/1859, RENK, 2006, p.42). A Colônia Militar de Chapecó, por exemplo, ficou “abrangendo uma área de quarenta e oito léguas quadradas e era composta de quarenta famílias”, e que tinha o poder de “[...] distribuir títulos de terras e promover a colonização da região” (POLI, 1987, p.13). Segundo o autor, “O sucesso da colônia teve como principal baluarte a abundância de erva-mate na região, de tal forma que os colonos que recebiam terras tinham no seu corte a única maneira de conseguir dinheiro” (POLI, 1987, p.13).

Apesar das pretensões argentinas, o Brasil ganhou a causa em relação ao território do oeste catarinense, em 06 de fevereiro de 1895, com argumentos preparados pelo Barão do Rio Branco, na época Ministro das Relações Exteriores e aceitos pelo Presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, que interferiu, pois os vizinhos não se entendiam.

Com as fronteiras internacionais definidas, começa a disputa interna pelo domínio da região conhecida como Campos de Palmas. Como já havia sido mencionado, a província de Santa Catarina considerava a região oeste como parte do seu território, “baseado na divisão das Capitânias Hereditárias cuja marcação era feita no litoral seguindo em linha reta para o interior, e pelo fato de Lages ter passado a jurisdição de Santa Catarina” (WERLANG, 2006, p.26). Boiteux defende que “O governo do Paraná firma o seu *uti possidetis* na descoberta de tais campos, que diz ter feito em 1838, mas o *jure constituendo* do Estado de Santa Catharina nasce da Provisão Régia de 20 de novembro de 1710, isto é, 89 annos antes daquele” (BOITEUX, 1890, p.11). Um argumento catarinense é que as divisas estão “naturalmente” impostas pelos rios. Boiteux apontava então que a

reivindicação do estado paranaense “rompe as divisas naturaes” (1890, p.25). Outra alegação que Santa Catarina usa para justificar sua posse do território a oeste se refere ao policiamento das fronteiras. “Porquanto, já não é pouco para o Paraná a obrigação em que está, de garantir a fronteira paraguaya, com quem confina” (BOITEUX, 1890, p.27). Expõe ainda Boiteux que são muitas léguas a serem policiadas, e conclui que “É inegável que a segurança da Republica exige que a fronteira das Missões seja antes observada pelo estado de Santa Catharina, cuja capital fica mais próxima a essa fronteira do que a do Paraná”. O Paraná ignorou essas questões a passou a reivindicar o território.

O problema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta o Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e último recurso se verifica em 1910, quando aquela corte rejeita os embargos por Rui Barbosa, que advogou em causa dos paranaenses (SANTOS, 1995, p.99 in WERLANG, 2006, p.26).

Para aumentar a tensão entre os estados, havia o avanço da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. O desalojamento dos moradores nos 15 quilômetros de cada lado da ferrovia provocava conflitos entre os expulsos, tropas do governo e guardas dos fazendeiros e das empresas. A Guerra do Contestado que se seguiu “foi um conflito social, ocorrido nos planaltos catarinense e paranaense entre 1912 e 1916, que colocou de um lado Coronéis, grandes fazendeiros, governo e, de outro lado, posseiros, pequenos lavradores, ervateiros, tropeiros e agregados” (MACHADO, 2012). O resultado foi o massacre dos revoltosos por parte das tropas do governo, quatro anos depois do início dos conflitos, em 1915, resultado em milhares de mortos. Essa guerra é considerada pelos historiadores como uma das mais sangrentas do Brasil. “O conflito teve fim com o cerco e o desabastecimento dos redutos finais. Acredita-se que os mortos em combate e por epidemias e fome passem dos 10 mil” (MACHADO, 2012). A Guerra liquidou com 20 a 25% da população da área do conflito, que na época estava estimada em 40 mil pessoas.

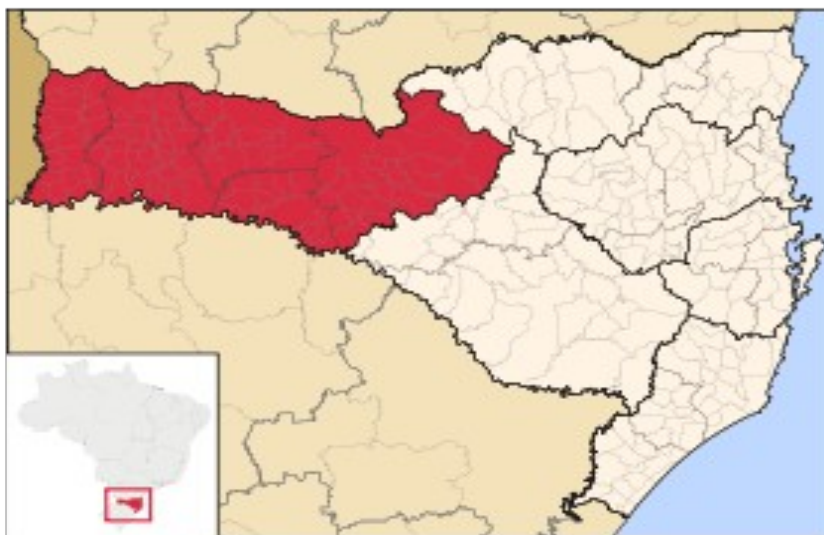
O fim da guerra não foi a resolução dos conflitos pelas divisas. O acordo só veio a se efetivar em outubro de 1916, e concretizado nos

estados do Paraná e Santa Catarina no início de 1917. Começa então o que se conhece como a história oficial, político-administrativo, da região oeste catarinense. “Além da criação de municípios, o governo de Santa Catarina tratou de repassar a empresas particulares imensas glebas para fins de colonização” (WERLANG, 2006, p.29). O período pós Guerra do Contestado foi caracterizado pela preocupação em “colonizar” o espaço que estava sob litígio, para evitar novos conflitos diretos.

2.2 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O oeste catarinense ocupa uma extensão de 25,3 mil Km² e compreende desde a área do Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina. O início de sua história oficial está inserido no projeto de ocupação dos vazios demográficos brancos e de expansão para o oeste, do governo brasileiro no princípio do século XX. Em Santa Catarina, o oeste era considerado pelo governo estadual como a última fronteira a ser ocupada. Através da lei nº1.147 de 25 de agosto de 1917 (NODARI, 2009, p.19), foram criados os municípios de Chapecó, Porto União, Mafra e Cruzeiro (atual Joaçaba).

Figura 1 - Oeste de Santa Catarina, que até 1917, era considerado o Velho Chapecó



Fonte: Banco de dados internet

A região oeste de Santa Catarina é conhecida como o território pertencente a abrangência da jurisdição político-administrativa do município de Chapecó, quando foi criado em 1917. O chamado Velho Chapecó se estendia desde a divisa com o município de Cruzeiro (hoje Joaçaba), até o extremo oeste, na fronteira com a República da Argentina. Ao norte os limites são com o Estado do Paraná e ao sul com o Rio Grande do Sul. Sua área no momento em que foi criado era de em torno de 14.000 k2 de território e sua população, pelo recenseamento de 1920, era de 11.315 habitantes (COSTA, 1929, p. 33). Como chefe de polícia do presidente Konder, que também acompanhou a viagem ao oeste em 1929, Costa se surpreendeu com o tamanho do município. “A superfície desse município é grande de mais. É a maior das nossas communes. É a Rússia catarinense. É quasi seis vezes maior do que Joinville; 33 vezes maior que Florianópolis” (COSTA, 1929, p.34). Chapecó era naquele momento “[...] a unidade administrativa catarinense de maior extensão e de menor população relativa” (BOITEUX, 1931, p.12). Com o passar do tempo, a região se dividiu em municípios menores. A partir de 1950, Chapecó começou um processo de desmembramento e hoje a mesorregião oeste catarinense possui 188 municípios.

A pesquisa de Silva e Rosa (2011) mostra que apesar da delimitação geográfica daquele momento, a maioria dos moradores da região, mesmo depois da criação do município, se diziam moradores de Pesqueiro, Colônia Militar de Chapecó, São Domingos, Abelardo Luz, Santo Antônio do Lajeado Bonito, Taquarussu, Passo Bormann, entre outros lugares. Como apontam documentos que os autores analisaram,

Do ponto de vista institucional, a cartografia do século XIX e princípio do XX sugere certa vagueza e indeterminação daquele espaço, ao apontar as denominações de “sertão inóspito”, “sertão desconhecido”, “sertão de curitibanos”, “Campos de Palmas e territórios contíguos” e outras; para a Argentina, pelo menos no século XIX, poderia ser – e assim alguns a consideravam – *Provincia de Misiones* (SILVA e ROSA, 2011, p.143).

Até 1917, toda a documentação oficial da região oeste tinha seus registros na Comarca de Palmas. Com a criação do município e comarca de Chapecó, em 1917, a institucionalização de uma sociedade que já

tinha certa vida própria, passou a ser feita toda em Chapecó: regularização das posses de terras; registros de nascimento, casamento, óbito; inventários; assim como a instauração dos processos judiciais para as querelas civis e criminais (SILVA e ROSA, 2011).

A sede inicial do município de Chapecó foi a localidade denominada Passo Bormann. Por razões sócio-econômicas, dois anos depois em 1919, sua sede foi transferida para Xanxerê, sendo que em 1923 voltou ao Passo Bormann, para retornar a Xanxerê em 1929. Dois anos mais tarde, em 1931, a localidade intermediária entre Passo Bormann e Xanxerê, denominada Passo dos Índios, passou a denominar-se Chapecó e a abrigar definitivamente a sede do município (ROSSETTO, 1986, p.8).

Além da criação dos municípios de Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União, outra preocupação de Santa Catarina, com o acordo de 1916 entre catarinenses e paranaenses, passou a ser com as concessões de terras que o Paraná havia feito entre 1916 e 1917, situados no território catarinense. Para que essa situação fosse regularizada, o governo de Santa Catarina promulgou a Lei n.1.181 de dezembro de 1917, que em seu primeiro artigo dizia: “Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de dois anos, a contar a do primeiro de janeiro de 1918”⁵. A finalidade desta ação era “legalizar as terras concedidas pelo Paraná antes do acordo, bem como anular as concessões posteriores. A normalização destas posses era necessária e urgente para que o estado de Santa Catarina pudesse fazer concessões das terras devolutas” (WERLANG, 2006, p.31).

No caso do oeste catarinense, havia ainda a questão dos títulos expedidos pela Colônia Militar de Chapecó, que não estavam regularizados. Para que isso pudesse ser resolvido, foi criada uma lei em 1925⁶, que autorizava o Poder Executivo a regularizar os lotes, por meio da apresentação do título expedido pelo diretor da colônia, além dos documentos de medição das terras.

As terras consideradas devolutas pelo Estado eram ocupadas por muitos posseiros, em sua maioria por luso-brasileiros. “Grande parte

⁵Lei Estadual n.1.181, de 4 de dezembro de 1917, in Werlang, 2006, p.31.

⁶Lei n.1511, de 26 de outubro de 1925.

dessa população nem possuía existência civil, ou seja, o registro de nascimento, o alistamento militar e outros vínculos com o Estado” (RENK, 2005, p.115). As áreas que ocupavam “Para eles eram “terras de Deus”; portanto, de quem tomasse posse. Praticavam ali uma agricultura de subsistência, sendo comum a migração dentro da própria área” (WERLANG, 2006, p.32). A partir da Lei de Terras, de 1850⁷ e, principalmente a partir do século XX, com a concessão de grandes áreas para exploração e colonização, a terra passou a ter simbolismos diferentes e “[...] foi ganhando novos significados, deixando de ser uma fonte de sobrevivência, como era encarada pelos caboclos, para se transformar, progressivamente, em mercadoria” (MARCON, 2003, p.108).

A concessão de terras não levou em conta esses posseiros. Segundo Werlang (2006), a maioria deles nem sabia como agir com os trâmites legais de regularização e, mesmo que soubessem, nem adiantaria muito, pois alguns posseiros que fizeram o pedido, não conseguiram. “A sorte dos posseiros já estava selada: ou adquiriam as terras das companhias colonizadoras ou seriam desalojados” (WERLANG, 2006, p.33). E grande parte desses posseiros foi excluída, sendo empurrados para as terras mais longínquas. A colonização da região com migrantes gaúchos “ignorou as posses estabelecidas pelos brasileiros, o que resultou na expropriação e dispersão dessa população, desestruturando seu modo de vida tradicional” (RENK, 2006, p. 10). A venda de lotes deu prioridade para os migrantes descendentes de europeus, que eram vistos pelo governo como os colonizadores ideais.

Negociadas por empresas colonizadoras, a vinda dos migrantes descendentes de europeus mexeu com toda a dinâmica ambiental, econômica, social e cultural da região oeste de Santa Catarina. Passou a haver um processo de integração e de trocas culturais, mas principalmente, de conflitos étnicos entre os que chegavam e os que ali já estavam instalados. “Esta segunda colonização se processa principalmente em consequência da expansão da área colonial do Rio Grande do Sul” (ROSSETTO, 1986, p.9). Essa expansão e o objetivo do

⁷O preâmbulo da lei 601/1860 diz o seguinte “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara”.

governo em colonizar o “sertão catarinense” casaram muito bem em prol do “sucesso” das companhias colonizadoras.

2.3 AS COMPANHIAS COLONIZADORAS E A CHEGADA DOS MIGRANTES GAÚCHOS

A região que abrange o oeste, como já citamos, recebeu grandes incentivos para instalação de companhias colonizadoras⁸ e vinda de migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses do Rio Grande do Sul. Para NODARI (2010, p.140), “As empresas colonizadoras pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, tornaram-se as principais responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do oeste de Santa Catarina”. Segundo ALBA (2001, p.305), a colonização da região foi feita em tempo de capital, isto é, num momento que em outras regiões o capital já se apresentava consolidado. Defende BAVARESCO que “O objetivo do governo era integrar definitivamente a região ao território catarinense; já para as empresas, o comércio de terras seria muito lucrativo e, para os colonos imigrantes, representava o sonho de obterem sua terra própria” (2005, p.16).

Mesmo que a criação do município de Chapecó tenha sido em 1917 e o governo tenha começado a atuação para que as companhias colonizadoras efetivassem a ocupação, somente a partir da década de 1930 é que começa a haver uma colonização e exploração de madeira mais intensa. O acordo policial firmado entre os dois estados e a repercussão da bandeira de Konder foi um dos motivos que promoveu a aceleração da ocupação. Devemos considerar também que o Estado levou alguns anos até conseguir regulamentar todas as leis que davam suporte jurídico as colonizadoras, além do fato de ter levado algum tempo para que acontecesse a abertura de estradas e construção de estruturas mínimas das empresas e dos próprios órgãos governamentais. “As terras, na sua maioria, eram concedidas às empresas colonizadoras em troca de construção de estradas, que em alguns casos beneficiavam a própria colonizadora” (WERLANG, 2006, p.35). Podemos citar também que levou um bom tempo para que as empresas colonizadoras conseguissem fazer a medição de suas áreas, fora os conflitos entre as mesmas por determinadas glebas.

Nos primeiros anos, como pode ser evidenciado nos relatos da viagem de 1929, as principais ocupações foram realizadas as margens

⁸Mais de uma centena de empresas se instalaram entre 1930 e 1950 no oeste catarinense(BELLANI, 2006, p.90).

do Rio Uruguai, como por exemplo, Porto Feliz (Mondaí) em 1922 e Porto Novo (Itapiranga) em 1926/1927. Um dos principais fatores determinantes dessa escolha era a quase inexistência de estradas. As colonizações eram consideradas pelo Estado um sucesso, apesar das dificuldades de acesso que havia nas comunidades (o presidente Konder em 1929 chegou a elas através de barco via Rio Uruguai). Boitex registra que “Colmêas em franca atividade, onde uma gente provida, e sabia vae construindo o seu favo de ouro [...] Alimenta-as um gleba feraz; orientam-nas espíritos de elite, com a consciência lúdica e nítida dos destinos humanos. São futurosos nuclos de colonização” (BOITEUX, 1931, p.15). Um explícito elogio ao modelo de ocupação dos migrantes.

Nos anos 1930 e 1940, a proximidade com o Rio Uruguai facilitava o escoamento da madeira. Além da ocupação do território, uma das exigências que o governo fazia as companhias colonizadoras era a abertura de estradas. O acesso à região oeste na época era muito difícil, tanto para quem vinha do litoral, quanto para quem vinha do Rio Grande do Sul ou de Guarapuava.

Meu pai e meu tio vieram para Chapecó em 1923. Foram os primeiros moradores da Colônia Cella [comunidade de Chapecó] De Guaporé até Chapecó de carroça, de Chapecó para cá de cavalo porque não tinha estrada para carroça. A família Pedroso que já morava aqui há alguns anos, que era o vizinho mais próximo, ajudou a abrir a picada para que meu pai e meu tio chegassem nas suas terras (C.CELLA, 2012).

As principais companhias colonizadoras que se instalaram no oeste, segundo Werlang, são a Chapecó-Peperi⁹; Volksverein¹⁰; Barth, Benetti e Cia¹¹ e Bertaso, Maia e Cia¹². Bellani cita que mais de uma dezena de empresas colonizadoras se instalaram no oeste para

⁹Com sede em Carazinho-RS, ela se instalou em Porto Feliz, atual município de Mondaí, em 1922, onde foi planejada a instalação de colonos teuto-brasileiros evangélicos. Mais detalhes sobre os impasses que essa empresa enfrentou antes da instalação em Mondaí, consultar WERLANG, 2006, p.47 e 48.

¹⁰Ela foi uma sociedade católica organizada no Rio Grande do Sul, pelo padre Theodor Amstad, que tinha como objetivo organizar uma colônia para teuto-brasileiros católicos. Comprando 2.340 lotes da Chapecó-Peperi, fundou em 1926 a colônia Porto Novo, hoje Itapiranga.

exploração madeireira e vendas de terras. Várias delas inclusive receberam terras em troca da abertura de estradas. Uma das maiores colonizadoras que atuou na região e por muito tempo influenciou a vida política, econômica e social de Chapecó foi a empresa de Ernesto Francisco Bertaso, que abrangeu basicamente a área nos arredores da sede do município de Chapecó. “Num prazo de mais ou menos 30 anos, foi essa colonizadora a responsável direta pela vinda de mais de oito mil famílias” (BELLANI, 1991, p.57).

As empresas colonizadoras tinham como objetivo explorar os recursos florestais e vender lotes de terras, enquanto que para os migrantes o objetivo principal era cultivar a terra, para proporcionar uma vida melhor para sua família. A exploração madeireira, que se tornou a principal atividade econômica de Chapecó entre as décadas de 1930 e 1950, é a terceira atividade econômica da região, segundo Bavaresco. O autor coloca que o governo,

Impossibilitado de promover o desenvolvimento da região, deixou a encargo de empresas colonizadoras particulares. Essas empresas tinham somente objetivos econômicos, enquanto, para o governo, o importante era ocupar as terras e promover o desenvolvimento, onde apenas viviam os “fora da lei” e os foragidos do estado vizinho, Rio Grande do Sul (BAVARESCO, 2005, p.70).

Para a problemática dos fora da lei citado pelo autor, foi firmado um acordo na visita do governador (presidente de Estado na época) Adolfo Konder ao oeste de Santa Catarina em 1929. No dia 26 de abril, na margem do Rio Uruguai, em Iraí, encontrou-se Konder com o presidente gaúcho Getúlio Vargas para assinar um convênio policial. “[...] com o objetivo de reprimir o banditismo nas fronteiras interestadaes” (COSTA, 1929, p.9). Segundo o autor, esse termo “cessou essa anomalia”, onde até então “o banditismo havia assentado sua tenda”.

¹¹Esta companhia, com sede em Caxias do Sul, fundou em 1940 a Vila Oeste (Hoje São Miguel do Oeste).

¹²Com sede no Rio Grande do Sul, essa empresa foi criada para colonizar as terras dos herdeiros da Baronesa da Limeira. Dentre as várias áreas que colonizou podemos destacar Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo trazendo principalmente ítalo-brasileiros. Foi a maior das colonizadoras da região.

Além da busca por colonos que ocupassem e se fixassem na região, o governo e as colonizadoras buscavam incentivar também a vinda de “madeireiros, comerciantes, agrimensores e outros profissionais necessários para o desenvolvimento da região” (NODARI, 2009, p.56). A família de Olívio Baldissera já tinha uma serraria no Rio Grande do Sul e a vinda de um tio para Chapecó “para ver como era” fez com que boa parte da família viesse para a região.

Em 1936, um tio veio para Chapecó, voltou lá e influído de que aqui era só pinheiro, só pinhal, era um pinhalão. Conseguiu comprar uns pinheiro e veio aqui construir uma serraria onde é hoje o bairro São Pedro. Quando meu tio veio para cá, chamavam de louco. Os bandidos daqui estão tudo lá, vocês vão no meio dos bandidos. Mas viemos mesmo assim, o que nos atraiu foi a madeira, você serrava madeira, embalsava no Rio Uruguai e desci para a Argentina. Nós trabalhamos 20 anos descendo com madeira. Além da madeira, não tinha nada, só a agricultura que servia para o gasto. Viemos para cá pobres, viemos para melhorar de vida (BALDISSERA, 2012).

A propaganda sobre os pinheiros e a mata abundante atraiu vários comerciantes interessados em lucrar com o beneficiamento e venda da mesma. Além do beneficiamento da madeira, várias companhias colonizadoras investiram em outros negócios na região, como moinhos de trigo, erva mate, olarias, cerâmicas e comércio em geral. Entre 1936 e 1946, foram registradas 107 serrarias no livro registro de firmas comerciais da Comarca de Chapecó (BELLANI, 2006, p.90), sendo este o período de maior exploração madeireira da região.

Na região Oeste, mais de uma centena de firmas madeireiras se instalaram neste período. Assim foi que, em 1940, na cidade de Chapecó, foi criada a Sociedade Madeireira Xapecoense, com objetivo de amparar a classe dos madeireiros que exportavam para a Argentina via rio Uruguai, melhorar a produção e fundar um único escritório de venda aos consumidores [...] Em 1946, a referida Sociedade Madeireira foi incorporada à Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda.,

criada em 09 de setembro de 1944 (BELLANI, 2006, p.90).

Os compradores dessas madeiras que eram levadas pelo Rio Uruguai eram empresas Argentinas ou Uruguaias, como aponta a pesquisa de Bellani. Segundo a autora, em 1947, com dados pesquisados no Anuário Brasileiro de Economia Florestal de 1949, 75,5% do pinho exportado pelo Brasil foi comprado pela Argentina, e o Uruguai foi responsável pela importação de 7,9% (BELLANI, 1991, p.140). Portanto, juntas compravam 83,4% dos pinheiros brasileiros. Além da madeira, o que atraía compradores era a terra farta, que alguns buscavam como forma de “colocar” os filhos, como podemos ver no depoimento de Marcelo Cella. Na fala fica evidente também a fartura de madeira.

Meu avô comprou aqui na região de Chapecó 35 colônias¹³, e dividiu entre seis irmãos. Chegamos em Chapecó em 1938, tinham só umas casas e o resto era só pinheiro e mato, timbó mais que tinha. Primeiro serviço era começar a procurar madeira para fazer a casa e depois começaram a fazer a rocinha para plantar. Todos os tios vieram ajudar a construir a casa, em pouco tempo estava pronta, todas as tábuas eram serradas a mão (M. CELLA, 2012).

Como pode ser visualizado no depoimento, o tamanho das propriedades não era tão grande, mas no caso desse comprador, não era tão pequena, pois a maioria comprava uma colônia apenas. Acontecia que um mesmo comprador poderia adquirir várias áreas. Todas com documentação que garantiam aos colonos que suas terras tivessem limites definidos, ao contrário do que estava acostumada a população cabocla, que determinada certa área de uso baseada em rios ou mesmo “até onde a vista alcançava”.

As aquisições de terras pelos novos – ou mesmo antigos – colonos, a partir de 1917, seguiram os padrões e normas legais não só no que diz respeito à titulação dos registros, mas também às dimensões e limites das propriedades. Se antes era de praxe os registros apresentarem como limites

¹³ Cada colônia equivale a 25 hectares (250.000 metros quadrados).

das terras apenas os acidentes geográficos, como rios, matas, açudes etc., ou então – o que era ainda mais comum – fazerem referência apenas aos proprietários lindeiros, após 1917 os títulos traziam a demarcação das propriedades com precisão geométrica e topográfica (SILVA e ROSA, 2011, p.151-152).

A “prosperidade” que a atuação das companhias colonizadoras trazia para a região, tão desejada pelo governo, pode ser notada na fala de José Arthur Boiteux, ao acompanhar a viagem de presidente Adolpho Konder ao oeste em 1929. Impressionado com as vilas que se formavam ao longo do Rio Uruguai, Boiteux se entusiasma com os migrantes gaúchos.

[...] descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando áqueles rincões, até há pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza, - os referidos logares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso, para nós constituindo uma agradável surpresa e já nos preparando o espirito para muitas outras [...](BOITEUX, 1931, p. 10).

Esse entusiasmo pelo modo de vida dos migrantes era costumeiramente comparado ao modo de vida dos caboclos. Não são poucas as referências sobre seus costumes e modelo de cultivo da terra, principalmente em documentos oficiais. Wenceslao de Souza Breves, funcionário público, quando da sua permanência em Chapecó entre os anos 1920 e 1924, registrou em suas memórias a impressão que tinha dos modos de viver dos caboclos. Para ele, suas moradias eram “uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. As vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos. Nada mais”(BREVES, 1985, p.22).A crítica se estendia ao sistema de trabalho, que considerava “o mais absurdo e atrasado. Bastava dizer que os agricultores não conheciam o uso de antiquíssima ferramenta agrícola chamada enxada. Faziam suas roças apenas com foice, machado e ...fogo” (BREVES, 1985, p.21).

O autor cita várias vezes que terras eram oferecidas aos caboclos para compra, mas que poucos o faziam, pois queriam áreas maiores, que o Estado não oferecia. Breves concluiu que “os caboclos, em geral, não pensavam em ser proprietários. O ideal para eles, seria continuar como

intrusos” (1985, p.32). Pelas suas constantes falas, o autor argumenta que os caboclos não compravam terra porque não queriam compromisso com um local, porque era mais fácil para eles se mudarem quando precisassem, porque “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça” (BREVES, 1985, p.32). Finaliza apontando que

De uma gente desse feitio não se poderia esperar que vissem com bons olhos, o projeto de vinda dos colonos, gente de mentalidade completamente diferente. E se eles se sentiam felizes como viviam, não podiam ser culpados por isso. Ao município e ao Estado, porém, essa situação não podia interessar, porque eles nada produziam (BREVES, 1985, p.32).

Os caboclos não eram o ideal de colonização que se almejava. E as colonizadoras eram peça chave em auxiliar o governo a destinar o oeste catarinense aos “bons agricultores” gaúchos. As exuberantes matas favoreceram os negócios das colonizadoras, pois as mesmas eram um “diferencial” que podiam oferecer aos compradores de terras. “Mas de nada adiantariam estas matas se não houvesse um mercado comprador interessado. Esta combinação de matéria-prima, da instalação das serrarias e da existência de um mercado consumidor fazia com que a região se tornasse um polo de atração dos colonos” (NODARI, 2012, p.40).

Com a criação de núcleos de colonização dirigida, separando italianos, alemães, católicos e protestantes, criavam-se núcleos organizados e por vezes até um tanto fechados (o caso de Itapiranga). Ao se fortalecerem em torno de uma cultura, o menosprezo ao que era diferente se intensificava. Os caboclos que não migraram para outras regiões acabaram, em grande parte, servindo de mão de obra para trabalhos “pesados”, como roçar a mata, abrir estradas e trabalhar nas madeiras. Para Breves, os caboclos passam a ser minoria e “Seus antigos costumes vão desaparecendo, para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outros” (1985, p.9). A escolha dos descendentes de alemães e italianos pelo oeste catarinense era na crença de “[...] que poderiam recriar as suas práticas sócio culturais, ideia que era passada pelas próprias colonizadoras” (NODARI, 2010, p.140). Além disso, “alemães e italianos são a nacionalidade mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis bons agricultores” (SEYFERTH, 2002, p. 120).

2.4 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO OESTE CATARINENSE

Worster defende que “vivemos depois de uma revolução provocada pelas forças explosivas do moderno capital, da tecnologia e do materialismo” (2012, p.379). Moderno capital que nas primeiras décadas do século XX levou a intensas transformações no oeste catarinense. Segundo o mesmo autor, “A mudança desfaz a ordem, mas também estabelece uma nova ordem” (WORSTER, 2012, p.372). Nova ordem essa que se construiu a partir da chegada das colonizadoras, e com elas, os migrantes gaúchos.

A colonização oestina pelos colonos gaúchos descendentes de imigrantes europeus representava para o governo a possibilidade de desenvolvimento da região. A exuberância da natureza é relatada em diversos documentos oficiais e relatórios. Além da exuberância, é elogiado também o trabalho das colonizadoras em favor do progresso da região. Os documentos mais conhecidos são os relatos produzidos pós-viagem do presidente Konder em 1929. Costa, por exemplo, cita que os núcleos “muito apreciáveis” de Palmitos, São Carlos, Cascaes, Mondahy e Itapiranga foram “inteligentemente explorados pelas empresas Sul do Brasil e Chapecó-Pepery Limitada” (1929, p.18).

A exaltação da natureza com frases como “A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras que vedam a visão do firmamento” (COSTA, 1929, p.29) contrastam com afirmações como “No meio daquela floresta selvática e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono em que se encontra, tão longe dos recursos da civilização, para os quaes não lhe é possível appellar” (COSTA, 1929, p.29). O argumento do sertão selvagem e do isolamento das populações que estavam colonizando a região foram uma constante nos discursos governamentais, como um dos fatores para a necessidade da derrubada das florestas e da urgência da ocupação da região pelos migrantes gaúchos.

Figura 2 - Xanxerê na década de 1930: paisagem em transformação



Fonte: Acervo Casa Fritz Plaumann

No momento da viagem de 1929, segundo RENK, havia um desconhecimento da região. Os mapas ainda mostravam o local como zona desconhecida. “Não podia ser considerada a distância espacial e social da capital. Neste sentido, não é gratuita a reivindicação de meios de transporte” (RENK, 2005, p.120). Mesmo que a demarcação político administrativa de Chapecó tenha ocorrido em 1917, a viagem de presidente Konder “pode ser tomada como um ato inaugural, para além de um rito de passagem, pela incorporação simbólica dessa região a Santa Catarina” (RENK, 2005, p.120). Segundo a pesquisadora, a viagem não provocou mudanças na paisagem da região. Mas, “enquanto fala autorizada seguramente foi demonstrativa da vontade política do Estado em transformá-la em “paisagem colonial” e apontá-la enquanto área à “espera de braços” para a ocupação, dentro de um quadro de “vocação agrícola”” (RENK, 2005, p.127).

A atividade madeireira, que se fortalece nos anos após a vinda do governador ao oeste, pode ser caracterizado como o período em que houve a maior transformação ambiental da região. Com a intensa chegada dos migrantes gaúchos e a instalação das serrarias, começa uma grande transformação cultural e da paisagem “[...] com a introdução de grupos humanos distintos dos antigos habitantes, visto que uma floresta até então densa, transforma-se em pequenos fragmentos” (NODARI, 2010, p.137).

Estes fragmentos passam então a ser ocupados por diversas atividades como a agricultura de subsistência, criação de animais (principalmente suínos) e, após a década de 1950, as monoculturas de trigo e soja e os campos de pastagens para criação de gado. O advento dos migrantes levou a primeira e mais impactante alteração intensiva na paisagem do oeste catarinense: a derrubada da floresta para o comércio da madeira e para a agricultura.

Com as florestas esgotadas no estado vizinho, o desmatamento ganha força em Santa Catarina após 1930. “Os interesses econômicos estão em jogo em todas as fases da devastação, nas quais as florestas eram percebidas como fonte potencial de renda. Os grupos de interesse envolviam desde pequenos madeireiros locais e regionais até grandes corporações” (NODARI, 2012, p.252). Nodari salienta que os pequenos madeireiros eram parceiros das colonizadoras para “deixar a área ‘limpa’ para a fixação das colônias”. No oeste, a devastação foi intensa com a chegada dos imigrantes e dos migrantes, pois eles “enxergavam a floresta como empecilho para as suas futuras lavouras” (NODARI, 2012, p.252).

Figura 3 - Vista parcial da derrubada da mata na região de Seara, na década de 1930



Fonte: Acervo Casa Fritz Plaumann

Duas formas de transformação da paisagem podem ser percebidas mais intensivamente após a chegada dos migrantes e das madeireiras. Primeiro, a derrubada das matas. Segundo, a partir da década de 1960, o esgotamento dos solos agrícolas, pela constante atividade “predatória” e “mineradora” do solo.

Vamos primeiramente abordar alguns aspectos da destruição da paisagem florestal. Segundo Nodari, “A região Oeste de Santa Catarina até o final do século XIX e início do século XX era coberta por duas formações florestais: a floresta estacional decidual (FED) e a floresta ombrófila mista (FOM) ou floresta da araucária” (NODARI, 2010, p.138). Conforme a autora, a cobertura Florestal original representava 81,5% da área do estado. Dados do IBGE mostram que a floresta ombrófila mista ocupava 43,7%; a floresta ombrófila densa, 27,4% e a floresta estacional decidual 10,4% da área do estado.

Estima-se que a FED seja um dos ecossistemas mais devastados do Brasil, com o agravante de que no Estado de Santa Catarina não existe nenhuma reserva floresta legal desta tipologia. Levantamentos recentes indicaram que restam dela apenas 3%, na forma de fragmentos de

tamanho muito reduzido e com constantes pressões antrópicas que ameaçam a total destruição desses remanescentes (NODARI, 2010, p.139).

Com dados encontrados no jornal “A Imprensa”, do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, Nodari mostra que “foi estimado em 1500km², ou 1,57% da área do Estado, a superfície mínima afetada por desmatamento no período 1933-1938, causando especial extração do pinheiro do Brasil”. Em entrevista a Bellani em 1983, Hugo de Almeida Campos fala sobre a exuberância dos pinheiros no oeste “[...] existia por todo lado, mais de duzentos mil pinheiros. Ai no Bormann era um fechado. Aqui em Chapecó (cidade), essa área dos Santos, era tapado de pinheiro, pinheiro de metro. Daqui (Chapecó) até Guatambu, Caxambu, Águas, São Carlos (hoje município) só tinha pinhal” (BELLANI, 1991, p.96).

Como principal mercado consumidor de toda essa madeira, temos a Argentina, que comprava a madeira que descia em forma de balsas nas cheias do Rio Uruguai. Em notícia encontrada em 1939 num jornal local, Nodari evidencia que, em uma enchente daquele ano “desceram para a República Argentina talvez trezentas balsas de madeira dos municípios marginais, tendo assim ocupado aproximadamente dois mil homens” (NODARI, 2012, p.253). Aqui cabe ressaltar também o papel do rio Uruguai e sua navegabilidade na época de cheias como fator primordial de fixação do homem na região e na formação de grupos econômicos.

Figura 4 - Balsa de tábuas sendo preparada para descer o Rio Uruguai, na altura do Porto Goio En, em Chapecó, por volta da década de 1960



Fonte: Acervo Vitorino Zolet

Sua importância se media nos anos que não dava enchente. Segundo Tosi, no início dos anos 1950, após a queima da igreja¹⁴, a economia de Chapecó havia parado. “Chapecó vivia das madeiras, jogando a madeira no rio Uruguai e vivia-se da madeira. E para piorar, deu dois anos sem enchente. Esse fato estagnou mais ainda a cidade. O comércio não tinha dinheiro, parou tudo” (TOSI, 2012). Em uma cidade que dependia do dinheiro da venda da madeira, a falta da cheia se tornava um grande agente estagnador da economia local. Relato idêntico pode ser observado nas memórias escritas de Breves “Não haviam em Chapecó grandes comerciantes. Só a erva-mate e a madeira canalizam dinheiro para o município. No ano em que o rio Uruguay não dava enchente, todos aqueles que trabalhavam em madeira entravam em crise” (1985, p.32).

¹⁴Sobre esse fato, consultar HASS, Mônica. O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2013.

Figura 5 - A extração da madeira movimentou a economia de Chapecó por várias décadas



Fonte: Álbum fotográfico de Xapecó, década de 1930, autor desconhecido, in Pizzolatti (1996)

Essa relação do homem com a natureza, onde o colonizador via a mata e o sertão como algo a ser dominado, fez com que a paisagem se transformasse não apenas em relação a derrubada de árvores. A diversidade animal também sofreu de uma forma brutal a intervenção humana. Segundo Marcelo Cella, que chegou na região ainda criança, em 1939, uma das diversões das crianças era “matar passarinho de bodoque. Quando viemos aqui podia escolher os passarinho para matar, de tanto que tinha, sabiá e pomba não se matava porque era pequeno, naquela época tinha tigre, leão, porco do mato, jaquatirica, bugio, anta, veado” (M.CELLA, 2012). Com o passar dos anos, a número desses animais foi diminuindo, e a maioria deles há muito tempo não faz mais parte da paisagem regional. No entanto, Nodari alerta que “Temos que prestar atenção ao fato de que povos diferentes escolheram formas distintas de interagir com o ambiente circundante e que suas escolhas têm ramificações não somente na comunidade humana, mas também no ecossistema maior” (NODARI, 2010, p.137).

A exploração madeireira foi intensa entre as décadas de 1930 e 1970, diminuindo a partir disto. Segundo documentação analisada por Nodari, até a metade do século XX somente as madeiras mais

valorizadas pelas serrarias eram selecionadas para venda. Contudo, “como os estoques florestais das espécies de maior valor se reduziram rapidamente devido a extração sem controle e à progressiva demanda por madeira, as espécies de menor importância na primeira fase foram paulatinamente valorizadas” (2012, p.36). As pesquisas da autora apontam também que as madeiras mais valorizadas ao iniciar a colonização foram o cedro, louro, cabreúva e pinheiro (araucária). Na Tabela 1, podemos visualizar o quanto de madeira se produzia no sul do Brasil, pelo menos oficialmente computados pelo Instituto Nacional do Pinho. Podemos visualizar que da região sul, Santa Catarina é um dos maiores produtores de madeira no período analisado.

Tabela 1 - Produção de madeira em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

PRODUÇÃO DE MADEIRA EM M ³ DE SC RS e PR, SERRADA E BENEFICIADA SEGUNDO GUIAS EMITIDAS PELO INP DE 1945/1948						
PRODUÇÃO EM METROS CUBICOS						
U.F./	P I N H O		S E R R A D O			
Ano	45	46	47	48	Total	%
PR	536.859	466.577	563.294	568.568	2.135.298	39,4
SC	486.459	442.960	506.748	461.092	1.897.259	35,0
RS	368.802	393.198	169.285	435.510	1.366.795	25,6
TOTAL	1.392.120	1.302.735	1.239.327	1.465.170	5.419.352	100,0
P I N H O B E N E F I C I A D O						
PR	148.888	163.246	179.299	195.836	687.269	49
SC	84.768	115.952	109.407	88.170	398.297	28
RS	85.034	67.785	89.706	69.813	312.338	23
TOTAL	318.690	346.983	378.412	353.819	1.397.904	100
OUTRAS MADEIRAS (DURAS OU DE LEI)						
S E R R A D A S						
PR+	-	51.204	-	-	51.204	3,2
SC	288.513	296.645	285.471	201.287	1.071.916	66,8
RS	66.614	157.013	130.819	126.460	480.906	30,0
TOTAL	355.127	504.862	416.290	327.747	1.604.026	100,0
B E N E F I C I A D A S						
PR+	1.200	330	-	-	1.530	3,2
SC	8.789	12.471	13.462	10.664	45.386	95,7
RS	234	233	-	-	467	1,1
TOTAL	10.223	13.034	13.462	10.664	47.383	100,00
+ A produção PR em 47 e 48 foi computada com a de Pinho Serrado						
da em 1000 m ³						
+ A produção PR em 47 e 48 foi computada com o pinho beneficiado, avalia-						

Fonte: Reprodução do Anuário Brasileiro de Economia Florestal, INP, Rio de Janeiro. Ano 2
nº 1949.

Fonte: Bellani (1991, p. 137)

Para Nodari, um dos principais fatores que contribuíram para a devastação da “mata branca” nessa região “foi a derrubada da mata pelo machado seguida de queimadas e a introdução indiscriminada do uso da motosserra, aliadas a falta de conscientização por parte da pessoas” (NODARI, 2012, p.37-38).

A “mata branca”, ou FED, estava localizada primordialmente as margens do Rio Uruguai, adentrando em Santa Catarina mais intensivamente em alguns locais e outros menos. Defende Nodari que esta proximidade com o Rio, que era a principal via de escoamento das madeiras “[...] fez com que a devastação nessas áreas fosse rápida, comparada com os locais mais afastados” (NODARI, 2012, p.38).

Apesar de algumas leis que foram criadas pelo Estado, principalmente o Decreto-Lei n.132, de 11 de julho de 1938¹⁵ e o novo Código Florestal de 1960, o processo de degradação da cobertura florestal no oeste de Santa Catarina foi intenso e devastador devido a “não observação da legislação vigente e do pouco controle dos órgãos governamentais, que, quando estavam presentes, geralmente eram aliados dos empresários madeireiros e colonizadores” (NODARI, 2010, p.146). Bellani nos mostra em sua pesquisa que a imprensa local, em 1940, já fazia alguns alertas para a exploração intensiva das florestas na região. “A imprensa local não se furtou de mencionar todos os problemas da exploração desenfreada dos recursos naturais, cobrando a utilização de mecanismos relativos ao replantio de árvores, por parte das autoridades constituídas, e, principalmente, dos serradores” (BELLANI, 1991, p.130).

Citando um estudo de John R. McNeill, Nodari aponta que a inclusão da região Sul na economia nacional e transnacional no início do século XX foi uma das responsáveis pelo desmatamento na região. “Esta abertura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul significou o desaparecimento de um grande ecossistema peculiar a este canto do mundo” (MCNEILL, 1988, in NODARI, 2010, p.146). Analisando a devastação da Mata Atlântica brasileira, Warren Dean aponta que “Quase todas as transformações econômicas dos anos 50 aos anos 70 que poderiam ser chamadas de desenvolvimento estavam confinados à região da Mata Atlântica” (DEAN, 1996, p.281).

¹⁵Nodari aponta que esse decreto, do governo de Santa Catarina, exigia das colonizadoras que ao venderem ou arrendarem lotes rurais, elas ficariam obrigadas a manter viveiros de mudas para replantio das áreas (2012, p.48).

No alvorecer do pós guerra-mundial, uma nova e terrível ameaça se projetava sobre a Mata Atlântica – sobre o que restava dela. Era uma ideia, na verdade, uma obsessão, chamada “desenvolvimento econômico”: a proposta de que se podia conceber políticas de governo que estimulariam a acumulação de capital e a industrialização e, com isso, um ritmo de crescimento econômico muito mais rápido que qualquer outro experimentado na história (DEAN, 1996, p.280).

A exploração da madeira sem dúvida causou grande degradação do ecossistema até os anos 1970/1980. Mas após a década de 1940 e 1950, a agropecuária também passou a entrar no rol de atividades que afetaram intensamente o ambiente, com destaque para o processo de modernização após 1970, com a instalação das agroindústrias.

A chegada dos migrantes para ocupação dos espaços transformou a paisagem do “sertão catarinense” em paisagem colonial de “civilidade e progresso”, conforme almejava o Estado. Na Figura 6 podemos visualizar um exemplo de transformação da paisagem. Uma das primeiras atitudes dos migrantes era a derrubada da mata e queima da mesma. Uma prática parecida com a dos caboclos, que habitavam a região antes da chegada dos mesmos. Com uma diferença: caboclos queimavam, plantavam, usavam por algum tempo e depois deixavam a terra descansar, ao contrário dos migrantes que a usavam de maneira intensiva. É claro que a limitação de terras por família dificultava uma maneira diferente de lidar com a terra.

Figura 6 - O “sertão” transformado em paisagem colonial. Colônia Berger, 1938



Fonte: Acervo Casa Fritz Plaumann

Devido a fertilidade do solo, as terras produziam por muitos anos sem necessidade de adubação. Terra limpa e nua, sem nenhum mato ou erva daninha para atrapalhar, era sinônimo de agricultor “caprichoso”. Essa forma de trabalho era comparada constantemente com o trabalho dos caboclos, que não utilizavam enxada, arado ou grade. A crítica ao trabalho com a terra dos caboclos pode ser percebida nas memórias de Breves.

Feita a plantação, cujas covas eram abertas com a ponta da foice ou com uma cavadeira de madeira, a roça não era capinada. A terra virgem e forte fazia com que o milho e o feijão crescessem mais depressa que o mato. No ano seguinte faziam nova derrubada e assim iam até que a nova derrubada se transformasse em capoeira. Tudo para não usarem enxadas que achavam ser ferramenta própria de mulher (BREVES, 1985, p.21).

Essa “rotação” nas áreas de cultivo era também criticada pelo autor, que aponta que os caboclos faziam suas roças com “machado, foice e fogo”. Essa prática os transformava em “[...] grandes devastadores de matas. Gostavam sobretudo de derrubar matas virgens e

capoeirões, porque a madeira derrubada dava bom facho para o fogo” (BREVES, 1985, p.210). O sistema de trabalho dos caboclos era referido como “preguiça” de trabalhar a terra, não como um modo de cuidar da renovação da fertilidade. Grande parte da literatura que discute os colonos catarinenses oriundos do Rio Grande do Sul salienta positivamente seu “dom” para a atividade agrícola. “O trabalho é, por excelência, a categoria para se representarem e enaltecem: avançaram no espaço geográfico, venceram as matas, plantaram colônias e cidades” (RENK, 2000, p.180). O enaltecimento dessa “vocação” para o trabalho

[...] os distingue e afasta dos outros, daqueles que “  o trabalham”, como os brasileiros. Nesse sentido    elucidativo recorrer    literatura da coloniza  o, quando aponta o trabalho do colono enquanto virtude étnica. O   f  cio da terra e na terra era uma atividade nobre. Cavar a terra, dom  -la, tirar os frutos era um trabalho étnico, em oposi  o aos outros (RENK, 2000, p.181).

Para Bavaresco, “O privado, o ter, o possuir eram valores muito preservados nas famílias que migravam. A aquisi  o de terra, os bens, isso tudo era adquirido com o fruto do trabalho, com o suor do dia-a-dia” (2005, p.106). O que os colonos defendiam como seus valores, contudo, “se chocavam com o modo de vida do caboclo”. Seus costumes se diferenciavam dos migrantes e sofriam muitas críticas, principalmente pela não explora  o intensiva do solo.

Essa explora  o intensiva da terra por parte dos migrantes, ao contrário do descanso que os caboclos davam a mesma, levou a um progressivo esgotamento do solo. Os anos 1950, 1960 e 1970 foram as décadas em que esse problema se intensificou, levando a erosão intensa e produtividades cada vez menores nas áreas que antes produziam “por si só”. A camada de húmus que havia no início da coloniza  o já não existia mais. Além da terra menos produtiva, as mudanças no modelo produtivo com implanta  o de um sistema intensivo de cria  o de suínos, o incentivo ao uso de adubos químicos para melhorar a produtividades e defensivos para combater pragas afetou diretamente o ambiente regional.

Com a diminui  o de importância econômica da madeira, a instala  o de agroindústrias a partir de meados do século XX mexe novamente com a estrutura ambiental da região. Uma das maiores agroindústrias a se instalar na região, a Chapecó S.A., tinha como

capital de investimento dinheiro obtido com exportação de madeira, já que seu fundador, Plínio Arlindo de Nês, fora madeireiro exportador.

A maior exploração da terra e do homem neste novo período agroindustrial mostra uma conjuntura em que se desenvolvem mais intensivamente as relações capitalistas de produção também na agricultura familiar do oeste catarinense. Um momento em que novos modelos produtivos, baseados no incentivo ao consumo de insumos “modernos” como tratores, adubos químicos e pesticidas, passa a transformar a praticamente autônoma propriedade rural em uma extensão das agroindústrias. Para Sorj “A expansão do complexo agroindustrial no Brasil se funda no próprio crescimento da produção agrícola na media em que esta cria o mercado necessário para sua realização” (SORJ, 1986, p.29). De acordo com Silva (1981, p.6), ocorre um processo de industrialização da agricultura, que nos períodos de 1960 e 1970 é muito mais acelerado que anteriormente.

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou “desenvolvimento do capitalismo no campo”. O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. Como se o sistema capitalista passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver a falta de água; se é um brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se e assim por diante (SILVA, 1981, p.6).

Uma verdadeira correção da natureza passa a se efetivar nos solos do oeste catarinense após a metade do século XX. Acidez, “falta” de nutrientes, solo “fraco”, e tantos outros “problemas” apontados são “facilmente resolvidos” pelas novas tecnologias. No capítulo III vamos aprofundar a discussão sobre os principais impactos da intensa modernização no meio ambiente da região oeste.

Neste momento, vamos passar a analisar em que contexto agrário estava inserido todo o processo de ocupação da região oeste de Santa Catarina, sabendo que o Brasil tinha um projeto de ocupação de “vazios demográficos”, de marcha para o oeste, de “branqueamento da

população” e de modernização da agricultura brasileira, considerada o atraso na nação.

2.5 ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E A MODERNIZAÇÃO PÓS-CRISE DE 1929

Antes de 1930 pode se distinguir os rumores de um desenvolvimento capitalista autoritário. Mas é efetivamente depois de 1930 que gradativamente adquire consistência ao nível da política econômica, permitindo-nos começar a distinguir a sua “evolução” (VELHO, 1976, p.128).

Ao pensar historicamente os diferentes momentos da ocupação da terra no Brasil, podemos ligá-la basicamente a exploração intensiva de recursos naturais e a grandes lavouras destinadas a exportação, subordinadas ao capital mercantil. “[...] cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituída e geograficamente localizada” (MAZOYER, ROUDART, 2010, p.75). A exploração florestal foi a primeira grande atividade econômica brasileira, seguida da atividade açucareira ou monocultura da cana no Brasil Colônia, do café no Brasil Império e também na República e mais recentemente, o caro chefe dos grandes proprietários de terra é a soja, apesar de uma maior diversificação de culturas.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principais delimitações geográficas dessa pesquisa, tiveram uma ocupação efetiva tardia, que priorizou a colonização oficial em pequenas propriedades através dos imigrantes europeus, onde a diversificação da produção para o consumo próprio e dos excedentes para abastecer o mercado interno era prioridade. Esse modelo era diferente da característica agrária do centro oeste e do nordeste, onde a concentração de riquezas e o latifúndio geraram um tipo de riqueza para poucos, que não promoveu o desenvolvimento social da população.

A principal mudança na estrutura agrária brasileira que mexeu intensamente com um modelo vigente há séculos foi a Lei de Terras de 1850. Segundo Silva (1980, p.25), essa lei “[...] teve um importância crucial na história brasileira na medida em que, através dela, se instituiu, juridicamente, uma nova forma de propriedade de terra: a que é mediada pelo mercado”. Em seu Art. 1º a lei determina que “Ficam proibidas as

acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.¹⁶ Segundo Poli,

A formação dos diversos personagens que compõem o campesinato brasileiro se deu através de uma lógica que privilegiou a constituição e a preservação da grande propriedade, o controle do processo político pelos grandes proprietários rurais e a exclusão econômica, política e cultural dos homens livres e pobres que viviam no campo (POLI, 2008, p.21).

Até por volta da década de 1920, a economia brasileira era baseada na agricultura, principalmente nas monoculturas de exportação. O colapso do modelo agro exportador vem com a crise de 1929, que afeta não só o Brasil, mas o mundo inteiro. A partir dessa depressão, reorganizam-se as forças sócio econômicas que pensarão não somente novas políticas agrícolas brasileiras, mas também novas políticas econômicas. Até então, o grande incentivo a monocultura significou déficit de produção de alimentos em favor de uma política de exportação, o que tornou o Brasil muito dependente das oscilações de mercado. O trigo, e mais tarde a soja, foram os principais produtos do rearranjo social da agricultura brasileira, além do início de uma era de grande interferência do Estado na economia, regulamentando leis e promovendo incentivos à industrialização.

De acordo com a ideologia dominante o Brasil possuía uma “vocação agrícola” e tinha que ser fiel a esta. Aceitava-se que jamais seríamos capazes de produzir bens industriais tão bem quanto a Inglaterra e outros países e que se o tentássemos e nós tornássemos protecionistas certamente sofreríamos represálias contra as nossas exportações agrícolas. Enquanto não houvesse uma crise realmente séria no mercado internacional, o liberalismo no sentido econômico e a ideia de uma divisão internacional do trabalho “natural” satisfazia plenamente à classe dominante (VELHO, 1976, p.121).

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

A crise que o autor fala que poderia mudar a economia predominantemente agrária do Brasil foi a crise de 29, que afetou a economia mundialmente. Nem os distúrbios econômicos dos produtos agrícolas da década de 1920, o fraco desempenho da incipiente indústria e os conflitos entre as classes dominantes tradicionais e o oficiais que “representavam a ideia de seguir os passos dos países “avançados” no plano econômico e sobretudo no plano político”, haviam sido o suficiente para promover mudanças profundas “Foi somente quando a crise de 1929 refletiu-se sobre o Brasil que com o encolhimento do excedente redistribuível as contradições oligárquicas regionais interiores ao sistema tornaram-se antagonistas” (VELHO, 1976, p.124) Segundo o autor, a partir da década de 1930 “Mudanças importantes ocorreram, mas laços muito estreitos com o passado foram mantidos”.

O processo de substituição das importações que é deflagrado pelo governo brasileiro, a fim de enfrentar a desvalorização da moeda brasileira e proteger o poder de compra de setor cafeeiro, acabou encorajando a indústria nacional a investir. O Estado passa a não ser mais apenas um mediador da economia, principalmente a partir da década de 1940, quando passou a ser um agente direto de transformação do processo econômico brasileiro. “O desenvolvimento com o tempo foi se tornando uma política consciente na forma de ideologia nacionalista” (VELHO, 1976, p.127). O compromisso do Estado

Consistia principalmente em não atacar diretamente o sistema tradicional, mas em construir o que parecia ser uma estrutura paralela. Isso significou, acima de tudo, não tentar nenhuma interferência no campo, mas concentrar os esforços governamentais na industrialização urbana, apoiando a burguesia nacional emergente e mesmo mobilizando até um certo ponto a força de trabalho urbana sob o populismo como um agente de modernização. A Segunda Guerra Mundial favoreceu essas tendências, tornando ainda mais necessário produzir dentro do país os bens que temporariamente não podiam ser importados e aumentando o poder de barganha do Brasil na arena política internacional (VELHO, 1976, p.127).

Enfatiza o autor que os excedentes da agricultura passaram a ser reinvestidos na indústria, transformando-a, em algumas décadas, em

maior partícipe da renda nacional, ultrapassando a agricultura que durante séculos havia estado no topo da economia. Entre 1933 e 1955, conforme Silva (1981), a industrialização se faz pela “substituição das importações”. Até então, a indústria priorizava produzir gêneros de consumo como tecidos, louças e chapéus. A partir do pós guerra, “se faz necessário implantar a indústria pesada no país: siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc. – o que é feito no período de 1955/61” (SILVA, 1981, p.11) Com o lema “crescer 50 anos em 5”, esse período do governo de Juscelino Kubitschek ficou conhecido pela construção da nova capital (Brasília), pelo projeto de desenvolvimento do interior do país e sua integração com os centros econômicos, além do intenso desenvolvimento econômico porque passou o Brasil nesses anos. Um verdadeiro projeto “modernizante”.

Para Silva (1981, p.11) “resolvido o problema da indústria, vai-se iniciar o que se poderia chamar industrialização da agricultura”. A partir de então, ocorre intensivamente uma rearticulação do sistema agrário, considerado até então símbolo do atraso brasileiro. “Até a década de 1940, um período de certa forma diferente para as diversas colônias, a agricultura é marcada por uma fase de estagnação e mesmo de retrocesso, tanto em relação a produtividade física quanto ao desenvolvimento tecnológico” (CORADINI, 1982, p.20).

[...] essa rearticulação da progressiva especialização em determinados produtos é determinada por fatores que extrapolam a região e a própria agricultura em si. Entre esse fatores podem ser enumerados o novo padrão de industrialização e urbanização do país, a política governamental e o progressivo fortalecimento e diversificação agroindustrial (CORADINI, 1982, p.20-21).

A implantação de fábricas de implementos agrícolas, fertilizantes, rações e medicamentos veterinários passou a ser incentivada a partir da década de 1960. Toda essa produção, logicamente, necessitava de um mercado consumidor. “Para garantir a ampliação desse mercado, o estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais” (SILVA, 1981, p.11).

Dois momentos dentro desse processo de modernização são importantes desencadeadores do que vai se construir como política de modernização da agricultura: a concessão de crédito - principal instrumento de expansão do capitalismo - e a atuação da AIA (American International Association for Economic and Social Development).

O marco inicial da consolidação da assistência financeira e demais políticas dirigidas à agricultura brasileira de maneira mais sistemática pode ser considerado a criação da CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil, em 1937. Em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo Governo federal, foi permitido que toda a rede bancária dele participasse. A participação dos bancos particulares, visto que os juros reais para a agricultura são negativos — inferiores à taxa de inflação —, tem por base a Resolução nº 69, segundo a qual os bancos particulares devem aplicar 10% de seus depósitos no crédito agrícola ou recolhê-los ao Banco Central, recebendo um juro de 7%. Outra forma de aumentar o montante de recursos para o crédito agrícola foi a criação do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) para receber os recursos dos bancos privados e de outras fontes como financiamentos externos e usá-los no financiamento agrícola (CORADINI, 1982, p.49).

O crédito foi “[...] a mola mestra da modernização da agricultura brasileira” (ESPÍNDULA, 1999, p.60). As concessões de crédito são consideradas entre os especialistas o principal impulsionador da nova política agrícola, apesar de que nas primeiras décadas ficou restrito a médios e grandes produtores. A intensificação do processo de urbanização/industrialização exigia também uma maior produção de alimentos e gêneros que atendessem essa demanda. O crédito para produzir foi, portanto, fundamental para o êxito da desejada modernização. “O Crédito agrícola se transformou sem dúvida no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor do maquinário agrícola” (SORJ, 1986, p.89).

Outro determinante dessa nova fase é a abertura das nossas divisas à atuação de empresas multinacionais, e em especial, o

estreitamento da relação do Brasil com os Estados Unidos. Em meados do século XX, o ideal expansionista dos norte americanos era expresso nas palavras do presidente Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, em sua posse. Esse discurso, segundo aponta Silva (2009, p.25), mostrou indícios claros de que o país queria ser “[...] um elemento ativo no auxílio a modernização dos demais países, levando industrialização, urbanização e crescimento da produção material e dos níveis de vida e ideais educacionais e culturais moderno”. A atuação da AIA no Brasil, com sua “filantropia modernizadora” da nossa “atrasada” agricultura é um dos maiores exemplos.

Fundada sob a égide de um grupo de norte-americanos mais bem representados na figura de Nelson Rockefeller, a AIA foi uma agência filantrópica conhecida no Brasil principalmente por introduzir de forma sistemática os programas de extensão rural de acordo com o modelo norte-americano. Talvez diante desse fato e das consequências que o processo de modernização da agricultura trouxe para o Brasil e a América Latina, assim como o aprofundamento das relações políticas, econômicas e culturais entre Brasil e EUA durante a ditadura militar (1964-1985), muitas polêmicas envolveram o nome de Nelson Rockefeller no país, ora interpretado como um ‘brilhante’ homem de negócios, como um ‘missionário’, ora como um dos símbolos máximos do imperialismo ianque (SILVA, 2013, p. 1697).

De acordo com o mesmo autor, “Nelson Rockefeller esteve à frente da agência que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas pró-saneamento e alfabetização” (SILVA, 2013, p.1698). Sua atuação foi polêmica e de abrangência sul americana. Ela foi “Enaltecida ou criticada por engenheiros-agrônomos e ambientalistas como a agência que difundiu o modelo norte-americano de extensão rural para a América Latina, trazendo ‘desenvolvimento’ e/ou ‘devastação ambiental’” (SILVA, 2013, p.1698). Aponta Silva que a agência teve importância fundamental na implantação e adaptação tanto de programas de crédito e assistência técnica, como nos projetos de

extensão rural em vários países da América Latina após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961, sendo que, entre 1961 e 1968, essa agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no cerrado e à criação de uma agência de desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o Brasil central e a construção de Brasília (SILVA, 2013, p. 1698).

Duas experiências foram iniciadas pela AIA no Brasil: a primeira aconteceu no interior de São Paulo “[...] nas cidades de Santa Rita de Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, iniciadas formalmente em 1949 e 1950, respectivamente, e encerradas por volta de 1956”. Outra experiência realizou-se em Minas Gerais, em cooperação com o governo estadual “[...] considerada o maior sucesso da AIA no Brasil: a criação da ACAR¹⁷ em dezembro de 1948” (SILVA, 2009, p.87). As práticas da ACAR no estado mineiro foram posteriormente difundidas em vários estados brasileiros, inclusive Santa Catarina.

A atuação da AIA foi uma das grandes impulsionadoras de uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas, sendo uma das responsáveis pelo que se chama de Revolução Verde. A Revolução Verde fomentou a criação e difusão de novas sementes e práticas agrícolas, que acarretaram num grande aumento da produção agrícola em países menos desenvolvidos entre os anos de 1960 e 1970. Foi um programa idealizado pela Fundação Rockfeler¹⁸ ainda na década de 1920, que visava aumentar a produção agrícola por meio da alteração genética de sementes, uso em grande escala de insumos industriais, mecanização, administração da propriedade e redução de custos de produção.

¹⁷Associação de Crédito e Assistência Rural

¹⁸Criada em 1913 nos Estados Unidos da América, a fundação tinha como missão promover no exterior, principalmente em países subdesenvolvidos, o estímulo a saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. As primeiras atividades do Brasil se iniciaram em 1916, no Rio de Janeiro, com pesquisas e ações relacionadas as doenças endêmicas do país. Nessa área, suas atividades se encerram em 1942, quando o Estado assume as funções por ela outrora executadas.

Com essas inovações, grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agrícola passaram a se instalar no Brasil. A fraqueza do capital nacional tanto privado quanto estadual, em relação ao capital externo, além dos incentivos governamentais aos grandes grupos internacionais, acabou impulsionando o forte investimento do capital multinacional na “indústria agrícola” brasileira. Coradini aponta que o pressuposto da “dinâmica da expansão do capitalismo é definida essencialmente por forças exógenas à agricultura em si, que têm sua produção industrial da grande empresa seu polo dominante” (1982, p.15).

Além do forte investimento externo na modernização da agricultura, em 1973 foi criada a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Ela foi responsável pelo desenvolvimento de novos cultivares adaptáveis aos mais diversos climas do país, além de investimentos em melhoramento genético e sanitário do rebanho brasileiro, e também promoveu incentivos a ocupação de novas fronteiras agrícolas como o Cerrado e a Amazônia. Para Paulilo, que fez uma pesquisa com agricultores no sul de Santa Catarina,

Houve, no campo brasileiro, todo um processo de modernização do qual o aparecimento das agroindústrias faz parte. Produzir para uma empresa não foi a única modificação na vida dos nossos entrevistados nas últimas três décadas, eles passaram a tomar emprestado sistematicamente dinheiro no Banco, a usar insumos modernos e a trabalhar com máquinas (PAULILO, 1990, p.177).

O produto que melhor expressa a mudança da estrutura produtiva do país foi a soja. Se o Brasil havia vivenciado o período da madeira, da cana e do café, a década de 1970 se torna o marco para o que é chamado de nova fase econômica da agricultura. A soja como uma nova *commodity* da balança comercial brasileira, se tornou símbolo da modernização agrícola. Coradini defende que a soja “[...] no período 1966-75, a produção mundial cresceu em 1,6° vez e a produção brasileira em 9,28. No período de 1970-77, o crescimento foi de 800%” (1982, p.31). Para o presidente¹⁹ e diretor geral²⁰ da Ceval, a soja foi “o símbolo de uma revolução. Em cerca de 30 anos, ela fez algo equivalente ao que fizeram o café e a cana, nos seus devidos tempos”

¹⁹Ivo Hering

²⁰Vilmar de Oliveira Schürmann.

(HASSE, 1996, p.19). Segundo os mesmos, a soja “para o bem ou para o mal”, revolucionou o Brasil. “[...] a soja tem a cara do Brasil surgido depois da Segunda Guerra Mundial. [...] Com a soja, o Brasil conheceu a bolsa de Chicago e desenvolveu o que hoje chamamos de *agribusiness* [...]” (HASSE, 1996, p.20). Segundo Coradini, os fatores decisivos para expansão da soja no Brasil a partir da década de 1960 são

[...] a crescente internacionalização da economia da soja – conjugado com o fato de a soja brasileira ser colhida na entressafra dos maiores produtores mundiais –, a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindústria em geral; o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais; e, no caso das regiões produtoras de trigo, a complementariedade existente ao nível de produção (insumos, tecnologia, sazonalidade), comercialização (ocupando praticamente a mesma estrutura montada para o trigo, como as cooperativas) e da política de incentivos a esses dois produtos (CORADINI, 1982, p.30).

O livro encomendado pela Ceval a Hasse defende que a soja desencadeou uma série de mudanças positivas tanto no rural quanto no urbano:

- estimulou a migração de agricultores modernos para novas fronteiras agrícolas, abrindo estradas e semeando cidades;
- viabilizou a utilização do cerrado mediante o desenvolvimento de novas tecnologias de correção de solos;
- interiorizou a agroindústria de óleos, de rações e de carnes frigorificadas;
- sustentou o deslanche da avicultura e da suinocultura;
- enriqueceu a alimentação dos brasileiros;
- modernizou o sistema de transporte de safras;
- implantou em praticamente todo o território brasileiro o modelo americano de agricultura mecanizada, contribuindo para intensificar a transferência de populações rurais para os centros urbanos;

- inseriu o Brasil no mercado internacional de *commodities* agrícolas, gerando divisas indispensáveis ao desenvolvimento da economia;
- por fim, foi um vetor de uma revolução nos costumes. A presença da soja na vida moderna começa com a margarina no café da manhã, passa pelo óleo de soja usado na cozinha, está no hambúrguer, na salsicha, nos matinais, nos pães especiais, nos achocolatados (HASSE, 1996, p.19-20).

Apenas um olhar positivo de uma grande agroindústria que nasceu, cresceu e se expandiu com a expansão da soja, dentro de um modelo modernizante que se almejava para o Brasil, é mostrado no livro. O texto não problematiza sobre o paradigma que foi adotado para o cultivo de soja e suas consequências sociais e ambientais: a monocultura extensiva e mecanizada, gerando muita riqueza para os grandes produtores e expulsando pequenos agricultores das suas terras.

A partir da soja, a denominação latifundiários ficou para trás, como parte do “atraso” que estava sendo superado, e a nova designação passou a ser agronegócio. A expansão da cultura da soja, tanto em hectares plantados quanto em produtividade, se construiu às custas da “expansão da fronteira agrícola” em direção ao Cerrado e a Amazônia. Outro preço a ser pago foi a devastação de milhares de quilômetros de florestas e a contaminação de solo e das águas pelos agroquímicos intensamente utilizados para essa cultura. Não podemos deixar de pontuar também como uma das consequências da modernização e da expansão das lavouras comerciais a crise da agricultura familiar e o desalojamento em massa de trabalhadores rurais e pequenos proprietários. A modernização agropecuária que a soja impulsionou teve graves consequências ambientais que o livro, logicamente, esconde. Os pequenos produtores foram os que mais sofreram com esse processo. “Como decorrência de uma integração mais estreita da produção agrícola à agroindústria e as políticas estatais, há uma progressiva eliminação da produção para auto-subsistência. Em outras palavras, a formação do “produtor especializado” e a readaptação das estruturas às novas condições de produção” (CORADINI, 1982, p.33).

Outra consequência da modernização foi a gradativa diminuição do valor recebido pelos produtores rurais por seus víveres produzidos, num claro incentivo a produção de gêneros de exportação. Para os pequenos produtores, essa redução dos preços foi mais dramática, pois eles não tinham escala para competir. Segundo Mazoyer e Roudart, em

muitos países, incluindo Estados da América Latina, [...] a proteção à indústria foi medida de política econômica que, de 1960 a 1985, pesou mais intensivamente para a queda relativa de preços agrícolas em relação aos outros preços” (2010, p.518). Um Estado que passa a priorizar a indústria e os *commodities*- estes últimos, como nunca deixou de fazer.

A intervenção do Estado na formação e desenvolvimento da agricultura no Sul do Brasil não se restringe à fase de modernização dessa agricultura. A própria imigração, responsável básica pela formação da atual estrutura fundiária, é, em boa parte, obra direta da intervenção oficial. Contudo, esta intervenção, apesar de em última instância buscar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro como um todo, é moldada pela conjugação de forças de cada momento histórico. Com o desenvolvimento industrial, a agricultura passou a ser, basicamente, o fornecedor de matérias-primas industriais, mercado consumidor de insumos industrializados e bens de consumo, fonte de divisas para a importação de insumos industriais, provedora de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbana e fonte do “exército de reserva” dessa força de trabalho (CORADINI, 1982, p.46-47).

Pôde-se observar uma grande migração rural na década de 1980, mas a mecanização intensiva dos anos 1990 aumenta ainda mais esse processo. A diminuição da necessidade de mão de obra com as novas tecnologias e máquinas tirou o emprego de muitos trabalhadores rurais, de parceiros e agregados. Mesmo os proprietários que não tinham capital para investir em melhorias na sua propriedade acabaram sendo vítimas da modernização. Uma modernização dolorosa, como denomina José Graziano da Silva (1982).

Santa Catarina, inserida nesse contexto nacional de modernização, não ficou a mercê desse processo. Como um dos primeiros estados que implantou a extensão rural – em Minas Gerais foi criado em 1948 e em Santa Catarina em 1956 -, e que tinha sua estrutura agrária centrada na pequena propriedade, as consequências dessa modernização foram drásticas para a agricultura de subsistência. Ao mesmo tempo, o contingente de expulsos foi promotor do

desenvolvimento das agroindústrias, principalmente no oeste catarinense. Segundo Espíndula, a necessidade da agroindústria de ter fornecedores regulares de matéria prima “[...] fez surgir no Oeste catarinense, a exemplo do que já vinha ocorrendo no EUA e Europa, o sistema de aprisionamento de pequenos produtores mercantis, que serviram de base para o processo de modernização agrária do estado de Santa Catarina” (1999, p.237). O contexto agrário da região, os efeitos da modernização agrícola e a interferência do Estado para promover a modernização que o Estado brasileiro almejava serão os próximos assuntos a serem tratados.

2.6 ESTRUTURA AGRÁRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA E A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Nos dois primeiros séculos de ocupação de Santa Catarina, o estado serviu muito mais como sustentação e defesa do sistema colonial do que como núcleo de produção. A região a oeste, objeto desta pesquisa, vivenciou quatro atividades econômicas principais, como afirma Bavaresco (2005): pecuária, erva mate, madeira e agroindústria. A pecuária não resultou em ocupação da região, apenas sua inserção nos mapas oficiais do Estado como caminho das tropas que seguiam do Rio Grande do Sul até as regiões mineradoras. É a pecuária que irá ligar a região sul à vida econômica da colônia. Já a erva mate, se constitui como a primeira atividade que trouxe ocupantes efetivos para a região. Apesar dos moradores viverem basicamente da extração da mesma, também cultivavam pequenas roças e criavam alguns animais. Para Poli (1987, p.13), as lavouras “somente eram para a subsistência, em função da inexistência de mercado, e mesmo, de condições para o transporte dos produtos a outras regiões, para comercialização”.

Com a chegada das colonizadoras, a dinâmica regional muda. A economia passa a girar em torno da madeira. Se as colonizadoras foram as principais responsáveis pela alteração da paisagem, o *modus vivendi* de trabalho dos colonos gaúchos vai mudar a estrutura agrária da região. Nas primeiras décadas, sua produção também era basicamente para a subsistência. A partir da década de 1940, e mais intensivamente a partir da década de 1960, o binômio suíno/milho vai determinar uma nova atividade para a região: a agroindustrialização. Outro produto que influenciou mudanças na estrutura agrária no oeste foi o trigo. O Estado, a partir de 1940, passou a incentivar a produção de trigo, que segundo Coradini (1982), que vai ser o carro chefe das mudanças produtivas na

agricultura brasileira. Trigo que vai ser o responsável pela criação da primeira cooperativa agropecuária de Chapecó, como veremos no capítulo II.

Para ONGHERO, pensar a historicidade do processo de constituição de determinado espaço rural é um importante elemento para a compreensão de uma região. “Especialmente a região oeste de Santa Catarina, que tem sua dinâmica social e econômica diretamente ligada ao meio rural e na atualidade encontra-se atrelado à indústria alimentícia e sujeito às oscilações do mercado e às intempéries climáticas” (2013, p.1). A maneira como foi feita a ocupação, dividindo as glebas de terras vendidas pelas colonizadoras em áreas pequenas, além do espaço geográfico bastante acidentado foi fator determinante para a constituição da estrutura agrária do oeste, onde predomina a pequena propriedade e a mão de obra familiar.

A política governamental de ocupação do oeste catarinense estava voltada para a pequena e média propriedade. Nos contratos assinados entre José Rupp e o governo do estado de Santa Catarina, em 1919, a distribuição dos lotes para fins de colonização deveriam ter as seguintes proporções: 30 a 200 hectares para agricultura (terras de mato); 100 a 500 hectares (terras de ervais); 150 a 900 hectares (terras de pinhais) e de 2000 a 4000 hectares (terras para pecuária) (WERLANG, 2006, p.35).

Ainda segundo o autor, na prática a maioria dos lotes coloniais não ultrapassou a 35 hectares. Dentro da colonização do oeste, uma característica bastante presente na fala dos migrantes gaúchos é o discurso do *ethos* do trabalho, que era comparado ao “relaxamento” da população local em relação às propriedades e “falta de vontade” para o trabalho. Segundo Renk, os discursos da viagem de 29 foram fundamentais para reforçar a “vocação” para o trabalho dos descendentes de europeus que passavam a habitar o oeste.

[...] o discurso da bandeira é prescritivo. Seu efeito é simbólico, na medida em que aponta a região enquanto área promissora e indicada para a colonização. Décadas depois, o discurso prescritivo é apropriado pelas elites locais para construir a identidade regional, identidade essa

construída em relação ao litoral e que passou a ser trabalhada no sentido de transformar o estigma da terra da barbárie no emblema de terra do trabalho. A categoria trabalho tem sido o idioma escolhido para expressar sua identidade. Essa matriz é resultado do processo de colonização com descendentes de europeus, os de “origem” (europeia), em oposição aos autóctones, os “brasileiros”. Aqueles advogam-se a condição de portadores de um *ethos* de trabalho, construtores de uma região, opondo-se aos “brasileiros”. As posições sociais no espaço social estão claramente delimitadas, o que resultou em ofícios étnicos (RENK, 2005, p.127).

Defende Renk que a imagem dos colonos gaúchos foi construída com ênfase em “representações da positividade da atividade agrícola, acoplada à pequena propriedade e família. O trabalho é, por excelência, a categoria para se representarem e enaltecere: avançaram no espaço geográfico, venceram matas, plantaram colônias e cidades” (2000, p.180). Segue a autora ressaltando que essa vocação para o trabalho é “que os distingue e afasta dos outros, daqueles que “não trabalham”, como os brasileiros”.

Outro adjetivo dados aos colonos gaúchos, bastante destacado pelas falas de inúmeros habitantes, se relaciona aos “pioneiros”, “desbravadores” do oeste. A partir da viagem do presidente Konder esse termo ganha reforço e legitimação. Para Waibel, Chapecó está entre as zonas pioneiras mais recentes. O autor defende que “O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida.” (WAIBEL, 1955, p. 391). Os novos padrões de vida que o Estado buscava introduzir no oeste estavam inseridos na cultura dos descendentes de imigrantes europeus, que eram vistos como “o tipo ideal” para formar a cultura e o desenvolvimento regional.

Figura 7 - O trabalho com arado nas terras inclinadas do oeste. A terra “nua”, “limpa”, era sinônimo do “capricho” que, segundos os migrantes, os caboclos não tinham



Fonte: Acervo Casa Fritz Plaumann

Sertão também está entre os conceitos bastante presentes nas memórias dos migrantes, como foi destacado por Onghero. “Uma das representações mais presentes nas descrições sobre a época da chegada às novas terras diz respeito ao vazio populacional, expresso pelo termo “sertão”” (2013, p.6). Para TOSI (2012), que veio para Chapecó pela primeira vez em 1942, “Chapecó na avenida era barro, tinha um riozinho que passava no meio. Chapecó era tudo pinhal, era sertão aqui, era uma vila, Joaçaba e Erechim eram os fornecedores de Chapecó que estava começando”. Essa imagem de sertão era construída principalmente devido a falta de recursos relacionados a saúde, transporte, comércio e necessidade básicas. Além disso, a referência a presença de índios ajudou a construir esse imaginário, como podemos perceber na fala de ONGHERO.

Vimos para Chapecó em 1940, tinha o nome de Passo dos Índios, e nós tinha receio, porque lá era só índio bugre diziam, a nós tinha medo dos índios, nem conhecia o que era índio. Falavam que índio era feroz, era perigosíssimo. Mas como

vinha muita de gente de lá para Chapecó, sempre tinha acompanhante. Chegamos aqui mas não tinha quase índio (ONGHERO, 2012).

O imaginário construído em torno dos indígenas é reforçado por SCUSSIATO (2013), que chegou em Chapecó por volta de 1937/1938, com seis anos de idade. “Chapecó era sertão ainda, era meio bagunçado, terra de índio brabo, falavam meio mal e depois ainda veio a chacina”. Essa suposta agressividade foi usada como justificativa para seu afastamento ou até eliminação da região. A busca de uma vida melhor se fazia também presente nos discursos, reforçada pelo “mérito do “desbravamento” de uma região inóspita, como podemos ver na fala de KOVALESKI, que fala que seus pais “vieram para Chapecó a procura de um celeiro melhor, de uma terra melhor. Alguma coisa melhor, porque o Rio Grande já estava saturado de gente. Vieram desbravar esse oeste, vieram aqui tinha tigre perto, tinha bicho mesmo, era sertão quando eles vieram para cá” (2012). Na viagem de 1929 do presidente Konder, a visão do sertão foi substanciada pelos excursionistas, que além de citarem a distância e a falta de recursos básicos, se referem as matas fechadas, praticamente intransitáveisdo oeste como “imenso sertão catarinense”. Conforme pesquisa de ONGHERO,

A ideia de que no local não havia “nada” também é muito comum nos depoimento de colonizadores. Trata-se de uma memória ressignificada a partir de um resente no qual serviços médicos e hospitalares, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, estruturas administrativas municipais, escolas, estradas, casas comerciais, entre outros, fazem parte do cotidiano da população e são acessíveis a sua grande maioria. Para além desses referenciais contemporâneos, pode-se considerar que na época da colonização, o espaço encontrado era percebido de forma negativa e em contraposição às colônias antigas localizadas no Rio Grande do Sul, cuja organização social, cultural e econômica foi o principal modelo para as colônias novas (2013, p.6/7).

Complementa ainda o autor que a maioria das famílias não vinha às cegas para a região: geralmente alguém conhecido ou mesmo da família já tinha visitado os locais de possível compra da terra. Além disso, na maior parte das vezes, algum membro da família vinha antes e

ficava algum tempo derrubando o mato e construindo uma moradia, para depois o restante da família vir. Na figura 08 podemos visualizar o trabalho de plantio após a derrubada da mata.

Figura 8 - Trabalho de plantio de sementes em meio a mata queimada. Na imagem, Otho Richwardt, vizinho de Fritz Plaumann, responsável pela foto, na região hoje conhecida como Distrito de Teutônia, em Seara-SC



Fonte: Acervo Casa Fritz Plaumann

A fertilidade do solo nas terras novas do oeste sempre foi exaltada pelos colonos gaúchos que aqui chegavam. Outro atrativo era o preço acessível e o parcelamento dos pagamentos. O plantio das “miudezas”, como era chamado os produtos para consumo alimentar direto da família, como verduras, legumes, tubérculos e leguminosas, geralmente era feito perto de casa, muitas vezes cercados para evitar a entrada de animais. Além das lavouras de subsistência, os gêneros que mais eram produzidos pelas famílias colonizadoras era o feijão (o que sobrava era vendido), o milho e o porco. A conjunção entre milho e suíno foi o propulsor de uma nova atividade para a região, principalmente após 1950. “[...] a cultura do milho, associada à criação de suínos veio abrir perspectivas definitivas para a região se firmar como fornecedora de alimentos. Integrando-se desta forma, de maneira lenta, mas progressiva, à Santa Catarina e ao Brasil” (ROSSETO, 1986, p.10).

Enquanto o milho destinava-se principalmente para o consumo familiar e ao trato dos animais domésticos, o feijão era comercializado e, juntamente com a venda de suínos, fornecia recursos para a compra de mercadorias que não eram produzidos na propriedade rural, como querosene, tecido, calçados, sal, ferramentas, entre outros. A criação de suínos foi uma das principais fontes de renda para os produtores rurais, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980 (ONGHERO, 2013, p.10).

Apesar dos excedentes comercializáveis que eram produzidos pelos colonos, eles não tinham ideia dos preços praticados fora de Chapecó. Aceitavam o preço que o vendeiro pagava e pagavam o que ele pedia pelos gêneros que compravam. As dificuldades de comunicação que a falta de estrutura rodoviária acarretavam acabaram retardando a inserção da economia do oeste catarinense ao restante do estado. Nesses primeiros anos, os obstáculos que os colonizadores enfrentavam em relação as estradas eram muitos.

As dificuldades impostas pelas condições geográficas exigiam dos moradores o fortalecimento das relações de entreajuda e de solidariedade. As longas distância a percorrer, as más condições (ou inexistência) de estradas e a densidade das matas complexificaram o acesso aos recursos existentes, principalmente os relativos a saúde. O socorro imediato dependia, em caso de necessidade, dos vizinhos e da força do Divino Espírito Santo (MARCON, 2003, p.263).

Os mutirões eram a mais conhecida forma de entreajuda praticado pelos habitantes da região, não apenas colonos gaúchos, mas também pela população cabocla, e a abertura de estradas era uma boa forma de praticar a cooperação. Quando a tecnologia era escassa e sobrava mão de obra, o trabalho coletivo muitas vezes era a única forma para resolução de algumas dificuldades, principalmente em relação a estradas, colheitas e construção de moradias ou espaços físicos para eventos da comunidade. Além disso, os mutirões tornaram-se espaços de encontros comunitários, de troca de informações e até de começar um

namoro. Para Marcon, podemos “[...] pensar os mutirões enquanto espaços de encontro e de lazer, ultrapassando a dimensão imediata da troca de serviços para chegar ao âmago das relações sociais” (2003, p.213-214) ²¹.

Até a década de 1980, os mutirões eram comuns no oeste. Quando o processo de modernização se intensifica, elas acabaram sendo menos praticados, em parte devido a mecanização das lavouras, em parte devido ao êxodo rural, que deixava as famílias com menos mão de obra. Outro fator que ouvimos constantemente entre os entrevistados, é o espírito de cooperação que se enfraquece à medida que as pessoas melhoram de vida e as dificuldades iniciais são superadas. O encontro da tradição e da modernidade acabou mudando profundamente a vida das pessoas, não só nas relações sociais, mas especialmente no modelo produtivo. Em Santa Catarina, as principais mudanças vêm com as duas grandes guerras.

O período de 1914 a 1945, marcado pela 1ª e 2ª Grandes Guerras, insere Santa Catarina na economia nacional, consolidando a sua industrialização que, inicialmente, estava voltada para o mercado local/regional, e, posteriormente, amplia a diversificação produtiva existente até então. As principais mercadorias são: madeira, carvão, têxteis e alimentos (MICHELS, 1998, p.56).

Mesmo que nas primeiras décadas da criação oficial do município de Chapecó a economia ser baseada na exploração madeireira, a região passou a se destacar a partir de meados do século XX, pela produção de alimentos. Michels defende que a economia catarinense pode ser dividida em dois momentos “[...] período colonial, onde predominava a ação de agentes privados, considerados burguesia local e de 1955 até os dias atuais, no qual a acumulação de capital acontece via ação do

²¹ Segundo José Augusto Leandro, no Paraná, “À medida que a população se expandia para o interior do estado e subia a serra, o fandango se fazia presente também nas manifestações da cultura campeira, vinculando-se às festas dos plantios e colheitas e a costumes regionais, como o uso do chimarrão”. Mas muitos desses fandangos, regados a muita bebida, terminavam em confusão e as vezes casos de polícia. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/barulhinho-bom>

Estado, com mecanismos de crédito, incentivos e isenções” (MICHELS, 1998, p.182).

O principal instrumento de política agrícola, de 1964 até meados da década de 1980, foi o crédito rural subsidiado, vinculado as grandes propriedades, sendo quem em Santa Catarina os estímulos do crédito foram destinados principalmente às agroindústrias de aves e suínos. Em 1970, o grupo Sadia implanta no Oeste catarinense o sistema de integração para produzir aves através de parceria com os produtores, o qual foi posteriormente utilizado pelas demais empresas ali instaladas na década de 1970, não só para a produção de aves, mas também de suínos (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.88).

Apesar da integração²² ser implantada na década de 1970, entre 1940 e 1950, ocorre a expansão de frigoríficos de suínos. “Estes frigoríficos, oriundos dos pequenos matadouros que se instalaram no Estado desde o início de sua colonização, na década de 1970 iriam se consolidar no complexo agroindustrial de aves e suínos do estado [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.75). O processo de agroindustrialização e modernização da agricultura que se intensifica a partir desse período, com o crescimento das agroindústrias, recebeu forte apoio do Estado. Conforme Michels,

[...] o agente estatal tornou-se o sócio maior da constituição dos portentosos grupos econômicos de Santa Catarina, evidenciando a prática de um modelo excludente e concentrador de renda. Foram os recursos da sociedade catarinense, via Estado e agentes financeiros estaduais, regionais e

²²O sistema de produção integrada, também chamada integração, é uma parceria onde produtores e agroindústria se unem com bens e esforços para produzirem (animais e ou vegetais), destinados ao comércio e ou à indústria. No caso de aves e suínos, a agroindústria geralmente participa com os animais, rações, medicamentos, transporte de animais e insumos, e a assistência técnica necessária à produção; enquanto que o produtor, geralmente participa com as instalações, equipamentos, água e energia elétrica, bem como se responsabiliza pelo manejo (criação e engorda) dos animais até que os mesmos atinjam a idade de abate. <http://www.avisite.com.br/noticias/index.php?codnoticia=14498>

mesmo federais, que possibilitaram o estuendo enriquecimento privado dos que hoje se constituem nos grupos de porte internacional (1998, p.186).

Com a âncora do Estado, “a lavoura transformou-se em um “complemento essencial” da indústria, atendendo às suas necessidades, e não mais da família unicamente” (BIESDORF e AMADOR, p.386, 2010). A política governamental caminhou rumo a promoção do mercado externo e da implantação do projeto de modernização que o Brasil almejava. Para Wanderley, “o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou na aplicação de um método modernizante, de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória de recursos naturais e socialmente excludente” (WANDERLEY, 2009, p.45). Em relação à Santa Catarina, Biesdorf e Amador defendem que o processo de globalização em que passou a ser inserida a economia catarinense

[...] foi viabilizada através da criação da secretaria da Agricultura, desvinculada da Secretaria de Obras Públicas em 1953. A partir daí, as metas do governo catarinense foram voltadas para a criação de silos, armazéns, matadouros, mecanização da agricultura, utilização de fertilizantes, etc. Enfim, eram políticas agrícolas que objetivavam interligar os investimentos particulares das indústrias às riquezas agrícolas que já eram produzidas mais ao oeste do estado. Riquezas que até então permaneceram limitadas em termos de quantidade devido a falta de vias de escoamento e de investimentos nas propriedades rurais (2010, p.394).

Uma das principais instituições que fomentou a implantação das melhorias técnicas desejadas pelo Estado foi a ACARESC- Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina. Seu principal projeto para promover a modernização agrícola foi o programa de Clubes 4S (saber, sentir, servir, saúde), adaptado do programa 4H²³ dos Estados

²³Os 4-H têm por significado Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos, e Saúde, respectivamente. Para um melhor entendimento, posso dizer que “Cabeça” (HEAD) é para Saber; seu jovem “Coração” (HEART), para Sentir; as “Mãos” (HANDS) para Servir; mas para que tudo possa ser

Unidos. Esses clubes foram instrumentos da extensão rural no Brasil que trabalhavam com jovens rurais e “[...] tinham como objetivo introduzir práticas agrícolas consideradas modernas junto aos jovens, considerando que esta atividade geraria maior resistência aos agricultores adultos” (SILVA, 2009, p.102).

Para Silva, além da modernização da agropecuária, com implantação de melhores técnicas de manejo, administração da propriedade e educação para o crédito, os Clubes 4S também trabalhavam “[...] Educação Alimentar e Sanitária. Esta tinha por objetivo a produção de hortaliças, de preparo “correto” dos alimentos e proteção à saúde dos agricultores através de práticas de higiene pessoal, da casa e dos arredores” (SILVA, 2002, p.9). Tanto no Brasil quanto em Santa Catarina

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o trabalho de Extensão Rural procurou legitimar-se enquanto a melhor maneira de levar tecnologia ao campo, e assim, contribuir no desenvolvimento da nação. No campo, os agricultores estavam distantes daquilo que seria necessário para impulsionar o Brasil ao progresso, segundo este discurso, e neste sentido foi necessário, literalmente, levar os conhecimentos desenvolvidos através da Revolução Verde ao campo (SILVA, 2002, p.11-12).

Nesse sentido, em Santa Catarina, o trabalho dos Clubes 4S se destacou entre os anos de 1970 e 1985. Como já citamos, um dos principais instrumentos dessa desejada modernização foi a concessão de crédito. Os empréstimos subvencionados pelo Estado para aquisição dos chamados insumos moderno foram [...] uma política voltada a explorar a agricultura para financiar o desenvolvimento do setor industrial em detrimento do desenvolvimento e do bem estar rural [...] (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.98). Para OLINGER (1966), o incentivo do Estado via crédito rural foi de extrema importância para o processo de modernização. Em 1960, a ACARESC começou a trabalhar com o Banco do Brasil, com o qual foram feitos os primeiros empréstimos. Em

executado, é necessário ter Saúde (HEALTH) (SILVA, 2002, p.35)
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83610/1/89082.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

1962, foi fundado o Banco do Estado de Santa Catarina-BESC, e o governo passa a operar também com ele. Segundo OLINGER (1966), “o interesse dos Governos da União e do Estado na aplicação de maiores recursos para a agricultura, propiciaram maiores facilidades para o desenvolvimento do Crédito Educativo [...]”.

A superação do “atraso” no campo e a fixação do jovem no meio rural eram princípios básicos que norteavam os trabalhos da extensão rural, ainda mais com dados que apontavam “que a profissão dominante no estado de Santa Catarina nos censo agropecuários de 1975 e de 1980 era voltada a atividades de exploração do solo” (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.65). O processo de industrialização tão desejado pelo Estado só teria êxito se o campo acompanhasse o sistema.

Em vários planos de governo do período podemos perceber o quanto o governo estava empenhado no projeto modernizante. O Plameg I (Plano de Metas do Governo), entre 1961 e 1965, durante o governo Celso Ramos (PSD), era dividido em três tópicos: o homem, o meio e a expansão econômica.

Em 1965, de todos os recursos investidos, 78% foram aplicados no **Meio** (energia, rodovias e obras de artes) e em **Expansão Econômica** (armazenagem, fomento agropecuário, abastecimento, participação em empreendimentos pioneiros e Banco do Estado). Os 22% restantes foram destinados ao **Homem** (educação e cultura política, justiça e segurança pública, saúde pública e assistência social e serviços de água e esgoto). Observa-se, claramente, que os programas vinculados diretamente à acumulação de capital (expansão econômica) obtêm a ampla maioria dos recursos, enquanto os de caráter social têm participação limitada (MICHELS, 1998, p.190, grifos do autor).

O Plameg II, de 1966-1970, do Governo Ivo Silveira (PSD), não foi diferente. A expansão econômica englobou 77% dos recursos do plano, enquanto 23% couberam para o progresso social. “Uma dessas providências foi o aumento da oferta de energia, criando condições para a industrialização” (MICHELS, 1998, p.193). O governo que segue não foge a linha anterior. Durante o Projeto Catarinense de Desenvolvimento Econômico (PCD), de 1971-1975, no governo de Colombo Machado Sales (ARENA), o setor econômico “[...] que obtém

o maior número de recursos é a agropecuária. Os setores subdividiram-se em: crédito rural; cooperativismo, armazenagem e comercialização; bovinocultura; suinocultura. Objetiva-se, com esses investimentos no setor, a modernização rural” (MICHELS, 1998, p.196).

Foi durante esse plano, o PCD, que é fundado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC. No governo de Antônio Carlos Konder Reis (ARENA), que foi de 1975-1979, onde o lema era “encurtar distâncias”, pode-se destacar a ação do BADESC, que,[...] após a posse do Sr. Arlindo Plínio de Nês, comandante do grupo Chapecó e pessoas de enorme influência política e econômica em todo o oeste, na presidência do Badesc, a participação da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), nos recursos liberados, aumentou significativamente (MICHELS, 1998, p.197).

Nos governos que se seguem, apesar de mudanças nos partidos, o incentivo aos grandes grupos empresariais continuou. Contando com representantes nos governos estaduais, o empresariado catarinense garantiu as alianças políticas em favor dos seus empreendimentos²⁴. Michels assinala que os estudos dos schumpeterianos minimizam a ação do Estado em favor do empresariado e ressaltam a ação empreendedora dos empresários catarinense, associado o bom desempenho econômico de determinadas regiões catarinenses a um perfil específico de imigração “De acordo com esses estudos, é a partir do desempenho de homens de visão ampla, que vislumbram o futuro, que ousam, que têm iniciativa e cuja característica básica é o pioneirismo, que o desenvolvimento de Santa Catarina poderia ser explicado” (MICHELS, 1998, p.62).

Segundo Mior, incentivada pelo governo, a grande agroindústria está ligada a dominância de capitais; especialização, escala e produção associada a alimentos padronizáveis de baixo custo e alcance global; competitividade industrial globalizada e é ligada a dinâmica do mercado nacional e globalizado (MIOR, 2005) Com todos esses “incentivos” a modernização agropecuária, a agricultura do oeste catarinense entre 1975, 1980 e 1985 [...] passa a ser considerada o ‘celeiro catarinense’, devido a grande quantidade de grãos produzidos, sendo a principal produtora de feijão, milho, soja, trigo, batata, mandioca, bovinos de leite, suínos e aves do estado, representando mais de 50% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Catarinense (ESPÍRITO SANTO, 1999, p.88).

²⁴Michels, (1998, pg. 224 e 225), detalha quais grupos econômicos e seus representantes estavam inseridos nas equipes dos governos estaduais.

Em seus estudos sobre a modernização da agricultura de Ipumirim, cidade localizada a 90 km de Chapecó, Biesdorf e Amador apontam que as estratégias de crescimento econômico que vieram ao encontro das unidades familiares, “elevou o fator produtividade em declínio do poder e autonomia do trabalho, que eram as condições de existência da agricultura familiar” (BIESDORF, AMADOR, 2010, p.408).

Ao falar do Rio Grande do Sul, do seu processo de modernização da agricultura e da violenta exclusão gerada pelo avanço do capitalismo, Coradini assinala que “[...] os dados mostram que a expansão da agricultura tida como “empresarial”, nessas condições históricas, não resultou na formação de grandes estabelecimentos” (1982, p.21). No oeste catarinense não foi diferente: apesar do processo de exclusão que se intensificou nas últimas décadas, quase 80% das propriedades continuam classificadas como médias, pequenas e mini propriedades. O que vemos se formar na região pode ser resumido no que demonstra Coradini em seus estudos do estado gaúcho. De acordo com o autor, o novo modelo agrícola implantado a partir de meados do século XX, foi responsável pela “[...] progressiva formação de uma camada de “neocamponeses”, cujas unidades produtivas são altamente capitalizadas e integradas à esfera de circulação e à produção industrial e com base no trabalho familiar – praticamente não utilizando outra forma de trabalho”. Defende o autor que essa camada de produtores vai dar suporte a constituição das cooperativas agropecuárias mais desenvolvidas empresarialmente.

As cooperativas agrícolas e as S.A.s (Sociedades Anônimas) que no oeste detém quase total controle dos meios de produção agropecuários da região, tendem a se tornar oligopólios. A concentração de capital e a exigência de produção em escala deterioraram os preços pagos aos produtores. Ou seja, é necessário produzir cada vez mais, em maior escala, para que a sobrevivência e viabilidade da empresa rural estejam garantidas. Com o aparato governamental das últimas décadas, constituiu-se no oeste uma total subordinação da produção as agroindústrias e cooperativas agropecuárias. Sociedades essas que incorporaram um conceito de desenvolvimento que positivou o progresso e a técnica.

3 CAPÍTULO II - COOPERATIVISMO, COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E ESTADO

3.1 O COOPERATIVISMO, SUA HISTÓRIA E SUA IDEOLOGIA

Nos séculos XVII e XVIII, o mundo passou por um período de transição de um sistema feudal para o modelo capitalista de produção, resultando no que conhecemos por Revolução Industrial. Para Hobsbawm, a Revolução Industrial foi um dos mais importantes momentos históricos em que grandes transformações ocorrem na sociedade (1987, p. 45-46). Conforme Schneider, nesse contexto de capitalismo industrial que gerou muitas contradições é que se constituíram diversas manifestações dos socialistas utópicos “e que explicam também as razões do surgimento de experiências cooperativas, especialmente no setor de consumo, na Inglaterra, do setor de produção industrial, na França, e do setor de crédito, na Alemanha (SCHNEIDER, 1999, p.35-36). O autor aponta ainda que antes que os Pioneiros de Rochdale constituíssem sua cooperativa, outras experiências foram significativas. “Os primeiros a fundar uma cooperativa, já em 1763, visando a aquisição coletiva de uma indústria moageira e de uma padaria, foram os trabalhadores das docas estatais de Woelwich e Chatam” (SCHNEIDER, 1999, p. 39). Mas as primeiras experiências bem sucedidas de cooperativismo surgiram na corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e nas experiências cooperativas que marcaram a primeira metade do século XX.

A Revolução Industrial transformará imutavelmente a matriz produtiva europeia no século XIX, excluindo muita gente do sistema econômico e provocando uma diáspora de milhões de habitantes da Europa para a América, onde a promessa de vida melhor era anunciada. Para algumas das pessoas que ficaram, o cooperativismo foi um dos sistemas adotados para enfrentar o novo modelo produtivo que se fortalecia.

Apesar de já haver muitos exemplos de experiências cooperativas, o ano de 1844 figura como o marco inicial de sua história moderna, porque foi o primeiro registro oficial, no mundo, de uma sociedade-empresa, diferente de todas aquelas existentes até aquele momento. O cooperativismo, nos moldes que é praticado atualmente, nasceu em Rochdale, na Inglaterra. Os Pioneiros de Rochdale (27 homens e 1 mulher) criaram uma sociedade cooperativa com o objetivo de conter o avanço do desemprego e do empobrecimento dos

trabalhadores. Ela era uma cooperativa de consumo, “uma sociedade de compra e distribuição de mantimentos que buscava na capitalização das míseras economias dos seus associados uma alternativa frente as transformações geradas pelo processo revolucionário industrial” (PEREIRA, 2012, p.15). Além disso, objetivavam eliminar os intermediários e adquirir os seus produtos de consumo direto dos fabricantes.

Figura 9 - Alguns dos Pioneiros de Rochdale (E) e o prédio que abrigou a cooperativa, hoje transformado em Museu dos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra



1844

PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE

ARMAZEM
EM TOAD LANE



Fonte:

<http://www.sicoobmtms.coop.br/imagens/pioneiroscoop.gif>
<http://www.cooesa.coop.br/cooperativismo.php?id=precursores>

A sociedade foi registrada em 24 de outubro de 1844, sob este título: “Rochdale Society of Equitable Pioneers”: Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (HOLYOAKE, 1933, p.20). Era uma cooperativa de consumo, mas que deu embasamento a todos os ramos de cooperativismo que surgiram depois. Segundo o autor, “A Sociedade

tem por objecto realizar uma utilidade pecuniaria e melhorar as condições domesticas e sociaes de seus membros, mediante a economia formada poracções de uma libra esterlina” (Idem, p.20-21).

Nos primeiros anos, como boa parte das cooperativas que se formaram depois, a experiência não foi fácil, conforme indicam os relatos. Holyoake aponta como um dos pontos responsáveis por essas dificuldades, nos primeiros quatro anos da cooperativa, a [...] pouca fé que se abrigava nos projectos formulados pela classe trabalhadora para melhorar a sua situação. As sociedades cooperativas instituídas, em outros tempos, em Rochdale, tinham fracassado e a lembrança da sua queda estava fresca na memoria de todos (HOLYOAKE, 1933, p. 39).

Para atingir os objetivos e evitar o fracasso do projeto, um dos princípios de trabalho que se constituíram na criação da empresa cooperativa pelos Pioneiros de Rochdale foi a exigência da venda à vista. Outra questão é a não confrontação aos lucros, pois entendiam que sem eles não conseguiriam manter em pé seu ideal. Defendiam, contudo, a venda “limpa”, sem enganar os clientes, como sugeriam que faziam alguns comerciantes.

Para não nos arriscarmos, nossas vendas devem deixar lucro. A honradez comercial exige a obtenção de algum beneficio. Si vendessemos um determinado artigo perdendo dinheiro, ficaríamos obrigados a recobrar a perda secretamente em outros artigos. De maneira nenhuma devemos imitar os comerciantes nas competencias. Nossas operações se realizam em pleno dia; não pretendemos vender mais barato do que os demais; nosso unico proposito é o de vender lealmente (HOLYOAKE, 1933, p.47).

Se nos primeiros anos da criação da cooperativa Rochdale os tecelões não recebiam apoio nem dos industriais, nem do governo - e tampouco da igreja-, devido principalmente as inspirações socialistas dos seus idealizadores, assim que atestaram os primeiros sinais de absorção dos preceitos capitalistas, sua imagem diante da sociedade começou a mudar.

Ou seja, à medida que o cooperativismo se apresentasse como proposta ordeira e progressista, atuando dentro dos interesses da economia capitalista, passaria pela aceitação da sociedade

civil e das instituições seculares, recebendo inclusive incentivos especiais, como veremos mais adiante no caso do cooperativismo de crédito (PEREIRA, 2012, p.47).

Pereira aponta que ao se inserirem nos ideais da economia de mercado, apesar do discurso de solidariedade, o cooperativismo proposto pelos Pioneiros objetivava “transformar o operário com tendências revolucionárias em um trabalhador dócil, com uma mentalidade liberal-burguesa, em detrimento das ideologias socialistas que permeavam por entre os movimentos de caráter socialna época” (PEREIRA, 2012, p.54). Afirma também o autor que,

A forma liberal-burguesa de pensar ocupava os discursos e as ações desse modelo de cooperativismo inglês, e seus membros associados, gradativamente, passavam a incorporar hábitos de poupança, a produtividade, a ordem e o progresso, dentre outras bandeiras ideológicas que desvirtuavam o foco das distorções sociais inerentes a experiência industrial-capitalista, já que, ao invés de transformar as relações de classe, colocava-os do outro lado das mesmas relações, passando de proletário explorado à capitalista explorador (PEREIRA, 2012, p.54).

Em 1867, os cooperativistas do “Beco do Sapo”, como era conhecida a rua onde se localizava a cooperativa, inauguraram um novo armazém. Holyoake definia assim o empreendimento dos Pioneiros de Rochdale: no dia “28 de Setembro de 1867, se consagrava solenemente, reconhecendo a sua influencia publica. Os cooperadores de Rochdale constituíam a maior corporação daquelles tempos” (HOLYOAKE, 1933, p.109). Para Mendonça, “A grande inovação proposta foi a repartição da renda obtida por entre todos os sócios, trimestralmente (MENDONÇA,2002, p.25). Para a autora, eles não foram os primeiros cooperativistas, mas os que melhor se organizaram e tiveram sucesso.

Alguns nomes dentre os idealizadores do sistema, que acabou se constituindo no cooperativismo hoje adotado, são os mais conhecidos entre os cooperativistas e pesquisadores do tema. Um dos mais notórios precursores do cooperativismo foi Robert Owen (1771-1858), conhecido como Pai do Cooperativismo Moderno. Ele foi um [reformista](#) social

galês, considerado um dos fundadores do [socialismo](#) e do [cooperativismo](#), um dos mais importantes socialistas utópicos do seu tempo. É reconhecido pelo seu empenho em tentar pôr em prática um modelo econômico mais justo para os trabalhadores. Suas teorias foram seguidas e divulgadas por diversos contemporâneos seus, com destaque para:

- François Marie Charles Fourier, um socialista francês (1772-1837). Conhecido como um dos pais do [cooperativismo](#), foi um crítico ferrenho do [capitalismo](#) e da industrialização de sua época;

- William King, da Inglaterra (1786-1865); médico muito conhecido, dedicou-se ao cooperativismo de consumo. Trabalhou a favor de um sistema cooperativista internacional;

- Philippe Joseph Benjamim Buchez, belga (1796-1865), apoiou a criação de um cooperativismo com autogestão, independente do governo ou de ajuda externa. Na França, tentou organizar associações operárias de produção, que hoje são chamadas de cooperativas de produção;

- Sean Joseph Charles Louis Blanc, francês (1822-1882). Era um político, que se preocupava com o direito ao trabalho. Defendia a liberdade baseada na educação geral e na formação moral da sociedade²⁵.

As pessoas acima mencionadas ajudaram a pensar e colocar em prática os ideais cooperativistas pensados por Owen, nos mais diversos ramos e em diversos países. Num período histórico onde a Inglaterra tinha passado por várias crises, e a principal na década de 1860, com a crise algodoeira, os “velhos tecelões”, como eram chamados pela população local, demonstraram ao mundo o poder da sua organização. Esse “passar pela crise” teve como consequência e fortalecimento do sistema e a expansão do modelo ao redor do mundo. Para Pereira “O grande mote justificador do cooperativismo [...], foi a sua justificativa

²⁵ Além dos precursores já citados, não poderão ser esquecidos aqueles que, em determinada época, tiveram importante participação na reformulação da sociedade universal e no desenvolvimento do cooperativismo. **Doutrinadores:** Charles Gide, Beatriz Potter Webb, Paul Lambert, Bernard Lavergne, George Larsene, George Fouquet e Moises M. Coady. **Historiadores:** George Jacob Holyake, Grozmoslav Mladematz e George Davidovic. **Pioneiros:** os Probos Pioneiros de Rochdale, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Hermann Schulze/Delitzsch, Luigi Luzzatti, Willelm Hass, Alphonse Desjardins e Theodor Amstadt. <http://www.cooesa.coop.br/cooperativismo.php?id=precursores>.

social: considerada por seus precursores e defensores como uma sociedade de pessoas, não de capitais [...], onde cada pessoa representa um único direito de voto (PEREIRA, 2012, p.76). O autor argumenta que se pode equiparar o cooperativismo

[...] dentro de um conjunto de características que o caracterizavam como um subproduto da ideologia burguesa-liberal, com objetivos bastante específicos de “adaptação” às condições de mercado, reeducação dos quadros sociais dentro de uma lógica de competição individualista, embora defendia a união como meio para se atingir um estágio superior na economia e na acumulação capitalista (PEREIRA, 2012, p.79).

Após 1870 até o final do século XIX, a crise mundial socioeconômica foi generalizada. Segundo Hobsbawm, houve vários movimentos sociais que buscavam de uma forma ou outra enfrentar as mudanças na estrutura produtiva que a revolução industrial havia fomentado, especialmente na Europa. Para o autor, além de inúmeras formas de resistência, “as duas reações não governamentais mais comuns foram a emigração e a formação de cooperativas, sendo esta última a opção, principalmente, dos sem-terra e dos proprietários de terra sem bens líquidos – estes sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis” (HOBBSAWM, 1994, p.67). Conforme Hobsbawm, as cooperativas “ofereciam empréstimos modestos aos pequenos camponeses – por volta de 1908, mais da metade dos agricultores independentes da Alemanha pertenciam a tais minibancos rurais[...]” (IDEM, 1994, p.67). Aponta o referido autor que nesse período, as cooperativas se multiplicaram em vários países, por exemplo, “por volta de 1900, havia 1.600 cooperativas processando laticínios no EUA, a maioria no meio-oeste [...]”.

Mas o que é cooperativismo? Como podemos definir este modelo econômico que se criou no século XIX e se expandiu mundo afora no século XX? Para a OCESC -Organização das Cooperativas de Santa Catarina, as cooperativas são uma associação “de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações e serviços” (OCESC/ITEC, 1993, p.7). Segundo Colombain, o cooperativismo

[...] aparece como um movimento de idéia e de organização, tanto no terreno econômico, como no social, expressam a reação dos fracos contra as asperezas do individualismo e contra os excessos do liberalismo, mas sem consentir na absorção da pessoa, nem na abolição da liberdade. Longe de sacrificar a pessoa, o movimento cooperativo tende a favorecer seu inteiro desenvolvimento e a assegurar sua dignidade; longe de renunciar á liberdade, ele é um esforço para salvá-la e robustece-la (COLOMBAIN, S/D, p.5).

Defende Araújo que a cooperativa é uma “Sociedade de pessoas e não de capital, onde cada homem representa um voto e suas assembleias-quorum são baseadas no número de associados, a cooperativa tem como objetivo principal a prestação de serviços” (ARAÚJO, 1982, p.142). O trabalho em sociedade ou em grupos tornou-se o princípio da ideologia cooperativa. “A ação de cooperar - operar em conjunto – constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência, os homens reúnem esforços, surgindo daí uma força nova de natureza coletiva. A cooperação é, portanto, uma força social” (ARAÚJO, 1982, p.85).

A ACI²⁶ -Aliança Cooperativa Internacional, define assim o cooperativismo: “Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida”²⁷. Outro ponto importante que o cooperativismo faz questão de frisar é que “Cada membro, seja qual for o capital subscrito, tem igual direito de voto e influencia” (HOLYOAKE, 1933, p.86).

Em sua pesquisa sobre expectativas e crenças de usuários de cooperativas agrárias no estado de Paraíba, Albuquerque e Cirino indicam que o discurso cooperativo constrói uma aura de positividade

²⁶ A ACI foi criada em 1895, constituída como uma associação não governamental e independente. Reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações. Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo. Sua sede se localiza em Genebra, na Suíça. <http://cooperativismodecredito.coop.br/entidades-de-representacao/aci-alianca-cooperativa-internacional/>

²⁷ <http://ica.coop/en/what-co-operative>

para o sistema. “Essa representação simbólica do cooperativismo é tão marcante que, frequentemente, em momentos de crises econômicas e sociais, a primeira ideia que ocorre às pessoas é a de se agrupar e fundar uma cooperativa” (ALBUQUERQUE e CIRINO, 2001, p.75). E não apenas as cooperativas constroem em torno de si um simbolismo.

[...] existe em torno das cooperativas e do cooperativismo um grande cinturão de interpretações e de ações que transmudam tudo. O governo utiliza as cooperativas como instituições que servem para canalizar recursos vinculados às políticas públicas de desenvolvimento; os partidos políticos incluem as cooperativas e o cooperativismo como pontos de apoio aos seus programas partidários, e os sócios das cooperativas compõem esse xadrez formando cooperativas para usufruir os benefícios que porventura estejam disponíveis (ALBUQUERQUE E CIRINO, 2001, p.76).

Promulga-se frequentemente que o cooperativismo é a solução para as contradições sócio econômicas do mundo. O porém é que o discurso e a ideologia são muito mais fáceis do que a prática, na qual o cooperativismo nem sempre consegue se mostrar viável economicamente. “Como empreendimento comercial, as cooperativas têm que ser eficientes como uma organização empresarial para conseguir manter-se por seus próprios meios, sem, contudo, negligenciar seus objetivos” (ALBUQUERQUE e CIRINO, 2001, p.79-80).

Conforme Pereira, que se inspirou nas memórias de Holyoake, a tarefa básica do cooperativismo tem como objetivo converter o operário em capitalista, “fazendo-o pensar como tal, sem, no entanto, perder seu caráter solidário” (PEREIRA, 2012, p.49). O autor aponta que o cooperativismo teria uma missão educativa “de preparar seus adeptos para a competição de mercado, munindo-os de instrumentos que possibilitem lutar em pé de igualdade em qualquer ramo da economia” (2012, p.18). A educação e a união, conforme Pereira, são considerados “dois dos princípios fundamentais do cooperativismo institucionalizado, necessários para elevar a capacidade de organização racional dos trabalhadores e promover a concretização dos ideais burgueses de livre mercado e acumulação capitalista” (2012, p.38).

Para Duarte (1986), citada por Pereira, as primeiras experiências cooperativas foram se construindo como “Uma alternativa econômica a

situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social”. Pereira indica que “O cooperativismo utilizará frequentemente (pelo menos em suas origens) o conceito de *comunidade*, uma vez que ele surgirá com a justificativa de combater as transformações causadas pelo avanço do capitalismo” (PEREIRA, 2012, p.31). Ele estimulou a construção de relações sócio econômicas de caráter associativo, num momento onde ocorriam uma série de transformações na matriz produtiva europeia. Pereira defende que é necessário

Compreender as estruturas sob as quais se baseou a formação ideológica do movimento cooperativista, dentro de uma situação de desemprego em massa de pequenos camponeses e artesãos e do surgimento do conceito de *economia rural* entre estas camadas da sociedade; de conflitos nacionalistas entre Estados-nações; e de empobrecimento dos solos produzindo severas crises de alimentação (PEREIRA, 2012, p.14).

Ao analisarem a percepção de técnicos vinculados a órgão governamentais que auxiliam na implementação de cooperativas e também de associados das cooperativas do Paraíba, Albuquerque e Cirino, apontam que

O modo como a cooperativa foi criada ou concebida tem grande influência nesse processo, nessa perspectiva os técnicos pesquisados assinalam que o envolvimento estatal com a criação da cooperativa é um ponto negativo no desenvolvimento do cooperativismo agrário, haja vista que, desde sua origem, a cooperativa já está comprometida com outros interesses exteriores (2001, p.85).

No Brasil, somente as primeiras experiências cooperativas não tiveram ingerência oficial do governo. A partir do século XX, como veremos ainda neste capítulo, o Estado passa a interferir para regulamentação e controle das associações, sindicatos e cooperativas. Ao se referir as cooperativas de crédito criadas no início do século XX no Rio Grande do Sul, Pereira aponta que

[...] também no exemplo dos Pioneiros de Rochdale o objetivo principal do cooperativismo de converter o *operário* de ignorante em relação às transformações sociais e ao próprio sistema capitalista, em *capitalista*, por meio de uma mudança completa de sua visão de mundo que passaria necessariamente por uma melhoria material imediata. Esta melhora, por sua vez, dependia da impressão uma nova ideologia do trabalho voltada para a poupança e o investimento produtivo dos seus rendimentos (2012, p.113).

Com esse objetivo “civilizador”, o cooperativismo, ao se espalhar pelo mundo nos mais diversos ramos, economias e culturas²⁸, sofreu reformulações, apesar de nos seus estatutos manter muito dos ideais dos Pioneiros de Rochdale. A ACI declara como sete os princípios universais do cooperativismo, que devem ser norteadores do sistema em todos os ramos e em qualquer parte do mundo: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

Os ideais dos pioneiros nortearam - pelos menos no que se refere ao discurso - as cooperativas nos seus primórdios, que se instalavam de maneira simples, precária muitas vezes. Ainda assim, geralmente conseguiam distribuir dividendos. A partir do momento em que há um fortalecimento do setor industrial e da evolução das técnicas agrícolas, e no caso brasileiro, do incentivo intenso a agroindustrialização, as cooperativas que não se adaptaram a economia cada vez mais exigente e de escala, acabam quebrando ou sendo incorporadas a outras. No Brasil, como analisaremos com mais profundidade no item 3.4, o Estado foi o principal fomentador do cooperativismo agrícola, que atendia aos objetivos dos Governos de industrializar o Brasil e modernizar a agricultura. Luz Filho, que era agrônomo colaborador do Ministério da Agricultura nas primeiras décadas do século XX, defendia que

O financiamento do agricultor pelas organizações cooperativistas de crédito agrícola é o systema

²⁸ Segundo dados do site da ACI, são mais de 230 organizações entre seus membros em mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas associadas de todo o mundo.

victorioso no mundo, pelo conhecimento local das condições do trabalho agrícola e da técnica e da economia da agricultura que possuem os seus dirigentes, representantes directos dos agricultores, e por eles voluntariamente eleitos (LUZ FILHO, 1933, p.20).

Incentivadas pelo Estado como instrumentos que iriam colaborar na reformulação da estrutura agrária brasileira, as cooperativas agrícolas, apesar de todas as suas contradições, foram responsáveis pela permanência de muitos pequenos agricultores no campo. As cooperativas, tanto na Europa quanto no Brasil, surgiram durante momentos de crise, auxiliando os pequenos agricultores a vender e industrializar sua produção, o que sozinhos seria bem difícil de fazer. “Se não existisse a cooperativa, o produtor venderia seus produtos em condições sempre menos favoráveis para si. Ela disciplinou o mercado local. E, embora enfrentando algumas dificuldades conjunturais, tem sido a alternativa para a entrega da produção, melhorando as condições de barganha do produtor rural” (ARAÚJO, 1982, p.148-149).

Segundo Hobsbawm, o mundo do final do século XX, principalmente em relação a questões econômicas, está cada vez mais integrado “O globo é agora a unidade operacional básica” (1994, p.24). E o cooperativismo se vê forçado a entrar nesse cenário internacional para sobreviver. Santa Catarina, por exemplo, investe fortemente no mercado exportador. Para Casagrande, o mercado internacional comprando da agroindústria brasileira permite “[...] 20% dos nossos produtores de suínos estarem na atividade, nós exportamos 20% da nossa produção nacional, e se não exportássemos nós não íamos consumir tudo isso aqui, tinha que parar de produzir, e na avicultura 30% da nossa produção” (2015). Para o cooperativismo, atender as exigências desse mercado tem sido um dos seus grandes desafios. Um cooperativismo que insira a produção de seus associados no mercado mundial. Conforme Mendonça, o cooperativismo passou por um processo de evolução.

Em síntese, o cooperativismo evoluiria da ideia de um “socialismo utópico” – o cooperativismo como via intermediária entre o capitalismo e o socialismo – para associações econômicas, que, deixando de lado as lutas políticas, serviriam como paliativos para os males do próprio capitalismo. Sem propor a destruição da relação

proprietários dos meios de produção *versus* proletários, cooperativismo objetivava melhorar o padrão de vida das classes trabalhadoras, excluídas dos benefícios do sistema (MENDONÇA, 2002, p.26).

Se os objetivos de melhoria de vida do cooperativismo agrário são alcançados, não podemos afirmar nem que sim, nem que não, pois cada cooperativa tem suas peculiaridades e está inserida em contextos culturais e geográficos diferentes. Muitos associados afirmam que melhoraram de vida, outros foram excluídos do processo ou viram vizinhos ou familiares deixando o campo. Ser modelo de distribuição igualitária e justa todas desejam e usam como discurso, mas poucas conseguem levar à risca esse objetivo, seja por conjunturas sociais e econômicas que não as permitem, seja por pessoas que não levam tão a sério os princípios do cooperativismo.

3.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo no Brasil esteve sempre muito ligado as atividades agrícolas, especialmente após a década de 1950. As cooperativas que mais se destacaram e se destacam até hoje no cooperativismo brasileiro são as de crédito (que começaram sua história como de crédito rural) e as agropecuárias, apesar de outros ramos terem bastante destaque, como por exemplo, as cooperativas médicas²⁹. Vamos basear nossa narrativa da história do cooperativismo no Brasil na classificação periódica feita por Diva Pinho (1991, p.19), que divide a história do cooperativismo em cinco períodos:

- 1888-1931: as ideias e realizações pioneiras;
- 1932-1965: o crescimento do cooperativismo com apoio legal e institucional;
- 1966-1970: crise e reorganização do sistema;
- 1971-1987: a renovação legal, estrutural e instrumental;
- 1988 em diante (e no nosso caso de pesquisa, o recorte termina em 1996): o caminho da modernidade e da autogestão.

²⁹Uma das cooperativas médicas mais conhecidas no Brasil é o sistema UNIMED

Antes das primeiras experiências cooperativas oficiais, o Brasil havia vivenciado vários “ensaios” associativos em diversos lugares.³⁰ Apesar da constituição de 1824 proibir as corporações de ofício³¹ ou qualquer outra tentativa associativa³², em 1847 é registrada a primeira experiência cooperativa brasileira. Segundo a OCB, a primeira cooperativa que se tem registro foi criada em 1847, pelo médico francês Jean Maurice Faivre, na colônia Tereza Cristina, hoje cidade de Cândido de Abreu-PR.

Após esta experiência, surgiram as primeiras cooperativas de consumo. A pioneira a ser oficialmente registrada foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em Campinas-SP, em 1887. Dois anos depois, em 1889, em Ouro Preto-MG, foi fundada a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Em 1892, em Camaragibe-PE, um grupo de trabalhadores fundou a Cooperativa de Consumo dos Operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

Mas uma das mais conhecidas experiências cooperativas brasileiras foi iniciada em Linha Imperial, hoje cidade de Petrópolis, no Rio Grande do Sul,³³ logo depois da criação da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (BAUERVEREIN). As primeiras caixas rurais, hoje denominadas cooperativas de crédito, estavam ligadas diretamente as atividades agrícolas, apesar de terem cooperados da área urbana. Elas foram criadas para inserir as famílias na economia regional e obterem recursos mediante a capitalização coletiva das pequenas economias rurais (PEREIRA, 2012). Werle aponta que naquele período

³⁰Ver Diva Pinho (Vol. I, 1991, p.20 a 27)

³¹Corporações de Ofício eram associações de pessoas com determinadas funções qualificadas, que uniam-se em corporações a fim de se defenderem e de negociarem de forma mais eficiente.

³²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, art. 179, Inciso XXV.

³³No dia 19 de janeiro de 2010, Nova Petrópolis foi coroada com o título de "Capital Nacional do Cooperativismo", a partir da lei federal 12.205/2010, em virtude de ser o berço do cooperativismo de crédito da América Latina, por sediar a primeira cooperativa de crédito que funciona desde 28 de dezembro de 1902. Trata-se da Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, que teve como líder o Padre Theodor Amstad, precursor do cooperativismo no Brasil. Esta cooperativa é a atual Sicredi Pioneira RS. Nova Petrópolis possui nove cooperativas, sendo cinco delas fundadas na cidade, reafirmando assim o título recebido. <http://www.novapetropolis.com.br/capital.php>.

“Uma característica comum nas primeiras Cooperativas de Crédito Rural fundadas no sul do Brasil é a ausência de capital inicial, pois os associados não eram obrigados a fazer nenhum depósito na sua admissão” (WERLE, 2014, p. p.102). Anos mais tarde isso muda, sendo até hoje cobrada uma cota capital a um novo associado de cooperativa.

No estado gaúcho, todo o movimento de organização dos agricultores tanto em associações comunitárias quanto das caixas rurais foi coordenado pela igreja, e a figura que preconiza a história do cooperativismo de crédito no Brasil é Padre Theodor Amstad, lendário por suas andanças a cavalo para divulgar o cooperativismo. Para Pereira, naquele momento, o cooperativismo se transforma

[...] numa ferramenta de (re) ação contra os problemas causados pela exposição das pequenas economias coloniais (camponesas) a um mercado de características capitalistas, amparada na ideologia da auto-ajuda-mútua dos sujeitos destas novas comunidades, na educação para o mercado e na capitalização de suas pequenas economias (PEREIRA, 2012, p.20).

Segundo Pereira, esse envolvimento da igreja em organizar as famílias em cooperativas buscava suprir as necessidades de venda da produção e obtenção de crédito para investimentos. “O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados a ineficiência do estado e a impotência do poder político em atender tais necessidades” (PEREIRA, 2012, p.25). Schneider reforça essa visão ao pontar que muitas das cooperativas agrárias e de crédito “que se fundaram nas três primeiras décadas do século XX no sul do Brasil, foram resultado de iniciativas espontâneas e livres das comunidades locais, assessoradas por suas associações regionais/estaduais, sem nenhum apoio do Poder Público” (1999, p. 423). Além de guardar as poupanças das famílias cooperadas e financiar a produção e melhoria das propriedades, outro ponto característico das caixas rurais foi a reaplicação das sobras do ano em empreendimentos comunitários, tais como igrejas, salões de baile, hospitais e escolas. Conforme Pereira,

A fundação das primeiras cooperativas, e mesmo as cooperativas fundadas muitos anos depois, no Brasil, serão constituídas visando inicialmente atender a uma demanda comunitária, associando

pessoas de status relativamente semelhantes em busca da resolução de problemas de ordem coletiva, como nos exemplos citados por Thompson para conceituar a “economia moral dos pobres”, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX (PEREIRA, 2012, p.30/31).

Se até o início do século XX não havia intervenção do Estado nas cooperativas, principalmente após 1930, o Estado passa a normatizar o funcionamento delas. Segundo Santos, na década de 1930 “[...] uma das formas de intervenção do estado brasileiro na economia passa a ser o incentivo e apoio ao movimento cooperativista” (1978, p.115). A crise do café a partir do início do século XX também fez com que o cooperativismo fosse incentivado. Do início do século até a década de 1930, inúmeras são as experiências cooperativas no Brasil, mas a partir da Era Vargas até 1965, as cooperativas cresceram com forte intervenção e apoio estatal.

Apesar de em 1964 ser criada a ABCOOP (Associação Brasileira de Cooperativismo), as cooperativas de crédito sofreram forte golpe com a Lei 4.595, que praticamente acaba com as cooperativas de crédito. “Com a lei de 1964, que reformulou o sistema bancário nacional e determinou outras providências, o governo assumiu, por meio do Banco do Brasil, o ônus de financiar a produção primária, em detrimento do cooperativismo (WERLE, 2014, p.104). Seu ressurgimento foi apenas na década de 1980, quando muitas delas, principalmente em Santa Catarina, foram fomentadas pelas cooperativas agropecuárias.

Entre 1966 até 1970, o cooperativismo brasileiro passa por uma crise e ao mesmo tempo reorganização, como aponta PINHO (1991, vol.1). Se para o cooperativismo de crédito e de consumo o período militar não foi nada promissor, para as cooperativas agropecuárias foi quase uma “era de ouro”. Com forte financiamento estatal, num momento em que se almejava a industrialização do país e a modernização da agricultura, as cooperativas agropecuárias foram braços do governo para que se alcançasse esse objetivo.

Nos primeiros anos do regime militar brasileiro, as duas entidades que representavam nacionalmente o Cooperativismo, tinham divergências entre si: a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO). A consequência mais sentida pelo setor era não ter suas necessidades

atendidas pelo Estado. Ainda assim, o Estado tinha interesses na consolidação do movimento, principalmente das cooperativas agrárias: o governo via no setor o apoio que necessitava para realizar sua política econômica de modernização para a agropecuária.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foi um momento de exaltação dos valores cooperativos e da necessidade de desenvolvimento industrial e agrícola do País. Segundo o site da OCB, “Essa foi a percepção do então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, que em 1967 solicitou ao secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, já uma liderança cooperativista, que promovesse a união de todo o movimento”. Em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A nova entidade substituiu a ABCOOP e UNASCO. A partir desse período e dessa Lei, as cooperativas intensificaram o trabalho baseado na lógica capitalista, adaptando suas atividades ao padrão “moderno” que se queria para a agropecuária.

Com o interesse de fortalecer um sistema cooperativista ligado ao Estado e vinculado hegemonicamente ao setor rural, foi criada em 1969 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), unificando as centrais cooperativistas até então existentes. Quase ao mesmo tempo foi formulada uma nova Lei do Cooperativismo (Lei 5.764), promulgada em 1971 (BÚRIGO, 2007, p.31).

A partir da oficialização da nova lei cooperativa, a instituição passou a lutar pelos interesses do cooperativismo, buscando conquistar amparo legal para o sistema. Para a OCB, Lei n.5.764/71, apesar de prever uma grande interferência do governo na gestão das entidades - o Cooperativismo passou a ser fiscalizado, controlado e fomentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) –os cooperativistas consideram a Lei 5.764/71 como um divisor de águas para o movimento. A partir dela organizou-se e viabilizou-se a OCB, que então pôde promover a organização das entidades estaduais representativas, uma vez que passou a ser a representante única do Cooperativismo em âmbito nacional. A nova lei fez com que as cooperativas passassem a se enquadrar num modelo empresarial, permitindo sua expansão

econômica e sua adequação às exigências do desenvolvimento capitalista agroindustrial adotado pelo Estado.

A década de 1970 foi uma das décadas de maior crescimento do cooperativismo, até porque o chamado “milagre econômico” refletia também no desenvolvimento do sistema. Conforme Hasse, nesse momento a soja foi o que impulsionou o crescimento acelerado das cooperativas, em função principalmente do “providencial empurrão oficial” que recebeu. “Em 1974, o governo limitou a exportação a um milhão de toneladas, destinando uma cota de 100 mil toneladas aos exportadores tradicionais e 900 mil toneladas às cooperativas” (HASSE, 1996, p.44). Ou seja, 90% da produção de soja daquele momento tinha como prioridade a comercialização via cooperativas. O autor afirma ainda que “Pelo menos no governo do general Ernesto Geisel (1974-79), elas chegaram a ser vistas como uma alternativa ao poder das multinacionais no comércio mundial de *commodities* agrícolas” (HASSE, 1996, p.45).

Mas, se esse foi um momento muito bom, a década que se segue foi de intensa crise do cooperativismo, “nadando” na onda da chamada década perdida do Brasil. Passa a haver uma maior pressão do mercado sobre a eficiência econômica das mesmas, com forte apoio do Estado para a industrialização das cooperativas agropecuárias. Sua entrada na industrialização e mais intensivamente no mercado exportador, que exige produtos com escalas mundiais de qualidade, passa a ser condição básica para sobrevivência econômica do cooperativismo.

Conforme informações repassadas pela OCB, no início da década de 1980, haviam registradas na entidade 3221 cooperativas, sendo 1267 de produção, 551 de crédito, 373 de trabalho, 329 de consumo, 254 de eletrificação, 238 habitacionais e 209 escolares. Desse total, 40% das cooperativas brasileiras naquele momento se dedicavam a produção de alimentos. Em relação a produção brasileiras, as cooperativas comercializavam 85% do trigo nacional, 53% do algodão, 49% do leite, 42% da soja, 35% do milho, 30% do arroz, 25% do feijão, 22% do cacau e 15% do café (OCB/BNCC/SENACOO/EMBRATER, 1985).

Se a década de 1970 foi de muita interferência estatal, como veremos ainda neste capítulo, a década de 1980 foi um período de luta pelo fim da intervenção no cooperativismo. E essa luta se acentua a partir de 1984: o *Jornal Elo Cooperativo*³⁴ expressa esta batalha de

³⁴O *Jornal Elo Cooperativo* foi um jornal editado pela OCESC entre 1984 e 1993, distribuído para as cooperativas filiadas a ela e interessadas em receber, tendo uma tiragem que variava entre 10 e 15 mil exemplares. Até o final de

cooperativistas e políticos, que queriam o sistema longe da ingerência estatal. Expressões como “livre das amarras do estado”, “cooperativismo quer se livrar do estado”, “constituente é debatida pelos cooperativistas” e “sem a tutela estadual” se fizeram muito presentes no jornal até o final da década de 1980.

Em março de 1988, os quase mil participantes do X Congresso Brasileiro do Cooperativismo demonstraram como o sistema estava conjugado em busca de um objetivo: se livrar das amarras do Estado. Segundo o documento final do encontro, uma das propostas aprovadas pelos participantes do congresso foi a continuação da batalha pela autonomia política, naquele momento em discussão na Assembleia Nacional Constituinte. Dizia o documento:

O sistema cooperativo tem na sua origem o estigma de tutela do Estado, principalmente na época do centralismo, e ainda hoje continua demasiadamente marcado pelo caráter oficial. Este fato constitui entrave maior para sua efetiva autonomia administrativa e política. Esta interferência se registra desde a constituição das cooperativas. Entendem as bases de que o papel do Estado em relação ao cooperativismo deve ser apenas de incentivo, fomento e apoio, mas sem condicionar, a qualquer pretexto, a sua autonomia. As novas relações sugeridas demandam a reformulação das subordinações normativas, controladoras e de apoio, contidas na legislação cooperativista em vigência (ANAIIS do X CBC, 1988, p.347).

Lutava então o cooperativismo pela autonomia administrativa e política, mas não desejava que o governo abandonasse o apoio econômico. Ao contrário, buscava maior apoio para os seus projetos de infraestrutura e financiamento da produção de seus associados. A nova constituição, aprovada ainda em 1988, levou ao sistema a tão desejada autonomia. Em janeiro de 1989, o cooperativismo refletia sobre a

1980, o jornal era bem crítico em relação as políticas governamentais para a agricultura, mas após esse período, ele foi perdendo um pouco desse dinamismo que tinha. Além disso, muito cooperativas foram constituindo seus próprios jornais, e o Elo Cooperativo foi perdendo força e passou a se resumir em poucas páginas, até acabar em 1993.

“conquista da liberdade”, como podemos ver na capa do Jornal Elo Cooperativo, Figura 10.

Figura 10 - Capa do Elo Cooperativo de janeiro de 1989, que seria o primeiro ano sem a tutela estatal



Fonte: Acervo CEMAC

Desejava-se que o cooperativismo pudesse se expandir e se fortalecer como sistema em todo o país. Ao mesmo tempo, havia a preocupação com esse novo desafio. A auto-gestão não era tão simples e os dirigentes e suas equipes precisavam se preparar para uma fase de maior foco empresarial nas cooperativas. Além da nova constituição, outro marco importante foi a filiação da OCB à ACI. “Em 1988, a OCB se filiou à Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A partir daí, a

entidade promoveu eventos internacionais e viabilizou trocas de experiências entre cooperativistas brasileiros e estrangeiros, fazendo com que o movimento nacional passasse a acompanhar, participar e ajudar a definir as diretrizes do Cooperativismo mundial” (Site OCB).

A nova constituição libertava as cooperativas da interferência governamental e a filiação da OCB a ACI foi vista como uma grande conquista, mas ao mesmo tempo como um enorme desafio, já que a autogestão tão solicitada levaria anos para caminhar com tranquilidade. As cooperativas precisavam ser preparadas para aprenderem a lidar com esta “liberdade”. E a crise econômica do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 dificultava ainda mais gerir o novo desafio.

O início da década de 1990 foi marcado por muita instabilidade econômica no Brasil, com inflação elevada e cortes profundos no orçamento da maioria dos ministérios. Foi um período em que as cooperativas sentiram muito os efeitos da crise, principalmente as agropecuárias, que viram um elevado número de seus associados deixarem as atividades agrícolas. Os programas que foram implantados pelo governo objetivando a liberalização da economia e a redução da intervenção do Estado na agricultura, ocasionaram o endividamento dos produtores rurais, principalmente pequenos, e das cooperativas agropecuárias. Duas das mais poderosas cooperativas brasileiras são exemplo das consequências da crise brasileira e que se instalou no sistema cooperativo também: a Fecotrigo do Rio Grande do Sul, que se viu obrigada a vender parte do seu patrimônio para não fechar as portas e, o mais duro talvez, viu seu grande prestígio desmoronar. Outro exemplo foi a falência da Cooperativa Cotia de São Paulo, uma das maiores do Brasil na época. Segundo Hasse, “os teóricos do cooperativismo acreditam que a grande perda não foi material, mas de imagem”. Complementa ainda que

Segundo os especialistas no assunto, uma das causas de tantos problemas é que toda cooperativa é obrigada a manter duas estruturas, uma para competir no mercado consumidor e outra para manter relações paternalistas com os sócios, determinadas pelos estatutos e impostas pela necessidade de suprir a ausência do Estado na zona rural (HASSE, 1996, p.47).

A OCB, órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil, e as demais lideranças cooperativas no Brasil, apontaram uma

saída para o que eles viam como caos: tornar o cooperativismo competitivo numa economia de mercado. Para tanto, dois programas foram planejados, mas que só dariam resultado efetivos se tivessem apoio do governo.³⁵

Em 1998 é criado o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária), que buscava “Reestruturar e capitalizar cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda”.³⁶ Além disso, em 1999 também cria o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem), que viabilizava a efetiva implementação do Programa de Autogestão³⁷. Esses dois programas vão mudar radicalmente o cenário do cooperativismo brasileiro, transformando a gestão do sistema em modelos cada vez mais empresariais. O sistema busca qualidade, eficácia, eficiência e competitividade para participação das cooperativas na economia nacional e na economia mundializada. Hasse defende ainda que por conta da crise do cooperativismo do final da década de 1980 e início da década de 1990, “[...] e devido ao ressurgimento do neoliberalismo, é consenso que as cooperativas têm de sobreviver do próprio desempenho no mercado, mantendo-se a distância dos governos, para não correr o risco de serem usadas, como aconteceu nos anos áureos da soja” (HASSE, 1996, p.47).

Hoje o cooperativismo no Brasil abrange 13 diferentes setores da economia³⁸: consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer. Segundo A OCB, “As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais”.³⁹

³⁵Dados do site da OCB.

³⁶http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/1999/anexo/and2936-99.pdf

³⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm

³⁸Em 2014, o cooperativismo brasileiro fechou o ano com 11,5 milhões de associados em 6,8 mil cooperativas atuantes no Brasil Isso conforme dados da OCB de 2014.
http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632.

³⁹<http://www.ocb.org.br/SITE/ramos/index.asp>

3.3 O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA.

Em Santa Catarina, as cooperativas começam sua história no século XIX, sendo que o período de maior expansão ocorre depois da metade do século XX, através de incentivos governamentais que inseriram as cooperativas no projeto de desenvolvimento do Brasil. O cooperativismo agropecuário sempre foi um dos destaques de atuação no estado e mereceu atenção distinta durante muitos anos, especialmente no que se refere ao acesso de financiamentos. “A participação do Estado neste contexto foi como agente financiador da modernização da agricultura, principalmente através do sistema de crédito rural subsidiado [...] (ESPIRITO SANTO, 1999, p.102)”.

Segundo a OCESC, o início do cooperativismo em Santa Catarina data de 1841, quando “o imigrante francês Benoit Jules de Mure tentou fundar, na localidade de Palmital – hoje município de Garuva – uma colônia de produção e consumo com base nas ideias do seu compatriota Charles Fourier” (1993, p.18). Oficialmente, a primeira cooperativa a ser registrada no estado foi a Societá Cooperativa Del Tabaco, em 1889, na Colônia Rio dos Cedros. “Fundado por colonos italianos, a cooperativa tinha por objetivo produzir e exportar fumo para a Europa” (OCESC, 2011, p.29).

Em 1903, conforme aponta PINHO (1991, p.28), “Gustavo Lebon Régis, Secretário dos Negócios do estado de Santa Catarina e fundador da Sociedade Catarinense de Agricultura, apoia a fundação de cooperativas e sindicatos”. Em 1909 em Urussanga, é criada a Cooperprima, Cooperativa Agrícola de Rio Maior, por italianos radicados no local. Conforme a OCESC, alguns relatos históricos apontam também para a criação de uma cooperativa agrícola em 1904, no município de Ascurra (OCESC, 2011).

Essas primeiras experiências cooperativas não duraram muito tempo, devido as dificuldades de sua época. Uma das mais marcantes histórias de cooperativismo que resistiu ao tempo em Santa Catarina é a cooperativa de crédito rural Sicoob Creditapiranga, localizada em Itapiranga, no extremo oeste do estado. Em 21 de outubro de 1932, quando Itapiranga ainda se chamava Porto Novo, inaugurava a primeira cooperativa de crédito rural de Santa Catarina, em atividade até hoje, sendo a mais antiga cooperativa do estado. A então Caixa Rural União Popular de Porto Novo⁴⁰ tinha como associados agricultores,

⁴⁰ Para saber mais sobre esta cooperativa, ver “Memórias de uma pioneira – Sicoob Creditapiranga 80 anos”, livro institucional da mesma. Para saber mais

comerciantes, artesão e prestadores de serviços (OCESC, 2011)⁴¹. Em 1933, é criada formalmente a primeira cooperativa agrícola de Santa Catarina, a Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos, a mais antiga do segmento ainda em atuação desde sua criação, hoje com nome de Cooper A1, com sede no mesmo município. Para a OCEC, “Entre as décadas de 1940 e 1950 ocorreu uma expansão nos ramos de atuação das cooperativas, que deslocaram seu eixo para além da zona rural. Em Santa Catarina, o período entre 1944 e 1951 foi marcado principalmente pela criação das sociedades de consumo, que tinham por objetivo atender as necessidades de compra de seus cooperados” (OCESC, 2011, p.24). Junto com as de crédito, as cooperativas de consumo, nas décadas que se seguiram, foram sombreadas pelo crescimento do cooperativismo agrícola, apoiado pelo Estado.

Entre as décadas de 1940 e 1960 houve várias experiências cooperativas no Estado. Na região oeste de Santa Catarina, tradicionalmente agrícola e extrativista, as atividades agropecuárias ganharam destaque a partir das décadas de 1960/1970, quando o governo do estado implanta programas de modernização e educação no campo, com o objetivo de modernizar as práticas produtivas. Na segunda metade do século XX, o discurso que condenava o atraso da agricultura brasileira também influenciou as políticas de estado em Santa Catarina. “[...] no mesmo período, foi comum a ocorrência de um discurso similar, no qual o estado aparecia em situação retardatária em relação ao restante do país” (LOHN, 1999, p.6).

Nesse contexto de mudanças e modernização, se insere também o cooperativismo, que muitas vezes tem sua expansão dificultada pelo descrédito das cooperativas do Rio Grande do Sul⁴². Além disso, os

sobre as caixas rurais, ver WERLE, Márcio José. “Um por todos e todos por um”, uma história das Caixas Rurais / Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFSC. Orientador: João Klug - Florianópolis, SC, 2014. 211 p.
[p.https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128629/327214.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128629/327214.pdf?sequence=1)

⁴¹ Sobre a história das caixas rurais no sul do Brasil, consultar Werle, Márcio José. “Um por todos e todos por um”, uma história das Caixas Rurais / Márcio José Werle; orientador, João Klug - Florianópolis, SC, 2014. 211 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

⁴² A maioria dos agricultores do oeste de Santa Catarina eram migrantes do Rio Grande do Sul, um dos pioneiros do cooperativismo no Brasil. Muitas cooperativas gaúchas haviam falido por diversos motivos: por má

agricultores dependiam dos atravessadores para comprar sua produção: uma relação muitas vezes difícil, que balançava entre relações de compadrio, de dependência e de exploração.

Apesar das desconfianças com o sistema cooperativista, os agricultores sofriam com a ação de alguns comerciantes desonestos e viam no cooperativismo, mesmo sendo imposto pelo Estado, como uma forma de melhorar a exploração sofrida pelos comerciantes da região. São relatados constantemente casos de agricultores que perdiam toda a sua safra para comerciantes que “anoiteciam, mas não amanheciam”. Como muitos produtos geralmente eram vendidos sem nota, nem havia uma forma de cobrar os valores perdidos. Aponta Scussiato, que era produtor rural em Chapecó,

Tinha muito intermediário comprador de feijão, milho era pouco, porco, tinha os compradores de porco e feijão, que eles levavam para São Paulo, e ganhavam muito dinheiro, quem pagava o pato era o colono, ele ganhava pouco. Os agricultores precisavam um setor que lhes desse garantia, e no caso era a cooperativa, veio salvar o produtor (SCUSSIATO, 2008).

Essa problemática e as incertezas na hora de vender a safra foram fatores que fizeram das cooperativas agropecuárias meios de melhorar os fatores de produção dos agricultores, principalmente na venda da colheita. De um lado, o Estado interessado na modernização e em se livrar de “tanto agricultor pedindo dinheiro emprestado nas agências do Banco do Brasil”, do outro, agricultores que só queriam ter certeza de que receberiam pelo que produziam.

De acordo com dados constantes no PROESTE⁴³ (1970), no final da década de 1960, no oeste catarinense, numa abrangência de 36 municípios, atuavam 18 cooperativas agropecuárias, cinco cooperativas de eletrificação rural, 2 cooperativas de consumo, três cooperativas escolares, uma cooperativa madeireira, uma cooperativa cultural e uma cooperativa de crédito. O Programa apontava que 90% das propriedades da região eram minifúndios. O projeto objetivava, “a promoção do desenvolvimento do cooperativismo em sua área de ação, por meio do trabalho integrado dos órgãos envolvidos” (PROESTE, 1970). Em 1971,

administração, desvios e roubos ou ainda por falta de apoio de políticas de Estado.

⁴³Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste.

segundo Moraes, Santa Catarina contava com 82 cooperativas agropecuárias, que atuavam na “comercialização de cereais, suínos, produtos de laticínios, avicultura, erva-mate, fruticultura, farinha e fécula de mandioca e outros produtos, além de promover a compra em comum de fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas e outros bens de produção” (MORAES, 1971, p.4).

O primeiro órgão representativo do sistema em Santa Catarina foi a ASCOOP - Associação das Cooperativas de Santa Catarina, que foi fundada em 1964, objetivando uma unificação e uniformidade das ideais do movimento em Santa Catarina. Em agosto de 1971, é criada a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, que após a oficialização passou a ser a representante do sistema cooperativo catarinense. Em 1975, é criada também a FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina), que tinha como objetivo fortalecer o cooperativismo agropecuário em Santa Catarina⁴⁴.

Defende o Programa Integrado de Promoção e Desenvolvimento do Cooperativismo em Santa Catarina, de 1976, desenvolvido pelo Incra, Acaresc, Emater e Fecoagro:

É o cooperativismo, que como forma de organização do produtor, tem permitido efetivamente encontrar soluções para os problemas que surgiram com o rápido desenvolvimento da agropecuária, principalmente na infra-estrutura de transporte e armazenagem coletora, no fornecimento de insumos e na prestação de serviços. A cooperativa tem se constituído em instrumento regulador de preços que beneficia diretamente ao cooperado e indiretamente ao agricultor. No entanto, das 255.234 propriedades rurais, somente cerca de 14,8% são cooperativadas através de seus proprietários (PROESTE, 1970, p.3).

⁴⁴Segundo o site da Fecoagro, em 2015 a entidade reunia 10 cooperativas singulares, umacentral (AURORA ALIMENTOS) e presta serviços nas áreas de compras conjuntas dos principais insumos e produtos de abastecimento, distribuídos pelas filiadas aos seus associados. No setor de produção, a FECOAGRO fornece informações atualizadas do mercado de grãos às cooperativas. <http://www.fecoagro.coop.br/pt-BR/informacoes/historico/2>

Para mudar estes números, o programa tinha como diretrizes aumentar o número de produtores associados às cooperativas, o fortalecimento horizontal e vertical das cooperativas existentes, abertura para as cooperativas se beneficiarem com inovações tecnológicas e inserção do cooperativismo nas políticas de Estado para a agropecuária.⁴⁵ Este programa tinha foco em três projetos: promoção do cooperativismo e assistência técnico-agronômica às cooperativas; consultoria administrativa e comercialização às cooperativas; registro, controle, fiscalização, treinamentos e zoneamento das cooperativas.⁴⁶ Com este trabalho, o governo catarinense objetiva alinhar seus programas para o cooperativismo aos programas nacionais, “considerando que optou pelo **cooperativismo como instrumento básico para o desenvolvimento da agropecuária**”⁴⁷. (grifo meu)

A mesma modernização que se objetivava nos programas de governo federal desde a metade do século XX era pretendida também para o cooperativismo. Aliás, o cooperativismo se tornou instrumento do Estado para levar a modernização para os pequenos produtores, objetivando inseri-los na economia de mercado. Ainda, a especialização e modernização das cooperativas era imprescindível para que pudessem atender as demandas do mercado consumidor.

Para Glauco Olinger, agrônomo que coordenou a ACARESC durante muitos anos, o incentivo ao cooperativismo por parte do governo estadual objetivava inserir o agricultor no mercado. Com predomínio de pequenos agricultores, as cooperativas são vistas como agentes que possibilitam “ao agricultor participar do processo de comercialização e industrialização, recebendo mais pelo seu produto” (OLINGER, 2014).

Com o apoio amplo do Estado para o sistema, o cooperativismo cresce significativamente nas décadas de 1970 e 1980, principalmente em estruturas e número de associados. Em outubro de 1975, o *Jornal da Produção* apontava que havia 161 cooperativas em Santa Catarina, com cerca de 40 mil associados.⁴⁸ No ano de 1988, conforme a OCESC, o estado possuía “39 cooperativas agropecuárias, 33 de eletrificação rural, 21 de consumo, 15 de crédito, 17 de trabalho, além das escolares e habitacionais. Além disso, eram três Centrais – Cocecrer, Central Oeste

⁴⁵Programa Integrado de Promoção e Desenvolvimento do Cooperativismo em Santa Catarina (1976, p.4)

⁴⁶Idem, p.6

⁴⁷Idem, p.8

⁴⁸ *Jornal da Produção*, abril de 1976, p.15.

e Central Leite – e quatro Federações: Fecoerusc, Fecomed, Fecoagro e Fecomate” (OCESC, 2011, p.76). As 149 cooperativas tinham 279.098 associados.

Mesmo com todo o investimento, o início da década de 1990 aponta que houve um enfraquecimento do movimento, com queda no número de associados, devido principalmente a crise econômica que o Brasil enfrentava, afetando diretamente a economia rural. Foi um momento de intenso êxodo rural. Na metade dos anos 1990, os números voltam a crescer. No final do ano de 1996, o cooperativismo catarinense apresentava os seguintes números: 327.579 mil associados e 204 cooperativas.⁴⁹ A partir do início do século XXI, o número de associados teve acréscimo, todavia o número de cooperativas diminuiu: em 2001, havia 327 cooperativas em Santa Catarina com 464.798 mil associados; 2014 fechou o ano com 253 cooperativas e 1.755.663 milhão de associados.⁵⁰ Um dos maiores responsáveis pelo crescimento dos números de associados de cooperativas catarinenses tem sido o cooperativismo de crédito, que nos anos últimos anos têm investido fortemente no sistema, expandindo seus serviços e articulando ações nacionalmente. Já a redução do número de cooperativas está muito ligada a incorporação de entidades em apuros financeiros por cooperativas maiores.

Em Santa Catarina, o movimento cooperativista defende que o cooperativismo moderno se expandiu e se transformou no agente de desenvolvimento local e também de modernização da agricultura, possibilitando que pessoas de diversos níveis sociais e econômicos pudessem se inserir na cadeia produtiva regional e melhorar sua qualidade de vida. Mesmo com suas dificuldades, elas tem se colocado como responsáveis pela viabilidade econômica de pequenos empreendimentos, tanto urbanos quanto rurais, principalmente os com características de atuação familiar. No setor rural, o apoio financeiro aos jovens, com juros baixos e prazos de pagamento compatíveis com as condições da propriedade, tem buscado evitar êxodo desenfreado, além de tentar garantir condições de profissionalização das atividades rurais, melhorando a renda e a qualidade de vida das famílias. “O apelo ao

⁴⁹Dados fornecidos pela OCECSC por e-mail.

⁵⁰<http://www.cravil.com.br/cooperativas-de-sc-crescerao-12-neste-ano/> As cooperativas em Santa Catarina mantêm 52.157 empregos diretos, faturam mais de R\$ 23 bilhões de reais por ano e representam 11% do PIB catarinense, segundo dados de 2014.

cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionadas à influência do Estado e à importância do poder político em atender tais necessidades” (PEREIRA, 2012, p.25)

Representantes do cooperativismo, teóricos e educadores da filosofia cooperativista, repetidas vezes discutem os desafios do sistema, que muitas vezes é mais bonito e mais fácil no discurso do que na prática. Poucas vezes as contradições dentro do cooperativismo são discutidas publicamente, e os discursos das cooperativas se limitam a apresentá-lo como a melhor solução entre o “capitalismo selvagem” e o “socialismo improdutivo”.

3.4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA COOPERALFA

Uma preocupação deste estudo foi compreendermos como se constituiu historicamente a Cooperalfa e em que contexto sócio econômico estava inserida. Mas não podemos deixar de pontuar sobre a própria concepção de cooperação que embasa a iniciativa. Segundo Araújo, as

[...] manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Teoricamente. Esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos. No meio rural, são eles representados, sobretudo, pela ação exploradora de intermediários na fase de comercialização dos produtos ou por danos causados à produção, seja por intempéries, seja pelas dificuldades de armazenamento ou de estocamento do que produzido (ARAÚJO, 1982, p.85).

A Cooperalfa se enquadra nesse cenário de dificuldades apontadas por Araújo, mas também se insere na conjuntura da “grande aceleração” que se constituiu após 1950. Além disso, como apontamos no capítulo anterior, a partir da década de 1940 o Estado passa a fomentar a produção de trigo, visando diminuir as importações e abastecer a agroindústria em expansão. “Amparadas pelo esquema oficial de estímulo à triticultura, as cooperativas cresceram à sombra da

Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN)⁵¹, operada pelo Banco do Brasil, mas só se tornaram realmente fortes com a expansão da soja, na segunda metade da década de 60 (HASSE, 1996, p.42). A criação da Cooperalfa está ligada a essa política tritícola. Em 1957, é criada em Chapecó a Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda., que teve pouca atuação, pois quando iniciou os trabalhos, o apoio governamental já havia diminuído. Coradini coloca que “a partir de 1958, até 1966, as condições climáticas desfavoráveis e a mudança na política de exportação de trigo [...] fizeram com que a mesma rapidez da ascensão da produção houvesse o descenso” (1982, p.28). A partir do declínio da cooperativa tritícola é que inicia a história da Cooperalfa em 1967, apesar da históriaterinício 10 anos antes, em julho de 1957⁵².

Com apoio do Banco do Brasil, da Sociedade Amigos de Chapecó, do Sindicato Rural, de alguns políticos e da ACARESC, sendo que 39 pessoas assinam a ata de constituição da Cooperchapecó, no Clube Recreativo Chapecoense, em 29 de outubro de 1967. Luiz Baldissera, então presidente da Sociedade Cooperativa Tritícola D’

⁵¹Comissão para a Compra do Trigo Nacional, que foi extinta em 1990. O CTRIN foi criado pelo Decreto-Lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967 e estabelecianormas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização. “Art. 1º O abastecimento de trigo do país, será atendido, prioritariamente, pelo cereal de produção nacional e, sempre que necessário, complementar pelo de origem estrangeira cuja cota de importação será estabelecida anualmente pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB). Art. 2º O trigo de produção nacional será adquirido pelo Governo Federal, através do Banco do Brasil S.A., como seu agente financeiro, segundo normas de comercialização traçadas pela SUNAB, ficando assegurada prioridade absoluta de transporte em tôdas as emprêsas federais, estaduais e municipais para garantir seu rápido escoamento”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0210.htm

⁵²Em julho de 1957 é criada a Cooperativa Tritícola do Oeste, que vai atuar apenas por alguns anos, tendo sua ação limitada devido ao tamanho da área de abrangência, que ia de Chapecó a Itapiranga, e devido aos cortes nos incentivos governamentais por parte do governo aos produtores de trigo. Essa cooperativa tem atuação de apenas alguns anos, e por volta de 1964/1965 é desativada. Em 1967 o Banco do Brasil toma a iniciativa de reestruturar uma nova cooperativa, dessa vez mista, que pudesse comprar não apenas o trigo dos produtores, mas também outros produtos como feijão, milho, soja, etc..Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 29 de outubro de 1967, acontece a reforma dos estatutos da cooperativa tritícola e é transformada em Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda. - Cooperchapecó.

Oeste Ltda., coordena a primeira reunião oficial da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda., assim como a eleição de Aury Bodanese como presidente.

Apesar do apoio de várias entidades, o Banco do Brasil, na pessoa do gerente Setembrino Victorino Zanchet, foi o principal articulador da cooperativa. Em um vídeo que a EPAGRI fez para homenagear os 30 anos de história de Aury Bodanese no cooperativismo, em 1997, Zanchet fala em seu depoimento sobre a situação que gerou o incentivo a reestruturação da cooperativa tritícola:

Nós andávamos tendo dificuldade no Banco do Brasil em executar a política de preços mínimos, não havia naquela região armazéns, depósitos e nem de conseguir reunir essa produção de feijão principalmente. [...] E não havia jeito de eu conseguir reestruturar a Cooperativa Tritícola que estava desativada desde 1956 (mas era na verdade 1966), porque ninguém queria assumir a presidência. Então pegamos esses comerciantes que tinham pequenos depósitos lá para 100/200/300 sacos de feijão [...] E conseguimos, Bodanese era um desses depositários, pequenos comerciantes do interior que recebia a produção, expurgava, maquinava, nós dávamos o saco, mandávamos o classificador fazer a classificação, pagávamos o pequeno produtor mediante uma nota que ele mesmo emitia e ele se encarregava de transportar o produto até Herval do Oeste pegar o trem para São Paulo e Rio de Janeiro. Foi nessas condições que estabelecemos o primeiro contato com Bodanese, e ele nos ajudou a fazer o escoamento da safra de 1963 e de 1965, que foi a safra maior. Em 1963 nós comercializamos coisa de 100 mil sacos, mas em 1965, nós atingimos quase 400 mil sacos, e era muito feijão (EPAGRI, 1997).

Na fala de Zanchet podemos perceber como o Banco do Brasil tinha um grande envolvimento com a comercialização da produção na região. Segundo o depoente, exercendo uma função que não era propriamente dos funcionários do banco.

A essa altura eu não sabia mais se eu era gerente do Banco do Brasil ou diretor de uma cerealista. Escoamos a safra de 1965 e fiz uma reunião com nosso pessoal e chegamos a conclusão que não devíamos mais comprar feijão. O colono que tentasse ele de resolver os problemas dele. Não vamos mais comprar feijão, vamos incentivar a criação da cooperativa. Então encarreguei nossa fiscal da CREAL, o Gil Tosi, que procurasse ao longo da nossa jurisdição que ia de Xaxim até Maravilha que procurasse alguém que tivesse interessado em assumir a presidência da cooperativa, para fazê-la funcionar (EPAGRI, 1997).

Ao mesmo tempo em que transcorria esse projeto de organizar novamente uma cooperativa, um comerciante do interior de Chapecó e também eleito vereador em 1967, passava por uma crise financeira e pretendia vender seus bens e transferir-se para São Paulo. Esse comerciante era Aury Luiz Bodanese. No mesmo vídeo anteriormente citado, Bodanese expõe sua situação na época, que não ia bem “para não enganar a colônia, resolvi liquidar. Nessa liquidação eu devia para o Banco do Brasil, eu me lembro bem, devia 88 milhões, devia de promissória rural de feijão. Aí fui no banco falar com o Zanchet para liquidar minhas contas que eu ia embora para São Paulo” (EPAGRI, 1997).

Diante do exposto por Bodanese, o gerente do Banco do Brasil teria lhe feito uma proposta. “Que tal você tocar a cooperativa para nós?”. Segundo Zelinda Bodanese, esposa de Bodanese, ele teria questionado Zanchet da seguinte forma: “Sim, mas vou tocar a cooperativa que não tem nada se eu também estou sem nada?”. O gerente do Banco do Brasil teria argumentado: “Não, a gente te dá todo apoio moral e financeiro, nós queremos a tua pessoa, a tua prática no comprar e vender, que você sabe fazer muito bem e que é o que a cooperativa sabe fazer, e que você toque a cooperativa para nós”, afirma Zelinda Bodanese (EPAGRI, 1997). Segundo depoimento de Valmor Pivato, que atuava na ACARESC

Nós vivemos um período no final de 1967 havia o período de recebimento de trigo, através do CTRIN, na época do Banco do Brasil, e o Zanchet nos alertou de que havia instruções de que só

receberia através de cooperativas onde houvesse cooperativas. Então fizemos um processo de aceleração da organização dessa cooperativa para já ter a oportunidade de já receber esses associados através da entrega do trigo (EPAGRI,1997).

O Banco do Brasil, através de seus funcionários, investiu na reestruturação do cooperativismo no oeste catarinense, não apenas para a constituição da Cooperchapecó, mas também na fiscalização das atividades da cooperativa. Segundo Zanchet, “O Valmor Pivato, o Gil Tosi, o Nelson Zanchet, aquela turma toda que colaborou na criação da cooperativa, José Fortunato Campigotto, que era nosso fiscal da CREA⁵³ também, trabalhavam mais pela cooperativa do que propriamente pelo banco” (EPAGRI, 1997). Confirma Serrano, “O Banco do Brasil tinha dois fiscais lá dentro da cooperativa, eles faziam expediente lá, eles estavam por dentro de todo o movimento de lá” (SERRANO, 2008).

Figura 11 - Primeira sede da Cooperchapecó



Fonte: Acervo CEMAC

Durante esse processo de reconstituição do cooperativismo agropecuário no oeste, o objetivo do empreendimento era “[...] que se pudesse ter mais lucro na atividade primária, organizando as vendas, podendo estocar a nossa produção e esperar o momento mais oportuno

⁵³Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

para comercializar, para podermos ter poder de barganha na comercialização dos nossos produtos”⁵⁴, conforme aponta Valmor Lunardi, um dos assinantes da ata de fundação. Aury Bodanese lembra que ele achava que o que ia melhorar com a reestruturação da cooperativa era a comercialização. “Tinha feijão e ninguém queria comprar, aí o produtor ficava desamparado” (EPAGRI, 1997). Scussiato, agricultor, também sócio fundador da Cooperalfa, relata que

O cooperativismo naquela época estava muito em baixa, era muito mal visto. Então foi bastante difícil. Acontece que nós tínhamos aqui o gerente do Banco do Brasil, que era muito bem visto. E a gente teve apoio também de outras pessoas, de órgãos não governamentais de uma certa expressão, que apoiaram esse trabalho, sabe. E inclusive a igreja deu em parte esse apoio e o agricultor confiava e daí que foi fácil. Se era só pelo colono em si ia ser difícil porque eles não creditavam muito não, porque as cooperativas andavam falidas, muita falcatura e muita coisa nas cooperativas (SCUSSIATO, 2008).

Serrano, contador, outro participante da fundação da cooperativa, complementa esta informação

O BB era muito procurado pelos agricultores, pequenos colonos, para pedir empréstimo para plantar dois sacos de feijão, ou três sacos de milho, ele tinha mais ou menos uma demanda de três mil agricultores pedindo financiamento lá no Banco, ele não tinha gente para atender esse pessoal. Então ele falou, vamos formar uma cooperativa aqui em Chapecó, daí faço um financiamento só, grande, para a cooperativa e ela repassa para toda essa gente, e eu fico livre de todos eles aqui no Banco (SERRANO, 2008).

Além da constituição e fiscalização, o banco também interferiu na escolha das pessoas envolvidas. Ao analisarmos o perfil dos 39 nomes considerados fundadores da cooperativa, percebemos que a força política de alguns e a “fama de bons agricultores” de outros foi fundamental. Segundo Scussiato, “[...] a elite dos agricultores daquele

⁵⁴EPAGRI (1997)

tempo nós pegamos para começar a cooperativa, não foi classe média e pobre da agricultura, não” (2008).

Em 1967, quando ocorreu a reestruturação da cooperativa, Chapecó passava por um momento de “remodelação” de sua imagem. Depois da queima da igreja em 1950, a cidade tinha ficado com fama de “terra sem lei”, e durante muitos anos a economia local foi afetada por isso. Os 50 anos comemorados em 1967, segundo Rosalen, não foram apenas uma festa. A produção do Álbum do Cinquentenário⁵⁵,

[...] serviu para legitimar um passado de glórias, suor, e de sucesso dos migrantes, principalmente em relação a um certo grupo social, ao qual foi atribuída a definição de pioneiros. O mais importante de lembrar o passado é lançar bases para o futuro. Portanto, a comemoração é um marco inicial de remodelação da modernidade, ou seja, o desbravador realizou ações e lutou para que existisse essa Chapecó, e agora este projeto deve ser levado avante. Não se exalta o passado apenas por saudosismo, mas sim por necessidade de implementar e legitimar historicamente um novo projeto que se está iniciando: de desenvolvimento industrial ligado à agroindústria. Ou seja, tem-se a necessidade de recuperar o passado (a partir da memória) e de mantê-la viva, pois se fez e se fará uso dela (ROSALEN, 2012, p.38).

Segundo Ben, o evento de maior destaque de 1967 foi a 1ª EFAPI - Exposição Feira Agropecuária e Industrial –que teve a presença do governador Ivo Silveira. Conforme a autora, o discurso dos políticos e empresários que visitaram Chapecó ou a Exposição Feira, não deixava de destacar o “progresso”, o “desenvolvimento” e o “potencial de trabalho dos oestinos”. Aponta Ben que

Os “acordes do progresso” repercutiam devido às perspectivas de desenvolvimento que estavam sendo legitimadas pela política-econômica do

⁵⁵O álbum do cinquentenário é uma espécie de livro, denominado de álbum comemorativo, que conta os cinquenta anos da história de Chapecó. Foram responsáveis pela organização do álbum: Umberto De Toni, Odilon Serrano e Heitor Pasqualoto. De Toni e Serrano foram também fundadores da Cooperalfá.

país, a qual estimulava com os incentivos financeiros os setores agrícola e industrial. Nesse sentido, em Chapecó e Oeste Catarinense o impulso econômico favoreceu o desenvolvimento das agroindústrias, uma modalidade de empresa que participa desde a produção da matéria-prima até o seu beneficiamento (BEN, 2004, p.2).

O aniversário de 50 anos de Chapecó foi visto pelos políticos e empresários chapecoenses como o momento ideal para lançar esta campanha de constituição de uma cidade “do futuro”. A partir dessa comemoração houve

[...] mudanças significativas durante o processo que envolveu a festa dos cinquenta anos da cidade e que estas transformações estavam inseridas numa nova maneira de se pensar a cidade, dentro de um modo positivista de concebê-las, no qual a cidade está sempre caminhando “rumo ao progresso”, desvinculando-se em grande parte do modo de vida rural, imposto pelas companhias colonizadoras (SILVA, 2000, p.36).

O ano de 1967 foi tido como um marco para uma “nova Chapecó”, que deixaria para trás os resquícios de atraso e seu nome associado a sertão sem lei. E a constituição da Cooperalfa está inserida nesse momento histórico. Os mesmos criadores da Efapi estão também envolvidos na criação da Cooperalfa. Em sua pesquisa sobre uma cooperativa do Paraná, Araújo aponta que “a condição de associado-fundador, bem como de grande parte dos cooperados, confunde-se em 90% dos casos com a de pioneiro na região” (ARAÚJO, 1982, p.29). No caso do nosso objeto de estudo, isso também acontece. Várias das primeiras famílias migrantes que chegaram ao oeste de Santa Catarina participaram também da constituição da então Cooperchapecó. Além do Estado, as elites empresariais de Chapecó também fomentaram o cooperativismo em Chapecó.

No projeto desenvolvimentista brasileiro e no impulso que se objetivava dar a economia chapecoense a partir do cinquentenário, havia grande ênfase a modernização agropecuária. O fomento às cooperativas agropecuárias foi uma espécie de “terceirização” do trabalho do Banco do Brasil e dos órgãos ligados a agropecuária, como por exemplo, a ACARESC. O que o Estado não tinha condições físicas e nem de

pessoal para fazer, “repassou” as cooperativas. Além do mais, conforme menciona Araújo, a cooperação é “preconizada como a forma ideal de manter a harmonia social [...]” (ARAÚJO, 1982, p.85).

Uma das problemáticas que podemos perceber na fala dos entrevistados e nas pesquisas sobre o tema, também apontada pelo gerente do Banco do Brasil na época, como já vimos em seu depoimento, era a comercialização da safra dos agricultores. A falta de estrutura de armazenamento, a situação precária das estradas⁵⁶ e a ação muitas vezes desonesta dos comerciantes dificultavam a vida dos produtores. A preocupação com a comercialização da produção esteve presente no I PND, que tem como um dos seus planos de ação a “Criação de estruturas mais eficientes para comercializar e distribuir produtos agrícolas, construindo o sistema nacional de Centrais de Abastecimento” (BRASIL, 1972, p. 8). Também Olinger aponta sobre esta questão, “Observa-se que um dos maiores entraves ao desenvolvimento da agricultura tem sido a falta de um processo de comercialização adequado da produção agropecuária” (OLINGER, 1966, p.1).

Araújo demonstra que a cooperação, no caso das cooperativas agropecuárias, não ocorre na hora da produção, mas no momento da comercialização do que foi produzido. “Os agricultores não trabalham juntos, mas têm um objetivo final individual, cuja satisfação coletiva delegam à entidade cooperativa” (ARAÚJO, 1982, p.90).

Além disso, a cooperativa era uma fonte segura de arrecadação de impostos, diferente dos comerciantes que sonegavam quase a totalidade dos produtos que compravam e vendiam. Segundo o Jornal Elo Cooperativo, de setembro de 1985, que continha informações da Secretaria da Fazenda, 30 a 50% do ICM do Estado de Santa Catarina provinha das cooperativas. A Cooperalfa é apontada, entre janeiro e maio de 1985, como a terceira maior recolhadora de impostos ao Governo Estadual.

Com as cooperativas, o Estado passa a arrecadar mais impostos, além de fazer com que o próprio agricultor, ao movimentar na cooperativa, financie as estruturas de armazenagem, de limpeza e secagem de grãos que a modernização exigia. Por exemplo, na década

⁵⁶ “O transporte, com raras exceções, é feito em estradas de má qualidade, em veículos de tração animal e, muitas vezes, é usado somente o cavalo, burro ou o próprio agricultor, para o transporte da carga” (OLINGER, 1966, p.3).

de 1970 foi criado um programa de incentivo a construção de estruturas de armazenagem, onde 20% do ICM que as cooperativas pagavam voltava para as mesmas para que investissem em armazéns e silos. Na Figura 12 podemos visualizar os armazéns que a Cooperalfa construiu, apoiada por esse programa.

Figura 12 - Sede da Cooperalfa por volta de 1977, quando já havia construído várias estruturas de armazenagem



Fonte: Acervo CEMAC

Na então Cooperchapecó, muitos agricultores sabiam o que era uma cooperativa, mas não conheciam seu funcionamento, não sabiam quais eram seus direitos e deveres: viam a cooperativa como uma entidade que iria comprar sua produção e oferecer insumos necessários para o plantio. Não foi um projeto que nasceu na ânsia de, via cooperação, lutar contra a exploração. O discurso oficial da cooperativa enfatiza isso, mas não foi o que aconteceu. Os depoimentos mostram que a iniciativa foi do Banco do Brasil e nos primeiros anos a cooperativa esteve amparada por ele para se estruturar. A fala de B.G. aponta inclusive que “Para conseguir financiar uma trilhadeira, tinha que ser sócio. O banco não largava o dinheiro se não fosse pela cooperativa, já era um combinado entre cooperativa e banco (B.G, 2015). Serrano, que era um dos diretos, confirma esse direcionamento do crédito rural do Estado para a cooperativa. “O individuo que não era

associado, teve que se associar para conseguir financiamento” (SERRANO,2012). Defende Scussiato, um dos sócios fundadores da cooperativa, que o condicionamento ocorreu principalmente porque “A Cooperativa era uma garantia para o banco. Porque a cooperativa conhecia os sócios e podia dizer “para esse empresta e para esse não” (SCUSSIATO, 2013).

Uma questão que percebemos e que está presente em quase 100% das falas é a confiança que havia no então presidente da cooperativa Aury Luiz Bodanese. Conforme anotações de campo, os associados não confiavam no cooperativismo, mas nas pessoas do Sr. Aury e de Setembrino Zanchet. Além disso, os membros da diretoria eram de reconhecida liderança local, fazendo com que a cooperativa rapidamente aumentasse o número de sócios. O que ocorreu na Cooperalfa foi uma “cooperação econômica” entre os membros, apoiada pelo Estado, diferente dos ideários do cooperativismo de Rochdale que nasceu do seio de um grupo de trabalhadores.

Outro diferencial que é apontado como fator que propiciou o sucesso da nova cooperativa é a mudança de tríticola para mista. Comprando diversos produtos dos associados, ela se tornou uma opção mais “atraente” para o produtor do que se ela comprasse um produto apenas, como acontecia com a cooperativa tríticola, que comprava apenas trigo. A diversificação da compra gerou maior movimento para a cooperativa, permitindo que se fortalecesse e houvesse maior adesão de associados. A compra da massa falida do Frigorífico Marafon em 1969, em Chapecó, levou a cooperativa a trabalhar também com o abate de suínos. O frigorífico foi transformado em Cooperativa Central, naquele momento formada por oito cooperativas⁵⁷. Com uma capacidade diária de abate de 200 suínos na época, produzia inicialmente apenas na linha de cortes, passando posteriormente para produtos industrializados⁵⁸.

Contudo, o maior crescimento do cooperativismo em Chapecó ocorreu a partir de 1974, quando a Cooperchapecó incorpora a Cooperxaxiense, localizada a 40 quilômetros de Chapecó. Fomentada

⁵⁷ Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó , Cooperativa de Laticínios Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista Lageado Grande de Xaxim, Cooperativa Agrícola Regional Xanxerê, Sociedade Cooperativa Mista Palmitos, Cooperativa Agropecuária de São Carlos, Cooperativa Mista Modelense, de Modelo. No dia 18 de outubro de 1973 foi inaugurado o Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense (FRICOOPER), da marca AURORA. Em vez de cada uma das cooperativas investir na estrutura de um frigorífico, elas se uniram e criaram a central.

⁵⁸ www.auroraalimentos.com.br. Acessado em 14/08/2015

pelo Estado através do PROESTE, a fusão das duas em uma cooperativa visava o fortalecimento do cooperativismo, assim como um maior poder de compra e melhor poder de negociação na hora da venda. A nova cooperativa passa a ter sede em Chapecó, nas instalações da Cooperchapecó, e passa a se chamar Cooperalfa. As estruturas de Xaxim passam a ser uma das filiais da Cooperalfa.

Com esta fusão, ela se transforma na maior cooperativa agropecuária do estado, mantendo esta posição até os dias atuais. A sua história pode ser dividida em três fases⁵⁹

- primeira fase: armazenamento e eliminação do intermediário;
- segunda fase: industrialização e modernização;
- terceira fase: gestão empresarial e eficiência econômica.

A primeira fase, que consideramos os dez primeiros anos, foi um período em que se priorizou a estruturação da cooperativa, tanto física, financeira quanto de associados. Tudo precisava ser feito: armazenagem, estruturas de recebimento, escritórios, transporte, angariar mais sócios, buscar financiamentos, etc. Esta foi uma fase de amadurecimento, onde ela também se consolida como catalisadora de preços e um período da sua história onde sofre as maiores intervenções do Estado. Segundo Dal Bosco, nos primeiros anos da cooperativa, “Através do INCRA, o governo nomeava um interventor para as cooperativas. Na década de 1970 o governo podia até substituir a diretoria de uma cooperativa” (DAL BOSCO, 2012). Nesse primeiro período, havia também um maior envolvimento direto do presidente com os associados, onde o paternalismo e centralismo de poder eram vistos como necessários para o bom andamento do projeto cooperativo, onde havia uma preocupação maior com a comercialização da produção e fornecimento de gêneros básicos para os associados.

Ao final desta fase, por volta de 1977, quando a cooperativa passa a entrar na fase da industrialização, o número de associados era de mais ou menos 6 mil associados e atuava em oito municípios. Apesar de já atuar na industrialização dos suínos pela Aurora, da qual a Cooperalfa era a maior cooperativa atuante, num segundo momento, que se caracteriza a partir de 1979, quando é inaugurada a primeira fase da indústria de milho, inicia o que chamamos de fase de industrialização e modernização. Segundo uma cartilha da época, apenas a venda de grãos “não traz resultados compensadores em relação aos produtos

⁵⁹A cooperativa não usa fases para denominar sua história. Mas, com as pesquisas feitas e análise dos momentos marcantes para a Cooperalfa, delimitamos estes períodos.

industrializados” (COOPERALFA, 1977). A industrialização do milho é vista pela direção do projeto de industrialização como “um potencial de mercado ainda inexplorado, as condições de colocação dos produtos, tanto no mercado interno como no externo, apresentam opções amplamente favoráveis” (COOPERALFA, 1977). Essa indústria de milho é a primeira de Chapecó e os “investimentos serão cobertos pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, que dentro da nova política de apoio e valorização do homem do campo deverá participar integralmente do projeto” (COOPERALFA, 1977). Em julho de 1978, a Alfa assina acordo com o BNCC de 23 milhões para indústria de milho. Segundo a cooperativa, esta indústria atenderia tanto o governo quanto os produtores, pois a instalação da nova unidade industrial “proporcionará ao estado uma fonte inestimável de divisas, além de atender a meta prioritária do Governo Federal; proporcionará melhor nível de vida a pequenos e médios produtores que, através de uma indústria, participarão dos rendimentos globais” (COOPERALFA, 1977).

Podemos perceber na citação acima como as cooperativas estavam alinhadas aos objetivos de modernização e industrialização da agropecuária. Na opinião de Elói Frazzon, que coordenou o projeto técnico de implantação da industrialização “A entrada da cooperativa na área industrial foi um ponto crucial para o desenvolvimento da entidade, e para o desenvolvimento também dos associados. Mostrou que a cooperativa era muito mais viável industrializando” (FRAZZON, 2015). Defende Araújo que “Industrializar parece sempre ser a saída para o cooperativismo gerar capital para auto sustentar-se” (1982, p.43).

Depois dessa primeira indústria de milho, na metade da década de 1980 foi implantada a indústria de soja, como pode ser observado a esquerda da Figura 13. Segundo Frazzon, “a soja afetou mais a economia da cooperativa do que o milho, pois agregava mais valor” (2015). Coradini observa que

Como a expansão da produção da soja ocorreu paralelamente e inclusive foi um dos responsáveis pela capitalização e expansão empresarial das cooperativas, estas passaram a investir nesse espaço econômico alargado pela expansão da produção e exportação da soja. Soma-se a isso que à política de exportação interessa remeter ao exterior mercadorias com certo grau de beneficiamento, ou seja, com um valor realativo

maior, o que contribui para que as cooperativas tenham maior acesso aos financiamentos. Além disso, a própria substituição da banha e outros óleos com um custo maior pelo consumo do óleo de soja contribui para o barateamento de um componente básico da alimentação urbana (CORADINI, 1982, p.42).

A implantação da indústria de soja da Cooperalfa⁶⁰ teve uma interferência política maior do que a de milho. Conforme Frazzon, na época em que se pensava a indústria de soja, o presidente da Cooperalfa, Aury Bodanese, era diretor do BNCC. “Era diretor porque o Rio Grande do Sul e o Paraná tinham uma disputa interna para participar do BNCC, como não se entenderam, o Aury foi indicado em Santa Catarina. Ele tinha sua liderança forte em Santa Catarina, contanto que tinha ministros que ligavam para ele” (FRAZZON, 2015). Lembra Frazzon que mais tarde Bodanese foi acusado de se aproveitar do cargo para conseguir financiamentos.

Figura 13 - Cooperalfa por volta de 1987, após a implantação da indústria de milho e de soja. A esquerda da imagem, indústria de soja. Na mancha amarela da foto, a indústria de milho



Fonte: Acervo CEMAC

⁶⁰A indústria de soja trabalhava basicamente com dois subprodutos: o óleo e o farelo.

Influências políticas nortearam a história da cooperativa, e a construção da indústria de óleo foi uma delas. O presidente sempre esteve envolvido em entidades representativas do cooperativismo, da agroindústria e da agricultura⁶¹. Aury Bodanese foi presidente da Cooperalfa nestas duas primeiras da sua história, deixando o cargo em 1996, por motivos de saúde. Vale destacar também que essa segunda fase começa com um crescente no número de associados, atingindo o auge no final da década de 1980 (mais de 14 mil associados) e quando o período chega ao seu final, há uma queda significativa no número de associados. Em 1997, são 9600 associados. O êxodo rural é um dos principais motivos apontados pela redução de números de cooperados.

Após essa data, a cooperativa entra na terceira fase, que pode ser marcada por dois fatos principais, que vão marcar as mudanças das próximas décadas: o presidente que havia ficado no cargo por mais de 29 anos deixa a presidência e assume seu lugar uma pessoa extremamente técnica e progressista, com um perfil empresarial/industrial em destaque, que vai promover mudanças profundas na cooperativa. Se constitui a fase “empresarial” mais intensa da cooperativa. Outro ponto importante será o RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, um programa do governo que visa sanar as cooperativas agropecuárias e exigir delas maior eficácia econômica e poder de comercialização em escala maior.

Neste novo momento, o “capitão do cooperativismo”, o líder popular, fica para trás, dando lugar a um dirigente profissionalmente formado. Aponta um dos associados da Cooperalfa, que acompanhou a atuação dos dois presidentes que “Se o Aury estivesse na era do Mário, não daria certo, e vice-versa também”. Este período será de grandes transformações na Cooperalfa, mas não será abordado na nossa pesquisa. Pelas anotações de campo podemos perceber que este será o período mais tecnificado da cooperativa e um momento que a instituição acaba se distanciando mais do associado, priorizando a gestão “profissional do negócio” em detrimento do trabalho social e

⁶¹Foi diretor da OCESC, presidente da FECOAGRO, membro do conselho consultivo da EMBRAPA, conselheiro fiscal na Associação da Indústria de Carne e Derivados do Estado de Santa Catarina, membro do conselho deliberativo do Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, conselheiro da COCECRER, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos Derivados de Suínos, membro da diretoria do Sindicarne de Santa Catarina. Link para acesso do currículo completo de Aury Luiz Bodanese: http://www.cooperalfa.com.br/2010/tela_historico_profissional_aury.php

educacional com seus associados. Uma futura pesquisa, quem sabe, poderá contemplar este período

3.5 COOPERATIVISMO E ESTADO BRASILEIRO

A maior parte da bibliografia sobre o cooperativismo costuma delimitar a ação do Estado no cooperativismo após 1930, apesar de datar de janeiro de 1903 a primeira referência legal ao cooperativismo no país, facultando “aos profissionais de agricultura e indústria rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses” (BRASIL, 1903, p.45 apud Mendonça, 2002, p.39). Segundo a autora, as cooperativas seriam concebidas

Desde inícios do século XX, como elemento viabilizador da racionalização produtiva e comercial da agricultura, e também como instrumento de arregimentação e organização da *dispersa* e isolada população rural, sobretudo após as consequências do fim da escravidão. Incutindo-se na população rural as virtudes da solidariedade, supunha-se estar combatendo suas *tendências atávicas*, tornando-a “força produtiva nova”, coletiva (MENDONÇA, 2002, p.28).

Apesar de uma intervenção do Estado sobre as organizações cooperativas ter se intensificado apenas após 1930, podemos perceber que de alguma forma as organizações populares já eram citadas nas constituições brasileiras. A primeira, de 1824, proibia “as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres”⁶². A constituição de 1891, segundo Pinho, não cogitava cooperativas, mas seu art.72, inciso 8, assegurava a liberdade de associação.⁶³

Em 1903 o Brasil tem sua primeira lei cooperativa. O decreto 979, de 06 de janeiro, segundo Pinho (Vol. 1, 1991, p.29), “faculta a formação de sindicatos aos profissionais da agricultura e de indústrias rurais”. Em 1907, um novo decreto passa a reger os sindicatos profissionais e as organizações cooperativas. É o decreto 1637, de 05 de janeiro, que determina no Art. 10 que “As sociedades cooperativas, que

⁶² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

Acessado em 13 08 2015

⁶³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

Acessado em 13 07 2015.

poderão ser anonymas, em nome colectivo ou em commandita, são regidas pelas leis que regulam cada uma destas fôrmas de sociedade, com as modificações estatuidas na presente lei”⁶⁴. Esse decreto facultava a associação no sindicato dos que quisessem se associar numa cooperativa.

Outra Lei que normatizava a constituição de cooperativas é o decreto 17.339 de 02 de junho de 1926. “Aprova o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas Raiffeisen e bancos Luzzatti”. Em Seu art. 1º, parágrafo único, a regulamento citado pelo decreto determina que:

O Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas promoverá, nos meios agrícolas, a idéa e a pratica da organização cooperativa, em ordem a se tornar o credito agricolafactor decisivo do progresso economico do paiz, e velará pela exactaaplicação da lei, afim de evitar a deturpação ou a ruina dos institutos de credito cooperativo, verificando si estão devidamente organizados e si preenchem os fins a que se destinam, de modo que realizem, principalmente, obra de elevação social e moral.⁶⁵

Mendonça aponta que “os pioneiros da difusão da doutrina cooperativista no Brasil foram alguns agrônomos”, que além de terem formação comum, também ocupavam cargos no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (após 1930, Ministério da Agricultura) “o que lhes conferia o lugar de porta-vozes da leitura estatal acerca do tema” (MENDONÇA, 2002, p.30)⁶⁶.

Em relação a sua liberdade de se organizar, houve uma ferrenha discussão a partir dos anos 1920 até final da década de 1930 de duas alas dentro do governo: para um grupo, “a cooperativa era tida como uma seção econômica dentro do sindicato, devendo ser totalmente subordinada”, enquanto para o outro grupo “a cooperativa seria passível de total autonomia, podendo congrega profissionais não legalmente sindicalizados” (MENDONÇA, 2002, p.33).

⁶⁴<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323> Acessado em 13 08 2015

⁶⁵<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17339-2-junho-1926-514410-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 13 08 2015.

⁶⁶Para maiores informações, consultar (Mendonça, 2002, p.23 a 40)

Entre 1888 e 1930, houve grande discussão e defesa da necessidade e ter mais crédito para produzir e tirar o Brasil rural do “atraso”. Dessa forma, num debate iniciado para se definir os instrumentos de captação do crédito agrícola, “que se inseriu a temática da cooperativa rural, inúmeras vezes confundida, nos documentos de época, com o que visualizava-se como sindicato” (MENDONÇA, 2002, p.23).

Após 1930, em função de todo um reordenamento de poder dentro do Estado, o cooperativismo passa a sofrer uma maior intervenção do Estado. “Enquanto até esse momento o cooperativismo não chegara a transcender o estatuto de um projeto político, agora ele ganharia o *status* de uma prática governamental, ao sabor das tendências nacionalizantes e centralizadoras portadas pelos atores que engendraram o golpe e a formação de um novo Estado no Brasil” (MENDONÇA, 2002, p.41).

O Decreto 22.239, de 1932, foi uma das primeiras grandes interferências do Estado no cooperativismo e durante décadas norteou a prática cooperativista no Brasil. Ele “Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas”⁶⁷. Para Schneider, o cooperativismo era percebido pelo Estado como uma das soluções para os problemas gerados pela crise conjuntural, que foi agravada pela crise estrutural resultante da frágil base monocultura cafeeira em que estava apoiava a economia brasileira. “Convinha diversificar a economia rural, e as cooperativas poderiam ser um instrumento para esta diversificação, protegendo e fomentando as pequenas explorações rurais familiares e apoiando atividades agroindustriais” (SCHNEIDER, 1999, p.402).

Na constituição de 1934 Art.113, inciso 12 “É garantida a liberdade de associação para fins lícitos, nenhuma associação será compulsoriamente dissolvida senão por sentença judiciária”. O art. 120 reafirma essa liberdade decretando que “Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei”⁶⁸.

Em 1933 o decreto 23.611 revoga o decreto 979 de 1903 e torna facultativo a criação dos consórcios profissionais cooperativos. Já em 1934, é promulgado o Decreto 24.647 de 1934, que revoga o de 1932, instituindo o cooperativismo sindicalista, por meio de consórcios

⁶⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm
Acessado em 13/08/2015.

⁶⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm
Acessado em 13/08/2015.

profissionais cooperativos (PINHO, VOL.1 1991, p.39). Em 1937, a Carta Constitucional garante a liberdade de associação e atribui aos Estados competência para legislar sobre cooperativas com o objetivo de suprir deficiências da lei federal (PINHO, Vol. 1, 1991, p.40). A promulgação da Constituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, promoveu grandes mudanças nos movimentos sociais, especialmente no associativismo. O Decreto 581 de 01 de agosto de 1938 revoga os decretos de 1933/34 e revigora o n.22.239 de 1932, complementando as normas cooperativistas de 1932. O sindicalismo cooperativista é revogado e passa a haver grande centralização da política de cooperativização rural em torno do Ministério da Agricultura, obrigando as cooperativas a se registrarem no mesmo.

Em 19 de outubro de 1943 é promulgado o Decreto Lei 5.893, que “Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas” ⁶⁹. Segundo Mendonça, essa Lei “instituiu uma cooperativa fortemente burocratizada e controlada em seus mínimos detalhes, cabendo ao Ministério, inclusive, controlar seu movimento financeiro mensal ou mesmo indicar-lhe interventores” (MENDONÇA, 2002, p.59). Para a autora, o forte controle do Estado no cooperativismo era compensado “via fomento dos incentivos prestados pelo Ministério à cooperativização, mediante dois tipos de expedientes: os fiscais e os creditícios” (MENDONÇA, 2002, p.61). Em 1943, também é criada a Caixa de Crédito Cooperativo, transformada em 1951 em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com objetivo de promover assistência e amparo às cooperativas.

Segundo Mendonça, é preciso ficar atento a generalização da maioria dos estudos sobre cooperativismo que ressaltam a intervenção estatal apenas após 1930. Em sua pesquisa sobre “cooperativização agrícola” do Estado Brasileiro, a autora aponta que é necessário “analisar a configuração de uma política estatal das lutas ocorridas entre 1910 e 1945, aqui tomado como significativamente expressivo para o estudo das relações entre classe dominante agrária e Estado no que tange ao objeto em foco” (2002, p.20) Mendonça acredita

[...] ser fundamental resgatar que a definição dos contornos de um projeto de cooperativização rural, bem como dos instrumentos que o tornaram numa prática pública, deita raízes no próprio

⁶⁹<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1943/5893.htm> Acessado em 13/08/2015.

mundo agrário e seus porta-vozes, ainda no âmbito da República Velha, consistindo, para além de seus aspectos econômicos, numa estratégia política para a manutenção do sistema de dominação até aí vigente no campo, sem alterações na tradicional estrutura de propriedade agrária (MENDONÇA, 2002, p.20).

Para a autora, o apoio a criação de cooperativas agrícolas e a construção da relação Estado/Cooperativa, [...] pode ser percebida não só como instrumento de subordinação da suposta pequena produção aos ditames da acumulação capitalista, mas também como uma estratégia alternativa para o controle social e políticos dos agentes sociais em volvidos na produção agrícola por parte do Estado, sem a necessária mediação dos donos da terra (MENDONÇA, 2002, p.21).

Segundo Mendonça, a relação entre Cooperativismo e Estado entre 1910 e 1945 foi um embate entre projetos e agentes políticos dispares. Para a autora, o que melhor demonstra essa disputa foram os sete Decretos Lei entre 1932 e 1945, que foram “uma sucessão de revogações e/ou renovações de atos precedentes – uma luta política das mais acirradas” (MENDONÇA, 2020, p.45). Dentro desse período, a autora aponta também que a política de crédito “não veio a se constituir no principal instrumento de incentivo à cooperativização rural, nem por parte do próprio Ministério da Agricultura, nem por parte do Banco do Brasil, o que joga luz sobre outro foco: os instrumentos fiscais, estes sim, poderosas “alavancas” da política cooperativista do Estado Brasileiro entre 1930 e 1945” (MENDONÇA, 2002, p.88).

Segundo Pinho, o período que abrange de 1932 a 1965, é um momento onde houve um grande crescimento das cooperativas no Brasil, sob apoio legal e institucional do Estado. Com a ditadura em 1964, há uma extinção quase total das cooperativas de crédito e um fortalecimento do cooperativismo agrícola, que passa a se destacar nas políticas de governo para a modernização da agricultura e sua industrialização. Entre 1964 e 1985, instrumentalizaram-se as cooperativas produtoras de grãos, para servir as políticas de exportação do governo com o aumento da exportação de produtos primários, empenhado em diminuir a crescente dívida externa. Para Baldissera, citando a Cooperalfa como exemplo,

Para nós a ditadura sempre foi positiva porque foi a época que a cooperativa teve mais chance de

subir, de capital e tudo, tempo do Geisel, teve uma visita do Geisel ali na cooperativa. Para nós a ditadura foi só lucro. Um dos benefícios foi o preço mínimo e ajudou nos financiamentos bastante. Para mim a agricultura começou a alinhar na ditadura, começaram a comprar carro, jipe, antes ninguém tinha jipe (2012).

Entre 1966 e 1970, de acordo com Pinho (1991), o cooperativismo passa por uma crise e ao mesmo tempo reorganização do sistema. O Decreto-lei 59 de 21 de novembro de 1966 define a política nacional do cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo – CNC, revoga o Dec.22.239/32; cria exagerado sistema de controle estatal e dá outras providências (PINHO, Vol.1, 1991, p.54). Logo após, em 1967, o decreto 60.597 regulamenta o decreto 59. Com essa lei, é atribuída a função de fiscalização das cooperativas de crédito ao BNCC, das de habitação ao BNH- Banco Nacional de Habitação e das demais cooperativas ao INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Em 1967 também “foi posto em prática o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), tornando o crédito rural um instrumento permanente, e com função estratégica dentro das políticas oficiais de promoção da agricultura brasileira” (BÚRIGO, 2007, p.62). Em suas pesquisas, o autor demonstra que “As análises sobre o papel do crédito rural mostram que desde o seu início o SNCR esteve inclinado a fortalecer um modelo produtivista, atrelado a uma lógica de incentivo à subordinação da agricultura ao setor industrial” (BÚRIGO, 2007, p.64). O crédito como parte importante do processo de modernização agrícola era um dos projetos a ser executado pelo Estado na busca dos seus objetivos. Segundo Simon, “[...] o crédito rural oficial, em vez de estar a serviço de políticas de desenvolvimento rural, atendeu apenas aos objetivos da política de modernização, aumentando a utilização de insumos industriais no setor agrícola” (SIMON, 1992 in BÚRIGO, 2007, p.65). Em trabalhos como o relatório da Comibeu, o Plano de Metas (1956-1960), o Plano Trienal (1963-1965), o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966), o crédito rural passou a ser encarado como peça-chave nas políticas de desenvolvimento do país (BÚRIGO, 2007, p.62).

Essas políticas de crédito rural na maioria das vezes priorizavam os proprietários de terra. Segundo Wanderley (2009, p.46) a modernização agrícola foi feita pelos e para os proprietários de terra,

uma “modernização feita sob o comando da terra”. As cooperativas também foram privilegiadas. Pesquisando dados do Banco Central do Brasil de 1975, Schneider indica que as cooperativas receberam 15% do total do crédito rural destinado ao setor. O Nordeste, que em 1975 possuía “21% das cooperativas agrícolas brasileiras e 17% do total de associados, recebeu menos de 6% dos recursos destinado as cooperativas. Já a Região Sul, com 33% das cooperativas e cerca de 50% dos associados, foi beneficiada com mais de 70% deste crédito” (SCHNEIDER, 1981, p.21/23). Pelos dados analisados, o autor demonstra que as desigualdades regionais no Brasil são também visíveis no âmbito das cooperativas. Tendo como base a Pesquisa Sócio-Econômica das Cooperativas de produtores e de Produção Agrícola Brasileira de 1975, Schneider aponta que há uma “concentração do cooperativismo agrícola nas regiões mais desenvolvidas do Sudeste e do Sul [...] As duas regiões juntas detém 70% das cooperativas e 80% do total de produtores associados” (SCHNEIDER, 1981, p.20). Complementa o autor que Rio Grande do Sul e Paraná tem mais cooperativas e cooperados do que a soma das outras três regiões restantes.

Schröder (1997) defende que principalmente nos estados do Sul, a política modernizante não visou “a eliminação dos pequenos agricultores, pelo contrário [...] buscou a transformação ‘qualitativa’ das características destes produtores para que os mesmos fossem integrados de forma compulsória às necessidades de acumulação de capital mais geral” (BÚRIGO, 2007, p.65). Para tanto, as cooperativas eram de fundamental importância para inserir pequenos produtores na nova dinâmica agroindustrial.

O ano de 1971 torna-se um dos mais marcantes para o cooperativismo como um todo no Brasil. A Lei 5.764 de 1971, que norteia o cooperativismo até a atualidade, segundo Schneider, foi “[...] simultaneamente liberal, paternalista e intervencionista [...]” (1999, p.406). A promulgação da lei cooperativista tinha uma orientação claramente empresarial, estimulando a fusão de cooperativas menores com as melhor estruturadas e fomentando a tecnificação em prol da qualidade. Apesar de algumas limitações que impôs ao sistema,

A nova lei acabou com o longo capítulo das proibições legais anteriores e, em parte, devido a pressão de lideranças cooperativas, deu tratamento moderno ao sistema operacional das cooperativas, permitindo diversificar suas atividades, ingressas

na agroindústria, constituir empresas sociedades não cooperativas, para agilizar certas operações e serviços, abrindo as possibilidades legais para concorrer com as empresas capitalistas no mercado (SCHNEIDER, 1999, p.406).

Araújo afirma que a partir dessa lei “transparece a concepção de quanto pode ser considerada uma força social a ação cooperativa, passível de ser direcionada politicamente” (ARAÚJO, 1982, p.125) As políticas de crédito que se intensificam para o cooperativismo a partir da década de 1970 demonstram que, segundo Coradini, as cooperativas agropecuárias se enquadram e se articulam com o processo de expansão do capital “[...] atuando no sentido da complementação do capitalismo associado-dependente e do Estado autoritário” (1982, p.14).

No I e o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), podemos notar a preocupação do governo em modernizar a agropecuária e inseri-la no novo modelo econômico que se constituía. O I PND observamos que uma das ações para efetivar o programa de modernização, visando consolidar o poder de competição nacional, era o “Desenvolvimento da empresa agrícola, para criar agricultura organizada à base de métodos modernos de produção e comercialização.”⁷⁰ Para o crescimento e expansão do mercado, um dos objetivos era eliminar a agricultura de subsistência. No I PND, não temos referências as cooperativas, mas o II PND as coloca como “braços” importantes do governo na execução das políticas de modernização. O Plano defende que a agropecuária tem “contribuição muito significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial” (II PND, 1974 p.4) Para atingir este objetivo, o Estado efetiva amplo “Apoio às formas de organização de produtores, especialmente cooperativas, objetivando ganhos de escala nas operações de comprar e venda, assistência técnica e prestação de serviços”⁷¹ (II PND, 1974, p.29).

Segundo Matos, “O III PND reconheceu como setores prioritários da economia brasileira a agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia. Quanto aos seus objetivos, o III PND pouco se

⁷⁰<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>

Acessado em 14/08/2015.

⁷¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

Acessado em 14/08/2015

diferenciava dos planos anteriores [...]” (2002, p.69). Apesar do slogan “Plante que o governo garante”, do III PND (1980-1985), o plano de modernização da agropecuária ficou muito mais no papel do que na prática, devido principalmente a crise econômica mundial. Para Matos, o III PND não pode ser considerado um plano, mas uma simples declaração de intenções do governo. Ao analisar os planos de governo pós II PND, Matos constata que [...] o período que se iniciou com o III PND, e que perdurou durante praticamente toda a década de 90, prevaleceu a falência do planejamento no Brasil e um profundo descrédito quanto ao seu potencial (MATOS, 2002, p.176).

Na década de 1970 e início da década de 1980 o governo federal investe muito nas cooperativas agropecuárias. São financiamentos a juro zero ou muito baixos, isenções fiscais, programas para fortalecimento, etc. Com o apoio recebido pelo governo, as cooperativas investem em seu crescimento. Para Hasse, as cooperativas,

No afã de reter parte do dinheiro que circulava entre seu universo de associados, as cooperativas montaram lojas de insumos, supermercados, empresas de transporte e indústrias de óleos, adubos e rações. Aproveitando todos os incentivos e facilidades oferecidos pelo governo durante o milagre econômico, geraram conglomerados que disputavam um lugar ao sol entre empresas nacionais e estrangeiras (HASSE, 1996, p.42).

A Cooperalfa, paralelamente a comercialização da safra de seus associados, assume também o papel de produtor e fornecedor de insumos agropecuários, principalmente quando investe na produção de sementes selecionadas e rações, além da industrialização de milho e soja. Produtos esses que comercializa para os associados. Dessa forma, ela participa da composição do complexo agroindustrial de três maneiras: fornecendo insumos agrícolas e industriais (seus e de empresas parceiras); recebendo a produção agrícola dos associados e processando essa produção.

Outro projeto de fomento ao cooperativismo, o PRONACOOOP – I Programa Nacional de Cooperativismo (1976/1979) se propôs a “dinamizar o sistema cooperativista brasileiro abrangendo atividades que, em síntese, atendam às áreas de educação, pesquisa, assistência técnica, organização e administração, crédito, comercialização, industrialização, zoneamento, integração cooperativista, controle e

fiscalização” (INCRA/BNCC/EMBRATER/OCB, 1976, p.7). O PRONACOOOP estava ajustado ao II PND e aos planos de desenvolvimento do governo e tinha três objetivos principais: elevar e manter os índices de aprimoramento empresarial das cooperativas; elevar e manter os índices de participação do sistema cooperativista na economia nacional; aprimorar os mecanismos da cooperativa relativos aos aspectos sociais de participação dos cooperados nos seus benefícios econômicos (INCRA/BNCC/EMBRATER/OCB, 1976, p.8-9). Esse projeto triplicaria as verbas governamentais para esse fim, sendo implantado por órgãos governamentais (INCRA, EMBRATER e BNCC), fazendo parte da estratégia de modernização e aumento da produtividade física da agricultura brasileira (CORADINI, 1982, p.54).

O PICOOP – Programa Institucional de Cooperativismo (1984), elaborado por vários pesquisadores (CNPq/SDS/CET, Finep, USP/Coopercultura, BNCC, Seplan/Iplan), tanto de instituições acadêmicas quanto de cooperativas e órgãos ligados ao governo, tinha por objetivo

Estimular a geração e a difusão de conhecimento e tecnologias, através de trabalhos de pesquisas, do desenvolvimento de recursos humanos, do desenvolvimento tecnológico e da integração interinstitucional, que permitam beneficiar cooperativas e cooperados pela eficácia e autonomia nos processos econômicos e sociais e pelo aumento do grau de participação no processo de desenvolvimento (SEPLAN/CNPq, 1984, p.14).

Além disso, procurava “ordenar e sistematizar os esforços institucionais do país para o setor cooperativo – até agora dispersos, sem qualquer planejamento local, regional ou nacional” (SEPLAN/CNPq, 1984, 12). Apesar dos programas de apoio, neste período que o cooperativismo começa a levantar a questão da autonomia do sistema em relação ao estado. A partir de 1985, as discussões se intensificam, objetivando a inclusão da autonomia cooperativa na nova constituinte que começava a ser debatida. O cooperativismo queria se ver livre da fiscalização e intervenção do Estado. Junto com a Lei 5.764, a liberdade de associação sem autorização estatal conquistada na constituição de 1988 é tido pelas cooperativas como um dos maiores marcos do sistema no Brasil. Em seu Art. V, inciso XVIII, a constituição aponta que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem

de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.⁷²

Apesar de se ver livres das amarras do Estado a partir da nova constituinte, a subordinação das cooperativas agropecuárias a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 90 não mudou muito, pois, como defende Búrigo, [...] entrou em cena a ótica neoliberal como orientadora da política econômica do país. Muitas delas continuaram a gerir subsídios oficiais, já que não estavam conseguindo adaptar-se às novas regras da economia (BÚRIGO, 2007, p.32).

Na metade da década de 1990, as cooperativas enfrentavam uma grave crise, principalmente as agropecuárias. O governo cria então o RECOOP, em 1998,

[...] que objetivou fazer o saneamento financeiro dessas organizações. O valor do empréstimo foi na ordem de US\$2,5 bilhões (dois bilhões de dólares à época), sendo US\$ 1,5 bilhão (um bilhão e meio de dólares) destinados à renegociação dos prazos das atuais dívidas, ou seja, para tirar as cooperativas do “vermelho”, e um bilhão de dólares para financiamento de novos projetos. É interessante notar que esses recursos foram dirigidos às grandes cooperativas, aquelas que deviam pelo menos um milhão de dólares à época (ALBUQUERQUE e CIRINO, 2001, p.77).

Não vamos entrar em detalhes mais profundos desse programa porque se insere fora do nosso recorte temporal, mas podemos deixar registrado que a Cooperalfa também se beneficiou dele. Um programa de grande repercussão e que passou a beneficiar os pequenos agricultores foi o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995⁷³. Além de beneficiar pequenos agricultores com financiamentos a juros zero ou juros baixos, com prazos longos de pagamentos, o PRONAF também beneficiou

⁷²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14/08/2015.

⁷³Segundo o site do BNDES, “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas”. <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>

cooperativas e agroindústrias, através do PRONAF Agroindústria, que “têm como finalidades investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, armazenagem, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural [...]” ⁷⁴. A Cooperalfa também se beneficiou muito desse programa, apesar de atualmente não usar mais tantos recursos do mesmo, devido principalmente as limitações que o programa impõe.

Em 1999, se iniciava um amplo programa educacional, com ênfase no caráter empresarial das cooperativas e programas de autogestão, com a criação do SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. A partir daquele momento, o modelo empresarial passa a influenciar com mais ênfase a gestão das cooperativas, sendo que a gestão empresarial “eficaz e enxuta” vem cada vez mais tomando corpo nas cooperativas nos últimos anos. Mendonça acredita que o cooperativismo,

[...] fruto de uma prática discursiva e efetiva tradicionalmente vinculada à proteção dos “pequenos” revelaria outras nuances na formação social e política brasileira, prestando-se, sobretudo, como instrumento de subordinação política de frações da classe dominante ao novo projeto de Estado. Tal como em muitos outros aspectos da História da Agricultura no Brasil, também o cooperativismo demonstraria o quanto esteve subordinado a interesses externos à própria agricultura, sendo esta instrumentalizada para dirimir conflitos nem sempre situados dentro dela (MENDONÇA, 2002, p.92).

O cooperativismo agropecuário se constituiu, principalmente após a metade do século XX, entidade dependente de financiamentos para seus grandes projetos, como grande parte do cooperativismo no Brasil. Sem financiamentos governamentais ou de entidades privadas, as cooperativas agropecuárias dificilmente teriam se estruturado. Para o técnico em cooperativismo, Vilmar Dal Bosco, “As cooperativas tinham o apoio do estado, desde que defendessem os valores do Estado” (DAL BOSCO, 2012). E foi o que muitas fizeram. Defenderam a ditadura e

⁷⁴http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#13. Acessado em 18/08/2015.

depois a abertura política, para que não tivessem seus financiamentos afetados. Procuram não se indispor com os governos para que tenham acesso a grandes financiamentos para estruturação e financiamento da produção. BRDE - [Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul](#), anunciou recentemente que no primeiro semestre de 2015, 90% dos seus financiamentos foram para o agronegócio. “O agronegócio, em especial, as cooperativas responderam por 90% dos contratos de financiamento assinados no primeiro semestre deste ano”, apontou o diretor de operações do BRDE, Wilson Quintero⁷⁵. Na Cooperalfa, por exemplo, uma obra de R\$ 45milhões inaugurada recentemente teve 90% do total proveniente de recursos do BNDES - [Banco Nacional do Desenvolvimento](#).⁷⁶

Com a gama de investimentos que recebem do governo e com as pressões de mercado, muitas cooperativas vêm se constituindo como grandes empresas, em nome da sobrevivência no concorrido mercado internacional, onde cada vez mais se fazem presentes. Conforme Coradini,

Esse crescimento e essa centralização (ou “gigantismo”) tornam mais claras as divergências e mesmo a oposição de interesses específicos entre essa forma de cooperativismo e aqueles setores da indústria e do comércio que passam a sofrer concorrência mais direta. Nos últimos anos essas divergências passaram a ser explícitas e a abranger os vários escalões do Governo. Frequentemente esses setores reivindicam do Governo uma mudança na legislação cooperativa no sentido de restringir seu tamanho e as atividades desenvolvidas, a fim de evitar concorrências com o “setor privado”, com as mais variadas justificativas ideológicas. A isso as cooperativas respondem a seu modo, onde os argumentos mais utilizados são a suposta eficiência econômico-social do cooperativismo como causa de seu crescimento, a contribuição do cooperativismo para a solução de problemas sociais, as vantagens que esse sistema teria para defender a economia da estatização, das

⁷⁵ http://www.ocb.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=18309. Acessado em 15/08/2015

⁷⁶ <http://www.fecoagro.coop.br/pt-BR/noticias/14132>. Acessado em 18/08/2015.

multinacionais e do “[...] perigo da socialização comunista”⁷⁷ (CORADINI, 1982, p.58).

No começo do século XXI, o cooperativismo é compelido a se internacionalizar e a investir na profissionalização, para enfrentar a competição de mercado globalizado. Um cooperativismo que se “agiganta” empresarialmente e se afasta ideologicamente de seu associado. Alguns cooperativistas acreditam que hoje esse é seu maior desafio: manter-se no mercado cada vez mais competitivo, sem perder a proximidade com seus associados, principalmente os pequenos.

3.6 OS PROJETOS DO ESTADO CATARINENSE PARA O COOPERATIVISMO

O desenvolvimento do oeste de Santa Catarina passa a entrar na agenda do governo catarinense de uma forma mais efetiva a partir da criação da Secretaria de Negócios do Oeste, em 1963, que objetivava integrar política e economicamente a região ao resto do Estado, apesar da atuação da ACARESC já se fazer presente na região, em nome do “desenvolvimento do homem do campo”. O cooperativismo foi beneficiado pelos investimentos feitos na região pela secretaria, assim como das ações da ACARESC, como já citamos anteriormente. Além disso, nenhum governo catarinense que se seguiu a criação da mesma, deixou de investir pesado na modernização da agropecuária e no financiamento das agroindústrias. Ademais, vários projetos específicos para as cooperativas foram colocados na prática.

Todas as leis, decretos e projetos que foram citadas anteriormente refletiram também no cooperativismo catarinense. Também Santa Catarina também criou seus próprios incentivos. A política agrária catarinense enfatiza o agricultor como elemento, meio e fim do desenvolvimento agrícola (ANAIS, 1975, p.28). Um dos primeiros programas e de grande impulso para o cooperativismo foi o incentivo ao cooperativismo através da ACARESC. Segundo documentos da referida entidade, o incentivo se deu em busca de melhores preços os produtos produzidos pelos agricultores. O governo estadual estimulou a formação de cooperativas através do trabalho de extensão rural. “O técnico pago pelo governo permanecerá junto à cooperativa até que a mesma esteja

⁷⁷Ver Informativo OCERGS. Porto Alegre, (09), dezembro de 1976 e também, entre outros, Folha da Manhã. Porto Alegre, 14 de julho de 1978, p.10.

em pleno funcionamento e dispense o concurso do assessor” (OLINGER, 1966, p.100).

O projeto denominado “Agricultura: prioridade Um”, do governo de Ivo Silveira, tinha como objetivo “expandir Escritórios Locais, atendendo aos municípios de maior expressão no setor agropecuário deste Estado” (SANTA CATARINA, 1969). A expansão dos escritórios tinha por objetivo “Levar a assistência técnica, econômica e social, articulada ao crédito educativo aos produtores rurais catarinenses, visando o aumento da produtividade do trabalho humano” (SANTA CATARINA, 1969, p.2). As cooperativas, nesse projeto, “eram um dos meios e metas a serem alcançados”. Um dos propósitos, além da assistência direta ao produtor via ACARESC, era o “Funcionamento de 70 cooperativas agropecuárias”.

Para justificar uma interferência do Estado nas cooperativas, podemos ver a fala de Glauco Olinger, em uma publicação de 1966.

No âmbito do cooperativismo rural, é comum constatar-se que a organização é dominada completamente pelos seus dirigentes, os quais manobram a economia dos cooperados como bem entendem. Os produtores, por sua vez, sentem que são explorados, porém, sabem que não são capazes de gerir uma cooperativa, seja por falta de tempo, seja por falta de conhecimentos. Nestas condições, permanecem à mercê da direção da cooperativa ou, o que é pior, dos intermediários (OLINGER, 1966, p.2).

Segundo Moraes, a ação do governo para a constituição de cooperativas e sua fiscalização é positiva, como podemos ver na sua fala “Em 1964, o Cooperativismo Catarinense sofreu um impulso construtivo, mediante a ação saneadora do Govêrno, através da então Diretoria de Organização da Produção – Secretaria da Agricultura – e de um efetivo trabalho de conscientização e assistência técnica desenvolvido – pela ACARESC” (MORAES, 1971, p.3). Segundo o autor, após esta interferência, “a ação fiscal do órgão normativo do Cooperativismo no estado determinou o cancelamento do registro de mais de 300 Cooperativas”.Conforme Frazzon, agrônomo que trabalhava na ACARESC e foi coordenador do cooperativismo no oeste catarinense no início da década de 1970,

Na década de 1960, a extensão rural preconizou que cada município ia ter uma cooperativa, então o bom extensionista era aquele que tinha uma cooperativa, que tinha um sindicato, que tinha clube 4S, que fazia também trabalho nessa área social, que tinha extensionista feminina para cuidar dessa questão do trabalho com mulheres. Aqueles extensionistas de frente organizaram cooperativas em seus municípios. Só que boa parte delas, a grande maioria, não progrediu. Já na década de 1970, o trabalho era unir as cooperativas que não progrediram, através do PROESTE, que envolvia o INCRA, a Acaresc e a Secretaria da Agricultura (FRAZZON, 2015).

O PROESTE, idealizado em 1970 pela coordenadoria regional de cooperativismo do Oeste, era um projeto do governo que tinha como um dos objetivos unir cooperativas, com objetivo de fortalecê-las e melhorar seu poder de compra e venda. Segundo Elói Frazzon, que coordenou este projeto, a Acaresc havia incentivado a criação de cooperativas, e no “decorrer do tempo notou-se que essas cooperativas em quantidade muito grande, elas dependiam muito de administração, o pessoal não era preparado, então muitas não tinham sucesso” (FRAZZON, 2012). Com o Proeste, essas que não tiveram muito sucesso, foram aos poucos sendo incorporadas. Inclusive algumas que estavam razoavelmente bem, como a Cooperxaxim e Cooperchapecó, seguiram a indicação da ACARESC e acabaram se unindo para se fortalecer, como já vimos anteriormente.

A ASCOOP deu os primeiros passos para a uniformidade do movimento em todo o território estadual, isso após as medidas adotadas por órgãos governamentais para a regularização das cooperativas até então existentes. Segundo o site da OCESC, em 1971, quando o Governo Federal efetivava as mudanças no cooperativismo, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina –OCESC - passou a representar efetivamente o Sistema Cooperativo Catarinense, para a criação e registro de cooperativas, encarregando-se gradativamente dos serviços anteriormente a cargo de órgãos governamentais. A OCESC passou a coordenar e encaminhar a documentação correspondente às cooperativas catarinenses à OCB, aos órgãos normativos estatais e à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC. Por determinação do estatuto, a OCESC também fica responsável pela prestação dos serviços necessários ao perfeito

desempenho e desenvolvimento das cooperativas de todos os segmentos⁷⁸.

Dentro da estratégia de desenvolvimento da agricultura catarinense a partir da década de 1960, “[...] o COOPERATIVISMO é destacado como o principal instrumento de ação da Política Agrária de Santa Catarina” (MORAES, 1971, p.2) No projeto de desenvolvimento e modernização da agricultura, “o cooperativismo é destacado como principal ação política agrária do Estado de Santa Catarina, em consonância dos ditames do II Plano Nacional de Desenvolvimento” (ANAIS, 1975, p.28).

Segundo Moraes, o Estado catarinense financiava as cooperativas em três frentes: financiamento de produção, financiamento de obras de infraestrutura e financiamento de comercialização agrícola. O Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, ACARESC e BNCC estavam à frente do fomento a estes objetivos (MORAES, 1971).

O governo Estadual mantinha sete coordenadorias regionais de cooperativismo até meados da década de 1970, que “são formadas por um técnico especializado em cooperativismo assessorado por um técnico em contabilidade. Essas Coordenadorias atuam junto aos agentes-locais de Extensão Rural (nos municípios dotados de cooperativas), e junto às Cooperativas Agropecuárias” (MORAES, 1971, p.20) A assistência técnica prestada à Cooperativa envolve desde os estudos preliminares para sua constituição, passando pela assistência administrativa e contábil até a comercialização. “Essa assistência tem por principal objetivo transformar as Cooperativas em verdadeiras empresas através de uma administração competente” (MORAES, 1971, p.30).

A auditoria das cooperativas no Brasil é feita pelo INCRA. Em Santa Catarina, a Secretaria da Agricultura, através da Coordenadoria de Organização da Produção e Abastecimento – COPA- por delegação do INCRA, era o órgão responsável pela promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo (MORAES, 1971, p.22). Segundo o autor, em 1971, havia 10 inspetorias regionais que fiscalizavam 224 cooperativas de 1º grau e 5 cooperativas de 2º grau do estado.

Em 16 de julho de 1970, através da Lei Estadual nº 4486, o governo estadual cria o FEPRO (Fundo de Estímulo a Produtividade), que pagava o frete de calcário e adubos adquiridos pelas cooperativas para uso dos seus associados. Além disso, até 1974, pagava todos os

⁷⁸ http://www.ocesc.org.br/institucional/a_ocesc.php. Acessado em 14/08/2015.

juros de máquinas adquiridas, com financiamento bancário, pelas cooperativas para uso de seus associados. Objetivava “acelerar o processo de difusão dos modernos insumos agrícolas notadamente os corretivos, adubos, máquinas agrícolas, mudas e reprodutores selecionados” (MORAES, 1971, p.6). No Governo de Colombo Sales, em 1971, foi criado o Fundo Agropecuário, “que ampliou os subsídios do Fundo de Estímulo à Produtividade, pagando os juros de financiamento de equipamentos – secadores, máquinas de classificar e beneficiar, etc. – adquiridos por Cooperativas Agrícolas” (MORAES, 1971, p.9). Através da Lei nº 4.266, de 13 de janeiro de 1969, o governo criava os Incentivos Fiscais às Cooperativas, que correspondiam a 20% do I.C.M. recolhido pelas Cooperativas. Segundo Moraes, estes incentivos “possibilitarão, mediante projetos tecnicamente elaborados, a aplicação nos próximos cinco anos, de 15 milhões de cruzeiros em nova unidade de armazenamento de cereais e agroindústrias pertencentes ao sistema cooperativista estadual” (1971, p.10).

Mais um incentivo do governo para programas de armazenagem é a Lei 4.266, de 13.01.1975, “enquadrando as cooperativas no regime de beneficiárias do programa de incentivos fiscais através do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina - FUNDESC – o encorajamento para o setor de armazenagem se fez marcante, consequência da possibilidade de retorno do ICM para o setor, na base de 20%” (ANAIS, 1975, p.28). O documento defende que graças ao referido fundo, “[...] a FUNDESC, alicerçado ao trabalho de abnegados dirigentes, as empresas cooperativas detém 40% do total da capacidade estática de armazenagem do Estado de Santa Catarina [...] o Fundo só é usado pelas cooperativas em construção” (ANAIS, 1975, p.28). Em 1973, só a Cooperalfa tinha capacidade de armazenamento de 300.000 sacas de grãos, perdendo apenas para a cooperativa de Xaxim, que inclusive incorporou dois anos depois, como já citamos.

Armazenagem sempre foi um problema para os produtores. Em 1984, as cooperativas e comerciantes possuíam 82% das estruturas de armazenagem do oeste. Várias organizações públicas ajudavam no financiamento de estruturas de armazenagem, principalmente para cooperativas e agroindústrias, como: Companhia de Financiamento da Produção – CFP; Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM e Companhia Catarinense de Armazenamento – COCAR. Mesmo havendo espaços adicionais em vários meses do ano para mais armazenamento de grãos nas empresas, há uma grande dificuldade de

estruturas de secagem, de estruturas de transporte e de estruturas de armazenagem nas propriedades (CEPA, 1985).

Durante o III Congresso Catarinense de Cooperativismo, que ocorreu entre os dias 12 e 14 de agosto de 1975, em Florianópolis-SC, Vitor Fontana, então Secretário da Agricultura do Estado, apontava que o Governo Estadual em seu plano de governo, pretende com que “os atuais projetos de produção animal e vegetal deverão levar em consideração que são sistemas de integração e cooperativismo os que mais se ajustam a estrutura fundiária catarinense permitindo conduzir a exploração agropecuária de forma empresarial”(ANAIS, 1975, p.33). Além disso, era uma “fonte segura” de arrecadação de impostos. “A Cooperativa gera riquezas e por força de seus sistemas de controle contábil paga os impostos devidos sem a sonegação que ocorre nas demais fontes pagadoras, que vai até 50%” (ANAIS, 1975, p.28)

Fontana, em seu discurso durante o III Congresso Catarinense de Cooperativismo em 1975, demonstra o quanto o governo incentiva a modernização agrícola e o cooperativismo, ao falar que o Estado auxilia as cooperativas na importação de equipamentos para modernização. “A Secretaria da Agricultura importa estes equipamentos, em nome da Secretaria, libertando assim, as cooperativas de maiores tributos que pesam sobre a importação” (ANAIS, 1975, p.33).

O objetivo de modernização também pode ser percebido no discurso do secretário, ao apontar que os agricultores precisam de mais assistência dos governos para produzirem e permanecerem no campo. “Transformando as suas lavouras de manutenção apenas de consumo próprio numa lavoura mais produtiva, no sentido de que possam comercializar alguma coisa dessas pequenas lavouras, dessas pequenas propriedades. Mas, para isso é preciso assistência técnica, é preciso levar recursos para eles”. Complementa que “E eles continuarão cada vez mais pobres se não tiverem a assistência da educação cooperativa, do cooperativismo” (ANAIS, 1975, p.33)

Vitor Fontana ainda aponta durante o mesmo evento que o objetivo do governo estadual é

[...] aumentar a produção. Inclusive se pode aumentar a produtividade que é meta principal que nós devemos mirar para atingi-la. Não é lavrar mais terra. É lavrar a mesma quantidade de terra que hoje de ara para que desta terra se possa tirar o dobro, ou o triplo daquilo que se tira hoje, porque nossa produtividade realmente é muito

baixa. Mas eu dizia – produzir tem condições técnicas. Há meios de ir-se aplicando metodologia, aumentar a produtividade (ANAI, 1975, p.35).

Durante o encontro, se discutiu bastante de como “os incentivos devolvidos às cooperativas tem-se constituído em motivos de acirrados debates, polémicas e contestações dos intermediários, que veem no cooperativismo uma arma eficaz de combate a seus desmandos e aproveitamento da simplicidade do agricultor” (ANAI, 1975, p.28). Como um dos acionistas da Sadia, Vitor Fontana tinha interesses na modernização que menciona em seu discurso, pois seria diretamente beneficiado. Contudo, segundo Elói Frazzon, que coordenava o cooperativismo no oeste catarinense em 1975, o discurso do secretário não condizia com suas ações. Segundo Elói, havia oito coordenadorias de cooperativismo em Santa Catarina em 1974, as quais Vitor Fontana, como secretário da agricultura no governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), extinguiu. Segundo Frazzon, como as cooperativas começaram a ter um trabalho de escala, passaram a “prejudicar” interesses de S.A.S.Outro depoimento que demonstra que as S.A.S. se sentiam ameaçadas pelas cooperativas é de Glauco Olinger, na época, coordenador da ACARESC. “A constituição da Aurora foi recebida como concorrência desleal para a indústria frigorífica. Recebi muita pressão por conta desse projeto, principalmente do secretário da agricultura Vitor Fontana” (OLINGER, 2014).

Mesmo com essa extinção das coordenadorias de cooperativismo, os governos continuavam com projetos e programas de fomento a elas. Outro programa que favoreceu a expansão de cooperativas agropecuárias foi o FUNDEPRO – O Fundo de Desenvolvimento da Produtividade, estabelecido em 1966 e reestruturado em 1967, que investia em pesquisas que permitissem o aumento da produtividade industrial, incluindo o setor agropecuário.

Em 1970, o governo estadual cria o FEPRO - Fundo de Estimulo à Produtividade, através da lei n. 4.486, de 16 de julho. O FEPRO indicava que “Art. 1º As subversões destinadas às atividades agropecuárias serão concedidas, pela Secretaria da Agricultura, às Associações sem fins lucrativos, que se proponham a executar planos e projetos que visem ao abaixamento dos custos da produção e ao aumento da produtividade”. A Lei nº 4.628, de 6 de outubro de 1971, que dispõe sobre os mecanismos de estímulo à agropecuária do Estado aponta que no FEPRO “ Art.2º Os benefícios do FEPRO poderão ser

estendidos às Cooperativas agropecuárias para compra de máquinas e equipamentos destinados ao beneficiamento de sementes em geral, para o plantio ou o consumo”. O programa foi um dos mais importantes projetos que incentivou a modernização da agricultura, pois pagava frete de calcário, juros de financiamentos e importação de animais de raças melhores. Segundo Pacheco, técnico da ACARESC no período, “O governo pagava o frete do calcário. E na época o calcário era uma grande tecnologia. Hoje é mais comum” (PACHECO, 2015). O INCRA, que era órgão executivo da política nacional de cooperativismo, apoiado pela ACARESC, foi uma das principais executoras do FEPRO.

Em 1975, o governo estadual cria a EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, que tinha parcerias com cooperativas, principalmente para o melhoramento de sementes. Em 1991, a EMPASC passa a fazer parte da EPAGRI.

Santa Catarina também foi bastante beneficiada pelo PRONAGRI - Programa Nacional de Assistência à Agroindústria, que recebeu grande soma de recursos para investir na industrialização. Outro programa em que as cooperativas receberam recursos foi o PROCAPE - Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas, criado em 1963 com o nome de FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - e transformado em 1975 em PROCAPE. Além desses, o I PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (1975-1976), buscava incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização⁷⁹.

Segundo o Jornal do Agricultor⁸⁰, de janeiro de 1980, através de convênio com o INCRA e Governo Estadual, a Secretaria de Agricultura lançou “um programa de assistência técnica e organizacional de apoio justamente as pequenas e médias cooperativas”, considerando “que das 59 cooperativas de produção existentes em S.C., apenas 9 conseguiram atingir nível empresarial”. Um dos objetivos do programa era aumentar o percentual de participação associativa em Santa Catarina de 15% para 23% em 4 anos. Para alcançar o objetivo, foram disponibilizados “[...] recursos financeiros para contratação de engenheiros agrônomos, técnicos de contabilidade e outros profissionais, que divididos em sete regionais, trabalharão pelo aprimoramento – através da assistência

⁷⁹ <http://www.bndes.gov.br/apoio/prodecoop.html>

⁸⁰ O Jornal do Agricultor foi editado pela Fecoagro entre junho de 1979 e março de 1983.

técnica e orientação -, no sistema organizacional das pequenas e médias cooperativas” (JORNAL DO AGRICULTOR, janeiro 1980). Segundo a reportagem, não havia obrigação das cooperativas participarem do programa. Na região oeste, foram sete cooperativas que participaram do programa, não estando a Cooperalfa inclusa. Provavelmente ela era considerada uma das nove cooperativas que já tinham um certo nível de organização empresarial que o Estado esperava atingir com o programa.

O retorno de 20% do FUNRURAL pago pelas cooperativas para investimentos em área de saúde para seus associados também foi um dos incentivos recebidos pelas cooperativas a partir do final da década de 1970. No caso da Cooperalfa, foi criado o Programa da Saúde na década de 1980, que construiu postos de saúde para os associados em sua área de abrangência, onde médicos, enfermeiras e agentes de saúde faziam o atendimento.

Esses programas que mencionamos, não poderiam ser executados sem agentes financiadores. Os principais foram: BNCC, que fornece crédito às cooperativas; o BRDE, que fornece crédito às cooperativas na área de investimentos e custeio de industrialização; o BESC, que fornecia crédito às cooperativas; o Banco do Brasil, que opera crédito de EGF (Empréstimos do Governo Federal) às cooperativas; o BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -, que fornece crédito as cooperativas catarinenses (JORNAL DA PRODUÇÃO, janeiro 1977). O mesmo jornal também cita outros órgãos como Secretaria da Agricultura, ACARESC, Secretaria da Fazenda, Cobal e OCESC como entidades apoiadoras das cooperativas.

Como já mencionamos no capítulo anterior, o governo estadual, em seus planos de governo, investia altos valores em incentivos a modernização da agropecuária e no fomento as agroindústrias. Com as leis e projetos que analisamos – vale ressaltar que são apenas alguns dos mais impactantes para o cooperativismo - podemos perceber que tanto o governo federal quanto o estadual tem incentivado as cooperativas agropecuárias, por vê-las como braços de aplicação de seus modelos de desenvolvimento.

A preocupação do Estado de resolver os problemas de produção, comercialização, transporte, preços mínimos, armazenamento, crédito agrícola, em síntese racionalizar os incentivos à produção agrícola, vinha ao encontro dos interesses dos produtores, de unir-se em cooperativas. Desse modo, o Estado delega às

próprias cooperativas parte dos encargos, tendo em vista a solução de problemas da criação da infraestrutura de produção e realização (CORADINI, 1982, p.57).

Coradini defende que a maneira como o cooperativismo se desenvolve pós período populista até a consolidação do Estado Autoritário faz com

[...] o cooperativismo politiza-se, corporativamente, ao ponto de se tornar o canal político efetivo básico dos interesses das camadas sociais rurais melhor situadas socioeconomicamente e/ou da expressão daqueles interesses que, se bem que contraditórios em relação às políticas estatais, não põem em questão o processo de acumulação e reprodução do capital. Simultaneamente, através desse canal político o Estado busca a concretização de sua intervenção. Assim, ao mesmo tempo em que esse cooperativismo serve como instrumento de mediação política, o Estado consegue por seu intermédio ter o controle e “resolver” parte das tensões sociais mais acirradas no meio rural, sem pôr em questão o padrão de acumulação vigente e sua correspondente forma de dominação política (CORADINI, 1982, p.65).

Búrigo assinala que o apoio do Estado às cooperativas agrícolas não foi homogêneo em todos os estados, mas que de uma forma geral, “observou-se uma estreita ligação entre as cooperativas agrícolas e as políticas de estado em apoiar a criação de complexos agroindustriais. Foi desse modo que muitas cooperativas se agigantaram no país e mudaram de empresas comerciais para empresas agroindustriais” (BURIGO, 2007, p.32). A Cooperalfa também passou por este processo, onde deixou de ser cooperativa agropecuária para ser agroindustrial em 2009.

Como vimos durante o capítulo anterior e também este, as cooperativas agropecuárias se tornaram, em certos casos, grandes empresas agroindustriais, que em muitos casos não conseguem mais atender seus pequenos, médios e grandes associados de maneira igualitária.

Esse processo acabou impondo níveis tecnológicos não compatíveis com a realidade da maioria das unidades familiares de produção agrícola, além de levar a uma seleção dos tomadores de crédito, já que o crédito estava disponível somente aos que adotassem o padrão tecnológico recomendado. Recorde-se que, durante as últimas décadas do século passado, entidades de representação de agricultores familiares, como sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos agricultores e outras organizações de apoio às organizações populares rurais, formulavam comentários negativos quanto a gestão e às diretrizes que orientavam as organizações cooperativas existentes. Essas críticas consideravam as cooperativas como entidades conservadoras, tanto por apresentarem modelos de gerenciamento julgados conservadores – por restringir a participação e o controle democráticos dos associados na administração da sociedade – quanto por produzirem e recomendarem práticas agrônômicas que vinham sendo questionadas por aquelas organizações. Além disso, o gigantismo de algumas cooperativas, resultante da estratégia de fusão e incorporação das pequenas pelas maiores, também contribuiu para esse distanciamento (BÚRIGO, 2007, p.50).

Conforme citado pelo autor, uma série de contradições dentro do sistema vem sendo discutidas por diferentes setores da sociedade e também pelas próprias cooperativas. Se por um lado há uma necessidade cada vez maior de atender ao mercado consumidor e se tornar competitivo, por outro lado, a ideologia lembra as cooperativas que seu papel na sociedade é maior do que apenas ser viável economicamente. Segundo Pereira, “[...] o próprio cooperativismo também cresceu enraizado no interior destas contradições, mesclando ideologias socialistas e liberais em um único conceito, e criando o que alguns autores chegaram a chamar de “caminho do meio” (PEREIRA, 2012, p.178). Como ideologia que prega “cooperativas economicamente viáveis e socialmente justas”, os desafios do dia a dia no sistema mostram ao cooperativismo que a prática é muito mais difícil que o discurso, pois a concorrência entre forças de cooperação e de

competição se faz presente tanto na cooperativa instituição quanto na família do associado.

4 CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO NA COOPERALFA

4.1 A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E A EXPANSÃO DA CIÊNCIA NO CAMPO

“[...] não pode haver dúvida de que o século XX foi aquele em que a ciência transformou tanto o mundo quanto o nosso conhecimento dele”
(HOBSBAWM, 1994, p.510).

Em 2011, na cidade de São Paulo, Steven Shapin⁸¹, na palestra de abertura de um evento, explanou sobre a dificuldade de controlar a abrangência do termo ciência e cientista na sociedade, pois é uma função relacionada ao saber supremo. Segundo o autor, a ciência como teoria pura já não é vista com tanto prestígio, principalmente quando depende de financiamentos. Há algum tempo que a glória da ciência se manifesta principalmente para resultados comerciais e técnicos, diferente do tempo em que havia mais prestígio para filósofos do que para matemáticos e físicos. As administrações, tanto públicas quanto privadas, financiam a ciência com objetivos específicos: os cientistas vistos como pessoas úteis ao progresso econômico ajudam a alimentar a “economia do conhecimento” e ela passa a ser o combustível do crescimento econômico. Para Hobsbawm, “O século XX seria o século dos teóricos dizendo aos práticos o que deviam buscar e encontrar à luz de suas teorias; em outras palavras, o século dos matemáticos” (HOBSBAWM, 1994, p.516). O historiador Pereira defende que o progresso condicionado pelo positivismo e que se liga “[...] ao liberalismo econômico, produzirá a crença de que o desenvolvimento técnico e econômico, promovido pelo capitalismo, conduzirá a humanidade continuamente para um futuro melhor” (PEREIRA, 2012, p.67).

O governo brasileiro, principalmente no pós Segunda Guerra, importou muita ciência e tecnologia, e, em menor escala, estimulou a pesquisa, com o objetivo de financiar o “progresso” na agricultura brasileira, inspirado pelo modelo de desenvolvimento agrícola norte americano, como vimos no primeiro capítulo. Modelo este difundido em Santa Catarina através do trabalho de extensão rural da ACARESC.

⁸¹Conferência de abertura do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia proferida em 03 de setembro de 2012, na USP, em São Paulo.

“Todo o discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos” (LOHN, 1997, p.6). Agrônomos e veterinários muitas vezes se viam como agentes de mudança num mundo rural que consideravam atrasado e “ansiava por conhecimento”. Esse olhar persistiu durante várias décadas. Segundo Casagrande, veterinário que atuou na Cooperalfa a partir de 1985, “na época era tudo muito mais difícil. Os produtores dependiam muito mais, os produtores eram carentes de conhecimento, e nós como profissionais éramos carentes de poder aplicar” (CASAGRANDE, 2015).

Ao discorrer sobre a atuação do agrônomo extensionista na formação de um novo homem do campo, Freire aponta que “[...] ao estabelecer suas relações permanentes com os camponeses, o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam “conhecimentos”, associados a sua ação sobre a realidade, por outros” (FREIRE, 1983, p. 14). E estes novos conhecimentos seriam, é claro, dos extensionistas. No projeto de educação rural da Cooperalfa não foi diferente. Com agrônomos vindos da extensão rural, os métodos de trabalho foram aplicados também para os associados da cooperativa, como afirma Pacheco (2015), agrônomo da ACARESC e que atuou na cooperativa entre 1972-1973. Freire aponta ainda que os extensionistas muitas vezes subestimam a capacidade do camponês de ser um sujeito de mudanças. Para o autor, alguns agrônomos extensionistas expressam uma descrença no homem simples.

Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer: o de sujeito desta procura. Daí a preferência por transformá-la em objeto do “conhecimento” que se lhe impõe. Daí este afã de fazê-lo dócil e paciente receptor de “comunicados”, que se lhe introjetam, quando o ato de conhecer, de aprender, exige do homem um postura impaciente, inquieta, indócil. Uma busca que, por ser busca, não pode conciliar-se com a atitude estática de quem simplesmente se comporta como depositário do saber. Esta descrença no homem simples revela, por sua vez, um outro equívoco: a absolutização de sua ignorância (FREIRE, 1983, p.30).

Peres e Rozemberg também apontam a comunicação rural entre técnicos e agricultores como uma

imposição de uma visão de mundo ‘profissional’, tecnicista, que desconsidera os saberes advindos da cultura popular, numa prática exploratória que estabelece a manutenção de uma postura social sectária, com relação ao homem do campo, que é tido, assim, como ‘culturalmente impedido’ de participar de um processo decisório-social, no qual é o principal ator, necessitando, então, de ser ‘cuidado’, ‘tratado’ e ‘assistido’ por aqueles que, ‘de direito’, possuem o conhecimento necessário para tal (PERES e ROZEMBERG, 2003, p.330).

Conforme Freire, ao absolutizar a ignorância do camponês, automaticamente absolutiza-se o conhecimento científico do agrônomo, como conhecimento superior e o único a ser seguido. As pesquisas de Mendonça, doutora em História Econômica, no início do século XX sobre o ensino da agronomia no Brasil, mostram que, sob a alegação de “elevação moral das massas rurais inertes”, o projeto de educação agrícola se destinava “a legitimar o próprio agrônomo enquanto agente qualificado a intervir sobre o espaço rural e as relações que o constituíam” (MENDONÇA, 1998, p.34). Ainda para a autora, os agrônomos e cursos de agronomia por ela estudados mostraram que

O critério da *moderna pedagogia* proposta por esses agrônomos consistia no “aprender vendo ou fazendo”, segundo o modelo norte americano do ensino profissional massificado, que aparecia em suas falas como o verdadeiro construtor do paradigma de *homem do campo* a ser atingido: o *farmer*, dotado de pequena propriedade mecanizada e baseada na cultura intensiva. Seria ele o reverso do “Jeca Tatu” (MENDONÇA, 1998, p.33).

Para Mendonça, o ensino agrícola no Brasil tinha como objetivo “Criar uma ‘nata’ de produtores rurais, julgando convencer a todos da existência de uma boa e de uma má agricultura, uma agricultura do passado e outra do futuro, mediante o acesso aos princípios do saber técnico” (MENDONÇA, 1998, p.41). Além do ensino agrícola, as cooperativas também eram vistas “como instrumentos de intervenção

sobre a ordem agrária” vigente no Brasil, conforme aponta Mendonça. A autora analisa principalmente a atuação dos agrônomos Fábio Furtado Luz Filho e José Saturnino Brito em prol da difusão da causa cooperativista. Ao apoiarem a criação de cooperativas, Mendonça indica que Luz Filho e Brito defendiam que as cooperativas teriam como objetivo “Superar os fatores da instabilidade social no campo, pondo fim à dispersão e ao êxodo da mão-de-obra pela adaptação dos trabalhadores ao conhecimento das práticas da *moderna agricultura*” (MENDONÇA, 1998, p.47. Grifo da autora). Defendiam esses agrônomos que o cooperativismo seria responsável pela construção da identidade de um novo homem rural, onde se se generalizaria o associativismo.

Prevenir contra os riscos de se estenderem ao campo os males decorrentes da competição desenfreada somente seria possível por intermédio de uma “reciclagem” da “*vocação* eminentemente agrícola do país” sob o imperativo da mais absoluta ordem, o que, no caso dos doutrinários, significativa a subsunção do indivíduo a grupos de identidade coletivamente construídos pelo viés da solidariedade profissional, instrumentalizados pelo estado. Esse seria o formato ideal da nova ordenação da sociedade agrária esboçada pelos agrônomos cooperativistas brasileiros nas três primeiras décadas do século XX. Definindo para si o lugar de mentores e gestores do projeto, com inserção garantida em cada cooperativa, esses técnicos prescreviam, na verdade, a intermediação do Estado entre produtores rurais de distintos portes e relações com a propriedade da terra, conciliando-os e enquadrando interesses nem sempre comuns (MENDONÇA, 2002, p.37).

De acordo com Mendonça, após a segunda Guerra Mundial, passou a haver uma participação norte-americana na redefinição das políticas educacionais destinadas à educação das populações rurais, havendo uma “superação da dimensão escolar” do ensino agrícola no Brasil “poraquela de cunho extensionista e assistencialista, sob a égide do discurso desenvolvimentista” (MENDONÇA, 2010, p.11).

Dentro da pedagogia do “aprender fazendo” do modelo de desenvolvimento norte americano e do cooperativismo como projeto ideal para a modernização do pequeno agricultor, é que a ACARESC

em Santa Catarina implantou seu projeto de modernização do campo e do homem do campo. A partir da experiência em Minas Gerais e São Paulo, a extensão rural foi implantada em Santa Catarina em 1956.

[...] o extensionismo praticado durante a década de 1950 tanto na experiência paulista como na experiência mineira [...] procuraram desenvolver as ações para as comunidades rurais como um todo, integrando práticas de crédito, difusão de tecnologia e assistência médica e técnica. Em outras palavras, apenas a concessão de crédito não poderia alcançar os resultados desejados de desenvolvimento das práticas agrícolas, mas seria necessário “educar” os agricultores para melhor utilizar o crédito, comprando as máquinas necessárias e tendo assistência médica para trabalhar (SILVA, 2009, p.121).

A ACARESC, ao implantar este modelo de desenvolvimento do rural em Santa Catarina, via as cooperativas como ótimas aliadas para alcançar seus objetivos. Não tanto nos primeiros anos da sua atuação, mas principalmente a partir da década de 1960, o cooperativismo é fomentado para auxiliar o Estado na execução das políticas de modernização. As cooperativas, como “apêndices” do estado, trabalhariam com objetivos próximos a extensão rural. Para Silva, a “introdução de conhecimentos considerados modernos com um trabalho integrado de extensão rural incluindo aspectos de saúde preventiva para os agricultores jovens e adultos visava habilitar o “homem do campo” a viver e produzir no meio rural, e não migrar para as cidades (SILVA, 2009, p.127). Esse também passou a ser o objetivo das cooperativas agropecuárias. Além de fornecerem estruturas de comercialização e armazenagem para seus associados, passaram a fortalecer seus departamentos técnicos com objetivo de melhorar a produtividade de seus cooperados.

Com o apoio do Estado, as agroindústrias e cooperativas reorganizaram a vida da região. Hasse argumenta que “Ligados ou não a cooperativas, os agricultores sofreram muitas mudanças ao passar da agricultura de subsistência para a agricultura empresarial” (HASSE, 1996, p.48). Além disso, as transformações no campo se deram tanto para pequenos quanto para grandes produtores, mas, os que mais sofreram foram os pequenos, que tinham dificuldades de se capitalizar para o novo modelo de produção que se desenhava. “Mais do que

mudança puramente técnica, a modernização supõe a inserção dos agricultores em uma sociedade onde predominam os valores do mundo moderno” (WANDERLEY, 2009, p.63). Segundo Renk

Ao modernizar-se, a pequena produção diversifica suas relações com distintos capitais que conformam o complexo agroindustrial. Assume relações com o capital financeiro, com a indústria de máquinas e fertilizantes. Uma parcela dos pequenos produtores eleva sua capacidade produtiva rapidamente, sendo responsável por quantidades crescentes de pequenos produtores não-modernizados (RENK, 2000, p.118).

E os denominados “não modernizados” passaram a ser muitos. O produtor envolvia-se de tal forma em uma série de exigências técnicas que os agrônomos e veterinários faziam, tanto das cooperativas quanto das agroindústrias, que muitas vezes as únicas alternativas era ou abandonar a atividade ou assimilar as mudanças e bancar o risco dos investimentos. E para aqueles que resistiam as mudanças, o mercado ficava cada vez mais difícil, pois não havia garantia da compra.

Por ser uma produção de excedentes, própria da produção mercantil, a unidade de produção passa a se expor à possibilidade de crise, que é o elemento potencial por excelência numa produção mercantil. O próprio excedente comercializado para o pequeno produtor tem que ser reinvestido na busca constante da modernização no próprio ramo de produção. O pequeno produtor, que não tem condições de adotar os padrões máximos da tecnologia exigida, vê seu produto render cada vez menos e passa a ter uma produtividade individual inferior aos padrões vigentes (TEDESCO, 2005, p.46).

Com menor produtividade, a sobrevivência do núcleo familiar fica ameaçada. Outra questão importante a ser levantada: a partir de uma maior integração agricultura/indústria, os agricultores perderam parte de sua autonomia para plantar e produzir. Viam-se obrigados a trabalhar com atividades que o mercado impunha. Ao falar dos associados da COPAGRA - Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense, Araújo aponta que os associados da mesma, por estarem “Desprovidos

em boa medida, do real controle dos seus meios de produção, submetem-se a programas de trabalho precisos, plantando o que é mais conveniente a cada momento, ou para destiná-lo à exportação, ou para a transformação industrial. Estão sim, subordinados ao ritmo da produção capitalista” (ARAÚJO, 1982, p.68).

Ao operarem com produtos de exportação como soja, suínos e aves (como é o caso da Cooperalfa, maior cooperativa afiliada da Aurora), as cooperativas acabam seguindo ditames do mercado. Isso acaba, em muitos casos, transformando-as operacionalmente em empresas agroindustriais, às vezes, em grandes grupos concorrentes com as empresas denominadas como Sociedades Anônimas (S.A.S.). Podemos citar como exemplo a marca Aurora, da Cooperativa Central Oeste Catarinense, hoje uma das grandes concorrentes de marcas como Sadia, Perdigão e Seara. “Com isso, criam-se embaraços de compatibilização entre o desempenho necessário para manter-se nos moldes capitalistas e os propalados princípios de funcionamento de organizações cooperativas, pautadas idealmente em termos de igualdade, democracia, não-lucro e deliberações coletivas” (ARAÚJO, 1982, p.93).

José Graziano Silva, ao falar da “modernização dolorosa”, aponta que devemos lembrar que as transformações pelas quais a agropecuária passou originam-se “do núcleo capitalista, entendido tanto ao nível mais restrito da grande propriedade, das agroindústrias, dos complexos comerciais, das indústrias fornecedoras de insumos e máquinas, como no sentido amplo do capital global da sociedade e de seu representante, o Estado” (SILVA, 1982, p. 136).

Inseridas nos programas nacionais de modernização “as cooperativas se tornaram grandes empresas agroindustriais e eram criticadas por excluir os pequenos ou se distanciar deles” (BÚRIGO, 2007, p.50). O fato, por exemplo, da seletividade dos financiamentos agrícolas, que eram apenas concedidos a quem tinha posse da terra, não oportunizava ao agricultor pouco capitalizado ou ao arrendatário e ao parceiro que tivessem acesso aos financiamentos. E mesmo aqueles que o tinham, cumpriam uma cláusula contratual da Cooperalfa que os obrigava a gastar parte do valor financiado na cooperativa mesmo, principalmente para compra de insumos modernos. Segundo Oliveira, que atuou na Cooperalfa no setor de comunicação e educação nos início da década de 1980, “Os agricultores reclamavam muito: se faço um financiamento na cooperativa, porque tenho que levar 15% de adubos se minha terra é boa?” (OLIVEIRA, 2012).

A busca da modernização da produção de seus associados fez a cooperativa contratar técnicos, agrônomos e veterinários para orientar seus associados na melhoria da produtividade e da sanidade animal, buscando principalmente se manter no mercado onde estava inserida. Com a constituição do frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense/Aurora no início da década de 1970, a modernização da suinocultura era ponto chave para a abertura do mercado para os cooperativistas. Além da melhoria na suinocultura, a produtividade dos grãos também era algo que era muito trabalhado, com incentivo de correção de solo, adubação e uso de sementes híbridas. “Ora, em menos de um século, a revolução agrícola contemporânea multiplicou várias dezenas de vezes a produtividade da agricultura dos países industrializados e alguns setores limitados da agricultura dos países em desenvolvimento” (MAZOYER, ROUDART, 2010, p.491). Ainda de acordo com os mesmos autores, a proporção “entre a agricultura manual menos produtiva do mundo e a agricultura motorizada mais produtiva é hoje da ordem de 1 para 500” (IDEM, p.491).

Junto com o aumento da produtividade, os custos de produção se elevam, causando uma grande dependência dos insumos agrícolas para produzir bem. Uma agropecuária moderna exige uma diversificação maior, ou então, produção em escala, e gera menos renda. Além do maior trabalho, exige-se do produtor um constante aperfeiçoamento. Segundo Mazoyer e Roudart, “[...] a utilização eficaz de novos meios de produção exige ainda, da parte dos próprios produtores agrícolas, uma alta especialização e uma qualificação que devem ser constantemente atualizados” (MAZOYER, ROUDART, 2010, p.443).

Para atender a todas as exigências do governo e do mercado é que a Cooperalfa, em 1976 reestrutura seu Departamento Técnico, com a contratação de um engenheiro agrônomo da extensão rural de Santa Catarina, Elói Frazzon, que na época era coordenador do cooperativismo da ACARESC no oeste. Apesar de ter convênios com a empresa de assistência técnica que cedia profissionais para a cooperativa, o número de sócios vinha aumentando e os profissionais que já atuavam na cooperativa não tinham condições de atender a todos. Para Hasse, as cooperativas

Ao fortalecer seus departamentos técnicos, elas assumiram conscientemente papel de braço auxiliar da política econômica do governo, colocando a disposição dos produtores as facilidades de crédito, as novas técnicas agrícolas

e os novos insumos do pacote tecnológico criado pelos americanos. As cooperativas tiveram papel decisivo na montagem da rede de armazenagem da produção agrícola. Foram importantes também na logística do escoamento das safras. Além disso, contribuíram com o governo em projetos de colonização e na expansão da fronteira agrícola (1996, p.42).

A organização do departamento e a assistência técnica que a Cooperalfa proporcionava foram marcantes para muitos associados, principalmente da década de 1970, quando esses profissionais eram raros no oeste catarinense. Para o associado do interior de Chapecó, Antônio Sebastião Schneider,

Uma parte boa foi a tecnologia que a cooperativa trouxe, agrônomo e veterinário, foi o que mais marcou, e outro detalhe, eles faziam palestras pegavam um doutor a cooperativa pagava, chamava um monte de agricultor para participar, em todo esse tempo de cooperativa acho que tenho uns mil dia de palestra e reunião, mas aprendi, não tenho estudo, mas tenho experiência de vida, o eu mais marcou foi essas parte de reunião para ensinar o agricultor (SCHNEIDER, 2009).

Também o associado do interior de Chapecó defende os benefícios da assistência técnica. “A evolução tava batendo na nossa porta e precisávamos que alguém nos orientasse. E quem poderia nos ajudar? Os técnicos da cooperativa tinham uma outra maneira de tratar o associado e de como orientar o associado (LUZZI, 2015). Como já mencionamos antes, e podemos perceber nas entrevistas acima, o saber técnico passa a ser exaltado como fonte do conhecimento supremo, e através dele o associado poderia mudar suas condições de vida. Em todos os depoimentos aos quais tivemos acesso e nas anotações de campo, a orientação técnica, com disponibilização de técnicos, agrônomos e veterinários, sempre é apresentada de maneira positiva, pois teria proporcionado acesso a profissionais que antes eram apenas disponíveis para grandes produtores ou para quem podia pagar. Conforme Casagrande, a confiança nos técnicos da cooperativa era tanta que alguns associados chegavam “a entregar a responsabilidade da

decisão do que plantar, o que produzir, quando aumentar, quando diminuir, aos técnicos”. E para que atendessem com satisfação aos anseios dos agricultores “Nós precisamos responder com decisões, ações a atitudes que atendam a esse grau de confiabilidade que o associado coloca na equipe da Cooperalfa” (O COOPERALFA, 2007). Em depoimento ao mesmo jornal, Moacir Mistura relembra que ficou famoso pelo primeiro atendimento que fez a uma “vaca caída”, que se caracterizava por falta de cálcio. “Apliquei soro e a vaca levantou. Aí fiquei famoso lá em Guatambú. Ninguém me chamava mais de técnico, virei o Sr. Veterinário” (O COOPERALFA, 2007). Segundo o mesmo, esse era um problema comum, que com o passar do tempo foi resolvido com uso constante de sal mineral na alimentação do gado. Mas naquele momento, os produtores enxergavam no produto o “remédio” do gado.

Ademar Correa, que foi contratado na Cooperalfa em 1975 “recorda que a carência de informação era tanta que os técnicos eram recebidos como doutores nas propriedades. Dava a impressão que nós íamos lá com a solução dos problemas deles”. Além do trabalho técnico, Correa relembra que “cansou de apartar briga de casal, levar filhos de volta pra casa” (O COOPERALFA, 2007). Esse trabalho Correa chama de técnico social, que além de atender as solicitações técnicas, auxiliava as famílias em seus mais diversos problemas. “Até cachorro a gente atendia”. Além da melhoria da produtividade, o técnico aponta que uma das grandes mudanças da agricultura foi o perfil das famílias. Antigamente “a gente chegava e encontrava o pai, a mãe e aquela turma de filhos. Hoje, restou apenas o casal de velhos” (O COOPERALFA, 2007).

Com essa fala, fica evidente que a modernização acabou expulsando muitas famílias do campo e que aqueles que ficaram acabaram não tendo muita opção, já que a maioria nunca teve outra profissão. Apesar do incentivo a permanência dos pequenos produtores no campo, com diversos programas de diversificação de atividades que pudessem tornar viável a retenção das famílias no campo, a pressão das estruturas produtivas globais sobre os indivíduos não permitiu nem que a cooperativa pudesse ter grandes influências sobre o êxodo rural. A cooperativa se viu muitas vezes em situações onde deveria escolher entre atender mais socialmente seus associados e correr riscos com pouco capital de giro ou priorizar o lado empresarial da empresa e se fortalecer estruturalmente.

Vamos conhecer a seguir, um pouco da história da criação e atuação do Departamento Técnico da Cooperalfa, com que objetivos foi

pensado o trabalho do setor, de que maneira ele auxiliou na execução de políticas públicas de modernização agropecuária e os impactos da sua atuação.

4.2 A REESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DA COOPERALFA

Durante os primeiros anos de atividades da Cooperalfa, a assistência técnica que ela disponibilizava se dava principalmente através de convênio com a ACARESC, apesar de ter alguns profissionais próprios. O agrônomo que assumiu a responsabilidade de (re)organizar o setor técnico da Cooperalfa em 1976, nos conta o seguinte sobre essa parceria.

Existiam os técnicos designados pela Acaresc, pois a cooperativa tinha dificuldades de contratar profissionais, de treinar, porque normalmente saíam da faculdade, os colegas, mas normalmente não estavam preparados para enfrentar a realidade, principalmente na metodologia, podiam até ter o conhecimento, mas não tinham a metodologia para preparar uma demonstração de resultados, para preparar uma reunião, para falar fácil para o pessoal entender, afinal, para levar a mensagem técnica de uma maneira que o associado, o agricultor, no caso associado da cooperativa, pudesse assimilar e empregar essa tecnologia na sua atividade. Então tinha algumas cooperativas que faziam convênios com a Acaresc, que sedia profissionais treinados (FRAZZON, 2012).

Essa assistência que a extensão rural proporcionava aos associados da Cooperalfa se baseava nos objetivos da extensão rural em Santa Catarina, que era de promover a introdução de novas técnicas de plantio de criação de animais, estímulo ao uso de adubos e corretivos, fomento a armazenagens e redes de comercialização, além do incentivo ao uso de sementes híbridas, treinamentos para a modernização da suinocultura e fomento a produção de aves e programas de formação de jovens lideranças rurais. Mas diferente da extensão rural, que tinha como objetivo principal trabalhar com jovens rurais, principalmente no projeto dos Clubes 4S, a cooperativa não fazia distinção de idade nos

seus trabalhos de educação técnica, nem nos trabalhos de educação cooperativa, como veremos no próximo capítulo.

Tanto quanto na ACARESC, que, conforme Silva (2002), ao longo dos primeiros anos precisou legitimar-se junto aos agricultores, demonstrando “ao agricultor quem uma prática ‘moderna’ rendia mais que o costumeiro” (SILVA, 2002), a Cooperalfa precisou ganhar a confiança dos produtores, não somente na assistência técnica, mas também na difusão do ideal cooperativista. Os concursos de produtividade e os campos demonstrativos foram grandes “aliados” das demonstrações de resultado que se desejava obter. Como no modelo norte-americano em que se objetivava aprender vendo ou fazendo, a Cooperalfa adotou as experiências demonstrativas como estratégia de convencimento para adoção de novas técnicas e tecnologias, incluindo boas premiações (como carros) para o que atingissem a melhor produtividade.

O aumento da área de abrangência da cooperativa com a incorporação da Cooperxaxiense entre 1974 e 1975, levou ao consequente aumento da demanda de profissionais técnicos para atender esses associados. Esse foi também um dos motivos para a reestruturação do Departamento Técnico, pois a assistência da ACARESC já não dava conta. Conforme Pacheco “Tinha fila de produtores para pedir orientação técnica e até para problemas pessoais. A Cooperalfa queria mais agrônomos, mas a ACARESC não tinha” (PACHECO, 2015).

Nesses primeiros anos, conforme depoimento de Elói Frazzon ao Jornal O Cooperalfa de outubro de 2007, o setor tinha como principais funções “organizar financiamentos, prestar alguma orientação ao associado que procurasse e ajudar os associados na compra de insumos” (O COOPERLFA, 2007). A partir da organização do setor é que a cooperativa começou a ir mais a campo, completa Frazzon. Alcides Fin, que era agricultor e um dos dirigentes da cooperativa, argumenta que a contratação dos agrônomos levou melhorias aos agricultores.

Nós começamos a contratar agrônomos e técnicos agrícolas e fazer reunião no interior. Só eu, acho que fiz mais de quinhentas reuniões com os técnicos e agrônomos. Ia pra o interior e fazia duas três reuniões por dia ou então de noite, os agrônomos explicando para os colonos como que tinha que plantar, como que tinha que adubar, porque eles não tinham quem dissesse nada para eles antes disso. Com a entrada de agrônomos e

técnicos foi uma beleza. Depois nós começamos a dar moto para eles visitar os colonos, ensinar a plantar, depois eles começaram a comprar máquinas e não sabiam regular, e iam os técnicos agrícolas lá ensinar eles a mexer nas máquinas. E isso ajudou bastante (FIN,2008).

Demonstra a fala que com a contratação de técnicos, a cooperativa tomou um rumo mais “técnico/civilizante”, preocupado com a eficiência produtiva e com a expansão capitalista no campo. Silva indica que a extensão rural “[...] carregava consigo um caráter civilizador e, [...] poderia aplicar conhecimentos considerados úteis ao aumento da produtividade, mas também na civilização dos espaços e dos comportamentos” (SILVA, 2009, p.41). E foi um trabalho desse gênero que a cooperativa realizou: além da educação técnica, houve programas de saúde, de distribuição de terras, de educação cooperativa que visavam “educar” o associado para a modernidade. Outro agricultor, também dirigente, tinha a mesma opinião sobre a presença de técnicos para orientar os associados, conforme podemos visualizar em sua fala

Nós tínhamos gente que ia na casa dos agricultores, que ensinavam eles a organizar a propriedade, pois em muitos lugares estava tudo jogado de qualquer jeito. Eles aprenderam a trabalhar e isso era importante, hoje o filho de agricultor sabe fazer tudo. A cooperativa ajudou muito essa gente. Nós começamos a embutir na cabeça deles que eles eram donos, isso nós falávamos em tudo que é reunião, nós dizia, aqui é a casa de vocês, podem conversar e pedir o que quiserem, os empregados na verdade eram deles, tinha liberdade para entrar no armazém, onde quisessem. Abrimos os olhos da turma (BALDISSERA, 2008).

O associado Antônio Sebastião Schneider, que foi também muitos anos líder da Cooperalfa e sempre foi adepto de adoção de novas tecnologias, nos conta o seguinte sobre a modernização que a cooperativa ajudou a difundir.

Em 1971-1972 o agricultor debulhava milho de paiol para plantar. Ele trocava, pegava semente do vizinho e plantava feijão, pegava trigo do vizinho

e trazia para semente. E nessa época eles começaram a explicar que aquelas doenças que dava no feijão era de semente ruim, eles (a cooperativa) já vendiam as sementes boas, as sementes fiscalizadas. Daí você começou a fazer experiência e comprar trigo deles e pegava e comparava com o trigo já pesteadado e via a diferença que não tem cabimento. O milho era caro, aquela bolsinha de 40 kg, não existia essas de hoje, existia aquela Mojana de SP e o Carazinho do RS, só se comprava esses dois, não existia muito milho. Daí a gente se lamentava, 40 kg de sementes para dar 10 sacos do nosso, é um roubo, mas daí a gente plantava um sacos dessa e um saco das sementes nossas a diferença era da água para o vinho. Daí se via que o negócio era pagar por aquela semente mais cara pois dobrava a produção [...] Daí que foi acreditando mais neles. Eles tavam ensinando-nos a plantar (SCHNEIDER, 2009).

Sua fala deixa claro que havia uma certa resistência ao uso de novas variedades de semente, mas a medida que se comprovava uma maior produtividade, os associados acabavam aceitando as sementes híbridas, apesar do preço elevado. A cooperativa se portava como agente que “oportunizava” o acesso das mais modernas técnicas e insumos aos associados. O cooperativismo assumiu a função de instruir “[...] os associados nos segredos da moderna agricultura, de modo a garantir-lhes uma produtividade compatível com os investimentos públicos – materiais e humanos – a serem aí realizados” (MENDONÇA, 1998, p. 49). Além do trabalho do departamento de educação e dos técnicos da Cooperalfa, também foram feitas parcerias com os Clubes 4S na sua área de abrangência.

Na ótica dos dirigentes, a adoção de novas tecnologias era uma das únicas formas de tirar a população rural do “atraso” em que viviam. Um trabalho que era visto como muito positivo pelos que o aplicavam ou coordenavam, um projeto que “oportunizava” a evolução do associado.

[...] tínhamos os veterinários que iam na casa do colono, ensinavam eles a trabalhar, tinha os engenheiros agrônomos. Ensinavam até as mulheres dos agricultores a cozinhar, porque na

colônia era meio assim, tipo índio, o pessoal que morava no interior era um povo mais atrasado, as esposas dos agricultores não sabiam nem cozinhar, faziam comida, mas não era comestível, mas eles estavam acostumados. Na época nós vendíamos mais ou menos 200 fogões a lenha por mês, a maioria tinha os fogões de tijolo com chapa em cima, então melhorou a vida do agricultor uma enormidade, com o cooperativismo. A gente fazia reuniões com os agricultores, com esposas, filhos, filhas. Nós ensinávamos para as mulheres, muitos homens recebiam o cheque da cooperativa e iam descontar o cheque no Banco depois iam para a zona, ficavam dois a três dias fazendo festa, e quando chegavam em casa não tinham mais dinheiro. Isso era normal, o colono quando sai de lá ficava louco na cidade, até isso nós tivemos que dar uma lição para toda a turma. Os agricultores progrediram mais ou menos duas gerações (SERRANO, 2008).

Podemos notar que para o entrevistado, os associados se comportavam e viviam em condições não ideais para um modelo de desenvolvimento que se buscava implantar. Vale ressaltar que fica evidente no depoimento a questão da dicotomia rural atrasado *versus* urbano moderno-civilizado, onde o agricultor era visto quase como “bicho-do-mato”, que não sabia se comportar na cidade. O associado Pagliarini confirma esse estigma criado em tornados agricultores e seus filhos. “Os filhos da gente quando iam na aula na cidade, aí eles eram chamados de colono burro”. Segundo o agricultor, essas denominações fizeram muitos jovens querer sair do campo “Quem quer ser burro? Então eles iam para a cidade” (PAGLIARINI, 2015).

Para Lourenço Lovatel, que entrou como técnico agrícola na Cooperalfa em 1975, naquela época “a assistência técnica era ainda muito primitiva e o associado muito carente e ávido por informações”. Segundo o técnico, “Nós tínhamos, naquele momento, a missão de sermos inovadores em quase tudo na propriedade rural, desde a criação de suínos até o plantio de milho” (O COOPERALFA, 2007). A partir da análise dessa e de outras falas que não conseguimos gravar, podemos fazer associação ao que fala Foucault sobre o poder e modelagem do indivíduo. O programa de assistência técnica acabou tendo um caráter pedagógico que se

[...] mistura com a fixação de relações de poder; formam-se bons agricultores vigorosos e hábeis; nesse mesmo trabalho, desde que tecnicamente controlado, fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar. Duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma “alma” a conhecer e uma sujeição a manter (FOUCAULT, 2010, p.280).

Na mesma linha de pensamento de Foucault, podemos citar as discussões de Norbert Elias, quando fala que as mudanças no comportamento humano, dentro da lógica do processo civilizador, nada mais são que “[...] uma nova autodisciplina” (ELIAS, 2011, p.203). E foi o que aconteceu na Cooperalfa. Além das mudanças na maneira de produzir e viver, introduzidas pela “modernidade”, o indivíduo passou a ser educado para “fiscalizar” outros associados no cumprimento de seus deveres de cooperados e também para a autodisciplina na manutenção desses novos hábitos. Foucault aponta que as disciplinas lidam diretamente com o corpo dos indivíduos, manipulando e educando seus gestos e comportamentos. A disciplina seria essencial para que se “fabrique” um sujeito “ideal” para o bom funcionamento da economia capitalista. E para que essas disciplinas tenham efeito sobre o indivíduo, “O poder precisa da produção de discursos de verdade” (FOUCAULT, 1979, p.180) E como o poder não é ocluso, ele estabelece múltiplas relações de poder, para que possa se fortalecer no seio das relações e, para que não desabe, o discurso precisa ser convincente e sólido. Para Foucault, “não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30).

Mas o poder/saber dos técnicos não é visto da mesma maneira por todos. Se grande parte dos associados acaba aderindo ao processo de modernização produtiva, alguns não aceitam facilmente. Para Casagrande, médico veterinário, houve algumas resistências na implantação de melhorias técnicas. Segundo o veterinário, vários associados falavam “Ahh, eu sempre fiz assim, porque agora eu tenho que fazer diferente? Então a incorporação desses conceitos levava tempo e às vezes tinha algumas dificuldades”. E um dos métodos para o convencimento dos que resistiam “eram os eventos de difusão

tecnológica que nós implementamos junto com o Departamento Técnico da Cooperalfa, um impacto essencial para fazer com que chegasse a tecnologia a conhecimento de todos e para fazer com que houvesse o consentimento de adotar” (CASAGRANDA, 2015).

Ao ser questionado sobre as dificuldades econômicas que alguns agricultores tinham para implementar novas tecnologias e técnicas, Casagranda nos aponta que o processo de mudança não necessitava tanto assim de grandes recursos, mas que dependia “muito mais de vontade de fazer e fazer bem feito. Então nós procurávamos equilibrar isso de forma que a falta de recursos da propriedade muitas vezes não fosse o limite para o produtor fazer a coisa correta e dar aquele passo de evolução” (CASAGRANDA, 2015). A fala nos remete a exaltação do trabalho para a obtenção do sucesso. “Quem tem vontade de trabalhar consegue qualquer coisa, mesmo sem tecnologia”, é o que podemos compreender do seu depoimento. “Quem trabalha muito e certo, conforme a indicação dos técnicos, obtém sucesso na atividade”. Nessa fala, podemos nos remeter a Foucault, que fala que nos discursos “A função tripla do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento, ou função disciplinar [...] o mais frequente é que os três componentes coabitem” (FOUCAULT, 1979, p.223-224).

A educação e o poder do discurso da ciência tiveram bastante êxito no que abrange os associados da Cooperalfa. Sendo o técnico considerado uma autoridade de saber, na maioria das vezes a única assistência que eles tinham, ele se tornava uma referência do associado. É claro que não podemos generalizar, afirmando que todos viam os técnicos positivamente. Mas o trabalho com agrônomos, veterinários, comunicadores e demais técnicos fidelizou muito associado, por avistarem nesse saber uma possibilidade de melhoria de vida, convencidos pelo discurso modernizador altamente persuasivo adotado pela cooperativa, nos moldes do que o projeto brasileiro ambicionava naquele momento. E a educação técnica/cooperativa foi peça chave para que se alcançasse esse ideal. A cooperativa trabalhava para que houvesse “Uma equipe preparada para levar ao produtor o melhor conhecimento. Assim ajuda a fazer acontecer a evolução técnica na propriedade, gerando resultados econômicos” (O COOPERALFA, 2007). Para Lourenço Lovatel, a Cooperalfa “foi um divisor de águas entre a agricultura primitiva, a mercê do tempo, do ontem, e ajudou a transformar esse agricultor do Oeste catarinense num produtor do futuro” (O COOPERALFA, 2007).

Podemos perceber na evolução dos números de técnicos como a cooperativa investia nesse setor, tentando acompanhar as exigências da modernização da agropecuária: em 1977, a cooperativa tinha no seu quadro técnico 11 colaboradores (COOPERALFA, 1977), “contratando em 1980 25 profissionais de uma só vez, para atuarem no campo” (O COOPERALFA, 2007). Em 1988 dispunha de 72 técnicos (entre técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários) e em 2007, possui 170 profissionais em seu quadro técnico⁸². Um dos 25 técnicos contratados em 1980 foi Moacir Mistura, que em depoimento ao jornal O Cooperalfa relembra que

Os resultados das visitas frequentes aos associados e o acompanhamento das propriedades agradavam. Quando nós chegamos ninguém visitava o produtor constantemente. A aceitação dos associados era muito boa. Chegávamos até aquele produtor que morava bem distante, que nunca era visitado por ninguém (O COOPERALFA, 2007).

Segundo Casagrande, que assumiu o setor técnico da Cooperalfa em 1990, após alguns meses de estágio na França, “O primeiro passo foi trabalhar a ideia de que o produtor precisava ser orientado a conhecer o que tinha dentro da sua propriedade”. O Programa de Administração Rural que foi implantado para os associados da Cooperalfa depois do retorno do veterinário, foi uma das ideias trazidas. Para Casagrande, o programa foi um marco para aquele momento, pois fez o produtor conhecer melhor sua propriedade e se planejar a partir dos dados levantados. “Não dá para fazer e decidir se não conhecemos aquilo que está em nossas mãos [...] Muitos produtores tinham menos informações sobre seus plantéis do que os técnicos da cooperativa” (O COOPERALFA, 2007).

Se analisarmos a ação do departamento técnico durante nosso recorte temporal, vamos verificar que o setor teve muitos projetos de modernização da agropecuária e melhoria de produtividade. Reflorestamento⁸³, plantio direto, campos demonstrativos, inseminação

⁸²Atualmente são 167 profissionais (23 médicos veterinários, 25 engenheiros agrônomos e 119 técnicos agrícolas) que atendem 16700 famílias associadas. Além disso, técnicos da Aurora e de empresas parceiras da Cooperalfa também auxiliam na assistência.

⁸³O maior objetivo dos projetos de reflorestamento nas décadas de 1970 e 1980 era suprir a necessidade de madeira, principalmente para aviários e chiqueiros.

artificial, programas de administração rural, concursos de produtividade, campos demonstrativos, projetos de recuperação de fertilidade do solo, programas de assentamentos, incentivo a diversificação da propriedade, mecanização das lavouras, etc..

As lavouras demonstrativas e concursos de produtividade, por exemplo, foram considerados pela equipe técnica da Cooperalfa como excelentes formas de demonstrar resultados, assim como já acontecia na extensão rural. “Em 1994 foi realizado o primeiro concurso Alfa/Agroceres de produtividade de milho. Foram 530 lavouras inscritas[...] o sucesso foi absoluto, tanto que em 1995, no segundo concurso, foram inscritas quase 700 lavouras” (O COOPERALFA, 2007). No início da década de 1990, as lavouras produziam menos de 100 sacos de milho por hectare. Com o concurso, a produtividade chegou a quase 200 sacos, média que se mantém até hoje. A partir desses concursos é que a cooperativa aumentou a parceria com grandes empresas de sementes e agroquímicos, o que nas décadas seguintes se intensificaria.

Outra questão que se enfrentava no campo e onde as lavouras demonstrativas foram utilizadas como forma de convencer a mudança de hábitos, foram as lavouras demonstrativas sobre plantio direto na palha. Os agricultores sofriam muito com a erosão. Moacir Mistura relembra que houve muita resistência quando se começou a trabalhar o plantio direto na palha⁸⁴ e as curvas de nível⁸⁵. Os agricultores estavam acostumados a trabalhar com as lavouras “limpas”. “A terra não tinha cobertura e alguns produtores ficavam apenas com a escritura da terra após as chuvas”, aponta Mistura (O COOPERALFA, 2007). Em 1997, devido às resistências, foram implantadas 167 lavouras onde eram demonstradas as vantagens do novo sistema. “Instituímos uma forma de falar do assunto como o sistema antigo e o sistema novo. Era uma motivação para o pessoal mudar”, afirma Elói Frazzon. O problema é que o plantio direto usa muito mais herbicidas do que o plantio normal.

Para tanto, o eucalipto e o pinus foram os mais incentivados.

⁸⁴No Plantio Direto na Palha os cultivares são plantados sobre os restos vegetais que foram deixados na superfície do solo na última colheita ou na adubação verde. Ou seja, o plantio é efetuado sem revolver a terra. O solo só é mexido no sulco onde são depositadas as sementes e fertilizantes. As plantas consideradas invasoras não são capinadas, mas controladas por herbicidas.

⁸⁵Curva de nível é um sistema de cultivo, seguindo a marcação de nível ou altitude de um terreno. As curvas ajudam a reter a terra em momentos de intensa chuva. A água, quando encontra os sulcos, não escorre e se infiltra no solo, deixando o solo úmido e evitando a erosão.

Combateu-se um problema e se criou outro, mas que até hoje não é visto por muitos como problema, ou então, visto como mal necessário.

Mas vamos nos deter neste capítulo a dois projetos principais: a modernização da suinocultura e o uso de agrotóxicos. Iremos analisar os impactos sócio ambientais da atividade suinícola e da disseminação do uso dos agrotóxicos nas lavouras, isso tanto no âmbito da cooperativa quanto no contexto em que ela está inserida.

4.3 A MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA E OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS

O oeste catarinense é hoje um dos maiores polos agroindustriais da América Latina, liderando diversos setores da economia, entre eles a suinocultura. A região tem atualmente instalada em seu território quatro dos maiores grupos agroindústrias do país: BRF⁸⁶, Cargill⁸⁷, JBS⁸⁸ e Cooperativa Aurora⁸⁹. Chapecó, a maior cidade da região, é considerada a capital da agroindústria no Brasil, por ser sede da Aurora, da Cooperalfa e ter unidades da BRF e da Cargill, além de possuir filiais de outras importantes empresas ligadas ao agronegócio. A base que sustenta este setor está alicerçada na pequena agricultura familiar diversificada, que segundo Testa *et.al.* (1996), representava, no Censo agropecuário de 1995/1996, mais de 90% dos 100 mil estabelecimentos agrícolas situados na região.

Na região, apesar das famílias migrantes sobreviverem da agricultura de subsistência, a criação de suínos sempre foi uma fonte de proteína fundamental e também um dos poucos excedentes comercializáveis. Segundo Marcelo Cella, “Naquela época, era tudo

⁸⁶ A BRF — Brasil Foods S.A., é um conglomerado brasileiro do ramo alimentício, que surgiu através da fusão das ações da Sadia S.A. ao capital social da Perdigão S.A.. A Sadia foi fundada na cidade de Concórdia/SC em 1944 e a Perdigão em 1934, em Videira/SC.

⁸⁷ Fundada em 1865, a multinacional é atualmente maior empresa do mundo de capital fechado, com sede no estado de Minnesota, EUA, atuando em 68 países. Está no Brasil desde 1965 e é uma das maiores indústrias de processamentos de alimentos do país. Sua sede brasileira está localizada em São Paulo- SP.

⁸⁸ JBS S.A., empresa brasileira, é uma das maiores indústrias de alimentos do mundo, fundada em 1953, em Anápolis/GO.

⁸⁹ Cooperativa Central Oeste Catariense - Aurora, brasileira, processa a matéria-prima gerada por famílias associadas às 12 cooperativas agropecuárias a ela filiadas (fevereiro 2015). Foi fundada em 1969 em Chapecó/SC.

solto os porco no potreiro, tinha um potreiro daqui até lá no trevo [o espaço que ele fala dá uma extensão de três quilômetros], porco e gado se criava tudo junto. Ficavam soltos de dia e de noite voltavam para junto da casa” (M.CELLA, 2012).

Para BAVARESCO, “Ainda que baseada numa agricultura de subsistência, o milho era o principal cereal cultivado, proporcionando um casamento ideal com a criação de suínos” (2005, p.16). Com isso, a atividade passou a se destacar ao longo dos anos, impulsionado a criação de frigoríficos e, a partir de meados do século XX, as agroindústrias.

A partir de então, e com mais intensidade na década de 1980, a criação cada vez mais intensiva de suínos vai movimentar a economia da região, ser responsável pela contaminação de 85% das fontes de água do oeste catarinense (EPAGRI), além de saturar o solo com excesso de nutrientes e expulsar milhares de pequenos produtores da atividade. Antes de nos atermos aos impactos sócio ambientais, vamos discutir um pouco sobre o contexto de modernização que envolveu a atividade nas últimas décadas.

4.1 Modernização da suinocultura, agroindústrias e cooperativas

Apesar da pequena área territorial, Santa Catarina vem se destacando como um estado extremamente produtivo e competitivo na suinocultura. O estado está entre os seis principais produtores de alimentos no Brasil e apresenta altos índices de produtividade, características essas que são creditadas a constantes melhorias genéticas e tecnologias da atividade. Segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS, atualmente Santa Catarina é o maior produtor de suínos, o maior produtor de reprodutores suínos e o maior exportador de carne suína no país (ACCS, 2013).

Todo esse destaque que a suinocultura possui hoje tem raízes no processo de expansão do setor produtivo e industrial da segunda metade do século XX. No oeste catarinense, “[...] a implantação das agroindústrias requer um estudo das relações de produção durante o processo de colonização e os avanços da modernização da agricultura” (BAVARESCO, 2005, p.121).

Antes da chegada dos migrantes gaúchos, os caboclos que habitavam a região já criavam animais, e os suínos eram na maioria das vezes o maior rebanho. Apesar de não ser a renda principal para grande parte dos habitantes locais, que viviam da venda de erva mate, esses

animais eram criados soltos, sem cercas e alimentados com os mais variados frutos, e poderiam proporcionar uma boa renda extra. Já os colonos, segundo BAVARESCO, criavam os animais soltos, mas dentro de uma cerca, para que não invadissem as lavouras dos vizinhos. Os diferentes modos de produção acabaram gerando alguns conflitos entre colonos e caboclos no início da colonização (BAVARESCO, 2005, p.122).

A criação de suínos, tanto para os caboclos quanto para os colonos tinham como objetivo final um animal com uma camada espessa de banha, que era o que tinha valor de venda. “Em razão dos precários meios de transporte, o produto exportado era a banha e não a carne, havendo menor risco de perecer o produto” (RENK, 2000, p.116). Segundo a autora “Nesse período, a alimentação dos suínos consistia de abóbora, mandioca e milho, de modo que estes tornaram-se os principais produtos cultivados, deslocando outras culturas e ocupando as melhores áreas” (RENK, 2000, p.117). O associado da Cooperalfa Antônio Sebastião Schneider, lembra que a quantidade de suínos era proporcional ao milho que se podia plantar, porque não era viável comprar milho para alimentar os animais.

Figura 14 - O porco de banha era criado solto, em mangueiras ou no pátio de casa, tratado com abóboras, mandioca e milho em espiga. Propriedade no município de São Miguel do Oeste, na década de 1950



Acervo: CEOM/Unochapecó

A atividade suinícola representava na primeira metade do século XX o eixo econômico das pequenas unidades familiares no oeste catarinense. Mas não era só nesta região que ela tinha uma importância econômica grande. Segundo um diagnóstico da suinocultura brasileira do final dos anos 1970, “Em 1970, a nível nacional, a suinocultura representava 13,30% do valor bruto da produção pecuária conforme indicadores da Fundação IBGE” (CEPA/SC, 19-- , p.4). O mesmo estudo aponta que “A suinocultura é uma das atividades criatórias mais difundidas no mundo, adaptando-se a variadas condições de meio ambiente e tecnologia” (CEPA/SC, p.18). Em 1975, aponta também o estudo, baseado em dados do IBGE, que 52% das propriedades brasileiras tinham em algum grau a produção de suínos. Considerando-se os empregos gerados na unidade produtora, nas fábricas de rações e indústrias, tinha-se um total de 380.500 empregos diretos naquele momento (CEPA-SC).

No oeste catarinense, predominava uma policultura que estava subordinada a suinocultura, como foi denominada por Testa *et al.* (1996), pois quase tudo que produzia era para a engorda dos animais. Animais estes que eram vendidos para os comerciantes locais, que os vendiam para São Paulo, e partir da década de 1940, também para os frigoríficos que se instalaram na região. Os animais eram levados em tropas para abate, como podemos ver na imagem a seguir, principalmente por conta da condição das estradas, que não permitia o tráfego de caminhões. Os produtores tinham certa liberdade de escolha para venda dos suínos, e geralmente vendiam para quem oferecesse mais pela banha. Liberdade essa que passa a ser afetada a partir da década de 1970, quando é implantado o sistema de integração vertical pelas agroindústrias⁹⁰. Alguns produtores mencionam que antes da integração, o “porco dava dinheiro”, como por exemplo, Scussiato “Antes tudo dava dinheiro, e de uma hora para outra o governo tirou todo o financiamento para a agricultura e passou a dar para a agroindústria, e foi aí que entrou a Cooperalfa. Eu sempre criei porco e dava dinheiro, mas eu sabia que

⁹⁰Segundo Casagrande “a suinocultura teve uma tratativa diferente em relação avicultura, porque a avicultura quando se instalou no oeste de Santa Catarina era a indústria primeiro, e depois a produção. Ou seja, instalou a indústria e depois vamos colocar os aviários e os aviários são construídos dessa maneira. Você ia visitar um aviário do João era assim, do Pedro era assim, todos tinham um modelo, um padrão tecnológico, a avicultura aqui no oeste de Santa Catarina já nasceu num estágio muito a frente da suinocultura. Suinocultura vem desde os anos 1950, 60, onde se criava porco no potreiro com pinhão, tem a fase da lavagem como, depois passou para a fase da ração, depois a integração” (2015).

os tempos bons estavam acabando” (SCUSSIATO, 2008). Fiorelo Onghero, produtor rural também, afirma que “Quando veio o suíno branco, eu não queria, porque o preto era mais simples de tratar, mas em compensação, o branco era mais vantagem [economicamente]” (ONGHERO, 2012). Marcelo Cella afirma que com a chegada de novas raças “o porco vinha mais bonito, em cinco meses já entregava, antes demorava mais de um ano” (M.CELLA, 2012.)

Figura 15 - Deslocamento de porcos para fábrica de banha na cidade de Xaxim, antigo Distrito de Xaxim, Município de Chapecó, na década de 1930



Fonte: Tese de Doutorado de Roland Luiz Pizzolatti, de 1996.

Os frigoríficos encontraram na região uma excelente oferta de matéria prima e um grande incentivo do estado para a modernização agropecuária. Através de apoio as agroindústrias e crédito rural para os produtores rurais, o Estado financia intensivamente a modernização agropecuária em Santa Catarina. O principal órgão que fomentou o desenvolvimento da agricultura e da pecuária foi a ACARESC⁹¹, hoje EPAGRI. Segundo Rovílio Scussiato, ele importou um “cachacinho” –

⁹¹Criada em 1956, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, hoje extinta, foi durante 35 anos o órgão oficial de extensão rural do Estado de Santa Catarina, sendo posteriormente suscedida pela EPAGRI.

porco reprodutor – dos Estados Unidos com a ajuda da Acaresc (2013). Além do apoio as agroindústrias, havia também incentivos do Estado para as cooperativas agropecuárias, que passam a integrar o circuito de integração vertical e agroindustrialização dos bens produzidos por seus associados.

Conforme Glauco Olinger, idealizador da ACARESC e coordenador dos principais projetos da instituição, o fomento da suinocultura em Santa Catarina realizado pela ACARESC “foi o principal responsável pelo início e desenvolvimento da suinocultura catarinense, até que as cooperativas agropecuárias e agroindústrias passaram a responsabilizar-se por toda a cadeia produtiva e, sobretudo, pela integração dessas instituições com os suinocultores”.⁹²

O incentivo do Estado via crédito rural foi de extrema importância para o processo de modernização, segundo Olinger (1966). Em 1960, a ACARESC começou a trabalhar com o Banco do Brasil, com o qual foram feitos os primeiros empréstimos. Em 1962, foi fundado o Banco do Estado de Santa Catarina-BESC, e o governo passa a operar também com ele. Segundo OLINGER (1966), “o interesse dos Governos da União e do Estado na aplicação de maiores recursos para a agricultura, propiciaram maiores facilidades para o desenvolvimento do Crédito Educativo [...]”. Em 1958, por exemplo, o número de empréstimos foi de 24; em 1961, 57; em 1962, 159; em 1963 1579 e em 1965, 2017 empréstimos.

Para se ter uma ideia do interesse do Estado na modernização da suinocultura, no ano de 1965, 33,2% dos empréstimos apontados anteriormente, foram destinados para esta atividade, num total de \$ 183.552 dólares (43% do total emprestado naquele ano). Defende OLINGER (1966) que, “Esta concentração é justificada pela grande importância econômica que a suinocultura alcança no estado e pelo incentivo da industrialização, que mostra ativa influência na economia catarinense”. Ainda segundo o autor, em 1965/66, Santa Catarina estava situada entre os cinco primeiros estados produtores do Brasil. Desses valores destinados aos produtores, as cifras foram usadas para compra de reprodutores, de rações, vacinas, vermífugos e melhoria de instalações. Para OLINGER, um dos principais resultados nos domicílios atendidos pelo crédito rural, foi a redução do tempo de engorda dos suínos, que caiu de dezoito para sete meses. Além do governo estadual, o federal também incentivava o fortalecimento de agroindústria. Podemos notar esse interesse no II Plano Nacional de

⁹²Depoimento concedido por carta.

Desenvolvimento, que apontava que [...] os produtos de origem animal devem crescer daquela média [média de 7% de crescimento anual estimado para a agricultura], significando atenção especial para os programas de carne, suinocultura, avicultura e pesca (II PND, p.27, 1975-1979).

Um dos fatores para o incentivo do governo para as agroindústrias era o

[...] fornecimento regular e abundante de matéria-prima por parte dos pequenos produtores, pois a oferta de suínos concentrava-se nos meses de setembro, outubro e novembro. Tal sazonalidade resultava na ociosidade total do maquinário durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março. A solução encontrada foi a implantação, no sul do Brasil, do “sistema de integração” dos pequenos produtores rurais, em fins da década de 50 (ESPÍNDOLA, 1999, p29).

Seguindo esta mesma lógica, Casagrande, veterinário da Cooperalfa durante muitos anos, hoje diretor comercial de exportação da cooperativa Aurora, defende a integração

Com a integração, pelo menos acabou um pouco aquele negócio de que se um ano está indo tudo bem, entrou 500 produtores, o volume de suínos e a indústria estrangulada, não sabe como vender, não sabe como abater. Aí daqui a pouco vem para o ciclo da crise, quebrou mil produtores, aí não tem mais suíno no campo, aí vira aquele negócio, você não atende o mercado que era comprador, e se você não atender, ele vai buscar em outro lugar. Depois quando você voltar e bater na porta, ele vai dizer, você não me atendeu ano passado, esse ano vou ficar com quem me atendeu. Acho que isso é o grande ganho que a integração gera para a cadeia. Estou convencido disso (CASAGRANDE, 2015).

Para Correa, o sistema de integração para as cooperativas que integravam o sistema Aurora foi bom “porque houve um crescimento para parte de desenvolvimento da genética, na parte nutricional, na parte logística”. No entanto, concorda que para o produtor não foi tão bom

assim. “Em vez de eu atender 10 famílias com 10 matrizes cada uma, eu atendia uma família com 100 matrizes. Eu estava deixando de dar assistência para mais de dez donos disso aqui, esse lado não foi assimilado, porque ele exclui” (CORREA, 2015).

A partir da década de 1970, o incentivo ao crédito rural para a modernização se intensifica. Surgem as agroindústrias, que com a disponibilidade de mão de obra familiar tem um bom cenário para desenvolver suas atividades. Com elas, chega também uma das maiores mudanças que a agropecuária sofreu nas últimas décadas: uma produção de pequenas escala passa a ter dimensões comerciais. As propriedades que sobreviveram as constantes crises da suinocultura e tiveram crédito para modernizar e ampliar suas instalações entraram no sistema que gere até o hoje e a criação intensiva de animais: a integração vertical.

Uma das consequências da integração vertical, que teve seu auge na década de 1990, segundo dados do IBGE, foi o aumento da produção em detrimento da queda no número de propriedades que se dedicam atividade no Brasil. No ano de 1996, havia 2.007.945 milhões de propriedades, que produziam 27.811.244 milhões de suínos. Em 2006 eram 1.521.224 milhões de produtores produzindo 31.189.351 de suínos no Brasil (IBGE, Senso agropecuário 2006).

Podemos perceber que em dez anos, enquanto o número de produtores caiu mais de 25%, o número de animais aumentou 11%. Isso significa que a produção se concentrou. Menos proprietários produzem mais animais, devido justamente ao apelo a escala como fator de concorrência. A produção no oeste catarinense, segundo Correa, “com as mudanças, ela foi encolhendo em termo de pessoas, mas ele a permaneceu crescendo. Hoje está na mão de poucas pessoas” (2015).

Já na década de 1980 começa-se a notar de maneira mais intensa a concentração da produção. O censo do IBGE de 1985 aponta que havia em Santa Catarina quase 178 mil produtores de suínos; já em 1995-1996, as propriedades caíram para pouco mais de 130 mil. Em contrapartida, a produção de suínos subiu, seguindo a tendência brasileira. Em 1985 o efetivo total de suínos no estado era de 3.185.301 milhões de cabeças e em 1995-1996, o número subiu para 4.535.571. Queda de em torno de 27% no número de propriedades e aumento do plantel de 40%. Esta é uma das grandes consequências do sistema de integração, que exclui quem não pode ou não quer se “modernizar”. Ou você se integra, ou não tem garantia de compra.

Depois da forte crise de 2008, muitos produtores desistiram da atividade, diminuindo bastante o plantel, mas também tiveram outros

que aumentaram a produção. Em 2012, Santa Catarina tinha um efetivo 7.480.183 suínos. O Oeste Catarinense comportava 73% do total do plantel, num total de 5.475.274 de cabeças (Síntese Agrícola de Santa Catarina, 2013). Os números tem mostrado que a produção se mantém, com menos produtores e muito mais deles se integrando as agroindústrias. As próprias exigências sanitárias federais tem levado ao caminho da integração, o que mostra que de uma maneira ou outra, o Estado favorece a concentração da produção e do abate⁹³.

Ao falar sobre integração de suínos no sul catarinense, Paulilo demonstra que os integrados “apontam sempre como uma das principais causas de sua ligação com a indústria a segurança com relação é a comercialização” (PAULILO, 1990, p.47). Para o associado Schneider, com a chegada da Cooperalfa e da integração “[...] o que ficou mais evidente é o negócio do porco, que ela integrava o agricultor, e pagava mais, e ensinava. E se vendia para ou outros não tinha técnico, não tinha nada, segurança, ração, nada, tinha que se virar com tudo” (2009). Paulilo defende que a agroindústria “[...] ao invés de ser vista pelo produtor como o polo dominante da relação, é vista como elo que lhe permite pertencer ao círculo dos que “não ficaram para trás”, dos que “se modernizaram”” (PAULILO, 1990, p.133). Usa-se muito o argumento de que a integração trouxe a modernização, de que ela paga pouco, mas é segura, principalmente em momentos de crise, pois, muitas vezes, “No comércio paralelo, onde as vendas são feitas sem nota fiscal, o risco de perda é maior, pois nem mesmo provas de que a transação foi feita existem” (PAULILO, 1990, p.120).⁹⁴ Para

⁹³Em 1984, quando a integração não era obrigatória, a Cooperalfa tinha 839 integrados e a cooperativa recebeu mais de 65 mil cabeças de suínos (62% era da integração). Em 1990, a Cooperalfa tinha 2223 integrados de suínos no sistema Aurora (também ainda não era obrigatória a integração, mas já representava 88% do total de suínos recebidos) e recebeu naquele ano mais de 175 mil cabeças de suínos. Em setembro de 2015, a Cooperalfa tinha 730 integrados (agora a integração é obrigatória) que no ano de 2014 entregaram para a Aurora mais de 767 mil cabeças (Fonte: Estudo para ampliação de assistência técnica (1985) e Relatórios de Gestão Cooperalfa (1990 e 2014).

⁹⁴As vendas sem nota fiscal eram uma questão muito presente no cotidiano dos produtores nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Nos últimos anos, a rastreabilidade dos órgãos fiscalizadores tem praticamente zerado este problema. Mas a confiança no sistema de integração tem continuado, pois a referida regularidade do pagamento, mesmo em momentos de forte crise, continua sendo fator primordial para quem participa do sistema.

Casagrande, a segurança também é fator que mantém o sistema atuando e crescendo cada vez mais.

O sistema de integração tem conseguido fazer com que quem esta na atividade, permaneça, em época boa e época ruim. Garantia de compra, garantia de uma rentabilidade mínima, que pelo menos o produtor ta sabendo. Se o produtor fizer a parte dele, vai receber num nível de rentabilidade que o satisfaz, porque ele não é obrigado a ficar, pode entrar e sair, também o contrário (CASAGRANDA, 2015)⁹⁵.

Apesar desta afirmação sobre livre entrada e saída que o entrevistado se refere, a situação é mais complexa. A maioria dos integrados tem contratos de alguns anos com as agroindústrias. Se não o cumprirem, estão sujeitos e multas. Além disso, muito produtores, para atenderem as exigências de modernização e sanitárias, fazem longos financiamentos, e, com isso, se veem obrigados e permanecer na atividade para saldar os compromissos financeiros. Paulilo, ao analisar os integrados e suas relações com a integradora na região Sul de Santa Catarina, aponta que um possível

[...] desencanto com a situação não significa necessariamente que se queira muda-la, seja porque não haja alternativas mais tentadoras, seja porque as pessoas envolvidas não queiram arcar com o desconforto que qualquer tipo de mudança acarreta. Ainda, os valores que orientam a conduta da empresa e a dos integrados não são sempre contraditórios, permitindo que haja consenso suficiente para que a relação funcione (PAULILO, 1990, p.35).

Por isso a autora recomenda cautela a quem generaliza afirmando que todos os integrados viraram empregados das empresas integradoras. “Concluir daí que o agricultor se torna um “empregado” é superdimensionar a importância do produtor integrado no conjunto da exploração” (PAULILO, 1990, p.174-5).

Segundo dados da ACCS, a maior parte do rebanho catarinense concentra-se na região denominada mesorregião oeste catarinense, que

mesmo tendo 26% do território estadual e concentra 75% do rebanho. Com um relevo bastante acidentado, onde apenas 20% das terras são agricultáveis, a criação intensiva de animais, tanto de suínos como de aves, vêm ganhando força como atividade econômica, envolvendo, segundo dados de 2009, mais de 65 mil pessoas diretamente e 140 mil pessoas indiretamente.

Entre 1970 e 2008 o plantel de suínos brasileiro cresceu em torno de 20%, enquanto que no estado de Santa Catarina teve um aumento muito acima da média, em torno de 160% de crescimento na produção. Mais surpreendente ainda foi o aumento da participação do oeste catarinense: em torno de 675% de aumento em relação ao ano de 1970, não no que se refere a quantidade de produtores, mas no volume de animais. Menos produtores estão produzindo muito mais. Para o agricultor Roza, na Linha Faxinal dos Rosas, interior do município de Guatambú, onde reside, “mais ou menos 90% dos produtores pararam aqui na comunidade de produzir e vender. Ou tem em grande quantidade ou só engorda para comer” (ROZA, 2015).

Outro dado interessante é a concentração de suínos por habitante em algumas cidades. A pesquisa de Zeni, Sehem e Campos (2012) aponta uma concentração de suínos alta em algumas cidades da sua área de pesquisa, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Comparativo de habitantes por Km² e suínos em algumas das cidades do oeste que mais produzem suínos

Município	Área p/ Km ²	Habitantes	Efetivo Total Suínos	Efetivo de Suínos p/Km ²	Efetivo Suínos/ habitantes
Seara	313	17.121	405.340	1.295,00	23,68
Nova Erechim	64	4.118	74.678	1.166,84	18,13
Xavantina	215	4.218	246.340	1.145,77	58,40
União do Oeste	93	3.058	98.800	1.062,37	32,31
Arvoredo	91	2.193	57.000	626,37	25,99

Fonte: Zeni, Sehem e Campos (2012), com dados do IBGE.

Como podemos visualizar na Tabela anterior, Xavantina, conhecida como capital nacional de suínos, tem a impressionante marca

de 58,4 suínos por habitante, sendo seguida de perto por mais outras quatro cidades. E a tendência é que esses números aumentem, devido a abertura recente dos mercados externos da China, Rússia e Estados Unidos. Ao pensarmos hoje o mercado sob a ótica do consumo, a exportação vem ganhando destaque e países como China, União Europeia, EUA, Rússia, Brasil e Japão consomem juntos 93% da carne suína produzida no mundo (Síntese Agrícola de Santa Catarina 2013).

Um mercado cada vez mais exigente e competitivo, que vem fazendo cobranças das mais variadas, que vão desde melhoria de genética, bem estar animal, preservação do meio ambiente e preços competitivos. Nessas últimas décadas, os produtores da região oeste vêm buscando se adaptar as constantes mudanças na produção, que não são poucas. Para Casagrande, apesar dos avanços anteriores, a década de 1990 “foi um divisor de águas para a suinocultura” (CASAGRANDE, 2015). A melhoria da produtividade, que exige que a porca passe a produzir quase trinta leitões/ano⁹⁶, que o suíno engorde em 4 meses e que a conversão alimentar⁹⁷ seja cada vez mais satisfatória, são apenas alguns dos fatores que a modernização passou a exigir mais a partir desse período, sem falar da questão ambiental que passou a entrar na pauta. Segundo Espíndola, os fatores que influenciaram a melhoria dos processos das agroindústrias são inúmeros:

Na indústria alimentar, as trajetórias tecnológicas estão relacionadas à conservação, automatização do preparo e elaboração dos produtos, à velocidade dos processos produtivos, à melhoria qualitativa da mão-de-obra, ao aumento da produtividade, às escalas ótimas de produção, ao controle dos fluxos das matérias-primas, à melhoria qualitativa das matérias-primas, à higienização dos processos de abate, à melhoria das qualidades organolépticas e nutricionais dos produtos, ao desenvolvimento de produtos de maior valor agregado, à melhoria das técnicas de transporte e comercialização e ao aumento da vida útil dos produtos (ESPÍNDOLA, 1999, p.152).

⁹⁶Segundo o médico veterinário Antônio Zanini, na década de 1970 e 1980 a porca produzia em média 15 leitões ano, e o porco demorava pelo menos sete meses para estar pronto para o abate.

⁹⁷Conversão alimentar é um cálculo que se faz para verificar o quanto do que o suíno comeu se transformou em aumento de peso, principalmente da camada de carne.

As transformações do modelo técnico são em geral justificadas por questões econômicas (para diminuir custos de produção), melhoria de qualidade e atendimento as exigências do mercado externo. Em relação a diminuição de custos, não há evidências concretas de que elas tenham diminuído ao longo de toda a cadeia produtiva, principalmente para o produtor. Com todas as exigências técnicas e sanitárias que romperam com um sistema de produção mais equilibrado, os custos de produção dos suínos aumentaram. E para que seja possível sobreviver a um mercado cada vez mais exigente em relação a preços e qualidade, apenas os que produzem em grande escala estão conseguindo permanecer na atividade.

Quanto a qualidade da carne, é inegável que as exigências sanitárias deixam o consumidor mais seguro quanto a procedência do produto e controle de doenças, mas ao mesmo tempo inseguros em relação a quantidade de drogas usadas para atingir um crescimento rápido e o quanto isso pode afetar a saúde humana. Sobre o mercado externo, ele praticamente domina o processo de criação até o abate, pois é para atender as exigências dos compradores que a maioria das mudanças são implantadas. A especialização da suinocultura, tanto na indústria quanto no campo, foi se intensificando a cada ano, e isso é o núcleo da produção capitalista, que defende uma produção em escala cada vez maior para melhor competitividade nos preços.

O problema de tudo isso pode ser apontado em duas questões principais: depois de 2008, com a crise mundial, até médios e grandes produtores deixaram a atividade; até que ponto outros produtores irão suportar tantas oscilações no mercado e as exigências cada vez maiores? E pior ainda, com uma concentração cada vez maior de suínos, como pensar um futuro de sustentabilidade para o setor, principalmente no que se refere a questão ambiental?

4.2 Impactos da suinocultura no meio ambiente

A agropecuária intensiva das últimas décadas vem deixando rastros socioeconômicos e ambientais na região oeste de Santa Catarina, dos quais podemos destacar a exclusão de grande número de pequenos produtores que não conseguem se adequar as exigências das agroindústrias e a degradação dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo em que é uma das atividades agropecuárias mais importantes para a economia do estado, a suinocultura vem sendo apontada como uma das

maiores fontes poluidoras de água e solos. Desde a década de 1960 e 70, quando a produção intensiva passa a ser incentivada, as fontes de água, os rios e os solos vem sofrendo com o descarte indevido dos dejetos suínos, resultando numa contaminação muito alta. Enquanto no Brasil a atividade cresce, vários países europeus vêm diminuindo sua produção

[...] restringindo e colocando limites ao sistema de produção por conta da falta de espaço para armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos, os quais têm na sua composição excesso contaminantes prejudiciais ao meio ambiente. O Brasil, aproveitando-se da redução da produção na Europa, a partir das últimas quatro décadas, vem ampliando a sua produção com o objetivo de trazer divisas para o país com a exportação dos derivados de suínos. Esta sanha pelos negócios internacionais fez com que a produção nacional fosse acelerada para suprir a demanda externa, deixando de lado a preocupação com uma produção baseada no planejamento e na gestão, tendo como resultado a falta de critérios e, principalmente, cuidados para com o meio ambiente, resultando em níveis elevados de contaminação do ar, da água e do solo (ZENI, SEHEM E CAMPOS, 2012, p.15).

Como vimos anteriormente, a produção de suínos em Santa Catarina teve um aumento extraordinário nas últimas décadas, com concentração no oeste. Este crescimento foi impulsionado pelo fomento intenso do governo, com incentivos fiscais e financiamentos a juros baixos. Mesmo que as maiores agroindústrias pertencem a grupos empresariais, as cooperativas também estavam incluídas no projeto de modernização de parques industriais.

Como exemplo das últimas, podemos citar o caso da Cooper Central Aurora – Cooperativa Central Oeste Catarinense, criada em 1969 por oito cooperativas agropecuárias do oeste catarinense, que tinham em seus quadros de associados mais de 70% de agricultores familiares, considerados mini e pequenos produtores. Apoiados pelo então gerente do Banco do Brasil Setembrino Zanchet, os presidentes das cooperativas queriam uma agroindústria que pudesse industrializar os suínos dos seus associados. Até então, as cooperativas compravam e vendiam apenas grãos, e os cooperados acabavam buscando nas

agroindústrias concorrentes do sistema cooperativo a venda dos seus animais. Com a compra da massa falida do Frigorífico Marafon, transformada em Cooper Central, as cooperativas passaram também a necessitar de uma regularidade maior na entrega de suínos, implantando também o sistema de integração. Ao implantar o sistema de integração, uma das primeiras mudanças necessárias foi a substituição do porco banha pelo porco carne. Segundo um manual de suinocultura da Aurora “[...] as raças produtoras de carne são as que atendem as necessidades do mercado consumidor e também têm o melhor preço [...]”. Este mesmo manual recomenda que os cruzamentos ideais fossem entre as seguintes raças: Duroc com Landrace ou Large White.⁹⁸

Na década de 1970 as exigências sanitárias, de alimentação e genética eram menores, entretanto, a partir do final dos anos 1980 e início dos 90, as cobranças se intensificaram, muito por conta do mercado consumidor externo. A suinocultura historicamente sofreu com altos e baixos do mercado, mas na década de 1990 ocorre uma das maiores crises da suinocultura, com estagnação nas atividades por toda a década. Em períodos como esse, nem mesmo as cooperativas conseguem fomentar a produção, principalmente para os pequenos produtores, que com menos capital de giro e sem condições de investir no aumento do plantel e melhorias nas estruturas, acabam deixando a atividade. SORJ defende que “Embora surgindo muitas vezes na dependência dos grandes comerciantes e processadores industriais, os pequenos agricultores, organizando em cooperativas, procuram limitar a extração de excedentes pela agroindústria, gerando suas próprias plantas industriais e esquemas de industrialização” (SORJ, 1986, p.52).

Apesar de uma integração um pouco mais justa, pois os associados recebem parte dos lucros anuais da sua cooperativa, as consequências sócio ambientais do crescente plantel suíno da região foram as mesmas tanto para os integrados de cooperativas quanto das demais agroindústrias. Se analisarmos que o plantel de suínos era de 1,08 milhão de cabeças em 1970 em Santa Catarina, e que um suíno produz em média 8,6 litros de dejetos por dia, tínhamos na época mais de nove milhões de litros de dejetos suínos lançados na natureza. Em 2008, com uma produção de 6,31 milhões de suínos, a quantidade de detritos anual subiu para mais de 54 milhões de litros. Segundo Marcos Bedin, jornalista assessor da Aurora, em 2014 as cooperativas de Santa

⁹⁸Esta cartilha não tem data nem autoria, mas foi produzida pela Aurora para ser utilizada no final da década de 1980 e início de 1990, segundo depoimento de um dos agrônomos da Cooperalfa.

Catarina produziam e abatiam cerca de 50% de toda produção de suínos de Santa Catarina. Ou seja, as cooperativas contribuem com 50% dos possíveis impactos que um mau gerenciamento dos resíduos pode ocasionar.

Podemos ver na Figura 16, um modelo de chiqueiros utilizado nas décadas de 1970, 1980 e 1990, onde não havia as esterqueiras de tratamento e os excrementos dos animais escorriam para os rios. Nessa propriedade, de um associado da Cooperalfa, podemos observar um perfeito exemplo de propriedade modelo desse período. A terra nas encostas está “limpa”, sinônimo de agricultor “caprichoso”; há varias cabeças de gado pastando no potreiro, significando que o agricultor tem um bom poder aquisitivo, e o chiqueiro em destaque: moderno, nos padrões exigidos daquele momento. Pode-se notar que os excrementos descem pela encosta.

Figura 16 - Propriedade de um associado da Cooperalfa, da década de 1980



Acervo: CEMAC

Segundo Antônio Zanini (2015) médico veterinário da Cooperalfa,

No primeiro momento, a EPAGRI, que era nosso órgão de pesquisa e trabalho, estimulava a fazerem os chiqueiros perto do rio, para que os

dejetos alimentassem os peixes. Eu cheguei a presenciar chiqueiros onde tinha um rio do lado e se desviava o rio para passar no meio do chiqueiro para levar os dejetos junto. Não se esperava que a suinocultura crescesse tanto. A medida que ela foi crescendo, passou-se a ter um problema ambiental. Houve muita contaminação das águas. Tenho um dado da época que eu trabalhava em Coronel Freitas, de 1990-1993, onde foi analisado 100 poços/fontes de água. Dessas 100 análises, apenas duas não era contaminadas com coliforme fecais. Era um problema muito sério (ZANINI, 2015).

O associado Sebastião Schneider da Cooperalfa confirma o dado sobre os chiqueiros perto dos rios “Eu acho que os técnicos pecaram mais do que nós suinocultores, porque em determinada época os técnicos orientavam nós para construir bem perto dos rios para melhor descartar o chorume” (SCHNEIDER, 2015). Relembra também o associado que as porcas de cria ele deixava soltas e que elas se banhavam nos riachos e açudes, e que por isso foi denunciado por vizinhos. A fiscalização veio e orientou a construção de uma cerca no local, para evitar a contaminação das águas. O associado Onghero faz questão de salientar que na época “a gente nem sabia o que era preservação ambiental” (2013).

Conforme Tabela 3, em análises de água realizadas pela EPAGRI nas décadas de 1980 e 1990, podemos ver que os dados são igualmente assustadores, com índices de poluição por coliformes fecais muito altas.

Tabela 3 -Análises de águas realizadas pela EPAGRI nas décadas de 1980 e 1990

Ano	Até 1986	1999/2001
Amostras	1665	1340
% Potável	15,8%	14,5%
% Contaminado	84,4%	85,5%

Fonte: Baldissera (2002), apud Denardin e Sulzbach (2005)

Constituída por três bacias hidrográficas – Extremo Oeste, Meio Oeste e Vale do Rio do Peixe, a região tem mais de 80% de suas fontes de águas e rios contaminados das mais diversas formas: atividades pecuárias (coliformes fecais da suinocultura); atividade de lavoura

(agrotóxicos e assoreamento dos rios), a atividade de frigoríficos e abatedouros (efluentes orgânicos que são descartados incorretamente), além de resíduos urbanos industriais (efluentes orgânicos e tóxicos são lançados nos rios). Mas sem dúvida, a suinocultura é a maior poluidora da água, pelo menos até os anos 2000.

Segundo Guivant e Miranda (1999), citados por Denardin e Sulzbach, no final da década de 1980, algumas comunidades começaram a sentir os problemas ambientais ocasionados pelo descarte indevido dos dejetos de suínos, apontando que

Um clima de alarme foi emergindo em algumas comunidades diante de vazamentos frequentes de dejetos das esterqueiras e incidentes graves de mortandade de peixes, assim como por causa da crescente proliferação de borrachudos – a população rural estabeleceu uma relação causal entre o aumento de borrachudos e a poluição (GUIVANT E MIRANDA (1999), *apud* DENARDIN E SULZBACH, 2005, p.106).

Os autores citam também o trabalho técnico de Pedroso de Paiva e Branco (2000, p. 11), que ao investigarem a causa do aumento da população de borrachudos no oeste, concluem que “Altos níveis de matéria orgânica contribuem para o desenvolvimento das larvas de borrachudo e tem influência no aumento da população do inseto” (*apud* DENARDIN E SULZBACH, 2005, p.106). Segundo um dos médicos que atuou na década de 1980 no projeto de saúde da Cooperalfa “Tivemos duas grandes infestações, de moscas e borrachudos, por conta da poluição ambiental em Guatambu. Havia uma infestação tão grande de borrachudos que no anoitecer viam-se nuvens negras. E o cheiro era terrível” (MÉDICO I, 2013).

Segundo Denardin e Sulzbach, a partir do momento que houve a constatação de que havia um problema ambiental grave na região, em 1993 diversas lideranças locais foram em busca de alternativas para amenizar o problema. A partir dessa busca, foi então elaborado o

“Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de Dejetos”, o qual contava com créditos do BNDES. Uma das metas do Programa era, no período 1994-99, equacionar o problema ambiental gerado pelos dejetos, estimulando e financiando a construção de esterqueiras e

bioesterqueiras. Simultaneamente ao combate da poluição o Programa objetivava aumentar a produção e a produtividade da suinocultura na região. Segundo as agroindústrias, seria necessário casar a questão ambiental com a produção para que os agricultores tomassem os empréstimos (DERNADIN E SULZBACH, 2005, p.106/107).

Os recursos vieram, mas o problema, conforme GUIVANT E MIRANDA (1999, p. 100), citados por Dernadin e Sulzbach, é que até dezembro de 1997, “[...] grande parte dos recursos foi destinada à expansão e à implantação de instalações e matrizes, contra um reduzido investimento nas atividades relacionadas exclusivamente com a conservação do meio ambiente”. Segundo os autores, em pesquisa de campo realizada pela EPAGRI e Instituto Cepa/SC em três municípios representativos da região Oeste - Lindóia do Sul, Seara e Xavantina - houve a constatação de um elevado déficit na capacidade de armazenagem de dejetos.

A legislação estadual indica que o tempo mínimo de estocagem dos dejetos é de 120 dias, porém nos municípios mencionados esse tempo oscilava entre 30 a 60 dias. Existem situações mais graves, caso da microbacia do Ariranha de Baixo, no município de Xavantina, que possuía 207 suinocultores. A produção diária de dejetos na microbacia é de 10.863m³ e a capacidade de estocagem é de 21.635m³. Para este caso, o déficit de armazenagem é de 108.718m³, o que não possibilita que os dejetos fiquem estocados num período superior a 20 dias (DENARDIN E SULZBACH, 2005, p.107).

O agravamento do quadro de poluição levou o governo catarinense da época a admitir que “Santa Catarina deixa muito a desejar no que diz respeito à preservação e recuperação de seus recursos naturais, bem como no que se refere ao nível de consciência ecológica da sociedade como um todo” Além disso, ao referir-se especificamente aos recursos hídricos, assume que: “o componente recursos hídricos está entre os que apresentam maiores deficiências” (SECRETARIA, 1997, p. 9, APUD DENARDIN E SULZBACH, 2005, p.107).

Além da pressão da população local, a emergência das questões ambientais também responde aos clamores por responsabilidade ambiental de várias partes do mundo, emergência essa que já se faz presente a partir da década de 1970, mas se intensifica a partir da ECO 92, que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro. Na Carta da Terra⁹⁹, documento gerado após o encontro, como compromisso assumido das nações para pensar o futuro ambiental do planeta, podemos visualizar que uma das atitudes propostas foi a de “Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução”. Outra mudança de comportamento sugerida foi a de “Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais seguras” (CARTA da TERRA, 2000).

Mesmo antes desse período onde se intensificam os debates sobre as relações entre humanos e natureza, no Brasil, alguns marcos fundamentaram o início de uma preocupação com o meio ambiente. “Os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam a 1958, data de criação da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza” (GIANEZINI, 2012, p.3). Mas somente em 1972, depois da 1ª Conferência Ambiental em Estocolmo, na Suécia, a preocupação com o futuro ambiental da humanidade passou a ganhar visibilidade mundial. “A partir dos anos 1970 houveram diversas conferências em todo o mundo que discutiram a situação ambiental, além também do crescente números de movimentos sociais que clamavam por uma maior atenção as questões ambientais” (WORSTER, 2003, p.24).

Pode ser afirmado que a Conferência de Estocolmo

[...] teve seu principal desdobramento duas décadas depois, na ECO 92 (ou RIO 92), uma nova reunião mundial para discutir os problemas ambientais, que se diferenciou da anterior por contar com a presença de chefes de Estado. Isso evidenciava que as questões relativas ao meio ambiente tinham ganhado a atenção das políticas governamentais, uma vez que em nível nacional,

⁹⁹<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>

1992 é o ano de criação do Ministério do meio Ambiente (GIANEZINI, 2012, p.3).

Além da ECO 92, a criação do CONAMA¹⁰⁰ em 1979, a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente através da Lei nº 6.938/1981 e principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, que passou a considerar e reconhecer o direito a dos brasileiros um ambiente saudável, o olhar para a importância da preservação do meio ambiente muda. “Com o fim de um pensamento antropocêntrico e início [...] de uma consciência biocêntrica, o Brasil procurou reorganizar suas relações internacionais, pautadas na preservação ambiental” (OTTONI e COSTA, 2011).

Inseridas também nesse contexto nacional de mudanças em relação as relações humanas com o ambiente, e buscando atender as novas normativas, as cooperativas já na década de 1980 buscam instituir algumas iniciativas que utilizavam os dejetos como adubo para as lavouras. Prefeituras e cooperativas compraram distribuidores de esterco e disponibilizavam para os produtores fazerem o uso. O problema disso, segundo ZANINI (2015), é que usava-se os dejetos sem fazer tratamento adequado e sem saber a dose a ser usada por área, o que acabava causando poluição do solo, principalmente pelo excesso de nitrogênio, além de poluir as águas, pois geralmente a chuva carrega esses nutrientes para os rios, fontes superficiais e até água profundas. Até certo ponto são bons fertilizantes, mas em excesso afetam a camada de ozônio, envenenam as plantas, as águas e as pessoas. Além disso, ao longo dos anos, os excessos de compostos nitrogenados podem acelerar o aparecimento de câncer (FAGANELLO e VERAS, 2009).

Como uma das cooperativas afiliadas do sistema Aurora, a Cooperalfa, buscando um melhor uso dos dejetos, na década de 1990 financia vários distribuidores de esterco, para melhorar a questão ambiental e aproveitar melhor o poder de adubação do esterco suíno. Além disso, pressionada também por órgãos ambientais, começa uma série de encontros com associados para discutir as questões ambientais que envolviam a atividade, principalmente incentivando a construção de depósitos de dejetos, como pode ser observado na Figura 17.

¹⁰⁰ Conselho Nacional do Meio Ambiente

Figura 17 - Jornal O Cooperalfa, abril de 1994



Acervo: CEMAC

Afirma Frazzon que antes das exigências legais "Nós mesmos falávamos para os agricultores construírem os chiqueiros perto do rio. Era outra vivência. Isso durou por décadas, mas chegou um momento em que a suinocultura foi culpada por toda a poluição". Segundo o engenheiro agrônomo da Cooperalfa, "O que contribuiu para a melhoria da questão ambiental foi a legislação e o próprio conceito das pessoas mudou. Elas não queriam mais comer um animal ligado a sujeira e poluição. Se não tivesse evoluído, não teria se mantido como atividade econômica (FRAZZON, 2015).

Outro técnico da cooperativa, médico veterinário, que coordenou o período de maior "modernização" da suinocultura dentro da Cooperalfa na década de 1990, quando passou-se a exigir a integração para compra do suíno e foram implantadas grandes mudanças sanitárias e de manejo, assume que

[...] até nos profissionais técnicos mesmo em épocas acho que se cometeu erros, nós construímos chiqueiros na beira do rio, e isso era

normal. Poxa, depois é que nós começamos a nos atentar, ah, mas espera aí, e o dejetos, e o estrago que está causando, o adubo que estamos perdendo de fertilizar nosso solo, então opa, um padrão de instalação para aproveitar dejetos de suínos como fertilizante, não poluir as águas, mas foram muitas etapas, acho que a década de 1990 teve um marco de mudança, e um marco meio doido (CASAGRANDA, 2015).

Apesar de ser uma boa iniciativa, pois diminuía também a compra de adubos químicos por parte dos agricultores, a cooperativa não conseguia atender todos os associados, pois a quantidade de detritos produzida era muito grande. Além disso, muitos associados não deixavam que o esterco fermentasse tempo o suficiente para evitar contaminação no solo, ou por falta de espaço para estocagem ou por não ter noção do real perigo de contaminação.

Ao mesmo tempo em que a cooperativa apoiava um maior cuidado com o meio ambiente e melhor descarte dos dejetos suínos, ela incentivava uma iniciativa que há pouco tempo foi proibida: a construção de chiqueiros em cima de açudes, como podemos observar na Figura 18. A capa do jornal de novembro de 1994 demonstrava como esta iniciativa poderia dar certo e que recebia o incentivo da cooperativa. Segundo ZANINI (2015), acreditava-se que os restos de milho não digeridos pelos suínos e eliminados nas fezes poderiam ser bem aproveitados para engorda de peixes e proporcionar uma renda extra aos associados.

Figura 18 - Jornal O Cooperalfa, novembro de 1994



Acervo: CEMAC

O problema desse sistema, é que quando se abria os açudes, geralmente uma vez ao ano na época da quaresma, para venda dos peixes, todos os dejetos que se acumulavam na água eram liberados na natureza e acabavam nos rios, contaminando a água. E este sistema foi durante muitos anos incentivado, tendo uma fiscalização mais rigorosa e uma efetiva proibição há menos de dez anos. A Lei 9.605 de 1998, de Crimes Ambientais¹⁰¹, já apontava em seu capítulo V, art.33, que era considerado crime ambiental “Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras”. A Lei 14.675 de 2009, no art.20, inciso XXXII¹⁰², conceituava impacto ambiental como,

qualquer alteração das propriedades físico químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e

¹⁰¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

¹⁰² http://www.institutohorus.org.br/download/marcos_legais/Lei%2014.675%20Codigo_ambiental_SC.pdf

econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

Mas apenas com a Resolução 13 do CONAMA, de 21 de dezembro de 2012¹⁰³, que aponta que entre as atividades agropecuárias e silviculturais, as unidades de produção de peixes em sistemas de policultivo em açudes são consideradas atividades potencialmente poluidoras, é que a fiscalização passa a aumentar.

Apesar de todas essas mudanças na legislação, os problemas ambientais estavam longe de ser resolvidos, principalmente no que concerne à produção de suínos. A maior mudança passou a acontecer com a Lei de Crimes Ambientais de 1998. “Um dos maiores benefícios à tutela ambiental foi a instituição da Lei nº.9.605/98, que disciplina os crimes ambientais, inclusive imputando a responsabilidade penal à pessoa jurídica em crime ambiental” (OTTONI E COSTA, 2011).

A partir do momento que é instituído o crime ambiental, as ações em prol de melhor uso e descarte dos dejetos de suínos passa a fazer parte importante das discussões ambientais no oeste catarinense. No estudo realizado por Zeni, Sehnem e Campos (2012), onde realizam um levantamento acerca dos crimes ambientais decorrentes da atividade de suinocultura identificados na área de jurisdição do 1º Pelotão da 5ª Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental de Chapecó¹⁰⁴, no período de 1999 a 2010, os dados apontam que no período, houve 411 autuações relacionadas à atividade de suínos, considerados crime ambiental. Segundo os autores,

Quando se trata de incidência e concentração é importante destacar: o maior número de ocorrências registradas como crimes ambientais ocorreram em 2007, com 109 casos; a maior incidência ocorreu no município de Coronel

¹⁰³ http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_12_2013_15.04.10.1e9aa103a2ed68a7b26acb8f560692a2.pdf

¹⁰⁴ A área de abrangência do pelotão abrange os seguintes municípios: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Bom Jesus, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Galvão, Guatambu, Ipuacú, Irati, Itá, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Tiago do Sul, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Saudades, Seara, União do Oeste, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

Freitas com 38 casos (34,8%), seguido pelo município de Seara, com 15 casos (13,8%) e pelo município de Jardinópolis com 14 casos (12,8%) e; a maior incidência de crimes se concentrou praticamente nos municípios que concentram o maior rebanho da região estudada – Seara (61), Coronel Freitas (57), Xavantina (38), Xaxim (32), Chapecó (27), Cordilheira Alta (20), Xanxerê (17), Arvoredo e Jardinópolis (14), Águas Frias e São Lourenço do Oeste (10), Faxinal dos Guedes, Itá, São Carlos e União do Oeste (9) e Nova Erechim e Novo Horizonte (8). Nos demais municípios o número de ocorrências foi irrelevante (menos de 8) (ZENI, SEHNEM E CAMPOS, 2012, p.15).

Esse mesmo estudo apontou que no geral, houve uma mudança na atitude dos produtores no que se refere a prevenção de acidentes ambientais “[...] sobretudo na observância às leis e normas que regulamentam a atividade, principalmente em relação à gestão dos resíduos gerados”. Com os dados analisados de cada município e durante o período, os autores concluíram que “O número de autuações foi aumentando no decorrer do período, chegando ao seu pico máximo no ano de 2007 com 109 autuações e diminuindo consideravelmente já a partir do ano seguinte, chegando a apenas seis casos em 2010” (ZENI, SEHNEM E CAMPOS, 2012, p.14).

Diante dos problemas que a região enfrenta com a quantidade exorbitante de dejetos que produz, uma das alternativas mais propagadas que vem sendo implantadas por produtores de suínos são os biodigestores. “A produção de biogás é uma atividade de grande potencial energético através do sequestro do gás metano da fermentação dos dejetos de suínos em biogestores” (SOARES, 2013). Segundo o autor, a produção de biogás é uma atividade muito antiga, mas pouco difundida pelo Brasil, devido principalmente aos custos de instalação. Apesar de já podermos visualizar na década de 1980 algumas matérias em jornais¹⁰⁵ que falavam sobre o uso de biodigestores, apenas na década de 1990 ele passa a ter maior visibilidade “[...] através do Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas para a redução de gases” (DUDEK, 2013).

¹⁰⁵Jornal O Cooperalfa, Jornal Elo Cooperativo, Jornal Do Agricultor.

O gás metano produzido pelos dejetos acabou ficando de lado nas discussões sobre as problemáticas ambientais, e ganhou maior importância apenas nos últimos anos. DUDEK aponta em sua pesquisa dados da Agência de Proteção Ambiental Americana (USEPA), que indicam que 14% da emissão global de gás metano provém de atividades agropecuárias. “Por isso o grande desafio das regiões com alta concentração de animais, como a região oeste catarinense, é a exigência da sustentabilidade ambiental, energética e a redução da emissão dos gases do efeito estufa” (DUDEK, 2013).

Apesar de ser uma alternativa comprovadamente eficaz na redução dos impactos ambientais da atividade, por causa da burocracia e dos altos custos, poucas propriedades usam essa tecnologia para transformar a fermentação dos dejetos suínos em energia. A Cooperalfa tem uma experiência que tem tido bons resultados em relação a produção de biogás, mas como é uma atividade recente e não entra no recorte temporal proposto por este trabalho, não nos aprofundaremos¹⁰⁶.

Pensando o lado socioeconômico dos produtores de suínos, a aglomeração cada vez maior da produção e uma redução no número de produtores de suínos acaba concentrando a renda para poucos estabelecimentos e, sobretudo, para as agroindústrias, contribuindo de maneira significativa para aumentar as desigualdades socioeconômicas da população rural do oeste catarinense. Acrescente-se a isso, o prejuízo da maioria dos suinocultores que abandonaram a atividade, muitas vezes, após décadas de trabalho para melhorar estruturas, muitas vezes pagas com juros altos dos empréstimos feitos. Segundo Schneider, que abandonou atividade em 2012, depois de se dedicar a atividade por quase 50 anos, no meio de mais uma crise. “Hoje tenho um capital de R\$ 500mil que está parado não servindo para nada” (2015). Também Luzzi abandonou a atividade devido as constantes crises, além de dívidas que contraiu.

Nós não produzia matéria prima o suficiente aí não podíamos atender a exigência das indústrias de aumentar a produção. Não tínhamos financiamento com juros adequados, o BB tinha dinheiro, mas os juros não eram adequados,

¹⁰⁶Mais detalhes sobre esta experiência em: KLUG, João, FORNECK, Elisandra. Suinocultura no oeste catarinense: do desastre ambiental à busca de equilíbrio. In: Desastres Socioambientais em Santa Catarina. Eunice Sueli Nodari, Marcos Aurélio Espíndola, Alfredo Ricardo Silva Lopes (Orgs.) São Leopoldo: OIKOS, 2015.

porque a atividade era de muito risco, aí ficou difícil, tivemos prejuízo grande num ano e acabamos desistindo. Pagamos até hoje a conta. Vamos deixar para quem pode (LUZZI, 2015).

Décadas de economia e trabalho que muitos suinocultores da região tiveram que abandonar. Alguns conseguiram usar parte da estrutura para bovinocultura de leite, mas muito deles simplesmente abandonaram os galpões. É comum andarmos pelo interior do oeste e nos depararmos com chiqueiros abandonados.

As consequências sociais e ambientais, tanto diretas quanto indiretas, resultado de processo homogeneizador e concentrador da produção de suínos na região oeste de Santa Catarina refletiu em perturbação dos ecossistemas, principalmente da água e do solo, na perda de identidade social das populações rurais mais pobres e num êxodo rural intenso. Apesar de todas estas consequências e da compreensão do quanto esta atividade gerou impactos ambientais,

É essencial, no entanto, evitar anacronismo e a pretensão de que os indivíduos do passado possam ser cobrados em razão de categorias tão modernas quanto são ecologia, sustentabilidade, impactos da ação humana, etc. É preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural. É evidente, como já foi dito, que a questão ambiental só vai aparecer em um momento bastante recente da trajetória humana. Mas pode-se dizer que as relações ambientais já estavam presentes, sendo percebidas, ou não, segundo os padrões culturais de cada período (PÁDUA, 2010, p.96).

Tanto suinocultores quanto agroindústrias trabalharam com o que estava ao seu alcance e conforme o modelo que o mercado exigia. Com todo o impacto ambiental que gerou até a década de 2000, ela foi obrigada a repensar seus modelos de produção, muito mais por pressões externas e de órgão ambientais do que propriamente por consciência ambiental. Legislação essa que no atual momento histórico é uma ferramenta que toda a sociedade – produtores, não produtores e agroindústrias - não tinham e agora possuem para usar na luta por uma atividade que possa ter uma resposta sócio ambiental para a região, como tem no lado econômico.

No modelo que vivenciamos, onde a escala de produção de suínos é dependente das agroindústrias e do fornecimento da alimentação para os animais, temos um grau de mercantilização maior e, conseqüentemente, uma dependência a fatores externos cada vez mais intensa. “Existe uma tendência na intensificação da produção de suínos, onde o aumento da escala de produção é o indicador mais notório. Essa tendência é motivada pelas pressões econômicas (mercado) que buscam a redução de custos e aumento de produtividade” (SILVA e BASSI, 2012, p.141). Muitos produtores sequer possuem área de lavoura onde podem usar os dejetos como adubo, o que acaba comprometendo a qualidade da água, do solo e do ar. Além disso, mesmo quando ele possui depósito de dejetos compatível com o volume produzido, os riscos de contaminação ambiental continuam, pois, um período com excesso de chuvas pode acarretar no transbordo dos reservatórios, e se não possui biodigestores, uma grave contaminação do ar devido a produção do gás metano.

Segundo Mello e Fillippi, Além da dificuldade de manejar adequadamente um volume grande de dejetos, “[...] também é do conhecimento que alguns agricultores fazem uso dos denominados “canos ladrões”, que são instalados por baixo do solo e permitem despejar clandestinamente os dejetos diretamente das esterqueiras para os cursos d’água” (2007, p.7). Aponta Roza que tem um vizinho grande produtor de suínos que “A polícia ambiental já veio várias vezes. Uma época ele tinha manga e soltava no rio, para não ir por cima os açudes, a água ficava bem vermelha” (ROZA, 2015).

Os autores colocam ainda que os problemas vêm sendo percebidos também nas estações de tratamento de água em muitas cidades e impossibilidade do desenvolvimento de um turismo rural.

[...] em muitas estações de tratamento de água da região a poluição com dejetos de suínos vem se transformando em problemas críticos, cujo tratamento para torná-la novamente potável tem apresentando custos econômicos crescentes e, não raro, é necessário interromper o fornecimento de água à população. [...] a poluição do ar causada pela concentração de dejetos suínos, além de estimular a migração rural também compromete qualquer iniciativa de concretização do turismo rural ou do agroturismo, que se constituem em uma das alternativas de diversificação da economia rural e, conseqüentemente, do próprio

desenvolvimento rural. O resultado disso é que a nas comunidades que sofrem os efeitos da poluição do ar causada pela concentração de dejetos de suínos, além de perturbar e causar consequências negativas para a saúde dos moradores, também os impede de desenvolver atividades econômicas alternativas, como o agroturismo, o turismo rural ou a agroindustrialização artesanal (MELLO E FILLIPPI, 2007).

Para Higarashi, Oliveira e Miranda, o pouco desenvolvimento e implantação de tecnologias e práticas ambientalmente equilibradas em sistemas de produção de suínos têm muito a ver com a tardia percepção do real potencial de impacto da atividade no meio ambiente. Ressaltam os autores também que o cenário político do período no qual iniciou-se a maior expansão da atividade suinícola no Brasil; na década de 70, era muito diferente de agora. A postura brasileira frente às questões ambientais era totalmente diversa à atual. Na Conferência de Estocolmo, por exemplo, foi defendida a ideia de que a proteção do meio ambiente era secundária nos países em desenvolvimento, "Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde", como declarou na ocasião o Ministro Costa Cavalcanti (SOUZA, 2005) (HIGARASHI, OLIVEIRA E MIRANDA, 2011, p.271). Apesar da intensa luta de organizações ambientais e alguns órgãos federais em prol de um equilíbrio maior na relação do homem com a natureza, ainda temos muitos ruralistas defensores do progresso em primeiro lugar. Portanto, a luta pelo direito ao meio ambiente saudável está apenas no começo. E se toda a sociedade não for envolvida nesse debate, a tendência é que não mude muito o quadro da suinocultura na região.

A atividade de criação de suínos, que antes estava presente em quase todas as famílias como garantia de proteína e muitas vezes de complemento de renda, passou a partir dos anos 1990, a se limitar a alguns produtores mais capitalizados. Passamos de uma “era” de produção tradicional para uma “era” de produção intensiva, e hoje se faz presente a “era” do bem estar animal.

A reestruturação da produção de suínos no Oeste de Santa Catarina acarreta para toda a sociedade custos econômicos e ambientais altíssimos, enquanto grande parte dos lucros são aspirados por poucas grandes agroindústrias. Essas empresas anunciam todos os anos milhões em lucros e os produtores enfrentam constantes crises, onde os custos

superam as receitas. Considerada uma das atividades mais importantes do estado e responsável pela geração de milhares de empregos, cabe aqui questionar até que ponto a atividade contribui para o desenvolvimento da região, já que os maiores beneficiados são os grandes produtores e as agroindústrias.

A comparação dos benefícios e custos ambientais/sociais da modernização da atividade tem estado numa balança que pende mais para o desastre do que para o desenvolvimento. Os custos ambientais são jogados nas costas dos produtores e da sociedade, e qual seria o papel das agroindústrias, uma vez que elas representam um pilar importante desse sistema? É necessário que as tecnologias ambientais estejam mais ao alcance dos produtores, principalmente os de menor porte, e que compensações sejam dadas em troca dos usos dessas tecnologias que diminuem muito os impactos da atividade. Num momento de crise energética como vivemos no ano 2015, a geração de gás nas bioesterqueiras poderia ajudar bastante na diminuição do uso de energia elétrica ou outras formas de energia mais caras. Mello e Filippi levantam o seguinte questionamento

Uma estratégia fiscalizadora mais rígida de controle ambiental não pode acelerar o desenvolvimento de tecnologias que buscam a correção dos efeitos negativos do sistema produtivo apenas no final do processo, como é o caso do desenvolvimento de bioesterqueiras, tanques de decantação, cama de palha, etc. e que estão sendo pesquisados pelas instituições de pesquisa da região? (MELLO E FILIPPI, 2007).

Hoje a suinocultura já tem diminuído seus impactos, mas tem um longo caminho pela frente, principalmente no que se refere ao que alguns autores questionam: é apenas o processo final da produção que polui? E a poluição ambiental com agrotóxicos para a produção dos grãos que alimentam os animais? E a queima de combustível para transporte destes animais e da carne para os mercados consumidores? É toda uma cadeia produtiva envolvida num processo que não tem volta, mas poderia olhar conjuntamente para o problema e buscarem soluções possíveis para diminuir os impactos da atividade. Uma nova relação dos homens com o meio ambiente se construiu a partir da expansão capitalista. Com isso, como resultado da exploração agropecuária intensiva, desrespeitando muitas vezes os limites físicos do solo, bem

como a legislação ambiental vigente, ocorre na região uma sobre exploração dos recursos naturais, refletindo-se na poluição das águas e do solo. Essa poluição impede o desenvolvimento do turismo na região, devido ao constante mau cheiro dos dejetos, além de estar aumentando a cada ano os gastos com o tratamento da água para o consumo humano, bem como com despesas médicas para tratar doenças oriundas da qualidade das águas e transformações do ecossistema (como a proliferação de borrachudos).

A concentração da atividade suinícola e consequente impacto ambiental afeta a sociedade como um todo e todos os atores envolvidos no uso dos recursos naturais devem cobrar respostas efetivas para o problema. A partir do momento em que não apenas os produtores forem responsabilizados, mas toda uma sociedade exigir outro modelo de produção, talvez possa haver uma diminuição efetiva dos impactos da atividade.

4.4 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E OS AGROTÓXICOS

Como já mencionamos, o século XX foi testemunha de uma revolução tecnológica nunca antes presenciada. Tanto para o bem quanto para o mal, as tecnologias revolucionaram a vida de comunidades no mundo inteiro. Para WHITE,

no século XX, a tecnologia se tornou o receptáculo de nossas esperanças e nossos demônios. Boa parte da tecnologia que hoje condenamos foi uma vez portadora das esperanças para uma ligação mais próxima e íntima com a natureza. Com o passar do tempo, a mesma tecnologia transferiu-se de uma categoria para outra (WHITE, 2013, p.487).

Um dos grandes exemplos de tecnologias que foram vistas como a “salvação das lavouras” é hoje questionada por suas consequências ao meio ambiente: os agroquímicos. Após a segunda Guerra Mundial, se propagava em todo o mundo um modelo novo de agricultura. Empresas de armamentos e produtos químicos, para evitar falências, reformularam suas indústrias e seus processos industriais: quem antes fabricava tanques bélicos passou a fabricar máquinas e implementos agrícolas e em vez de gás mostarda, passou-se a fabricar agrotóxicos.

Com isso, se espalhou por toda a Europa e Estados Unidos um novo modelo de agricultura, chegando ao Brasil em torno da década de 1950, com a conhecida “Revolução Verde”. Fomentada pelos Estados Unidos, AIA e Fundação Rockefeller, e apoiada pelas políticas de desenvolvimento do regime militar brasileiro, o novo modelo agrícola expandiu sua fronteira agrícola para o Norte e Centro Oeste, transformando o Brasil num dos grandes celeiros mundiais de alimentos. Isso passou a atrair muitas empresas internacionais ligadas a indústria de commodities. O Brasil foi o local ideal que a maioria delas encontrou para ganhar fortunas, passando estas empresas a ser responsáveis também por grande parte da degradação ambiental de todo um ecossistema.

A Revolução Verde transformou o processo tradicional de produção agrícola com a inclusão de novas tecnologias, objetivando a produção extensiva de commodities agrícolas. O pacote agrícola criado para essa nova forma de produção inclui o uso intenso de agrotóxicos, com a finalidade de controlar pragas¹⁰⁷ e ervas daninhas e aumentar a produtividade das lavouras.

O projeto desenvolvimentista brasileiro não poupou solos, nem água e muito menos as florestas. Nem mesmo após a primeira conferência mundial da ONU que debateu as questões ambientais que se apresentavam fizeram o governo brasileiro começar a refletir sobre o tema. Muito pelo contrário. “A ideia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato do governo, e até da ditadura, e de extinção da natureza” (DEAN, 1996, p.281). Segundo o autor

Os militares e seus simpatizantes reagiram com arrogância diante das questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972. Suspeitava-se que os países industrializados haviam inventado mais um obstáculo à elevação do Brasil aos seus quadros, e

¹⁰⁷ Para Zanini “Quando você concentra alguma coisa, automaticamente você atrai pragas. A medida que você concentra uma população, você aumenta os problemas. Outra coisa, se tinha as áreas de escape, de mato, que não tem mais” (2015).

especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois. O representante do governo na conferência apresentou uma fórmula populista dissimulada a qual constantemente seria repetida: “A pior forma de poluição é a pobreza” (DEAN, 1996, p.307).

O apoio do Estado brasileiro para financiar uma agricultura de grandes escalas foi primordial para aumento do uso de agroquímicos. Eles prometiam o fim das pragas e aumento de produtividade dos solos que se desgastavam com o desmatamento das coberturas verdes e uso intensivo. As pesquisas de Wright sobre o processo de modernização agrícola no México a partir da década de 1940 mostram que

a agricultura comercial tornou-se profundamente dependente do emprego regular de fertilizantes e pesticidas, enquanto na agricultura de subsistência e no mercado local a dependência dos agricultores ignorantes em relação aos agroquímicos era pontual, limitada, numa considerável medida, pelos custos elevados dos químicos (WRIGHT, 2012, p.154).

Para o autor, a trajetória da agricultura do século XX no México foi marcada peladegradação dos solos e uso de pesticidas sintéticos. O México, em acordo com o governo americano e a Fundação Rockefeller elaboraram um programa de pesquisa agrícola que ficou conhecido no mundo todo como Revolução Verde. “A irrigação de “novas terras” e o uso de pesticidas tornaria possível criar uma nova classe de empresários agrícolas que administraria as dimensões do crescimento agrícola do país” (WRIGHT, 2012, p.161).

No Brasil não foi diferente. Os maiores beneficiados desse processo foram os grandes produtores, ou os melhor capitalizados, que poderiam atender mais rapidamente ao projeto de modernização. Uma classe agrícola que governava há muito tempo, mas que com a modernização fortaleceu seu poder e sua influência sobre o destino da

nação. Mas os pequenos agricultores não foram deixados de lado totalmente: vários projetos de nível estadual tiveram foco nas pequenas e médias propriedades, objetivando inserir também esses produtores no novo modelo agrícola. No caso de Santa Catarina, a ACARESC fomentou esse projeto, levando crédito farto e orientação técnica a todo o Estado, com o objetivo de promover um aumento de produtividade dos agricultores. A exaltação e incentivo ao uso de agroquímicos foi uma das medidas para combater a baixa produtividade dos solos catarinenses considerados desgastados pelo uso humano intensivo.

Pode-se inferir que a ação da extensão rural no Estado contribuiu significativamente para o aumento tão brutal do uso de agrotóxicos, comparativamente ao Censo de 1950. É importante mencionar também que, pela primeira vez nos censos agropecuários do IBGE, o termo "defensivo" é utilizado (IBGE, 1975, p. 26), posteriormente substituído por agrotóxico, apesar de continuar sendo utilizado até hoje pela Indústria do setor ou por seus defensores (CARVALHO *et. al.* 2009).

O que se desenhava naquele momento, década de 1960 e 1970, era uma grande dependência externa tanto de adubos, corretivos e agrotóxicos. No mercado desses produtos, o capital externo tinha uma hegemonia quase total da venda no Brasil,

[...] responsabilizando-se por cerca de 80-90% da sua produção. Em 1975 foi aprovado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, visando incentivar a produção nacional e suprir a demanda interna de defensivos. Segundo esse Programa, a contribuição nacional crescia de 22% em 1974 para quase 50% em 1980, e dele participariam tanto o capital externo, quanto o privado nacional e o estatal. Das 24 principais empresas vinculadas à produção de produtos químicos para a agricultura em 1979, havia cerca de 20 com controle acionário estrangeiro (11 norte-americanas, três alemãs, duas suíças, duas japonesas), uma com controle acionário estatal e cerca de três com controle

acionário do capital privado nacional
(CORADINI, 1982, p.37).

A preocupação com a dependência externa em relação a maioria dos produtos se baseava no aumento do consumo. Segundo Coradini, a segunda metade do século XX demonstrou um grande crescimento no consumo de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes. Conforme Mazoyer e Roudart, no início de século XX, o consumo mundial do “nitrogênio (N), o ácido fosfórico (P2O5) e o potássio (K2O) – não alcançava 4 milhões de toneladas de unidades fertilizantes; em 1950, esse consumo ultrapassava pouco mais de 17 milhões de toneladas e, ao final dos anos 1980, saltou para 130 milhões de toneladas” (MAZOYER, ROUDART, 2010, p. 430). No Brasil,

Entre 1965 e 1974, o consumo aparente no Brasil aumentou em 581%. Durante esse período as regiões Norte e Nordeste mantiveram sua participação estagnada em cerca de 8/10% do consumo nacional, o Leste e o Centro-Oeste, conjuntamente, diminuíram sua participação relativa de 77% para 62%, enquanto a participação do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em boa medida como resultado do incremento da produção de trigo e soja, elevou-se de 13% para 30% do consumo, no período (CORADINI, 1982, p.37).

Em Santa Catarina, segundo Paulilo, que aponta dados do CEPA (1984), “entre 1960 e 1980, o uso de fertilizantes em todo o Estado, cresceu 3000%” (PAULILO, 1990, p.64-65). O IBGE aponta que entre os anos de 2002 e 2011, o consumo de fertilizantes no Brasil subiu de 491 milhões de litros para 674,3 milhões. Sobre a venda de agrotóxicos, até a década de 1990 os dados são bem esparsos. Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, incluindo autorização de uso de vários que estão proibidos em outros países. Conforme dados do IBGE, entre os anos de 2002 e 2011, o consumo de pesticidas saltou de 599,5 milhões de litros para 852,8 milhões. Desde a década de 1970, e mais intensivamente a partir da década de 1990, ONGs, órgãos e saúde e a população em geral vem denunciando casos de mortes por intoxicações, intoxicações agudas que causam doenças e contaminação do solo e da água pelo uso indiscriminado de agroquímicos da agricultura. “Entre 1977 e 2006 o consumo de agrotóxicos expandiu-se,

em média, 10% ao ano, de forma que o Brasil esteve, desde meados dos 1970 até 2007, entre os seis maiores consumidores de agrotóxicos do mundo” (TERRA, 2008 apud TERRA e PELAEZ, 2009).

No Brasil, até a promulgação Lei 7.802, que ficou conhecida como Lei de Agrotóxicos, não havia nada de muito concreto em relação a regulamentação de uso, venda e prescrição de agrotóxicos. Essa lei é considerada uma das mais exigentes leis de agrotóxicos do mundo, mas devido a pressões, teve várias portarias revogadas e simplificadas, principalmente no que concerne o registro de novos produtos.

Em Santa Catarina, a primeira Lei Estadual de agrotóxicos foi criada em 1984 e regulamentada em 1985. Naquele momento, o artigo 10 já mencionava a proibição da venda e uso de vários agrotóxicos que até então eram usados livremente na agricultura.

Art.10 – Fica proibida, em todo o território do Estado de Santa Catarina, a utilização, comercialização e distribuição de agrotóxicos, pesticidas e biocidas a seguir relacionadas: ALDRIN, BHC (hexaclorociclohexano), DDT, ENDOSULFAN, ENDRIN, HEPTACLOLO, LINDANE, METOXICLOLO, NONACLOLO, PENTACLOLOFENOL, CAMPHECLOR (Toxafene), CLOROBENILATE, DODECACLOLO (SANTA CATARINA, 1985).

Essa lei passou a atribuir a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento a orientação do uso correto dos agrotóxicos aos agricultores, pois até então, não havia regulamentação quem deveria orientar o uso dos mesmos. Apesar dessa lei, um trabalho mais intenso passou a ser visualizado apenas com a regulamentação da lei nacional de agrotóxicos em 1989, a qual a Lei estadual ficou subordinada.

Em Santa Catarina, em junho de 1984, o jornal *Elo Cooperativo* discutia em uma reportagem a problemática de intoxicação por agrotóxicos que acontecia em todo o estado. E acusava os produtores rurais: “Os produtores rurais estão intoxicando homens, animais e plantas, pelo uso errado de produtos químicos, conhecidos por “defensivos agrícolas””. Mas complementa indicando o motivo da “má ação”: “A falta de preparo do agricultor para manejar os produtos; inexistência de informações técnicas sobre sua toxicidade (a força do veneno); qualquer um compra e aplica; a falta de eis e fiscalizações mais sérias sobre a questão” (ELO COOPERATIVO, junho de 1984). A

reportagem antecedeu a aprovação de Lei de Agrotóxicos de Santa Catarina no final de 1984 e discutiu a importância da mesma para um maior controle do uso abusivo dos agrotóxicos no estado. O texto traz dois exemplos graves de intoxicação e morte por mau uso de agrotóxicos em Santa Catarina e aponta, inclusive, alternativas para o manejo de pragas que podem atacar as lavouras. O mesmo jornal, após essa data, publicou algumas reportagens falando sobre o abuso no uso de agrotóxicos nas lavouras e seus danos para a natureza e a saúde humana. Mas não temos conhecimento de campanhas de conscientização intensivas que tenham sido feitas tanto pelos órgãos estaduais quanto pelas empresas e cooperativas no sentido de orientação técnica sobre o uso desses produtos.

Conforme Carvalho (*et.al.*2009), a análise dos dados fornecidos pelo CIT (Centro de Informações Toxicológicas) de Santa Catarina no período de 1986 a 2008 demonstra o crescimento de intoxicações por agrotóxicos em SC. Em 1985, foram 22 casos de intoxicação registrados; em 2002, esse número já havia crescido para 822 pessoas contaminadas (entre as 822, houve 15 óbitos) (CARVALHO, *et.al.*, 2009)

Além dos dados coletados pelo CIT/SC, existem outros estudos sobre o uso de agrotóxicos como o realizado em 1990 pela EMATER-SC/ACARESC que envolveu 7.597 agricultores, que recebiam orientação sobre manejo de agrotóxicos da fumageiras (32,9%) e da extensão rural (28,1%), via ACARESC. Neste estudo, apenas 26,5% dos entrevistados utilizavam receituário agrônomo e 38,4% abandonavam a embalagem na lavoura. Outros questionamentos aplicados no mesmo estudo mostraram que 92% dos informantes consideravam o agrotóxico perigoso, mas mesmo assim 57% aplicavam o produto sem equipamento de proteção individual. Os informantes revelaram ainda que 84% deles já tinham sido intoxicados em decorrência da exposição durante as pulverizações a campo. No mesmo documento consta que 201.706 estabelecimentos “utilizavam alguma forma de agrotóxico no setor agrícola” (ICEPA, 1990/91, p.14-15). Os números acima demonstraram a ausência das campanhas do sistema de extensão e das empresas produtoras de agrotóxicos, bem como a negligência dos

agricultores, quanto as medidas de segurança no uso destes produtos. Tanto o incentivo quanto a falta de precaução no uso de agrotóxicos constatado em SC, está plenamente de acordo com as receitas da revolução verde (CARVALHO, *et.al*, 2009).

Apesar das intoxicações, e de muitos defensores de uma agricultura livre de agrotóxicos, “na maioria das vezes considerava-se que apenas seria necessário tratar os agrotóxicos com mais seriedade, apostando que seria suficiente regulamentar e disseminar o "uso correto"” (CARVALHO, 2004). Essa era a defesa de Casagrande.

Particularmente eu sempre fui adepto das tecnologias, então eu trabalhei muito em prol do uso adequado, porque eu sei que foi um momento que havia muitas controvérsias, de que não deveria-se usar porque isso aí ia prejudicar todas as lavouras, ia prejudicar as pessoas, então, havia essa corrente também que vendia essa ideia que isso seria só prejudicial, não teria benefícios. Nós tínhamos que trabalhar e trabalhar o conceito de que poderia vir a ser prejudicial se nós não utilizássemos adequadamente (CASAGRANDE, 2015).

Esse foi o objetivo da campanha que a Cooperalfa criou em 1996, como analisaremos a seguir. A cooperativa, como parte do projeto de modernização da agricultura, também incentivou o uso destes produtos para a melhoria da produtividade de seus associados. Como em tantos outros casos, chegou o momento em que seus associados passaram a sofrer os efeitos do uso inconsequente dos agroquímicos. Pressionada também por legislações estaduais e federais, a cooperativa em 1996 lança um programa que visava orientar os associados para melhor uso desses produtos, sem prejuízos graves à saúde. Não era uma campanha para não uso dos “defensivos agrícolas”, apenas o combate ao mau uso, como os técnicos fazem questão de ressaltar, pois os consideravam tecnologias boas e necessárias para uma melhor produtividade no campo.

4.3 “Amor a saúde, a natureza e aos lucros”: o projeto de combate ao mau uso de agrotóxicos da Cooperalfa

Uma das primeiras denúncias de repercussão mundial sobre o abuso no uso de agrotóxicos no mundo foi a publicação em 1962 de “Primavera Silenciosa”, da bióloga norte-americana Rachel Carson. Essa publicação despertou uma consciência ambiental planetária que até então não havia sido conseguida.

No Brasil, na década de 1980, vários jornais em todo o país veiculavam matérias sobre o uso de agrotóxicos e os danos ao meio ambiente e a saúde das pessoas. Isso ajudou a despertar a consciência da população para uma regulamentação do seu uso. O Jornal da Produção, bastante difundido entre as cooperativas de Santa Catarina, em uma das suas primeiras referências ao uso de agrotóxicos, publica uma charge (Figura 19) em que ironiza uma suposta intoxicação sofrida por um grupo de pessoas.

Figura 19 - Jornal da produção, primeira quinzena de dezembro de 1978



Fonte: CEMAC

Apesar de crítica, o jornal não trazia quase nenhuma reportagem sobre agrotóxicos. O jornal que foi sucessor deste, Jornal do Agricultor, também fez pouca menção a esta questão. Tinha sim, praticamente todos os meses, propagandas de agroquímicos (principalmente herbicidas e adubos). Já o Jornal Elo Cooperativo, passou a fazer algumas reportagens sobre o abuso no uso destes produtos na agricultura catarinense, e como citado anteriormente, fez algumas discussões sobre a legislação catarinense e a discussão sobre a legislação brasileira que

estava em debate. Fazia inclusive denúncias em relação as multinacionais, que estariam apenas interessadas em vender os produtos. Numa reportagem de outubro de 1984, um dos agricultores entrevistados aponta: “Quem fabrica os venenos e os aparelhos de proteção não querem ir lá na roça sentir o cheiro” (ELO COOPERATIVO, outubro de 1984). O mesmo texto denuncia ainda que os equipamentos de proteção são muito desconfortáveis de usar e que “Quando alguém se contamina, é culpa do agricultor – e, nunca da violência do “defensivo” (como costumam chamar os agrotóxicos) ou da pobre engenhoca que inventaram para protegê-lo”.

No mesmo jornal, numa reportagem de agosto de 1985, é citado e criação do CNPDA - Centro Nacional de Pesquisa de Defensivos Agrícolas em 1982 e como este órgão poderia auxiliar na reguamentação dos agrotóxicos do Brasil, pois sua maioria estava nas mãos de multinacionais “que detinham o monopólio de informações armazenadas em suas fábricas nos países das suas matrizes e transferiam agrotóxicos e equipamentos utilizados naqueles países, todos de clima frio, para uso no Brasil, de clima tropical” (ELO COOPERATIVO, agosto 1985). Depois desta data, o jornal também não publicou mais reportagens sobre o tema até 1993, quando encerra a circulação.

Os três jornais citados eram distribuídos nas cooperativas de Santa Catarina, em média de 10 a 15 mil exemplares mensais. Em 1988, a Cooperalfa cria seu próprio jornal. Na segunda edição, em julho de 1988, publicou uma reportagem com o título “Aprenda a manusear agrotóxicos”, onde dava dicas para os associados lidarem com esses produtos para diminuir os riscos de contaminação humana e ambiental. Orientava também “Enterrar as sobras dos defensivos para que os animais, alimentos ou água não sejam contaminados”. No caso das embalagens vazias, a indicação era de inutilizar e enterrar. “As de papel e papelão queimadas, e as cinzas enterradas” (JORNAL DA COOPERALFA¹⁰⁸, julho 1988). Como podemos visualizar, indicações que eram tidas como atitudes que poderiam diminuir contaminações, eram altamente nocivas a natureza, e no caso da queima das embalagens, perigoso inclusive para as pessoas.

Em dezembro de 1989, o jornal divulga texto sobre a publicação da Lei Nacional de Agrotóxicos e os pontos que passou a contemplar, mas sem fazer uma análise crítica do referido tema, nem a favor, nem contra. Somente em 1992 é que o jornal volta a publicar sobre o tema.

¹⁰⁸Iniciou o nome como Jornal da Cooperalfa e anos mais depois mudou para Jornal O Cooperalfa.

“Agricultores intoxicados em Marema” é o título da reportagem. O texto apontava que pesquisas da EPAGRI e Cooperalfa indicavam que havia altos índices de intoxicação de agricultores por agrotóxicos em Marema, município onde a Cooperalfa atuava.

Com a participação da Unidade Sanitária de Marema, foram realizadas 225 testes de colinesterase, a partir da coleta de sangue dos agricultores. Os dados revelam que 11% estão gravemente intoxicados e urgentemente foram encaminhados para exame médico; 63,5% estão com intoxicação média e 22,6% apresentam leve intoxicação. Apenas 3% não apresentaram intoxicações pelos produtos à base de carbamatos e fosforados (JORNAL DA COOPERALFA, agosto 1992).

Ao analisar o resultado dos exames, a cooperativa aponta que a maior culpa é dos agricultores, pois “São raros os agricultores que observam a classificação toxicológica dos produtos, antes de utilizá-los”. Além disso, “outro problema, é a pouca utilização, por parte dos agricultores, de proteção durante a aplicação, dos agrotóxicos, sem contar o exagero nas dosagens, contrariando as recomendações dos fabricantes” (JORNAL DA COOPERALFA, agosto 1992). A cooperativa se defende dizendo que frequentemente realiza encontros para orientação de uso dos agrotóxicos, mas que a participação é baixa. “Mesmo quando não são realizados encontros técnicos orientando sobre o uso e cuidados com agrotóxicos, o agricultor não deve agir infantilmente ou ingenuamente” (JORNAL DA COOPERALFA, agosto 1992). Na fala do agricultor Luzzi, notamos uma incorporação dessa “culpa” do produtor, quando ele afirma que “Pelo conhecimento que se tem hoje, nós era muito ingênuo na época. Se usava até produto inadequado e a proteção inadequada” (LUZZI, 2015)

Como podemos perceber, a culpa da falta de informação sobre o uso desses produtos é imposta ao agricultor, apesar da cooperativa, desde 1989, não ter feito nenhuma campanha efetiva sobre o tema. O jornal, por exemplo, que era uma grande fonte de informação para o associado, ficou anos sem mencionar o assunto em suas pautas. Apenas com o caso de Marema voltou a tratar sobre o tema.

Mas as intoxicações não foram apenas problema da década de 1990. Segundo um dos médicos do programa de saúde da Cooperalfa, do qual falaremos no próximo capítulo, no início da década de 1980 já havia casos de intoxicação, mas não eram conhecidos os sintomas. Por

isso, só mais tarde os médicos chegaram à conclusão de que alguns problemas de saúde apresentados pelos associados na época estavam relacionados ao uso de agrotóxicos.

Naquela época, havia muita intoxicação crônica: intoxicação aguda é fácil, o cara chegava tonto, vomitava e tal. O problema é que tinha muita gente, depois a gente foi analisando, que usava carbamatos e [fosforados](#), que expõe os nervos. Porque o depósito desses agrotóxicos é nos nervos periféricos, tinha muita gente que tinha tremor digital, muita gente achava que era por carência de álcool, e era por causa da desmineralização. A queixa comum que as pessoas não associavam, ahhh, tô com as carnes doídas, meu corpo dói inteiro, era por causa do agrotóxico acumulado que a pessoas não se dá conta de que ele acumula. Xaxim, Xanxerê que se plantava fumo, era pior, onde tinha muita gente doente. Inclusive grandes suspeitas de hepatites químicas (MÉDICO I, 2013).

De acordo com o técnico agrícola Correa, o uso mais intenso de agrotóxicos passou a ser percebido por ele a partir do final da década de 1970, quando “começaram a aparecer os Gesaprim e Gesatop, controladores de folha larga e estreita usado no meio do milho, daí o pessoal começou a descobrir, meu, viram que passava no meio, matava os mato e ficava o milho, tá descoberta a estrada da mina” (CORREA, 2015).

O crédito rural foi fundamental para aumentar o uso de agroquímicos. Na Cooperalfa, o crédito era liberado para financiamento das lavouras, mas com a condição de que certo percentual do valor fosse gasto com insumos agrícolas. A grande dependência em relação aos financiamentos para custear as lavouras fazia com o produtor investisse em agroquímicos, pois eles “garantiam” a produtividade e isso assegurava que o empréstimo pudesse ser pago.

MENASCHE, ao falar sobre a visão dos agricultores sobre uso de agrotóxico em famílias agricultoras em localidades do Rio Grande do Sul, relata que “A utilização de agrotóxicos na produção agrícola parece ser percebida por esses agricultores não apenas como necessária, mas como condição de viabilidade da atividade. Assim, “se não é prá passar veneno, não adianta nem plantar”” (MENASCHE, 2005, p.77). Também

em seu estudo sobre os produtores de vinho da serra gaúcha, Santos demonstra que “[...] o herbicida desempenhou o papel de poupar força de trabalho, pois, deixando limpo o solo debaixo da parreira por longo tempo, dispensa a lavragem e a capina” (SANTOS, 1978, p.58).

Ao ser questionado sobre a diminuição do trabalho com o uso de agrotóxicos, Correa, técnico que atua na Cooperalfa desde 1976, argumenta que “com a migração, não tendo mão de obra, tornou-se necessário. Não tem mão de obra, apareceu um paliativo, o agrotóxico. Em vez de pagar quatro cinco para me carpir a lavoura, usar o agrotóxico, é uma coisa bem conclusiva, uma coisa lógica, obvia digamos”. Outro técnico, Zanini, defende a mesma posição de Correa.

O apelo a diminuição do trabalho influenciou muito no aumento do uso de agrotóxicos. Antigamente se vendia muita enxada na Alfa, até se brincava, se passar o herbicida e não resolver, passa o “enxadox”. Tudo isso veio para ajudar o produtor, aquela atividade com enxada não era fácil lidar, aqui a topografia não ajuda, a terra era arada a boi, que era um crime que se fazia, mas era a alternativa da época. Então se você conseguisse passar um produto que controlasse as plantas daninhas, as plantas invasoras, e não precisasse estar toda hora ali carpindo, isso vinha a somar muito, se ganhou tempo, se ganhou produtividade com isso. É um processo que não adianta você ser contra, foi a solução que a gente tinha na época. Com a criação do programa, Alfa não estava se preocupando só em vender na época, mas com a saúde dos produtores (ZANINI, 2015).

O agricultor do interior de Xaxim, Daniel Trentin, também aponta os agrotóxicos como facilitadores do trabalho braçal “Para fazer limpa é bom, para a saúde não sei. Antes tinha que carpir tudo e não é fácil. Hoje faz 15, 18 20 hectares num meio dia. O trigo levava 20 a trinta dias para colher 150 sacos, hoje com máquina leva meio dia. O veneno e a máquina ajudou bastante” (TRENTIN, 2015). Também Luzzi veja vantagens em relação à redução do trabalho, além do aumento da produtividade.

O uso dos defensivos veio ajudar, o uso de adubos e fertilizantes veio ajudar na produção. Antes colhia 60 70 sacos de milho e achava que tava bom, hoje colhe 150 180. Claro que se investe mais, mas é mais mecanizado, imagina a mão de obra que precisava, hoje nem mão de obra tem mais. O defensivo ajuda porque você faz o trato da lavoura e depois vai fazer outro serviço enquanto naquele tempo você tinha que ir dias e dias fazendo a mesma coisa, carpir, lavrar, bater de enxada, colocar o adubo no pé do milho, colocava ureia de punhadinho na planta (LUZZI, 2015).

Conforme Zanini, no início dos anos 1990 a EPAGRI alertava que “poderiam haver muitos casos de mortes causadas por câncer ou outras doenças por mau uso de agrotóxicos. Mas nunca teve um estudo que comprovasse isso. Nossa preocupação era com a saúde do produtor, pois começamos a aumentar a venda do produto” (ZANINI, 2015). Para Casagrande, veterinário da Cooperalfa em 1996 quando foi criado o projeto dentro da Cooperativa, atuava como gerente técnico. Para o mesmo, a cooperativa percebia que “a tecnologia do uso dos defensivos, também conhecidos como agrotóxicos, eram eminente e cada vez mais passaria a ser utilizada dentro das propriedades” (2015). Segundo o gerente,

Campanhas massivas de uso dessa tecnologia, campanhas massivas de uso de defensivos agrícolas, a necessidade de aumentar o plantio, de buscar mais produtividade fez com que os próprios produtores fossem buscando isso. A cooperativa tentando atender essa demanda de mercado, as empresas que atuavam nesse setor também desenvolvendo a cada ano mais opções (CASAGRANDE, 2015).

Analisando apontamentos dos entrevistados, podemos perceber que o objetivo da Cooperalfa ao criar um projeto de combate ao mau uso de agrotóxicos em 1996, foi orientar para evitar os casos de contaminação humana em primeiro lugar, e também da contaminação do meio ambiente. Questionada sobre a criação do programa para atender também a uma legislação específica, Casagrande afirma que não era o foco. “Talvez até já tivesse uma legislação escrita, mas que na prática

não era considerada, e ainda numa época em que as legislações eram muito incipientes nesse segmento de preservação ambiental, de preservação da saúde humana [...]”. O ponto central do trabalho se baseou “[...] na evidência daquilo que a gente via do risco que as pessoas estavam correndo e tentar fazer com que a gente pudesse amenizar essa situação e preservar os nossos produtores, minimizar os riscos dos nossos produtores” (CASAGRANDA, 2015).

Em nenhum momento se pensou em questionar o uso desses, como afirma Zanini, médico veterinário da Cooperalfa.

Começamos a fazer uma bateria de reuniões de conscientização principalmente para o agricultor se proteger, para ele usar corretamente. Em nenhum momento fomos contra os agrotóxicos. Desde aquela época tínhamos uma ideia de que o agrotóxico é uma ferramenta, não adianta ir contra, é uma coisa que vai ser utilizada, o produtor quer uma facilidade, em virtude da pouca mão de obra que existe. Se ele for bem conduzido, bem diluído, tendo os cuidados necessários, dá para conviver com o agrotóxico, e ter resultados nas suas safras (ZANINI, 2015).

Essa visão utilitária era também dividida por Casagranda, que via os agrotóxicos como uma das tecnologias que tinha vindo para facilitar a vida dos produtores. O projeto tinha a função de orientar o uso, “E essa era nossa principal meta, nossa principal busca, usar sim, mas usar de maneira adequada, dentro da recomendação técnica e usando equipamento de proteção individual” (CASAGRANDA, 2015). Ao ser lançado, o gerente técnico definia assim o projeto:

Para nós na época era evidente que a tecnologia do uso dos defensivos, também conhecidos como agrotóxicos, era eminente e cada vez mais passaria a ser utilizada dentro das propriedades. Infelizmente percebemos que a adoção de tecnologias não veio acompanhada dos devidos cuidados e orientações necessárias para preservar o bem estar, a saúde das pessoas. E isso foi algo que nos intrigou naquele período. Já que a utilização passou a ser constante dentro das propriedades, então que se utilizasse de maneira adequada. Se trabalhou muito a preservação do

meio ambiente, mas principalmente buscando a preservação da saúde das pessoas que manuseassem (CASAGRANDA, 2015).

Na reportagem de capa junho de 1996, que anunciava o início do projeto, como podemos visualizar na Figura 20, consta que mais de uma dezena de empresas fornecedoras de defensivos agrícolas participaram do projeto. No mês de junho de 1996, a Cooperalfa planejava realizar 59 eventos, um encontro por filial. Demonstrava o jornal que “Dois temas básicos serão expostos e debatidos nos encontros: Tecnologia de Aplicação de Herbicidas pré e pós emergentes, e prevenção de intoxicação através do Uso Adequado de Agrotóxicos” (O COOPERLFA, junho 1996). Segundo o Jornal, as empresas que participaram do projeto foram: Basf, Dow Agrocienses, Bayer, Defesa, Agrevo, Sipcam, Monsanto, Ciba Geygi, Iara Bras, Herbitécnica, Cyanamid e Zêneca.

Figura 20 - Jornal O Cooperalfa, junho de 1996



Fonte: CEMAC

Para Casagrande, a participação dessas companhias foi fundamental. Segundo o veterinário, as empresas não haviam feito antes

uma campanha porque “não se exigia essa demanda deles” e seu foco maior era comercializar. Além disso, “não vinham muito para nossa região porque era uma região com pequenas propriedades, então em termos de quantidades por unidade produtiva era muito diferente do que o Centro Oeste do Brasil e do Paraná, então não era foco aqui vir trabalhar muito” (CASAGRANDA, 2015). Quando foram chamadas para participar, segundo Casagranda

E elas não se omitiram. Todas que foram demandadas abraçaram a causa conosco, traziam profissionais gabaritados para nos auxiliar em termos de conhecimento, em termos de preparação da nossa equipe, para que nossa equipe tivesse mais amparada quando fosse a campo fazer o trabalho e muitas dessas companhias contribuíram até financeiramente para que o trabalho fluísse. Ajudando a cooperativa em termos de organização, em termos de custos, porque todo esse trabalho tinha custos, não era de graça. Os técnicos das empresas participavam conjunto com os técnicos da cooperativa nas reuniões (CASAGRANDA, 2015).

A partir das falas do veterinário, podemos perceber como a região tinha prioridade menor para as empresas vendedoras dos agrotóxicos, se comparada a outras regiões que consumiam mais seus produtos. Mas, por ser a Cooperalfa um bom cliente, apesar das pequenas propriedades, não era interessante para as empresas que a “boa fama” de seus produtos fossem “jogados na lama”, caso passassem a haver muitos casos de intoxicação e de morte. Por isso era do maior interesse deles investir em campanhas de prevenção, para que seus produtos continuassem e ser usados, e quem sabe, com uma “boa explicação” sobre os efeitos dos produtos, poderiam aumentar as vendas (o que realmente aconteceu depois).

Em julho de 1996, o jornal apresentou os números dos encontros de junho, onde apontava que haviam participado três mil produtores (eram cerca de 10 mil associados naquele momento) de 23 municípios. No jornal de outubro do mesmo ano, o gerente de assistência técnica Dilvo Casagranda, um dos coordenadores do projeto, avaliou a participação como tendo sido baixa, em torno de 30% do quadro social. A reportagem alegava que havia uma preocupação com a crescente no consumo dos defensivos

O volume de defensivos comercializados pela Cooperalfa dobrou nos últimos três anos e somente em 1995 foram utilizados cerca de 230 toneladas de defensivos. A previsão é que o consumo aumente nos próximos anos, principalmente com a utilização da técnica do plantio direto onde os defensivos são indispensáveis (O COOPERALFA, julho 1996).

E esses números só foram aumentando, principalmente com a ampla disseminação da técnica do plantio direto nos anos seguintes, que resolveu o problema da erosão do solo, que era considerado “a lepra da terra”, mas criou outro da mesma intensidade: a contaminação das pessoas e do meio com agrotóxicos. “Depende de cada propriedade, mas o uso de dessecantes realmente veio pesado com o plantio direto” (ZANINI, 2015).¹⁰⁹ Em 2003, por exemplo, a Cooperalfa comercializou 982 mil litros de defensivos agrícolas. Em 2013, a previsão era que se vendesse 1,3 milhão de litros¹¹⁰. O aumento do consumo retrata a maneira que os agrotóxicos eram vistos: uma tecnologia aliada do agricultor, da produtividade. Esse conceito pode ser confirmado na mesma reportagem, onde o então vice-presidente da Alfa, Mário Lanznaster, agrônomo e produtor rural, comenta “Não queremos que os agricultores deixem de utilizar os agroquímicos, mas que o uso seja adequado” (O COOPERALFA, julho 1996). Também no texto, o assistente de desenvolvimento de mercado da empresa Herbitécnica, que participou do projeto, destaca que “o defensivo é um dos métodos mais eficientes para controlar o aparecimento de ervas daninhas, porém não deve ser um vilão para o agricultor, mas um aliado seu” (O COOPERALFA, julho 1996). A matéria ainda apontava que

Em Santa Catarina 36% das embalagens são abandonadas nas lavouras e logo são arrastadas

¹⁰⁹Sobre essa questão ver: Gusson, Mario Francisco. O lado obscuro do plantio direto. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2011.

¹¹⁰Em relação aos corretivos e fertilizantes, houve um crescimento gigantesco também: em 1970, a cooperativa vendeu 600 toneladas; em 1977, 7.500 ton.; em 2003, 90.000 ton. E a previsão para 2013 foi de comercialização de 130 mil toneladas.

para os rios ou entram em contato com os animais, 9% são jogadas diretamente nos rios e 30% são enterradas ou queimadas. O produtor não deve reutilizar embalagens de nenhum produto químico e não jogá-los nos rios. O produtor não deve reutilizar embalagens de nenhum produto químico e não jogá-los nos rios (O COOPERALFA, julho 1996).

A questão das embalagens dos agrotóxicos foi também bastante evidenciada na fala dos entrevistados. Segundo Zanini, “Cansamos de ver em rios aqui da região embalagens flutuando, ou quando não jogavam no rio, queimavam, alguns enterravam, mas sabe como é o plástico, demora muito tempo” (2015). O associado Roza fala que “As embalagens ficavam atiradas na roça, atirava na beirada da roça, a gente não sabia que não podia” (ROZA, 2015). O próprio Jornal da Cooperalfa, como vimos anteriormente, orientava para que algumas embalagens fossem enterradas. Sobre a lavagem de máquinas nos rios, usadas para pulverizar os defensivos, De Paula afirma que “é possível que, dentre todas as práticas nocivas, esta seja a responsável pelos maiores danos ao ecossistema, pois seus prejuízos são avassaladores” (1998, p.143). Casagrande aponta que esse hábito foi um processo lento de ser revertido. De acordo com De Paula, além da contaminação direta, os rios e fontes também sofrem com a contaminação indireta pelo vento que leva partículas de agrotóxicos no momento em que estão sendo pulverizados. Ademais, “os agrotóxicos também passam pelo mesmo processo dos fertilizantes. São levados, por escoamento, para os rios, lagos e lençóis freáticos, acabando por contaminá-los e por alterar os ecossistemas. Os agrotóxicos de potencial mais duradouro são os responsáveis pelos maiores danos” (DE PAULA, 1998, p.146).

Além do descarte incorreto no meio ambiente, Casagrande aponta que uma problemática grave era o reaproveitamento de embalagens pelos agricultores. “Era muito chato às vezes você chegar na propriedade e ver que o produtor estava carregando água para animais ou, às vezes, até para a residência para utilização dentro de embalagens de agrotóxicos. Ah..mas eu lavei bem” (2015). Zanini confirma, afirmando que “O produtor gostava de reaproveitar estas embalagens, eles lavavam e muitos aproveitavam, desde colocar leite dentro destas embalagens, colocavam frutas, tudo que servia” (ZANINI. 2015). Outra questão apontada na pesquisa foi o armazenamento incorreto dos agroquímicos. “o produtor colocava em qualquer canto da propriedade,

e as vezes até guardava dentro de casa, tinha um produto as vezes de valor mais elevado, então passou-se por essas situações” (CASAGRANDA, 2015). Para Zanini, o trabalho para que o agricultor providenciasse um local adequado foi grande.

Segundo o veterinário, havia casos em que os associados “usavam produtos misturados, sem orientação, que se potencializavam. Usava-se um canhão para matar a baratinha, coisas sem nexo” (CASAGRANDA, 2015). Isso era um problema sério, pois caso eles não se protegessem ao aplicar os produtos, o perigo era maior ainda. O não uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual)¹¹¹ se tornou o foco desse projeto. Segundo Casagranda

Eu lembro que o principal foco da campanha foi o uso do EPI, porque por onde você passava você via produtores, você via associados, agricultores, utilizando a maquininha de pulverização, sem sequer uma roupa adequada, muitas vezes de chinelo, sem máscara, sem proteção alguma, e o dia todo para frente e para trás com aquela maquininha passando inseticida, passando herbicida na sua lavoura (2015).

A necessidade de uso dos EPIs, segundo os técnicos, era visto pelos associados como algo desnecessário. Zanini lembra que, em uma das idas para um atendimento “[...] o agrônomo que estava comigo parou de supetão e disse: tenho que fotografar isso. Era um produtor que estava passando herbicida com trator, mas estava todo vestido com EPIs. Isso poucos produtores usavam, ninguém dava tanta importância para essas coisas (ZANINI, 2015). Lembra ainda uma ocasião em que o produtor passava agrotóxico sem proteção. “Um dia fui atender um produtor sobre um problema veterinário, e ele chegou da roça sem camisa, todo molhado do herbicida. Falei para ele, vai tomar um banho que depois conversamos. Ele me disse: isso é bobagem, não é necessário” (ZANINI, 2015).

Além daqueles casos em que era visível, havia também casos de pessoas que nem percebiam que estavam sendo afetadas pelos agrotóxicos. Nesse sentido, dentro desse projeto, foi realizada uma

¹¹¹O EPI para ser usado no manuseio de agrotóxicos geralmente se caracteriza pelas seguintes peças: calça, blusa de manga comprida, boné com aba até o ombro (esses três de tecido impermeável), máscara, óculos, luva, avental e botas.

atividade demonstrativa durante o CDA¹¹². Zanini explica como foi esta ação.

Durante um CDA, conseguimos na época uma substância fosforescente, nós pegamos água e misturamos essa substância como se tivesse misturando um herbicida. Pedia para produtor passar e simulávamos alguns acidentes, derramávamos, jogava contra o vento. Aí tínhamos uma casinha toda escura, entrava todo mundo para dentro, ligávamos uma luz ultravioleta, e aí cada uma se olhava e via onde tinha pego o herbicida. Tinha gente tomada da cabeça aos pés, e aí dizíamos, olha, você nem viu que você se contaminou, você está contaminado. Aquilo ali sensibilizou muita gente, o pessoal viu que a coisa era séria (ZANINI, 2015).

Neste exemplo e em outros que estamos analisando, podemos perceber que virou prática culpar o agricultor pelo uso incorreto dos agrotóxicos. “O problema dos agrotóxicos passa a ser, então, o próprio trabalhador. A indústria delega o problema ao trabalhador, que por sua vez é levado a crer nesta mentira, e agrava a situação assumindo que ‘ele mesmo’ é o problema” (PERES E ROZEMBERG, 2003, p.346).

Conforme Casagrande, essa primeira etapa do trabalho, que foi mais de conscientização sobre o correto uso dos defensivos, foi um “trabalho árduo, por ser

[...] algo que você não vislumbra imediatamente o efeito nocivo disso. Eu sempre dizia, quando você vê uma cobra, você fica logo com medo. Ou você sai de perto ou sai para matar ela, porque você sabe que é algo perigoso e que se ela te picar você vai ter problemas. O defensivo agrícola não é dessa maneira, ele é cumulativo, não te causa efeitos imediatos (CASAGRANDA, 2015).

¹¹²Campo Demonstrativo Alfa. O CDA é o maior evento técnico da Cooperalfa, com duração de dois a quatro dias, que vem sendo realizado anualmente desde 1996, com o objetivo de demonstrar e difundir novas técnicas e tecnologias para os associados.

A cobra era usada como exemplo, pois na região havia muitos casos de morte de vido a sua picada. Aponta Correa que “as pessoas tinham mais medo de cobra do que de agrotóxico” (CORREA, 2015). Para reforçar esse conceito do perigo do agrotóxico mal utilizado, com intuito de mexer no ponto fraco dos produtores, os técnicos argumentavam o seguinte. “Quando o cara abrisse a embalagem tinha que vir uma cobra dentro. Porque se tivesse uma cobra dentro, a cobra pica e você morre rapidinho. O agrotóxico não, ele te mata lentamente. Então se tivesse uma cobra lá dentro ele teria todo o cuidado, já não ia ser tão desleixado de derramar” (ZANINI, 2015). Outro ponto que se tocava era na masculinidade dos homens. “Nós pegava pesado também na parte sentimental do produtor, falando assim: se você não quer seguir o que nós estamos falando, se você acha que é bobagem, que dá muito trabalho, não se preocupe. Para cuidar da tua mulher vai ter gente, principalmente se ela for bonita, já dos filhos é complicado, ninguém quer” (ZANINI, 2015). Conforme o depoente, isso era um argumento que sensibilizava muito. As esposas que participaram também das reuniões, conforme o veterinário, “ajudaram muito a cobrar dos maridos para que se cuidassem um pouco mais” (ZANINI, 2015).¹¹³

Em relação aos casos de contaminação, Zanini e Casagrande afirmam que não conheceram pessoas que se contaminaram, mas ouviam as pessoas falar “fulano de tal morreu cedo, mas nunca se cuidava”. Zanini observa que como o agrotóxico era silencioso, “O cara nunca morria de intoxicação, morria, porque o rim parou, porque o fígado detonou, um câncer apareceu” (ZANINI, 2015). Já o técnico Correa conheceu um agricultor que era “passador de trifluralina da Chalana. De repente posso falar bobagem, mas ele morreu intoxicado por causa de trifluralina, magrinho, era o passador de veneno oficial” (CORREA, 2015).¹¹⁴ Outro exemplo é apontado por Roza: “Tem um

¹¹³ Além de tocar no ego masculino de provedor da família, a mulher também se sentia ameaçada, pois no mundo rural a submissão pessoal e econômica era maior, ainda mais na década de 1990. Caso o marido morresse, o que seria dela? Teria condições de criar os filhos sozinha?

¹¹⁴ O “passador de veneno da comunidade” era contratado por cada propriedade para fazer o trabalho de passar a trifluralina. Era um produto que tinha que ser passado e depois incorporado na terra com grade. Como esse sujeito era o único na comunidade que tinha trator, era contratado para isso, pois o trabalho com trator era mais rápido e mesmo pesado do quem com grade não mecanizada, puxada a boi.

caso que um homem aqui na comunidade que foi limpar um arvoredor, não se sentiu bem, foi para o hospital e acabou morrendo” (ROZA, 2015).

Para evitar intoxicações agudas, de acordo com Casagrande, a melhor forma de se proteger era seguir as recomendações técnicas de aplicação e preparo, mas também era de suma importância se proteger com a indumentária adequada. O problema era a constante reclamação dos agricultores em relação ao desconforto dos EPIs, que se dizia serem muito quentes e dificultavam a respiração. A cooperativa, segundo Casagrande, buscava convencer o agricultor a usar mesmo assim,

[...] com o argumento, de que essa dificuldade que ele passava num momento se traduziria em resultados positivos na saúde que não se comprometeriam, já que a tecnologia do uso dos defensivos não seria mais abolida, uma tecnologia que chegou, que ficaria e tem seus benefícios, mas desde que seja usada adequadamente (CASAGRANDE, 2015).

Depois desta primeira etapa, que se focou mais na conscientização, o momento seguinte foi em novembro de 1996, onde foram realizadas 200 palestras com os associados. Segundo jornal de novembro, “Esta etapa constitui-se da aplicação dos conhecimentos dos técnicos com o quadro social da Cooperalfa. As reuniões são práticas demonstrativas nas comunidades” (O COOPERALFA, novembro de 1996). O tema de agroquímicos foi novamente assunto de capa, como podemos ver na Figura 21. Além disso, foi usado na capa o termo defensivos agrícolas, diferente da primeira etapa, quando era usado o termo agrotóxicos.

Figura 21 - Jornal O Cooperalfa. Novembro 1996



Fonte: Acervo CEMAC

Ao ser questionado sobre o que idealizavam alcançar com o título da capa, Casagrande argumenta.

Da forma como estava sendo utilizada, nós estávamos colocando em risco nosso quadro social, nossos produtores, então vinha em primeiro lugar amor a saúde, nós precisávamos que isso fosse o conceito fundamental. Os lucros viriam sim, porque a doção de tecnologias e uma tecnologia que trouxe benefícios, certamente trazia resultados para a propriedade. Acho que foi uma forma de tentar expressar de que poderíamos usar sim, que traria resultados sim, mas não poderíamos esquecer de colocar em primeiro lugar o que: a questão da saúde das pessoas se não adotassem aquilo que era recomendado iríamos estar comprometendo esse lado que é o essencial da vida dos nossos agricultores (CASAGRANDE, 2015).

Nesta edição, além da capa, o editorial foi dedicado ao tema. Com o título “Um pouco mais de amor próprio”, o texto argumentava que os associados deveriam ter mais cuidado com a saúde e o meio, mas também acusava algumas companhias de apenas terem “ação mercantilista”. “É inadmissível, nos tempos atuais, que qualquer ação mercantilista seja desconectada de uma visão e práticas conservacionistas”. A matéria começa colocando que “Seja pelo incremento da prática do Plantio Direto, pela publicidade massiva, pelo resultado econômico auferido, ou por todas essas razões juntas, o consumo de defensivos agrícolas cresce vertiginosamente na área de ação da Cooperalfa, diga-se de passagem, cerca de 90% das propriedades possuem entre 10 e 15 hectares” (O COOPERLFA, novembro 1996). O jornal continua sua argumentação sobre o uso dos defensivos, acusando nesse momento, o produtor.

A lei do menor esforço, aliada ao menor custo da mão-de-obra, e a rapidez com que as pragas e os insetos são banidos das lavouras, encontra nos agroquímicos uma ajuda infalível. Mas, esse ato, de despejar centenas de milhares de litros de defensivos sobre as culturas a cada ano, merece uma reflexão que ultrapassa os limites do simples desejo de baixar o custo de produção, conseguido às vezes às custas (O COOPERLFA, novembro 1996).

Na afirmativa seguinte, a acusação volta-se para as empresas, que são apontadas como aproveitadoras do pouco estudo da maioria dos agricultores, deixando rótulos difíceis de serem lidos e compreendidos. “É de se supor que índice de leitura, compreensão e obediência às normas e orientações escondidas nas pequenas e quase ilegíveis letras dos rótulos de venenos, estejam bem abaixo do ideal”. O jornal aponta que “as consequências para a saúde, para a natureza e para o bolso”, geralmente são trágicas, e que os estragos sócio-ambientais da má utilização destes produtos pode acarretar advém da falta de informação. Um estudo realizado por Bohner *et al* (2013) em Chapecó, com uma amostra de 30 agricultores, avaliou o nível de conhecimento dos participantes sobre a utilização de agrotóxicos. Constataram que apenas 36,7% compreendem totalmente as tarjas dos rótulos e somente 20% entendem os desenhos (p.334). Dos 83,3% agricultores que leem a

bula dos agrotóxicos, apenas 30% compreendem todas as informações e 54% as seguem (Bohner *et al* , 2013, p.333)

Em relação a esse problema de clareza das informações apontado no estudo, o jornal O Cooperalfa também levanta a questão.

E quando o tema é *falta de informação*, chega a ser pecaminoso crucificar apenas aquele que está na ponta do processo produtivo, os usuários de herbicidas, fungicidas e inseticidas. É necessário condenar, também, a atitude daquelas empresas fabricantes que, por conta da não consciência e da busca da venda fácil de seus produtos, não consideram o impacto dessas práticas sobre o meio (O COOPERALFA, novembro de 1996).

Segundo a matéria, nessa segunda etapa foram atendidas cerca de 4 mil pessoas. Apesar de percebermos que não apenas foram culpados os associados pelos problemas que os defensivos estavam causando, a acusação de que algumas empresas estavam mais interessadas em vender do que incentivar o uso consciente não era tão efetiva. Essa análise pode ser feita pois este texto era o editorial do mês de novembro, e o editorial na maioria das vezes não é lido, ainda mais com o título anteriormente citado, que não leva a associação com o tema de capa. “Um pouco mais de amor próprio”, nos leva a pensar que o apelo é quase exclusivo para que as pessoas tenham mais cuidados consigo mesmo e se protejam na hora de usar os defensivos, sem um questionamento mais profundo sobre a responsabilidade das empresas que produzem os defensivos. Até porque um dos principais argumentos delas, que era a diminuição do trabalho pesado e do controle rápido das pragas era irrefutável. Nem a cooperativa e nem os órgãos de extensão apoiavam a busca para alternativas ao uso de defensivos, pois havia uma grande preocupação com a produtividade. A ideia de que não havia substituto eficaz para o agrotóxico se construía cada vez com mais força no discurso dos técnicos, o que era incorporado pelos agricultores. Em um estudo realizado na zona rural de Nova Friburgo, Peres e Rozemberg percebem que, mais recentemente,

[...] não mais se vivia o ‘terror das pragas eminentes’, mas sim o fato (construído por estes técnicos) de que a não utilização de agrotóxicos resultaria na perda completa da lavoura, ‘verdade’ esta que acabou por determinar uma percepção

coletiva – na região – de que ‘se não usar veneno (agrotóxico), não colhe’, fato este referido pela totalidade dos agricultores entrevistados (PERES E ROZEMBERG, 2003, p.333).

O agrotóxico, que passou a ser denominado como “uma das tecnologias ao alcance do produtor”, constitui-se um dos principais componentes do pacote técnico/científico querevolucionou a agricultura. Era a ciência a serviço da vida, combatendo a fome e a pobreza. Essa mesma ciência que ganhou na mídia e na sociedade em geral, um *status* de conferir verdade e credibilidade a produtos diversos. “[...] a ciência passa a se caracterizar como manipuladora da realidade, capaz de construir uma série de ‘necessidades’ que só tem um único fundamento: a razão mercadológica e a produção de capital para a indústria/anunciante” (PERES E ROZEMBERG, p.340).

Como parte da estratégia de convencimento do uso dos agrotóxicos, as empresas alegam inclusive que o não uso da tecnologia dos agrotóxicos, advinda de muita pesquisa e de ciência aplicada em laboratórios “moderníssimos”, faria aumentar a necessidade de mais áreas a serem cultivadas, o que provocaria um aumentado dos desmatamentos. Esse discurso passou a ser utilizado num momento em que havia uma grande pressão da mídia sobre a diminuição das coberturas florestais em todo o mundo. “Com os defensivos, você pode produzir mais em menos espaço, contribuindo para a preservação das florestas”, era um discurso recorrente nas falas das empresas e dos técnicos.

Como consideração final ao que foi atingido com o projeto, o texto indica que o objetivo foi alcançado, citando a boa participação das empresas fornecedoras de agroquímicos, dos técnicos e dos associados.

Foi um gigantesco esforço da equipe técnica que, apesar dos demais programas que conduz, arranhou tempo, ânimo, espírito e informações atualizadas para mais essa notável missão, que não foi somente econômica, mas, sobretudo, social. Empresas parceiras da Cooperalfa e que fornecem defensivos também se embrenharam no projeto, merecendo o respectivo louvor. Mas, se existe alguém para ser lembrado e engrandecido nessa empreitada do saber, esse personagem é o associado que ativamente colocou novamente a memória e as mãos a serviço do amor próprio, a

serviço das gerações futuras (O COOPERALFA, novembro 1996).

Na fala percebemos um discurso quase “missionário” do trabalho técnico e a construção de um conceito de “trabalho social” para o projeto. Casagrande demonstra que os objetivos foram alcançados no que condiz a conscientização de um uso mais racional da tecnologia.

Claro que tinha aqueles que absorviam imediatamente, tinha aqueles que resistiam um pouquinho e também tinha aqueles que sequer adotaram, que achavam que era algo que não aconteceria, que não tinha tanto risco. Mas felizmente a grande maioria alcançou a consciência de que usar sim, mas usar adequadamente e usar a devida proteção(CASAGRANDE, 2015).

Depois deste projeto de um ano, que foi realizado em duas etapas, nos anos seguintes não foi mais realizado nenhum trabalho desse porte e com esta abrangência específica, de orientação de uso correto e proteção. O CDA é um local onde essas orientações passaram a ser repassadas. Com um estande específico sobre questões de proteção individual e do meio ambiente, o tema mais recorrente nos últimos anos é a obrigatoriedade da recolha de embalagens de todos os defensivos agrícolas e também das embalagens de uso veterinário. A maioria dos técnicos defende que há uma consciência maior e que a maioria se protege com roupas e equipamentos específicos. Ainda assim, há aqueles que defendem que mais campanhas deveriam ser feitas, pois “Essa questão é que nem cooperativismo, tem que falar todo dia, senão vai ficando. Hábito você sabe que não é de hoje para amanhã” (CORREA, 2015). Apesar da afirmação de que há maior consciência do uso de agrotóxicos, Trentin nos afirmou que hoje usa menos proteção do que há alguns anos.

Naquela época até se cobria demais. Não pode fumar, beber, comer, furar a máscara para passar o cigarro. Hoje eu só coloco a máscara na hora de misturar o veneno e depois tiro. Naquela época era mais protegido que hoje, porque usa menos as roupas. A gente vê que não aconteceu nada, por isso protege menos. O veneno só faz mal se hora

toma água, come uma fruta, fuma, senão não tem tanto perigo. Na hora que tem vento tem que se cuidar muito. O pó era bem mais ruim, porque o vento levava, hoje é bem melhor, a maioria é líquido e não leva, se passa baixo, acho que não vai ter tanto problema, mais é no alface e na verdura que faz mal (TRENTIN, 2015).

Conforme podemos ver, a crença de que apenas se intoxica quem não se cuida é bem presente. Além do mais, o fato de não ter sintomas imediatos faz as pessoas relaxarem no cuidado e não refletir sobre os efeitos prolongados desses produtos. Até porque geralmente não tem essa orientação por parte de quem vende, que não tem o mínimo interesse em “denegrir” a imagem do agrotóxico. Também o agricultor Luzzi acredita que os agrotóxicos hoje fazem “mais mal do que antigamente, quando tinha aqueles venenos em pó”. Afirma que “Aqueles que aceitam a orientação e fazem a coisa certa dificilmente vão ter contaminação, porque o sistema é seguro, mas tem aqueles que vêm na contramão” (LUZZI, 2015). Fica claro que os associados incorporaram o discurso técnico de que o agrotóxico só faz mal se não usar direito. A maioria acredita que o recolhimento das embalagens e o uso correto dos produtos é uma segurança para as pessoas e para a natureza. Poucos argumentam que seu uso pode fazer mal. Seu Athaydes Roza, por exemplo, argumenta: “Para muitas pessoas não faz mal, não vou dizer que não faça mal dali a alguns anos. Mas acho que o veneno é que nem o cigarro, dali anos que ele vai aparecer” (ROZA, 2015).

A legislação nos últimos anos, principalmente depois da lei de crimes ambientais de 1998, passou a cobrar de forma mais efetiva o descarte das embalagens de agrotóxicos. Uma das demandas que pressionou uma adequação das condutas em relação aos agroquímicos foi a pressão do mercado externo. Algumas pessoas acreditam inclusive que elas foram mais efetivas na mudança de atitudes do que propriamente de uma tomada de consciência. Para Zanini, “Não tenhamos dúvidas que as pressões internacionais e de mercado ajudaram a criar regras para os agrotóxicos. Mas também foi uma consciência geral, um movimento, se ouvia um falar de um lado, de outro, uma consciência de toda a sociedade” (2015). Defende Zanini que “a legislação de SC é um entrave, é difícil para trabalhar, mas em compensação a sociedade agradece, a saúde dos produtores também agradece” (2015).

A preocupação com o mercado externo, como podemos ver no exemplo da pesquisa de De Paula no Paraná, vem desde a década de 1980, quando passam a se intensificar os debates mundiais sobre o uso abusivos dos agroquímicos. Ao analisar a fala do deputado do Mato Grosso Júlio Campos, publicada em 12 de fevereiro de 1980, no Jornal *O Diário*, que mostrava preocupação com o uso indiscriminado de defensivos agrícolas nas lavouras brasileiras.

O interesse do deputado pela restrição do uso de insumos agrícolas parece ser causado pela possibilidade de o mercado internacional recusar-se a comprar nossos produtos em virtude da contaminação por agrotóxicos. Sua argumentação é coerente, no entanto parte de um princípio puramente capitalista: a ameaça às relações de comércio do Brasil com o mercado internacional (DE PAULA, 1998, p.141).

Segundo a autora, não há indícios que a fala do deputado demonstre qualquer preocupação com a finitude do planeta. Se naquele momento já havia uma pressão em relação a isso, no atual contexto, esta preocupação voltou a ser foco de algumas discussões. Numa conjuntura onde o Brasil vem se tornando o maior fornecedor mundial de alimentos e se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos, nossa agricultura entrou na mira dos mercados mundiais, cada vez mais preocupados com o abuso no uso de agroquímicos. Se por um lado diminuimos a emissão de gases reduzindo as queimadas, e diminuimos também a poluição ambiental visível da agropecuária, por outro lado, aumentamos nossa poluição invisível, especialmente na emissão de gases do efeito estufa e das contaminações por agrotóxicos. Segundo a Embrapa, esse vai ser o grande desafio das próximas décadas, caso o Brasil queira continuar a lidar o ranking de celeiro mundial.

Ao ser solicitado para resumir o que achava ser o papel dos agrotóxicos na agricultura, o coordenador do projeto aqui analisado, demonstra o seguinte:

Não existe nada no mundo que traga somente benefícios. Você beneficia de um lado e prejudica o outro. O agrotóxico era uma arma de guerra, quando acabou a guerra, que vamos fazer com isso? A agricultura nesse ponto veio a ganhar, a somar com o agrotóxico. Claro que tudo tem seu

lado ruim. O mau uso, as intoxicações, a eliminação muitas vezes dos competidores naturais das pragas. O grande problema é saber usar, o agrotóxico é que nem ter uma arma na mão: você pode matar um bandido ou você pode matar um inocente. Então tem que ter pessoas capacitadas, habilitadas para usar isso. Eu não vejo como uma agricultura possa passar sem agrotóxicos, quem produz sabe o que é isso, porque as pragas são cada vez piores, cada vez mais resistentes a tudo. Em pequenas produções sim, mas em grandes áreas não, aí a coisa complica muito. O que tem que saber é usar os produtos de forma consciente e respeitar as carências para que não venham a contaminar quem consome (CASAGRANDA, 2015).

Percebemos nesse depoimento e, em vários outros, uma visão completamente produtivista, voltada para atender as necessidades do mercado. E essa visão do gerente da área técnica na época, que coordenava o projeto, retrata bem a posição da cooperativa diante do mercado. Como parte dessa redoma mercadológica, onde era um instrumento de desenvolvimento agrícola governamental, ela trabalhava conforme as regras de mercado. Mesmo a preocupação com a saúde dos associados tem a ver com a possibilidade de um futuro esvaziamento do campo, o que já era um problema sério na década de 1990. Sem pessoas no campo, não haveria também cooperativa. Contudo, De Paula defende que não são apenas sociedades capitalistas que tem práticas assim. As práticas exploratórias da natureza são “também decorrência da mentalidade dos povos que ainda não acreditam no esgotamento das reservas naturais não-renováveis” (DE PAULA, 1998, p.155). Ainda conforme a autora, apesar de chama moderna agricultura ter “trazido contribuições consideráveis, trouxe em contrapartida uma infundável soma de problemas sociais e ecológicos. A falta de trabalho trouxe a miséria e a fome, e a simplificação dos ecossistemas tornou-os frágeis e suscetíveis diante do aparato tecnológico do qual essa agricultura passou a usufruir” (DE PAULA, 1998, p.154).

Conforme de Paula, essa é uma agricultura praticada em todas as partes do mundo, com ou sem regime capitalista. Nos últimos anos temos visto algumas experiências diferenciadas, que buscam rever conceitos herdados da Revolução Verde. Em vários lugares do mundo, a agricultura agroecológica vem ganhando força e as populações passaram

a perceber o meio em que vivem com outros olhos: um olhar de interação e não apenas de exploração intensiva. Mas o caminho é longo, pois a pressão das grandes multinacionais dentro dos governos é forte e seu discurso da tecnologia aliada do combate à fome tem força.

Como historiadores que analisam a relação homem/meio, como dizia Worster, não importa que tipo de tema vamos escolher como objeto de pesquisa, incondicionalmente devemos “[...] enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites” (2003, p.39).

5 CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO COOPERATIVA E IDEOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO.

A educação cooperativa visa suscitar uma cultura cooperativa e por isso requer uma pedagogia ativa própria e permanente: tem como missão difundir ideias, princípios, experiências e práticas, e ao mesmo tempo deve proporcionar uma formação técnica (SCHNEIDER, 2003, p.56).

Dentre os sete princípios do cooperativismo, já citados anteriormente, um dos destaques dados pela filosofia cooperativa é a Educação Cooperativa. O quinto princípio, chamado de “Educação, Formação e Informação”, é considerado por muitos estudiosos do cooperativismo, e também por grande parte dos cooperativistas, como uma das bases do sucesso de um empreendimento cooperativo. Os Pioneiros de Rochdale, de 1844, citados no capítulo II, já tinham entre os princípios básicos a educação. Segundo SCHNEIDER (2010, p.47), eles “[...] tinham a ideia de que a educação deveria formar parte integrante da cooperativa, e os associados deveriam crescer também no âmbito do conhecimento.” Contemporaneamente pensando, pode não parecer nada de mais, mas estamos falando de um “contexto histórico social em que 70 a 80% dos operários industriais da primeira fase da Revolução Industrial Inglesa, de 1750 a 1850, ainda eram analfabetos” (SCHNEIDER, 2010, p.47).

Homero Franco, criador do programa de comunicação e educação na Cooperalfa em 1978, defende que qualquer movimento social, incluso aqui o cooperativismo, só tem capacidade de se auto afirmar e de promover sua ideologia através da doutrinação, chamada no cooperativismo também de educação cooperativa¹¹⁵. Segundo o autor, “Não há como negar, a Educação Cooperativista está para a sobrevivência do cooperativismo como a celebração do culto está para a sobrevivência do cristianismo. É condição de vida ou morte” (FRANCO, 1985, p.17). Também Colombain defende que “São incontáveis os túmulos de cooperativas nascidas da eloquência e do entusiasmo, mortas pela inexperiência, pela dúvida e pela indiferença. Verificamos, ao contrário, o vigor e a fecundidade de cooperativas que a educação fez nascer e crescer (COLOMBAIN, S/D,p.4)

¹¹⁵FRANCO, Homero. 1985, p.17.

Mas, apesar da “doutrinação” ser importante para o cooperativismo, o autor defende que “[...] a Educação Cooperativista não se limita a pregação da doutrina e a defesa dos princípios cooperativistas”. Ela é muito mais “Ela vai ao fundo da questão relacionada com a capacitação do associado para agir com co-autoria, para co-operar a cooperativa” (COLOMBAIN, S/D, p.18). Franco também defende que é necessária uma educação/formação nos três mundos da cooperativa. Esses três mundos seriam o Quadro Social, formado pelos associados; o Quadro Diretivo, composto pela diretoria e o Quadro Funcional, que abrange todos os colaboradores da cooperativa. Para o autor, sem uma cooperação e integração entre os três mundos, sem um trabalho conjunto, onde se persegue objetivos comuns e haja troca de ideias “difícilmente haverá a verdadeira cooperativa. É mais fácil denominá-la de empresa promotora de mutirão, fazendo mau uso do nome cooperativa” (FRANCO, 1985, p.19). Também Colombain aponta que a “Educação cooperativa não é apenas ensino da história do movimento cooperativo, de suas realizações de suas dimensões, de sua extensão geográfica. É tudo isso, sem dúvida. Mas, é também, e principalmente, a arte de formar cooperadores” (COLOMBAIN, S/D, p.6).

Para um dos mais tradicionais autores de cooperativismo brasileiro, a educação dentro das cooperativas é essencial.

Não é segredo que os grandes cooperativistas foram também grandes educadores. [...] A cooperação como uma forma de ajuda mútua, apela a motivações bem distintas das do auto-interesse ou de impulsos egoístas. Uma disciplina coletiva livremente assumida requer um crescimento cultivado através da educação. Requerem-se novos valores, novas ideias, novos padrões de comportamento, novos hábitos de pensamento e de conduta, baseados nos valores superiores da associação cooperativa. Portanto, nenhuma cooperativa pode dispensar a educação (SCHNEIDER, 1999, p.134).

O investimento no princípio da “Educação, Formação e Informação” como primordial para manter o associado leal à cooperativa é um tema que gera muito debate dentro das cooperativas – e fora delas também – levando em conta que falar sobre cooperativismo para melhor vinculação, compreensão e, principalmente, para que o

associado tenha consciência de que a cooperativa é sua, é um custo social que muitos dirigentes veem como investimento não rentável. Os cooperativistas defendem que “ninguém nasce cooperativista”: cooperativismo e atitudes cooperativas se desenvolvem pela educação, pela mudança de comportamento e de atitudes. Para tanto, seria um trabalho essencial para qualquer cooperativa.

Ao falar de educação cooperativa, é importante lembrar que cada ramo do cooperativismo tem a necessidade de uma educação adaptada ao seu foco de atuação. Apesar de ser uma doutrina com princípios universais, a realidade social e econômica dos associados de uma cooperativa de consumo, por exemplo, é diferente de uma cooperativa agropecuária. É preciso que cada educador tenha sensibilidade suficiente para adaptar seu programa ao perfil do seu público. As cooperativas agropecuárias defendem a necessidade de incorporar ao programa de educação também conhecimentos técnicos do campo e de gestão de propriedades. Para SCHNEIDER “[...] a educação cooperativista investe esforços, tanto na formação do homem cooperativo, solidário, responsável e participativo, que opere à luz de uma cultura cooperativa, quanto na formação e capacitação de um competente produtor, prestador de serviços, consumidor e poupador” (2003, p.14).

A educação cooperativa atua em quatro frentes principais quando se fala do ramo agropecuário, variando conforme o contexto histórico, social e geográfico em que cada cooperativa está inserida: formação técnica para um agricultor mais preparado para as exigências do mercado consumidor; formação para a ideologia da cooperação e ajuda mútua; a conscientização da importância de participar das assembleias e reuniões da cooperativa para o fortalecimento e perenidade da sua empresa; compromisso ético de entrega de toda a produção para a cooperativa. Para Araújo, “A presença em assembleias e a entrega da produção são duas formas do exercício de participação e cooperação” (1982, p.134). Aliás, dois focos centrais na maioria dos programas de educação e comunicação do cooperativismo brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Ressalta também que a participação cooperativa é

[...] a participação formal dos associados, perceptível no desempenho da organização: a contribuição a nível de produção material; a participação na gestão da instituição; a inclusão no processo decisório que consubstancia a política institucional; a participação em forma de fruição

de bens e serviços prestados e geridos pela cooperativa (ARAÚJO, 1982, p.130).

Os cooperativistas buscam lembrar também que a educação que fala apenas da história e da ideologia cooperativa nunca levou nenhum programa de educação muito longe. Um programa educativo para uma cooperativa agropecuária que deseja se efetivar, necessariamente precisa aliar educação cooperativa com educação técnica. Dizer para o associado que o cooperativismo é bom não vai adiantar nada se ele não obtiver retorno econômico em sua atividade. “Como a participação cooperativa assenta-se sobre relações econômicas, sua análise não pode dispensar o jogo das classes sociais envolvidas, classes essas cujas condições de imposição rearranjam-se em diferentes momentos históricos” (ARAÚJO, 1982, p.131).

A educação cooperativa é um dos principais trabalhos que as Assessorias de Comunicação e Educação das cooperativas realizam com o quadro social, ou seja, os associados. Através dela, os associados são orientados dos seus direitos e deveres, são realizadas reuniões e treinamentos onde seus membros escolhem seus líderes, orientam como todos podem contribuir para o bom andamento da cooperativa e sobre as vantagens do trabalho cooperado. Para SCHNEIDER (2010, p.32), num modelo de sociedade que vivemos, “[...] altamente individualista, competitiva e eficientista [...], importa que a educação cooperativista defina claramente seus objetivos e conteúdos em relação ao tipo de homem e de sociedade que se pretende formar”. Como o cooperativismo moderno teve seu início no caminho do sistema econômico capitalista introduzido pela Revolução Industrial, a comunicação e educação cooperativa, no oeste catarinense, segundo PERREIRA, para ter sucesso, deve ter a capacidade de

[...] formular suas políticas com o máximo de profundidade. Certamente terá que se referir à democracia, participação, autogestão, desenvolvimento autossustentável, compreensão holística do mundo, associar tecnologia e humanismo, combinar trabalho e qualidade de vida, vincular cooperativismo à geração de emprego, luta contra a marginalização econômica e empenho pela justiça social (1999, p.26).

No caso da Cooperalfa, essa compreensão era bem clara para os idealizadores do programa. O setor técnico havia sido criado alguns anos antes da Assessoria de Comunicação e Educação e percebia-se a

difficuldade de convencer os associados da necessidade de modernização dos processos produtivos. Faltava também para cooperativa e aos associados a construção de uma identidade comum dentro de um mundo cada vez mais individualista e conduzido por relações mercantis mais agressivas. Havia uma carência de conhecimento cooperativo entre os técnicos, para que se pudesse conciliar a educação técnica com a educação cooperativa, apesar do gerente técnico ter sido responsável pela promoção do cooperativismo na região oeste antes de trabalhar na Cooperalfa. Necessitava-se de uma pessoa preparada especificamente para a educação cooperativa em seu lado ideológico, de identidade cooperativa, alguém que tivesse experiência com comunicação rural. Conciliar o trabalho dos setores possibilitou perceber que a falta de participação não tinha um ou dois motivos apenas.

É opinião corrente e lugar comum, na literatura do cooperativismo, imputar-se o fracasso cooperativista à falta de cultura dos elementos associados à deficiente educação cooperativista, ao isolamento geográfico do produtor rural, quando semelhante estado de indiferença pode também ser resultado de uma prática que não se completa, porque o contexto mais amplo o afoga. Como pensar em prática de cooperação em moldes democráticos e, porque não se dizer, idealistas, se esta mesma prática não é mais que uma parcela do exercício político mal exercitado, da prática econômica com todo o teor de racionalidade? (ARAÚJO, 1982, p.84).

Na Cooperalfa, o idealizador do programa de educação criado em 1977, buscou trabalhar nesse sentido, como ele mesmo colocou “[...] minha função era exatamente reforçar o departamento técnico que a cooperativa já tinha [...]”¹¹⁶. Mesmo que o objetivo central do trabalho era educar para a fidelidade cooperativa, os conceitos de poder, produtividade, saneamento e desenvolvimento tecnológico acabaram norteando o conteúdo dos projetos que foram sendo desenvolvidos ao longo dos 20 anos aqui analisados. A educação cooperativa era o braço direito da administração da Cooperalfa para divulgar suas ideias e projetos e conquistar a fidelidade dos associados. No cooperativismo, informação é essencial, segundo SCHNEIDER,

¹¹⁶ Entrevista de Homero Franco (2012).

[...] é importante manter os associados informados sobre o andamento da cooperativa, novos projetos, o curso da execução das decisões tomadas, bem como informar também sobre o Movimento Cooperativo como um todo, de seus problemas, suas vitórias e de suas perspectivas, para que os associados se identifiquem e se comprometam com o cooperativismo como um sistema, além dos estreitos limites de sua cooperativa local (1999, p.168).

Associado melhor informado é associado mais participativo, mais fiel, defensor da sua cooperativa e fiscalizador das ações da diretoria, defendia a equipe da educação cooperativa. SCHNEIDER (2010, p.26) aponta que no cooperativismo, “Somente podemos opinar quando conhecemos o assunto”. Percebe-se esse objetivo bem claro no depoimento do responsável do setor técnico da Cooperalfa na época, que já realizava modestamente esse trabalho, mas que veio a ser reforçado com o trabalho conjunto com a Comunicação.

[...] o seu Aury sempre teve aquela ideia de ter o contato com o associado, tinha aquele contato mais negocial, ia lá no Alto da Serra¹¹⁷, que começou lá, fazia as reuniões, a cooperativa tá assim, tá assado, íamos lá, falava de mercado falava disso daquilo, dos produtos, das mercadorias, mas a questão cooperativa não tinha conhecimento, não falava muito, a... mas porque cooperativa é bom, isso aquilo, mas não muito aquela filosofia do sistema, do que se propõe, das origens do próprio sistema. Então o trabalho dos comitês, dessa organização do quadro social, era nós levar uma mensagem para o associado para que ele pudesse ver que a cooperativa era diferente do que uma casa comercial qualquer. [...] as pessoas iam gostar da entidade ou trabalhar com ela na medida em que eles conhecessem mais essa, afinal o que se podia conseguir através da cooperativa (FRAZZON, 2012).

¹¹⁷ Alto da Serra é um distrito de Chapecó/SC e lá se implantou a primeira filial da Cooperalfa

A direção acreditava que não bastava que houvesse questões técnicas e comerciais bem encaminhadas. Numa região onde o cooperativismo ainda lutava contra as desconfianças, a educação cooperativa e técnica passou a ser vista como essencial para que a cooperativa pudesse crescer e se consolidar na sua proposta, que era garantir ao associado a comercialização da produção, a assistência técnica, o fornecimento de insumos agrícolas, mantimentos alimentícios e ferragens em geral. Mas a cooperativa percebia que apenas isto não satisfazia, como percebemos na fala anterior: era preciso que o associado conhecesse a filosofia cooperativista e a estrutura da entidade para ser sentir dono e agir como tal. Sem esse conhecimento, era difícil para o agricultor ter a compreensão de que a cooperativa era sua, e que por ela tinha que trabalhar. Por isso também da implantação do trabalho de comunicação e educação, além de outros fatores que adiante citaremos, não colocados tão a claro na época.

5.1 A criação da Assessoria de Comunicação e Educação

Na primeira década da Cooperalfa, sua preocupação principal era o crescimento e fortalecimento, deixando para o segundo plano a discussão sobre as formas de representação dos associados e as estruturas de poder dentro dela, até porque a própria estrutura política brasileira não era democrática naquele momento. Uma maior participação dos associados nas decisões da cooperativa passou a ser discutida com a criação da Assessoria de Comunicação e Educação em 1978. Tendo sido reestruturado em 1976, o Setor Técnico passou a receber apoio importante para alcançar o objetivo de formar um novo perfil de associado, mais fiel a cooperativa, mais produtivo e preparado para um novo modelo agrícola que as políticas governamentais almejavam.

Antes que se pense um programa de educação para os associados com o intuito de melhorar a participação dos mesmos, é impreterivelmente necessário compreender as condições que determinam a participação ou não dos cooperados na instituição.

O cooperativismo agrário, na maioria dos casos, tem como objetivo principal a defesa econômica de seus membros, “e tem seu desenvolvimento fundamentado na participação ativa do associado em todas as atividades da empresa” (GEBLER, OLIVEIRA FILHO, S/D, p.1). Uma das maneiras que busca uma maior participação dos associados nas cooperativas são os comitês educativos, que segundo os

autores, objetivam uma maior “participação direta do agricultor de maneira organizada e sem deslocamentos contínuos dos mesmos”, e que invariavelmente condicionam o “afastamento ou ausência do associado dos atos importantes de sua cooperativa” (GEBLER, OLIVEIRA FILHO, S/D, p.2).

Nesse sentido, um dos problemas que vinha sendo mapeado pela direção da Cooperalfa ao beirar os dez anos de constituição, em 1977, era a baixa participação dos associados nas assembleias e não entrega da produção para a cooperativa. Aliás, uma das principais formas de participação do associado são as assembleias, que oscilam muito no quesito número de participantes. A participação geralmente é um problema a ser enfrentado nas cooperativas, principalmente quando seu porte vai aumentando. A assembleia, por ser soberana sobre qualquer instância da cooperativa, é, em tese, o local mais democrático da cooperativa. Em tese, porque geralmente não é assim. “A força de uma assembleia soberana, capaz de destituir uma diretoria, mudar os rumos da política cooperativa, vai demonstrando perda de importância frente a fenômenos de gigantismo empresarial ou de consequente auto-exclusão do processo que a si se imputa grande maioria dos cooperados” (ARAÚJO, 1982, p.165).

Diversos eram os motivos apontados pela diretoria para a crescente baixa na participação dos associados em assembleias da Cooperalfa: distâncias a serem percorridas, condições das estradas, preços pagos pela produção nem sempre maiores, o não pagamento a vista da produção, falta de identificação com o sistema, decorrente principalmente da falta de um trabalho de educação e conscientização cooperativa. Ao analisar os números sobre participação do associado nas assembleias da cooperativa, podemos perceber que a participação sempre foi um problema, um dos principais motivos inclusive para a criação da Unidade de Comunicação e Educação entre 1977 e 1978¹¹⁸.

¹¹⁸ Este foi primeiro nome da Assessoria de Comunicação e Educação. Alguns anos depois mudou para Assessoria de Comunicação e Educação, onde passou a ter uma importância maior no planejamento institucional.

Tabela 4 - Participação dos Associados nas Assembleias entre 1967 e 1977

AGO ¹¹⁹ ou AGE ¹²⁰	Data da assembleia	Associados	Participantes da assembleia	Percentual de participação
AGE ¹²¹	29/10/1967		37	
AGO	28/07/1968	530	141	26,6%
AGE	12/08/1968	538	47	8,7%
AGE	02/02/1969	1012	63	6,2%
AGE	14/04/1969	1012	12	1,19%
AGO	28/07/1969	1096	385	35,12%
AGE	18/02/1970	1714	518	30,22%
AGE	08/06/1970	1914	191	9,9%
AGO	10/07/1970	1919	692	36% (eleição)
AGO	24/07/1971	1951	221	11,3%
AGE	25/09/1971	1948	148	7,5%
AGE	23/06/1972	1850	33	1,7%
AGO	22/07/1972	1816	62	3,41%
AGE	16/03/1973	1765	192	10,87
AGO	27/07/1973	1543	404	26,1% (eleição)
AGE	17/09/1973	1498	11	0,73%
AGE	21/12/1973	1474	46	3,1%
AGE	15/04/1974	1464	55	3,7%
AGO	22/07/1974	1444	152	10,5%
AGE	28/10/1974	1620	79	11%
AGE ¹²²	27/11/1974	1517	399	26,3%

¹¹⁹ Assembleia Geral Ordinária, que acontece obrigatoriamente uma vez ao ano, para prestação de contas.

¹²⁰ Assembleia Geral Extraordinária, que acontece toda vez que for necessária a aprovação ou não de algum assunto de interesse dos cooperados.

¹²¹ Esta assembleia foi de reformulação de estatutos da Cooperativa Triticola, onde ela foi transformada em Cooperativa Agropecuária. Apesar de não ter mudado de CNPJ, ela mudou o nome, por isso essa data é usada como referência a criação da Cooperalfa.

¹²² Essa assembleia foi de incorporação da Cooper Xaxiense, estiveram presentes também 154 associados dessa cooperativa. A partir de 1975, a incorporação deu origem ao nome Cooperalfa.

AGO ou AGE	Data da assembleia	Associados	Participantes da assembleia	Percentual de participação (incorporação)
AGE	17/12/1974	2759	46	1,6%
AGE	31/03/1975	3155	37	1,1%
AGO	31/03/1975	3042	718	23,6% (eleição)
AGE	15/07/1975	3567	82	2,30%
AGE ¹²³	05/12/1975	3847	14	0,36%
AGO	15/03/1976	3863	1047	27,1%
AGE	15/03/1976	3890	826	21,23%
AGO	01/03/1977	4765	1524	31,9% (eleição)
AGE	01/03/1977	4765	200	4,1%
AGE	26/12/1977	5180	112	2,1%
				Média de Participação 12,85%

Fonte: Prates (1981), complementada pela autora.

Segundo os dados, temos uma média de participação de 12,85%, chegando em três momentos a ser de menos de 1%, além de nunca ter ultrapassado os 36%. Podemos perceber uma maior participação dos associados nos anos em que há eleição, como demonstrado, ou algo mais polêmico que esteja acontecendo, como, por exemplo, a incorporação da Cooper Xaxiense em 1974. No ano de 1976, houve uma participação maior porque se iniciou uma experiência de comitê educativo em 1975, que buscou fazer com que os associados se conscientizassem mais sobre a importância da participação. Em relação ao início da década de 1970, não tem como saber ao certo porque houve um pico na participação. Pelas demais pesquisas realizadas, supõe-se que seja devido a criação da Cooperativa Central, que passou a comprar e industrializar os suínos dos associados. Isso motivou o associado a participar mais e chamar mais agricultores a se associar. Vale lembrar também que nesta época não havia ainda as chamadas pré-assembleias¹²⁴. Outros fatores que interferem no nível de participação

¹²³Nesta assembleia foi aprovada a incorporação da Cooperativa Laticínios de Chapecó(da qual havia 15 sócios) e da Cooperativa Madeireira (11 associados desta se faziam presentes). Mas na AGE somente foram contabilizados os associados da Cooperalfa, por ser uma AGE da Cooperalfa.

¹²⁴As pré-assembleias passaram a acontecer depois da criação da Assessoria de Comunicação e Educação. Devido as distâncias, passou-se a fazer reuniões nas comunidades com uma prévia dos números que seriam apresentados na

em assembleias têm a ver com a época (data que coincidem com épocas de colheita ou plantio podem diminuir a participação) e os temas debatidos. Quando mais discutível o tema, maior a participação.

Para Prates, a baixa participação se origina na forma como a cooperativa foi organizada. Segundo a autora, a nova política de incentivo ao cooperativismo que se intensificou na década de 1960 no Brasil, apesar de bons propósitos, teria, no entanto “[...] origem defeituosa, pois a ideologia do movimento cooperativista propõe que sociedades cooperativas sejam organizadas pelos próprios usuários [...] dando destaque especial ao caráter voluntário, autônomo e democrático de sua organização” (1981, p.23). A Cooperalfa, nos seus primórdios, foi criada através das políticas de incentivo ao trigo da década de 1950. Como já foi citado, o Banco do Brasil e o INCRA¹²⁵ encabeçaram este processo e durante muitos anos fiscalizaram as atividades da cooperativa. Por isso,

No presente caso, o movimento cooperativista não brotou do seio rural, nem representou a ação consciente do agricultor. Este apenas recebeu com relativa expectativa a iniciativa estatal, aguardando benefícios, mas sem consciência de que sua efetiva participação era vital para o bom êxito do empreendimento. Apenas um pequeno grupo, reunindo os que tinham maior vivência nos meios bancários e econômicos, através de contatos diretos com os agentes financeiros, demonstrou entusiasmo. Os agricultores de um modo geral, entretanto, aceitaram as novas medidas sem a necessária convicção (PRATES, 1981, p.23).

Certamente a origem das cooperativas tem a ver com o índice de participação, mas a forma como o processo é levado tem uma força maior ainda sobre a participação ou não dos cooperados em sua entidade. Nos primeiros anos da cooperativa havia apenas o apelo para a participação, sem um trabalho específico de formação para o cooperativismo. Podemos perceber já nas atas da Cooperativa Triticola que a solicitação para uma maior participação dos associados era uma

assembleia geral. Isso para facilitar o acesso dos associados aos números, mas principalmente para diminuir custos em relação ao transporte e almoço dos cooperados no dia da assembleia geral.

¹²⁵Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

constante. Na ata da segunda reunião após o início da cooperativa, numa AGE – Assembleia Geral Extraordinária, de 11/04/1959, Giácomo Plínio Sirena, contador, tomou a palavra e disse, entre outras coisas:

Ressaltando a necessidade de haver coesão entre os associados e de haver, de modo especial, honestidade dos cooperados para com a cooperativa, fato que não se demonstrou totalmente na última safra do trigo, pois que diversos associados preferiram desviar seu produto para outro escoadouro, furtando-se, assim, do compromisso assumido, e ficando sujeito a sua exclusão do quadro social.

No mesmo ano, uma AGO – Assembleia Geral Ordinária, não aconteceu por duas vezes por não ter o mínimo de pessoas exigidas por lei para a aprovação das contas, nos dias 31/10/59 e 15/11/59. Essa assembleia aconteceu na terceira data estipulada, em 28/11/1959, onde inclusive foi aprovada a cobrança de uma multa aos associados não fiéis. “Multa imposta aos associados que fizeram as vendas do trigo diretamente a moinhos ou comerciantes”. Vale lembrar que a área de abrangência da cooperativa, enquanto Tritícola, ia de Chapecó até a divisa do Brasil com a Argentina, uma região grande, com em torno de 200 km de extensão.

Além das distâncias dificultarem a entrega da produção, a maioria dos agricultores do oeste catarinense oriundos do Rio Grande do Sul, além de não conhecerem bem o cooperativismo, traziam consigo as más experiências de cooperativismo daquele estado. Devido a falta de conhecimento ou desonestidade de muitos administradores de cooperativas gaúchas, a maioria das pessoas tinha desconfianças com o sistema. “Cooperativa na cabeça de muita gente do oeste catarinense era sinônimo de pilantragem [...] O agricultor tinha toda razão de entrar numa reunião de cooperativa não com um pé atrás, mas com os dois pés atrás” (FRANCO, 2012). Para Serrano, naquela época, cooperativa era vista “Como antro de ladrão” (SERRANO, 2012). E problemas com cooperativas havia não apenas no estado vizinho: a própria Tritícola foi uma experiência frustrante, além de muitos outros casos Brasil afora. “Meu pai era sócio da tritícola e não se associou na Alfá. Não queria que eu me associasse” (LUZZI, 2015). Franco aponta que o problema do insucesso de muitas cooperativas se devia a forma que eram organizadas as cooperativas.

O Ministério da Agricultura nomeou o Banco do Brasil como agente agrícola, quando criaram a carteira agrícola. E a maneira mais fácil de chegar no tomador do empréstimo eram as cooperativas. E nomeou o banco como o responsável pela criação institucional de cooperativas, geralmente no papel. Pegava a lei, mandava juntar 20 a 25 agricultores mais conhecido do gerente do banco e constituía uma cooperativa. Pegava o mais esperto, que as vezes nem era agricultor, e nomeava como presidente. E esse cara passava a fazer transações de altíssimo valor sem que o agricultor tivesse acesso a esses números, as vezes não havia transparência. E infalivelmente, faliu algumas dessas cooperativas. E aqueles agricultores que confiavam...tiveram agricultores que praticamente foram a falência por causa de algumas experiências (FRANCO, 2012).

Somado as dificuldades de locomoção até a matriz e o frágil conhecimento da doutrina cooperativista, estes três fatores foram apontados pela diretoria como os principais responsáveis pela baixa participação dos agricultores nas assembleias da Cooperalfa.

Além da preocupação com o índice de participação, uma das medidas tomadas pela cooperativa para tentar sanar o problema, segundo PRATES (1981), foi a criação de Comitês Educativos em 1975, devido a uma exigência do PROESTE. Já na ata da AGE de 17/12/1974, a constituição de comitês educativos foi instituída para atender a uma exigência do PROESTE, que no seu item 3, sobre doutrinação, cobrava que “Até dezembro de 1974 todas as cooperativas e postos das mesmas devem possuir seu comitê educativo implantado” (PROESTE, 1970). Segundo Prates, “A partir de 1976, a presidência passou a realizar reuniões nos diversos postos, estreitando os contatos com o agricultor e integrando-o intensivamente na vida da cooperativa”. Para a autora, não se pode dizer que esta iniciativa foi um sucesso, mas segunda consta num relatório da diretoria enviado ao INCRA, “[...] dos quatro mil e setecentos e oitenta associados em 1976, dois mil seiscentos e quarenta compareceram efetivamente nas reuniões, com média de cento e vinte pessoas em cada encontro” (PRATES, 1981,

p.120). Podemos verificar que ao se aproximar mais do associado¹²⁶, a cooperativa tem uma adesão de 55% nas reuniões, além de aumentar a participação dos associados nas assembleias. Se observarmos os números da tabela de participação dos associados nas assembleias, podemos verificar que nos anos de 1976 e início de 1977, a participação dos associados aumentou. Mas, sem um departamento organizado, que trabalhasse continuamente com o doutrinamento, no final de 1977 a participação novamente volta a cair. Nesse sentido, defende Schneider,

Educar para a cooperação é uma tarefa difícil, pois as pessoas nascem e vivem num contexto de concorrência, de individualismo, do crescimento deixando os outros para trás. Não se consegue mudar uma situação de concorrência para uma situação de ajuda mútua de uma hora para a outra. Desencadeia-se um processo, cujo resultado geralmente só se obtém a longo prazo. Por isso, também, deve enfatizar-se na educação cooperativa seu caráter de educação permanente (SCHNEIDER, 2003, p.14).

Levar a sério a educação permanente do quadro social é um compromisso que poucas cooperativas tem assumido. E na década de 1970, eram mais raras ainda as que o faziam, e quando faziam, não tinham recursos para um trabalho contínuo. Eram tantas as necessidades de melhorias estruturais da cooperativa nos primeiros anos e atendimento a necessidades básicas dos associados que a educação ficava em segundo plano. É bem provável que se não fosse o Estado cobrando a implantação dos programas que incentivavam a participação dos associados, a maioria das cooperativas teria demorado muito mais para fazê-lo, ou quem sabe, teria acabado como muitas cooperativas acabaram, inclusive a tritícola: fechadas, por falta de consentização do seu associado.

Parater uma melhor compreensão da efetivação do Programa de Educação e Comunicação na Cooperalfa, é necessário entender o

¹²⁶Para Prates (1981, p.120), existem algumas hipóteses que acabam influenciando na baixa participação do associado nas assembleias. São elas: grandes distâncias físicas entre a cooperativa e o associado, precariedade dos meios de transportes e das estradas, falta de canais de comunicação que atinjam a população rural e desinteresse do associado pelo movimento, uma vez que ele foi induzido, e não encabeçado por eles.

contexto de contratação do comunicador que dirigiu o projeto. No ano de 1976, Homero Franco atuava em Chapecó com uma agência de propaganda. Na versão do comunicador, havia uma “[...] amizade com a direção da cooperativa em função do meu trabalho de jornalista, e fui chamado para ajudar a preparar a festas de 10 anos da cooperativa em 1977, para ser o homem da comunicação, a pessoa que responderia pelo brilho, pelo verniz da festa dos 10 anos da Cooperalfa” (FRANCO, 2012).

Conforme Franco, a festa foi um sucesso absoluto. E hoje ainda na cooperativa se houve ainda falar da magnitude dessa festa e da esperança que havia de que o cooperativismo iria para frente. Além da satisfação dos associados com os festejos, realizados na Colônia Cella, comunidade no interior de Chapecó e morada de vários dos fundadores, Franco teve certeza de que seu trabalho tido respaldo positivo quando foi fazer a prestação de contas do evento e recebeu uma proposta do então presidente Aury Bodanese. Ele aceitou o convite para continuar com o trabalho de comunicação, mas não tinha noção clara do tipo de trabalho que iria realizar. Perguntou então ao presidente: “Porque eu devo trabalhar na Cooperalfa? O que você espera de mim?”. E recebeu a seguinte resposta “Queremos um o agricultor que seja mais fiel, mais entregador do produto, mais participante, venha mais nas assembleias, não crie tantas incomodações” (FRANCO, 2012). Pela sua facilidade de comunicação, ele foi visto como a pessoa ideal para “cativar” o associado, já que o presidente, Aury Bodanese, apesar da confiança que tinha dos associados, tinha muita dificuldade de relacionamento e de comunicação. Para Dal Bosco, que trabalhou com Franco, “O Homero tinha um discurso que quase hipnotizava as pessoas. E isso eram habilidades que o presidente da cooperativa não tinha, sua comunicabilidade com os associados era precária” (DAL BOSCO, 2012).

Segundo o comunicador, um dos problemas que o presidente tinha com os associados eram as assembleias. Conforme o estatuto, existem dois tipos de assembleias: a AGO e a AGE. Como não havia canais de comunicação efetivos entre associados e cooperativa, uma das poucas oportunidades que o associado tinha para se manifestar eram as assembleias. O que acontecia era que os associados falavam de suas necessidades ou então reclamavam de algo durante um momento considerado inadequado, durante a assembleia que tinha pauta prévia para ser discutida, e isso acabava atrasando o término da mesma. Para o comunicador

Se ficava lá perdendo horas ou minutos preciosos tentando responder perguntas de gente que atravessava a ordem do dia. E isso incomoda qualquer dirigente empresarial. Se tiver uma assembleia que tem que acontecer normalmente em três horas, [...] você tem o balanço para apresentar, tem o relatório, você tem um monte de coisas para aprovar, tem que mexer no estatuto[...] aí tem um cara levantado lá dizendo assim, pois é, mas eu...ele não está discutindo aquilo que está na ordem do dia. Ele está achando um assunto lá não sei da onde. Isso incomodava, ele (o presidente) queria uma maneira que evitasse ser desta maneira. Para que o agricultor tivesse maior informação e de certa maneira parasse de incomodar. Era uma maneira de tornar esse cara um partícipe informado e não um reclamão (FRANCO, 2012).

Ao falar sobre os associados que levantavam e reclamavam, falando de “coisas que não estavam na ordem do dia”, foi indagado pela autora desta pesquisa se essa atitude de argumentar e questionar num momento considerado inadequado era reflexo da falta de canais de comunicação da cooperativa com o associado. “Sem dúvida. Quando não há informação, há dúvida. E aqueles mais soltos, mais ativos, se levantam lá no meio, quebram a ordem do dia. E agora você imagina um dirigente da assembleia dizer para o cara “O senhor, não estamos discutindo isso que o senhor está trazendo aí”. Imagina se isso funciona” (FRANCO, 2012).

Pelo perfil de poucas palavras e às vezes nada simpático do presidente, podemos analisar o problema que isso podia causar com algumas pessoas. Nem todos compreendiam a tom ríspido que o presidente falava e muito menos tinham compreensão de aquele não era o momento certo. Conforme B.G., primeiro faziam as reuniões e no meio dia tinha churrasco. Na hora da votação dos números e das propostas da assembleia, funcionava assim “Quem tá contra levanta em pé, quem tá a favor fica sentado. A maioria ficava sentado e ele dizia tá aprovado. E os poucos que levantavam geralmente não falavam, porque não deixavam falar. Maioria falavam que ele (Aury) fazia como bem entendia” (B.G., 2015). Ainda conforme o associado, alguns vizinhos seus diziam que “a gente era uma tropa de burro por aceitar tudo assim”.

Para Cella, ainda havia ainda o problema da falta de comunicação dos associados. “Muitos não reclamavam porque tinham dificuldade de se expressar” (C. CELLA, 2012). Ao mesmo tempo em que a direção sabia que não havia outro espaço para o agricultor se manifestar, não queria que os trabalhos programados da assembleia fossem interrompidos¹²⁷. Além do mais, uma multidão insuflada¹²⁸ contra um ato da cooperativa ou fazendo uma exigência seria difícil de ser controlada. Ainda na década de 1980, com a criação das pré-assembleias, grande parte desse problema de falta de espaço para participação foi minimizado.

O início do trabalho da Assessoria de Comunicação e Educação foi de estudo e adaptação durante as primeiras semanas. Adaptação ao modelo de trabalho cooperativo e estudos para entender de comunicação e educação no cooperativismo. Um pouco de comunicação já era realizado pelo setor técnico, mas que se restringia mais a uma comunicação mais técnica, voltada a modernização agrícola. Franco define assim sua função:

[...] minha função era exatamente reforçar o departamento técnico que a cooperativa já tinha, e esse departamento estava sendo conduzido pelo Elói Frazzon. Entrei na equipe, fiquei umas semanas me orientando, organizando, descobrindo, aprendendo, e iniciamos um trabalho de campo, destinado a conquistar a confiança do agricultor associado. Era um momento difícil para a cooperativa porque ela ainda não estava completamente consolidada como hoje está, o agricultor tinha desconfianças, ele não era fiel. Havia o intermediário que atuava nesse campo e concorria com a cooperativa, e muitas vezes até quem sabe com vantagens para o agricultor, e nós precisávamos obter dele o seu aval, a sua confiança, para que a cooperativa pudesse continuar investindo, melhorar os serviços (FRANCO, 2012).

¹²⁷Havia os que argumentavam dizendo que a votação era propositalmente antes do almoço, já com o cheiro de carne invadindo a reunião. Como a maioria dos agricultores havia saído muito cedo de casa, as vezes ainda escuro, a fome era grande. Com fome, havia uma preocupação maior de comer do que ficar debatendo assuntos da cooperativa.

¹²⁸Muitas das assembleias aconteciam com presença e milhares de associados.

Como o comunicador não tinha experiência com trabalhos de educação com cooperativas, segundo ele, foram realizadas algumas visitas a experiências de comunicação e educação cooperativa pelo Brasil. O trabalho de educação, apesar de constar nos princípios do cooperativismo desde os Pioneiros de Rochdale, era incipiente em quase todas as cooperativas brasileiras. Somente depois da lei do cooperativismo de 1971 e da criação da OCB é que algumas cooperativas passaram a organizar os chamados comitês educativos. “O comitê era uma coisa que naquele momento se falava à nível de OCB. Havia dentro da lei das cooperativas um dispositivo que meio que recomendava que as cooperativas possuissem um comitê educativo” (FRANCO, 2012).

Franco citou que o presidente Aury conhecia alguns trabalhos de educação cooperativa em outros estados, onde o cooperativismo era mais antigo e organizado. Sugeriu que os fosse conhecer

Fui conhecer esses trabalhos e descobri publicações sobre comitês educativos de vários escritores, que tinham publicado qualquer coisa nesse sentido. Na visita que se fez a Cotrijui (RS) e a Coamo (PR), a gente percebeu alguma coisa que eu não queria fazer, alguma maneira de trabalhar lá que eu não queria fazer dentro da Cooperalfa porque eu achava um pouco absurdo. Lá era um trabalho assim vamos dizer de cala a boca. Eu queria um trabalho em que o agricultor fosse considerado membro efetivo das decisões (FRANCO, 2012).

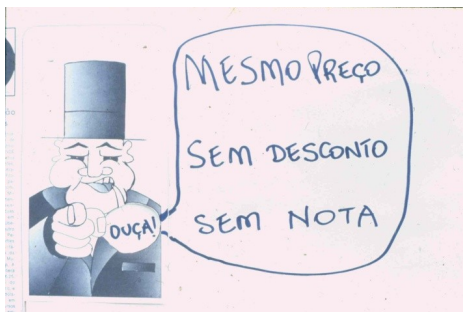
Com essa finalidade exposta para a direção, alguém poderia perguntar: e o presidente, com seu estilo centralizador, o que pensou desta intenção? Segundo o comunicador, ele teve um pouco de resistência. Aury achava que isso poderia ser um tiro no pé. “Ai convencemos ele que íamos fazer todo o possível para que fosse um tiro no alvo. Eu tinha certeza absoluta que aquele cara lá do interior, trabalhador, simples mão calejada, sofrido, jamais iria criar problema¹²⁹ para a cooperativa” (FRANCO, 2012). Para que esse objetivo se concretizasse, foram reativados os comitês educativos.

¹²⁹O problema que ele se referia era o medo de que o incentivo a participação pudesse insuflar associados a querer disputar a presidência da cooperativa.

Algumas semanas se organizando e visitando outras cooperativas foram primordiais para a execução do trabalho, pois efetivamente, o responsável pelo departamento não tinha experiência com o trabalho de educação cooperativa. Conforme Franco, foi descobrir bibliografias da área, conhecer a estrutura da cooperativa, conversar muito com o presidente para perceber suas expectativas e falar com associados sobre suas angústias, suas dificuldades, suas necessidades.

A partir então dos estudos e visitas, foi implantado o projeto de educação cooperativa que buscava melhorar a participação efetiva do associado nas decisões da cooperativa. Conforme notamos no depoimento e na Figura 22, uma das preocupações que a cooperativa tinha deslegitimar a ação dos comerciantes. Seus argumentos contra eram de que eles prometiam vantagens imediatas muitas vezes melhores que a cooperativa, principalmente no quesito preço e não pagamento de imposto, mas que vender para esses comerciantes não valia a pena, pois eles não davam toda a assistência que a Cooperalfa dava, além de não recolherem os impostos que o governo usaria para investir em estruturas na região.

Figura 22 - Slides usados para falar sobre a ação de comerciantes que oferecem a compra de produtos com o mesmo preço da cooperativa e prometem não descontar os impostos





Acervo: CEMAC

Para o agrônomo responsável do departamento técnico, as reuniões e treinamentos eram de suma importância para mostrar aos associados sobre as diferenças entre casa comercial e a cooperativa, e que nem sempre vantagens imediatas seriam as melhores opções, além de ressaltarem que o comerciante não oferecia assistência técnica gratuita como a cooperativa disponibilizava. Para Oliveira, “A gente ia eleger lideranças e foi se construindo um laço de confiança” (OLIVEIRA, 2012). Um trabalho educativo que não se realizava nos primeiros anos da cooperativa e que foi ganhando corpo com a criação da Assessoria de Comunicação e Educação. Para OLIVEIRA, os colaboradores do programa de comunicação e educação acabaram sendo “o para-choque da cooperativa. A gente tinha muita reclamação, o que nós passamos de percalços, que críticas, de “xingões”. Porque? Porque a cooperativa nunca tinha conversado com os agricultores” (2012). A incorporação desse discurso pode ser percebida na fala de Pagliari.

Os comerciantes pagam a mais. Se a cooperativa paga 10 às vezes ele paga onze, mas o compromisso dele para ali, a cooperativa não, ela é um apoio a quem você pode recorrer, um técnico se precisa ele vem te atender, se precisa de uma análise solo a cooperativa te atende. O importante é que tu tem alguém ali que está do teu lado (PAGLIARINI, 2015).

O que a cooperativa buscava ressaltar nas reuniões era que essas vantagens que os comerciantes ofereciam nem sempre eram vantagens, pois o comerciante não lhe oferecia a semente e o adubo para pagar na

safra¹³⁰, não oferecia assistência técnica, veterinário, cursos, e principalmente, buscava-se conscientizar o associado de que ele era o dono da cooperativa, que se ele vendesse para o concorrente, no caso o comerciante, ele estaria ajudando a destruir uma coisa que não era do presidente, nem da diretoria, era sua. Para isso, usavam imagens que comparavam o associado “traidor” a Judas, como pode ser visualizado na Figura 23. Numa região onde as crenças religiosas estão presentes intensamente na vida das pessoas, essa associação gerava impacto. Segundo Franco, essa linguagem era usada porque o associado sabia dessa obrigação quando se associou. “Se ele aderiu consciente de que seria dono da cooperativa (no caso co-dono), sempre que ele entregar sua produção fora da cooperativa, caracterizar-se-á um ato de traição” (2008).

Figura 23 - Slides usados para fazer orientação sobre fidelidade cooperativa



O associado “traidor” que vende a produção para o comerciante...



...acaba destruindo o que é dele mesmo.

Acervo: CEMAC

A “traição” no sentido de vender a produção fora da cooperativa estava inclusive colocada no estatuto como um dos quesitos que poderiam ser usados para eliminar o associado da cooperativa. “Além de outros motivos, o Conselho de Administração deverá eliminar o associado que: a) deixar de entregar a sua produção à Cooperativa, desviando ao comércio intermediário” (COOPERALFA, 1981). Outro argumento que também era usado e funcionava muito bem, segundo os técnicos, era comparar o associado da cooperativa ao dono de um

¹³⁰Muitos dos comerciantes, apesar da cooperativa falar ao contrário, ofereciam insumos agrícolas e gêneros para a casa para serem descontados também na entrega da safra.

açougue: “não tem lógica nenhuma alguém ser dono de um açougue e comprar a carne para seu consumo no açougue concorrente”, apontavam. Em toda a história da cooperativa, a não venda da produção para a cooperativa foi o maior motivo de eliminação de associados. 100% dos entrevistados confirmavam que havia este problema, pois muitas vezes os comerciantes ofereciam um pouco a mais pelo produto, pagamento a vista e compra de produto sem nota, para que o produtor não pagasse FUNRURAL.

Mas a dificuldade da participação percebido na Cooperalfa não era problema exclusivo da mesma. À medida que as cooperativas cresciam economicamente, diminuía a participação do associado, como podemos notar no gráfico número um. Quando Schneider fala dos problemas que a Cotrijuí teve no Rio Grande do Sul nas décadas de 1970 e 1980, as dificuldades eram iguais, e a busca da solução também.

Os novos problemas gerados com o crescimento da organização resultaram numa diminuição da identificação e do compromisso do associado com sua cooperativa. Surgia um número crescente de associados cada vez mais alheios a sua organização que percebiam não mais lhes pertencer. Foi então em plena crise de identidade do quadro social, que se desencadeou o trabalho de comunicação e de educação cooperativa e a nucleação do quadro social, para, através desta articulação de caráter local e pequeno, tentar resgatar sua participação (SCHNEIDER, 1999, p. 293).

Ainda que organizar o quadro social e ter como princípio a educação motivadora fossem objetivos centrais, a Assessoria de Comunicação e Educação da Cooperalfa, na pessoa de seu organizador, objetivava também a “[...] participação nas decisões do conselho de administração, colaborar com as assembleias gerais, estender a questão das decisões a um número maior de cabeças” (FRANCO, 2012).

Uma das dificuldades de grande parte das cooperativas de meados do século XX até o final dos anos 1980 era justamente essa centralização de poder de suas diretorias, uma quase “ditadura” de decisões que eram tomadas e informadas aos associados, sem uma ampla consulta a eles, orientada também pelo regime nacional de ditadura que predominou nesse período. E a década de 1980, mesmo sendo um período de abertura democrática, apresentava dentro da Cooperalfa fortes resquícios desse sistema, onde o presidente era o

detentor do poder. Para o comunicador, um dos desafios era essa descentralização do poder.

No começo eu tive alguma dificuldade, porque eu acho que a gente pode perfeitamente ter uma visão de que as cooperativas tinham um sistema centralizado. Hierarquizado, centralizado, piramidal, em que o presidente era o rei. Os conselheiros participavam relativamente, mas o grande comando, o grande direcionamento que se dava para a cooperativa partia da cabeça do presidente, que era o líder maior, e mais ainda da Alfa, que tinham um Aury Bodanese, homem de tremenda inteligência, e de muita liderança (FRANCO,2012).

Descentralizar as decisões, dar mais voz aos associados, abrir os números para que eles pudessem acompanhar o andamento da cooperativa eram ações que não agradavam muito a direção, pois poderia dar vez à formação de novas lideranças ou oposições políticas. O presidente, que já estava no poder há dez anos quando da criação do programa, era visto por muitos como insubstituível, mas, como era uma pessoa muito envolvida com a política, acabava gerando inimigos políticos que também desejavam estar na presidência da Cooperalfa, tanto de pessoas de dentro da cooperativa quanto de fora. Segundo o comunicador, ele foi alertado sobre os efeitos dessa abertura de poder, mas, na sua opinião,

A grandeza desse homem, mais uma vez, fez com que ele não fosse engolido e pudesse contar com a batuta dele, que era um grande administrador, mas tinha o seu jeitão de levar as coisas. Quando nós dissemos para ele que agora era preciso democratizar, e se essa democratização custar tua cabeça, você vai ter que apostar. Porque esta cabeça pode cair com ou sem a democratização que estamos propondo. Ele disse: pode tocar em frente, que se eu não for mais o presidente, eu quero que a cooperativa vá para frente (FRANCO, 2012).

Segundo o comunicador, mesmo sabendo que o trabalho de comunicação poderia reforçar a possibilidade de perder a presidência,

ele achou que fazer esse trabalho de fidelização poderia ajudá-lo mais do que ameaçá-lo¹³¹. E a criação dos comitês educativos foi uma das ações do setor. Para Dal Bosco, que faz parte da equipe de comunicação da Cooperalfa desde 1982, “A comunicação social fez o trabalho de angariar a participação do associado no projeto de cooperativa. As reuniões eram o maior meio de participação, vamos chamar de doutrinar os associados, capacitar para eles entender o papel da cooperativa” (DAL BOSCO, 2012).

Na opinião dos responsáveis, o trabalho que a equipe de educação e comunicação realizou mostrou muitos resultados positivos tanto para cooperativa como para associados, principalmente no que tange ao aumento no número de associados, na conscientização da importância da participação do associado na cooperativa e na formação de lideranças nas comunidades. Algumas pessoas inclusive acreditam que a oferta de um trabalho para o comunicador chefe em Florianópolis, depois de seis anos de trabalho, acabou sendo de escolha do presidente da Cooperalfa, que era muito influente politicamente, e estava com medo do carisma do comunicador/educador ameaçar sua presidência.

5.2 PÚBLICO ALVO E MATERIAL DIDÁTICO

Em qualquer análise histórica, torna-se necessário conhecer o perfil e o local onde o objeto em questão está inserido. Ao analisarmos a atuação do Departamento de Comunicação e Educação da Cooperalfa, um ponto fundamental foi identificar com que público a equipe trabalhou e os materiais que usaram para passar a mensagem desejada. Defende CERTEAU que qualquer pesquisa historiográfica “[...] se articula com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural[...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe são propostas, se organizam” (2002, p.67).

Levar em conta o contexto regional e global em que o cooperativismo agrário estava inserido naquele momento e o contexto social/cultural das famílias compõe base necessária na definição de um programa técnico/educativo que alcançasse o objetivo de formar um

¹³¹O comunicador, antes de trabalhar na Cooperalfa, tinha relações estreitas com a igreja e seus grupos de reflexão, além de sindicatos rurais. Essas organizações muitas vezes criticavam a cooperativa pela forma com que ela conduzia suas políticas. Então Franco conhecia bem o que poderiam ser o alvos das críticas externas e trabalhou esses aspectos em favor do presidente.

sujeito novo. “A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade [...] Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”) nem a-tópica (sem pertinência)” (CERTEAU, 2002, p.77).

Enunciar a conjuntura em que a Cooperalfa estava inserida permite que se possa demonstrar uma história que estava entrelaçada com uma estrutura maior, que era o projeto modernizante do Estado, ao contrário do que se vê em alguns materiais institucionais da Cooperalfa, onde o trabalho realizado era colocado como sendo “único”, realizado por “abnegados cooperativistas” que se doaram por um ideal.

Sem ter um programa de comunicação e educação efetivo antes de 1977, a principal referência de um trabalho educativo se baseava na comunicação técnica/educativa realizada pelos extensionistas rurais, cedidos pela ACARESC à Cooperalfa¹³². O extensionista rural era geralmente agrônomo (no caso dos homens) ou especialista em economia doméstica (no caso das mulheres). Aliás, como já vimos anteriormente, o Estado atuava intensamente dentro das cooperativas, seja na fiscalização, no financiamento, na assistência técnica ou na educação de um novo homem rural, pretendido pelos projetos de extensão rural. Havia tanto as figuras masculinas que atuavam com o homem quantas as extensionistas que faziam trabalhos com as mulheres. O trabalho dos(as) extensionistas para a população rural, segundo FREIRE, “se dá no domínio do humano, e não do natural, o que equivale dizer que a extensão dos seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão” (FREIRE, 1983, p.11).

Os extensionistas tinham então o papel de auxiliar na formação de um novo agricultor, tanto no que cerne a melhoria de produtividade do que produz o agricultor quanto na mudança de hábitos considerados nocivos ao “progresso”. Isso tudo usando materiais e discursos da

¹³² Para Glauco Olinger “Todas as cooperativas de Santa Catarina, sem exceção, a partir de 1968, tiveram o dedo da ACARESC, através dos e das extensionistas que lá atuavam. O Banco do Brasil dava o dinheiro e a ACARESC ensinava a fazer e mobilizava os agricultores junto com a cooperativa em prol do cooperativismo. Vários extensionistas da época viraram grandes cooperativistas como Mário Lanznaster, Elói Frazzon, Willibaldo Schmidt, Luiz Carlos Chiocca, Athos de AlmeidaLopes e tantos outros”. (2014) No caso da Cooperalfa, dois dos extensionistas mais destacados da região, Mário Lanznaster e Elói Frazzon entraram na cooperativa e se tornaram nomes de destaque, com presidência e vice presidência, respectivamente.

extensão rural. Segundo Franco, “o técnico da extensão rural não diferenciava do comunicador. Ele fazia os dois papéis” (2008). Mas a comunicação entre extensionistas e agricultores não contemplava amplamente a tão necessária educação cooperativa. Os profissionais conheciam de cooperativismo, mas não estavam preparados para uma educação cooperativa em sua essência. Por isso a importância de ter um programa próprio de educação do associado, que abrangesse educação técnica e educação cooperativa.

A comunicação dentro das organizações é indiscutivelmente necessária para a consolidação das estruturas internas e para estreitar os laços com o público externo. Dentro das cooperativas, uma comunicação efetiva é indispensável para o fortalecimento das relações entre o quadro social e a administração da cooperativa. Pensando no contexto da educação para o associado, é necessário um profundo conhecimento do perfil do público a ser trabalhado. “O conhecimento e reconhecimento dos destinatários, considerados os públicos a serem trabalhados por meio de mecanismos formais ou informais de comunicação e a determinação de uma escala de prioridades, constituem passo importante para o estabelecimento de políticas internas e externas à organização” (SCHNEIDER, 2003, p.200).

Conhecer bem o público alvo, neste caso o público rural, é fundamental para escolher a linguagem e os materiais a serem usados. Mas, para BORDENAVE, a comunicação rural é muito mais ampla que a informação agrícola ou a extensão rural. Para ele, a sociedade rural constitui-se de um complexo e dinâmico fluxo de informações que é diferente do contexto urbano. É através de canais informais e formais

[...] no seio das comunidades rurais que se processam fenômenos tão importantes para o desenvolvimento agrícola como a imitação e a emulação recíproca, a difusão de inovações tecnológicas e sociais, a emergência de lideranças, os movimentos cooperativistas, a defesa coletiva da ecologia e, em geral, o grande movimento participativo do povo rural na vida da nação (BORDENAVE, 1983, p.8-9).

Nas cooperativas que trabalham com público rural, falar sobre qualquer tema exige dos comunicadores um conhecimento sobre comunicação rural. A comunicação rural tem um diferencial bastante grande principalmente no que abrange os meios usados para alcançar o

objetivo. Segundo BORDENAVE, ela “é um conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessado no melhoramento da vida rural” (1983, p.7). Para o autor, os principais interessados pela comunicação rural “são a população rural, o Estado e as empresas relacionadas com a agricultura”.

No caso da Cooperalfa, não havia uma exigência específica de formação para ser contratado para trabalhar na comunicação com os associados, mas a escolha das pessoas para trabalhar seguia alguns critérios. Se comunicar bem e ter uma “identidade” agrícola eram alguns dos quesitos para trabalhar na Assessoria de Comunicação e Educação. Para Franco, o

[...] mais importante desses critérios era de que essa criatura fosse bem recebida pelo associado. Ele tinha que estar carimbado por uma cultura vinda do interior, do rural. Jamais poderíamos colocar diante dos agricultores alguém, muito urbano, muito cosmopolita, para fazer essa interação, porque o agricultor ia botar o pé atrás[...] não havia uma exigência curricular, tem que ser sociólogo, tem que ser técnico agrícola, tem que ser..., não. Tem que ter alguma coisa de empatia com o agricultor e algum caldo cultural correspondente para fazer esse trabalho [...] (FRANCO, 2012).

A maioria dessas pessoas eram escolhas do presidente, pessoas conhecidas, de sua confiança ou até muitas vezes pedido de associados para algum filho, algum conhecido. Ser de boa índole, ter referências positivas e ser conhecido de alguém de confiança do presidente contava muito na hora da contratação. Esclarecendo que, mesmo sendo muitas escolhas pessoais, as pesquisas indicam que o presidente nunca colocou ninguém apenas por camaradagem. Acreditar e ver sua competência profissional era fundamental para dar uma chance a alguém ou mantê-la na cooperativa.

Pessoas que falassem a língua da cooperativa, dos associados e o uso de material didático entendível a todos foram fatores primordiais para que os programas, tantos técnicos quanto educativos, tivessem resultados. Mesmo que não houvesse critérios rigorosos na seleção de pessoas e escolha de temas a serem abordados, ser aceito pelos associados e estar preparado para todos os tipos de questionamentos,

dúvidas, reclamações era fundamental para permanecer no quadro funcional da Cooperalfa. Para Bordenave, uma dificuldade inerente a população rural é a in-comunicação, lembrando que sua publicação é de 1983.

Não se trata somente de isolamento geográfico, associado as grandes distâncias que as vezes separam fazendas e vilas umas das outras e à precariedade dos transportes ocasionalmente paralisados semanas inteiras pelo mau estado das estradas em tempo de chuva. Trata-se da in-comunicação socialmente determinada pelo analfabetismo e o baixo nível de instrução [...] (BORDENAVE, 1983, p.11).

Entre outros fatores apontados pelo autor, os dois acima citados podem ser mais associados ao caso da Cooperalfa. Segundo Bordenave, essa in-comunicação sugere que “os homens do campo nem sempre conseguem articular com facilidade seus problemas comuns e reivindicar soluções” (1983, p.12).

Era fundamental que a pessoa que trabalhava com a comunicação e educação na cooperativa tivesse a sensibilidade de perceber estas particularidades e ajudar os associados na articulação de suas necessidades e problemas, para então serem levadas a direção para análise. Além de ter este “perfil” rural, era necessário que o comunicador usasse uma linguagem lúdica para uma fácil compreensão por parte do ouvinte. Nas décadas de 1970, 1980, a população rural do oeste catarinense tinha um nível de escolaridade muito pequeno, quando não nulo. Além disso, o associado

[...] criou-se dentro de uma estrutura familiar onde os dialetos imperavam: alemão, caboclo, italiano. Tinha o componente da formação escolar dele, nem todos tinha alguns aninhos de aula, muitos deles quem sabe nem saber escrever sabiam, aprendiam a fazer o nome para poder tirar o título de eleitor para assinar um cheque ou um empréstimo bancário. [...]A imensa maioria, 95% dos agricultores, dá para dizer, não tinham nem mesmo o primário. Isso era um componente complicador, você era obrigada a usar uma linguagem não rebuscada, coisa mais simples para

ele poder entender e decodificar o que é que você estava dizendo para ele (FRANCO, 2012).

Segundo o comunicador, não havia um direcionamento institucional para os métodos de comunicação, mas a equipe se preocupava com o entendimento daquilo que eles passavam aos sócios. Defende Dal Bosco que “A direção não tinha como definir o conteúdo, pois Homero tinha uma pedagogia muito avançada” (DAL BOSCO, 2012). Ressaltávamos comunicadores que o sucesso da comunicação era também o sucesso do profissional, então era necessário provar de todas as maneiras que a comunicação e educação cooperativa estavam sendo bem recebidos.

A equipe falava da necessidade de nós dizermos devagar, nós não usar palavras complicadoras, nem um tipo de gírias ou chavões que se usa hoje. [...] Muitas vezes a gente falava uns minutos e alguém levantava a mão: eu não entendi. Era uma maneira então da gente refazer a maneira de falar. Era uma cultura de servir, de dar ao agricultor aquilo que ele estava precisando, receber como informação. Todo o esforço que se fazia era nesse sentido (FRANCO, 2012).

A partir então do momento que se tinha consciência que de era necessária uma linguagem diferenciada em relação ao público urbano, era fundamental escolher bem as ferramentas de comunicação. Segundo Franco, eles passaram “a adotar o modelo do flipchart, o modelo do retroprojeto, passamos a adotar o modelo do projetor de slides, eu cheguei a fazer cinema, nós tínhamos uma fita que passava para os agricultores” (2012).

Figura 24 - Responsável pelo setor técnico em palestra sobre cooperativismo para os associados, utilizando o que eles chamavam de álbum seriado



Acervo: CEMAC

Perguntado sobre o público específico a que eram destinados esses materiais, o comunicador afirmou que a maioria desses materiais eram preparados para o público alvo, que não era distinguido pela idade ou pelo sexo, pelo menos na fase inicial dos trabalhos. Segundo Franco,

O foco era o sócio desmotivado, receoso, infiel, reclamante, sujeito a votar contra a diretoria se insuflado pela oposição ao modelo capitalista. Os pregadores que assistiam às comunidades eclesiais de base apregoavam que aquelas cooperativas eram braços do sistema capitalista destinados a escravizar os trabalhadores. Na Alfa não se pode falar em jovens, pois a única ação específica para jovens naquela época era um convênio com os Clubes 4S, via Acaresc. Mas, repito e confesso: a cooperativa não captou esta possibilidade e não contra atacou com programas para jovens. Preferiu ganhar primeiro o sócio que estava fugindo pelo vão dos dedos por falta de informação. Programa para jovens veio mais tarde, depois do programa da mulher (FRANCO, 2012).

O esforço principal da equipe se concentrou no trabalho com a formação de lideranças em cada comunidade; líderes esses que seriam braços direitos da direção na busca da fidelidade cooperativa. Em quase todos os materiais que a Alfa usou nos treinamentos para os comitês educativos, usava-se o discurso de que os líderes seriam a ponte entre associado e diretoria. Isso fica evidente numa reportagem elaborada pela Assessoria de Comunicação e Educação para o Jornal da Produção de julho de 1978, baseada na ata do Conselho de Posto¹³³ de Nova Erechim¹³⁴, com o seguinte título “Conselho de Posto: o associado mais perto da cooperativa”. Na época denominada de Unidade, explicava o seguinte sobre seu trabalho e suas ferramentas:

Desde os primeiros dias de maio, a UNICOM – Unidade de Comunicação – daquela Cooperativa vem se reunindo com associados da entidade, em todas as comunidades do interior de sua área de ação. Acompanham a UNICOM, um engenheiro agrônomo que profere uma palestra com base num “álbum seriado”, sobre educação cooperativista, são projetados dois áudiovisuais (um a respeito da Cooperalfa e sua atuação para esclarecimento dos associados e um sobre motivação cooperativista) e um membro da administração da cooperativa discute com associados presentes os problemas porventura existentes que envolvam interesses dos cooperativados e da cooperativa (JORNAL DA PRODUÇÃO, julho 1978).

Além dos materiais como cartilhas, imagens e vídeos usados na educação, encontramos um material usado num seminário, que se denominava “Reflexão, estudo, sugestão: problemas na terra”¹³⁵. Foi usado em seminários realizados para associados da Cooperalfa, onde se discutia questões pertinentes a realidade rural. Num dos subtítulos desse material, chamado “*Conscientização x Ignorância*”, podemos perceber claramente a percepção que os “educadores” tinham sobre seu público e o que esperavam dele. Cita o referido documento que

¹³³ Atualmente com a denominação de Conselho de Líderes.

¹³⁴ Município localizado a 40 KM de Chapecó, e que possui uma filial da Cooperalfa.

¹³⁵ Material que não tem autoria e nem data, mas que com pesquisas de campo conseguimos identificar o seu uso pela equipe de comunicação.

Essa falta de consciência, essa ignorância impede o agricultor de fazer sua própria história. Ele passa a ser a vítima da história. Para acabar com isso, mesmo que leve algum tempo, estamos propondo uma reflexão, um estudo mais profundo e a criação de um processo de sugestão e de decisão sobre os nossos problemas. Queremos sair dessa posição de expectadores para assumirmos a posição de atores e autores de nosso futuro, de nossa história (grifo dos autores).

A tradicional associação de rural/atrasado/ignorante fica bem clara nessas colocações. Inclusive, muitos dos agricultores acreditavam nesse estereótipo que se fazia deles, apesar de haverem muitos casos também de agricultores que protestavam contra esses rótulos depreciativos. Como detentores do conhecimento, das técnicas da ciência e da educação, os comunicadores e técnicos enfatizam a necessidade de superar hábitos “ultrapassados” e adotar modos de vida mais modernos. O mesmo documento continua citando:

Diz um velho ditado que “o hábito do cachimbo faz a boca torta”. Os nossos produtores rurais, ao longo dos anos, vão adquirindo hábitos e costumes que por vezes se colocam frontalmente contra a evolução de nossos dias. Hábitos e costumes que no passado a gente mantinha, hoje precisam ser reformados, porque os tempos são outros, a humanidade caminha rápido demais por direções e caminhos que podem ser perigosos.

No discurso da assistência técnica e dos comitês educativos, podemos perceber algo que Mendonça cita em relação ao poder que poderia exercer o conhecimento sobre o indivíduo rural e sobre sua vida. “Em matéria de educação rural, o progresso constituía-se numa promessa para todos, porém num privilégio de muito poucos, além de subordinados aos ditames da ordem” (MENDONÇA, 1998, p.34). Segundo SERRANO, que fez parte do conselho de administração da Cooperalfa, a cooperativa oferecia “[...] os veterinários que iam na casa do colono, ensinavam eles a trabalhar, tinha os engenheiros agrônomos. [...] Os agricultores progrediram mais ou menos duas gerações” (2008).

Podemos perceber nas citações anteriores que a possibilidade de progresso como agricultor era relacionada ao saber que a Cooperalfa

oferecia através de seus técnicos. Esse programa educativo era muito parecido com outros programas de educação da população rural que se espalhavam pelo país afora, que eram “[...] revestido por um caráter “pedagógico” e “civilizatório” das ditas massas rurais, ignorantes e inertes” (MENDONÇA, 1998, p.29). A grande aceitação desta forma de educação pode também ser relacionada ao discurso competente, citado por CHAUI “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele na qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (1982, p. 2).

No caso do programa de educação da Alfa, o discurso competente estava relacionado ao saber dos técnicos e dos educadores, que não eram “qualquer um”: eram os detentores do conhecimento necessário para a mudança do rural atrasado para o rural moderno. Segundo CHAUI, os discursos competentes “[...] são aqueles que ensinarão a cada um como relacionar-se com o mundo e com os demais homens”. Mas esse discurso “[...] não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo” (CHAUI, 1982, p.13). Os associados eram levados a acreditar que as mudanças no modelo de produção e no seu modo de vida eram necessários para não ficarem para trás e não serem os atrasados de um modelo de agricultura “moderna”.

Apesar deste suposto aceitar de um discurso que se diz competente, que poderia levar a uma “submissão” dos associados aos ideais da cooperativa, podemos apontar aqui os estudos de Mendonça, que cita falas de Luz Filho e Brito¹³⁶, onde defendem o cooperativismo como forma de fortalecimento do pequeno produtor rural, muitas vezes sujeito a ação de comerciantes e atravessadores oportunistas.

Auxiliar na busca do combate a “ignorância” do associado produtor rural era o trabalho conjunto da cooperativa com a ACARESC, realizando alianças principalmente com os Clubes 4S. O trabalho com esses clubes era muito bem visto pela cooperativa, pois “moldava” um novo jovem no meio rural: produtivo, disciplinado e consciente da sua responsabilidade pelo futuro da nação. Ao aliar o trabalho de educação cooperativa com a educação da ACARESC tinha-se a possibilidade de ter um associado “ideal”.

Numa região onde um dos poucos meios de comunicação era o rádio, em que a televisão era rara, as fotos eram quase todas em preto e

¹³⁶Luz Filho, 1931 e Brito, 1917.

branco, imagens coloridas e projeções com música eram absoluto sucesso com qualquer público, tanto os jovens 4S quanto os demais associados, conforme descreve o comunicador sobre o uso da fita citada anteriormente.

Essa fita basicamente era a história da cooperativa, o que é que a cooperativa esperava dele, o que é que era o comitê educativo, como é que se participa, passava como cinema, veja, havia comunidades que não havia energia elétrica, nós compramos um motorzinho gerador, levava um motorzinho junto, botava ele lá uns 30 metros do salão, um fiozinho trazendo energia para poder fazer funcionar um projetor de cinema. E era sucesso total, porque pessoas que não conheciam, que não tinham televisão, que nunca tinham entrado numa sala de cinema, viam imagens em movimento pela primeira vez, imagens projetadas [...] (FRANCO, 2012)

Além dos slides, vídeos, reuniões, treinamentos, outra ferramenta importante para o sucesso do trabalho da comunicação e do setor técnico foi o rádio. Em localidades onde o transporte terrestre era quase impossível, onde não havia escolas, onde a TV ainda era um sonho da maioria, o rádio era uma das poucas fontes de informações dos associados. Para Franco,

O rádio foi uma vitória construída no peito e na raça. Num momento em que a gente tinha plena certeza de que as *radiozinhas* da região eram grandemente ouvidas, principalmente muito cedo, nas primeiras horas da luz e ao meio dia. Ao meio dia o agricultor dá uma paradinha, eles param para almoçar e aí o *radiozinho* fica ligado lá e nós tínhamos certeza de que nesses horários a audiência seria boa, o que de fato foi. Compramos das emissoras um pequeno espaço, 10 minutos, de preferência entre doze e uma da tarde [...] escrevíamos e mandávamos os boletins até o locutor da hora, ele pegava o papel e lia [...] o programa tinha níveis absurdos de audiência, coisa de 80% dos agricultores estavam sintonizados (FRANCO, 2012).

Como o tempo do programa não era tão longo – em torno de 10 minutos -, e os temas a serem abordados eram muitos, priorizaram-se então algumas informações a serem repassadas, principalmente em relação a preços e a agendamento de reuniões. Perguntamos ao comunicador o que se tornou prioridade ao iniciar os programas de rádio.

Primeira e mais importante: o preço do dia. Isso funcionava de uma maneira a deixar o agricultor informado de que um saco de feijão naquele dia estava custando X, para que ele não fosse abobalhado de vender para o intermediário abaixo desse valor. Então os intermediários que estavam operando na concorrência da cooperativa quisessem adquirir esse produto teriam que no mínimo chegar ao mesmo valor. E aí vinha, oh, vai ter a reunião quarta feira, as oito da noite no salão da igreja, aí havia informações sobre o programa de saúde, ahh, nem me lembro mais quantos itens nós colocávamos nesses informativos, preenchia ali seus cinco, sete minutos de conversa (FRANCO, 2012).

Essa informação é confirmada pelo associado Luzzi, “Antes do programa de rádio, não sabia quanto custava um saco de milho” (LUZZI, 2015). Apesar de ser um dos veículos de comunicação mais amplo em relação ao objetivo de atingir o maior número de associados com a informação da cooperativa, havia o problema da informação ser muito volátil. Para Franco, a informação do rádio

é dita muitas vezes rapidamente, o cara não pegou, não pegou, se foi, não tem como tocar para trás, isso nós tínhamos informação, tanto que em algumas oportunidades nós pedíamos para repetir quando a informação era muito importante, ia lá no *script* o pedido repita por favor. O ouvido desse agricultor as vezes não estava perfeitamente educado para uma fala dentro de português de melhor qualidade que o rádio tem a obrigação de fazer. Por quê? Porque ele criou-se dentro de uma estrutura familiar onde os dialetos imperavam,

dialeto alemão, dialeto caboclo, dialeto italiano (FRANCO, 2012).

O rádio, na época, foi uma das ferramentas de comunicação de maior destaque do programa de comunicação e educação da Cooperalfa. No jornal da Cooperalfa de setembro de 1991, uma das associadas chega a dizer que preferiria ficar sem a filial do que sem o informativo de rádio. O referido jornal coloca que 100% dos associados escutam o Informativo Cooperalfa. E ele continua tendo hoje um nível de audiência grande, que chega a quase 70%, segundo uma pesquisa feita nas pré-assembleias em 2013.

Além do rádio, o jornal sempre esteve presente como meio de comunicação na Cooperalfa, apesar do jornal próprio só ter sido efetivado em 1988. Mas o desejo da implantação do jornal próprio, no início da década de 1980, não foi possível, pois, segundo Franco, não eraviável devido principalmente as dificuldades de distribuição.

Havia um desejo de um jornal impresso chegando na mão do agricultor na mesma semana da sua edição. Mas eu sabia como era difícil, pois na cidade se pagava um menino que fazia a distribuição semanal, de porta em porta. Mas nomeio rural, como fazer isso? Talvez como moto, bicicleta, mas imagina, o cara fazendo 40, 60, 100 quilômetros para entregar na porta do agricultor, não tinha como, não naquele momento (2012).

Como não havia jornal próprio, a cooperativa assinava o Jornal da Produção¹³⁷, que circulou do início da década de 1970 até o final da mesma; depois o “Jornal do Agricultor¹³⁸”, que transitou em Santa Catarina no final da década de 1970 até início da década de 1980, onde a cooperativa participava da edição e, por fim, o jornal “Elo Cooperativo¹³⁹”, que foi editado entre 1984 e 1993. Ela recebia uma boa quantia, que era distribuída entre os associados. Mas nem todos

¹³⁷Editado pela OCESC (Organização da Cooperativas do Estado de Santa Catarina)

¹³⁸Editado pela Fecoagro, OCESC e auxiliado pela Alfa.

¹³⁹Editado pela OCESC.

recebiam pela dificuldade de distribuição e também pela quantidade restrita de exemplares¹⁴⁰.

Mais de 10 anos após a criação da Assessoria de Comunicação e Educação, em meados de 1988, foi implantado o jornal próprio da Cooperalfa. Segundo o primeiro editorial, o jornal era um sistema mais eficiente de comunicação, que vinha para substituir o Boletim Informativo, e tinha o objetivo de transmitir “[...] informações sobre agricultura, saúde, cursos, as medidas do governo e assuntos diversos”. Citava ainda que “Além do elo de ligação existente entre direção e associado através dos líderes, achamos de suma importância que você tenha acesso ao maior número de informações possíveis para aproximá-lo cada vez mais da sua cooperativa bem como melhorar a aplicação de técnica de produção em sua lavoura” (JORNAL DA COOPERALFA, junho 1988).

Analisando os primeiros anos do jornal, podemos perceber que ele se preocupava mais em falar sobre a história e atuação da cooperativa, sobre os deveres e direitos dos associados, e acabou se tornando também uma vitrine da presidência. Além disso, antes de completar o primeiro ano, ocorreu uma eleição onde houve a primeira chapa de oposição da história da cooperativa ao presidente Aury Bodanese. Nesse momento, o jornal foi usado como ferramenta de campanha para a diretoria no cargo. Um jornal que vinha mantendo a média de 12 páginas mensais, no mês que antecedeu a eleição de 1989, teve 44 páginas, que exaltavam o trabalho da diretoria, colocavam depoimentos de lideranças políticas, criticavam a chapa de oposição e continha também a lista de associados que estavam aptos a votar. A partir de 1989, passaram a constar também a lista de associados admitidos, que pediram desligamento e os que foram demitidos.

Até 1990, o jornal era de responsabilidade de uma empresa terceirizada, que fazia as matérias com ajuda dos técnicos da Alfa. A jornalista Mirian Tietcher era responsável pelo texto e editoração. A partir de 1990, a Cooperalfa contrata o comunicador José Biavatti, que

¹⁴⁰Em março de 1981, dos 10 mil exemplares editados do Jornal do Agricultor, 3 mil foram adquiridos pela Cooperalfa, num momento em que ela tinha em torno de 10 mil associados. Os outros 7 mil exemplares foram distribuídos para 12 cooperativas em Santa Catarina e outros órgãos ligados a agropecuária. O Jornal da Cooperalfa, quando foi lançado em 1988, começou já editando 15 mil exemplares mensais, mais de um jornal por associado. Ao longo da sua história foi adaptando a impressão de jornais conforme o número de associados, ora baixando, ora aumentando. Atualmente, são 12 mil impressões mensais para quase 17 mil associados.

assume a Assessoria de Comunicação e Educação, que neste momento tinha como função base ser responsável do jornal, do programa de rádio e de promover o cooperativismo através de cursos para associados. A Assessoria estava longe de ter a importância que tinha no início da década de 1980, quando coordenava vários trabalhos e estava inserida no planejamento estratégico da cooperativa. Segundo Biavatti, ao assumir o jornal.

Nós tiramos o foco da diretoria e passamos o foco para o associado. Quando eu trabalhava no Rio Grande do Sul já nos preocupávamos em não colocar na vitrine o presidente ou o dirigente. Devagar nós começamos a trazer a base para dentro do jornal. Citávamos muito o Aury nas reportagens para dar credibilidade ao tema, pois para a maioria era Deus no céu e Aury na terra. A referência Aury já tinha se criado e não era nós que ia quebrar com isso(BIAVATTI, 2014).

Apesar de ser um ideal já antigo dentro da cooperativa, o jornal não teve resposta positiva imediata dos associados, que eram o público alvo das informações por ele transmitidas. Segundo Biavatti, a questão não era tão simples assim, porque a leitura não era cultural da grande maioria dos associados.

O respaldo do associado de lado do associado demorou, porque nós tínhamos que mexer com a cultura dele, com a educação, com o dia a dia dele, de inserir o jornal, coisa que ele não estava acostumado. Inserir nele o hábito da leitura. Demorou um pouco para a gente sentir que o jornal chegou no interior. Como a gente sentiu isso? O pessoal começou a perguntar quando o jornal do mês ia sair (BIAVATTI, 2014).

Como fazer para que o jornal estivesse na rotina do agricultor? “Colocar o associado no jornal”, segundo Biavatti. “Começamos a usar o nome das pessoas, citá-las dentro do jornal e do rádio. Não se fazia muito isso, porque não havia espaço. Com o tempo isso foi se ampliando, as entrevistas saíam nos dois. Acho que isso fez com que o jornal se tornasse imprescindível” (2014).

Para Biavatti, esse aparecer no jornal e se ouvir no rádio, faz bem ao ego de qualquer ser humano. O rádio, que antes era basicamente usado para repassar informações, passou também a ter espaço para a voz do agricultor. A partir desse momento, esse dois meios de comunicação se tornaram os mais importantes da cooperativa, onde repassam informações, debatem questões estruturais que envolvem políticas agrícolas e sobre cooperativismo, mostram história de sucesso de associados, variedades como receitas e piadas, e principalmente, falam sobre novas tecnologias que influenciam diretamente a produção. Esse novo objetivo do jornal, que passou de “informativo para formativo”, pode ser visualizado em uma publicação de setembro de 1991. Segundo o texto, essa mudança é “importante porque através das informações impressas, o agricultor associado tem condições, através da leitura, de absorver novas ideias e saber como agir diante da nova conjuntura por que passa o país, o Estado e a sua cooperativa” (JORNAL DA COOPERALFA, setembro 1991).

Na atualidade, o jornal tem um foco maior em mostrar experiências bem sucedidas de associados e atividades em geral sobre a cooperativa. Perdeu um pouco o foco no debate sobre políticas públicas e cenários internacionais que influenciam o mercado. Temos a impressão que a “política da boa vizinhança” adotada pela diretoria influencia também o conteúdo do jornal, onde ele busca não se “indispor” com ninguém em assuntos polêmicos.

Dentro do setor de comunicação, um dos projetos de maior impacto para a cooperativa foi a constituição dos comitês educativos, que buscavam aproximar a direção dos associados e “moldar” o associado para deixar de ser “reclamão”.

5.3 COMITÊS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

“A educação visa explorar as potencialidades e habilidades do indivíduo e fazer com que o ser humano pense, reflita, discuta, aja” (SCHNEIDER, 2003, p.13).

Além da educação constante para o fortalecimento do cooperativismo, um ponto primordial defendido por Franco é a formação e renovação de lideranças. Segundo ele, sem essas lideranças, não é possível propagar o ideal cooperativo. “[...] essa prática é tão essencial que complementa e dimensiona os efeitos doutrinários. Os grupos sociais se organizam pela força doutrinária e agem sob o inexplicável carisma de sua liderança. Não há grupo sem líder. E para

que a liderança seja exercida é preciso haja o grupo” (FRANCO, 1985, p.17).

Inúmeros estudiosos do cooperativismo defendem que sem um investimento efetivo em formar novas lideranças, qualquer empreendimento cooperativo tende ao fracasso. Uma das defesas do sistema – e da maioria dos cooperativistas - é que seu desenvolvimento está fundamentado na efetiva participação do associado nas atividades da cooperativa, tanto nas relações comerciais quanto na tomada de decisões. O associado, que é proprietário e também cliente, deve estar muito bem inteirado do que acontece na cooperativa. Sem o pleno conhecimento da causa, dos problemas, dos pontos fortes e dos pontos a serem melhorados, ele não tem como opinar e nem como levar a doutrina a outras pessoas. Conhecidas de todos, as assembleias são vistas como a principal forma de participação do associado, onde ele aprova ou não os resultados e os projetos apresentado pela diretoria. Segundo Remond, “Há duzentos anos a eleição é reconhecida na França como origem legítima do poder” (2003, p.38). No cooperativismo não é diferente. A assembleia, que é poder máximo no organograma da cooperativa, tem a força de dizer sim ou não para o que a diretoria apresenta. Mas a grande maioria dos cooperativistas e dos pesquisadores em cooperativismo defende que os comitês educativos têm um poder de mudança e reivindicação maior do que uma assembleia.

Por isso é considerado um dos instrumentos mais eficazes para o envolvimento do associado na cooperativa, tanto no sentido de cumprir com seus deveres quanto nos benefícios que pode ter da sua empresa cooperativa. Ao ser criado a Assessoria de Comunicação e Educação na Cooperalfa, a formação de lideranças e implantação dos comitês foi uma das primeiras ações. Segundo GEBLER e OLIVEIRA FILHO (S/D), o comitê educativo preconiza

[...] uma estrutura de ligação entre a cooperativa e o agricultor, organizando-o em torno das lideranças as quais se mobilizarão como postos avançados da cooperativa, atuando diretamente no meio em que vivem os produtores, em área restrita, a partir de reuniões conjuntas com outros líderes comunitários, membros diretivos e assessores do movimento cooperativista (p.2).

A organização de comitês na área de atuação da Cooperalfa tinha como objetivo aproximar o associado da cooperativa, pois o

deslocamento até a sede administrativa em Chapecó era difícil para a maioria dos associados. Segundo um dos líderes eleitos na época, “O líder era a ponte que levava as informações do conselho de administração para o associado e levava de volta para o conselho de administração os anseios do associado” (LUZZI, 2015). Num período histórico onde a cooperativa ainda não tinha mecanismos de aproximação mais efetiva com o associado, onde a principal reunião era a assembleia anual na sua sede, os comitês foram bem recebidos. Com meios de comunicação em massa muito escassos, com estradas precárias e pouco pessoal técnico para atender a crescente falta de participação dos associados, a aproximação com o associado através desta ferramenta, levou a cooperativa a melhorar econômica e estruturalmente num período de crise na economia brasileira.

Diferente do conselho fiscal, que fiscaliza as ações da cooperativa, o Comitê Educativo tem diversas funções, como cita GEBLER e OLIVEIRA FILHO (S/D, p.3),

- sugerir ações e apontar fatos que possam melhorar os serviços da cooperativa;

- os membros do comitê devem manter-se informados das ações da cooperativa para que possam melhor propagar o espírito de cooperação e solidariedade, tanto entre os associados quando para a sociedade em geral;

- informar a cooperativa sobre as necessidades e anseios dos cooperados;

- ser um sujeito doutrinador dos agricultores em prol do cooperativismo, para que todos participem das reuniões, assembleias e demais atividades da cooperativa;

- auxiliar na organização de cursos e eventos;

- esclarecer os associados sobre direitos e deveres dentro da organização cooperativa e também sobre os serviços que a cooperativa disponibiliza aos associados.

A organização de comitês educativos no final da década de 1970 ainda era incipiente nos sistema cooperativo brasileiro, apesar da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, em seu artigo 47, parágrafo 1º, permitir a constituição de “outros órgãos necessários à administração”. Também nessa época o PROESTE mencionava e objetiva implantar e estimular os Comitês nas cooperativas catarinenses, pois acreditava que “a conscientização do agricultor e seus órgãos de classe é fator indispensável ao desenvolvimento do Cooperativismo” (PROESTE, 1970.). O programa cita que a instituição dos comitês dentro das

cooperativas é espontânea e que cabe à direção a iniciativa de implantá-lo. Recomenda o PROESTE que a constituição dos comitês dever ser de

[...] agricultores associados e líderes representativos de diversas localidades onde hajam aglomerados de associados. É recomendável que participem do mesmo, eventual ou permanentemente como assessores, uma série de elementos interessados no desenvolvimento da Cooperativa, independente de serem associados, tais como, além de outros, membros dos Sindicatos representativos das classes rurais, técnicos que atuem em atividades congêneres às da Cooperativa, clero, Bancos e autoridades locais (PROESTE, 1970).

O programa objetivava que no final de 1974 todas as cooperativas do oeste, e também os postos de atendimento, tivessem implantado seus comitês educativos. Para Franco, na prática não era tão simples assim trazer para os comitês todas as cooperativas. Segundo o comunicador, essa

[...] concepção do Comitê foi bem ampla até para evitar retaliações, pois estávamos no início dos movimentos de esquerda e a gente queria evitar críticas sobre "fazer a cabeça". Na teoria, poderiam participar extensionistas, pesquisadores, líderes sindicais, etc. sem direito a voto, como informantes ou educadores. Fizemos muito pouco isso, porque havia tanta coisa a repassar aos associados que nem pra tudo o que havia, havia tempo. Veja na mesma época começaram os assentamentos de terra, o programa de saúde e as primeiras participações das mulheres (FRANCO, 2012).

A Cooperalfa foi uma das primeiras cooperativas a adotar os comitês como forma de melhorar o diálogo entre associado e cooperativa. Segundo FRANCO, o objetivo do comitê educativo era [...] cativar, era motivar, era fidelizar. Algumas cooperativas no Brasil já tinham comitês, nós fomos ver como é que funcionava e fizemos um plus, demos um salto de qualidade em cima da proposta (FRANCO,

2012). Segundo Dal Bosco, “Os treinamentos faziam o líder crescer...treina, lapida, capacita” (DAL BOSCO, 2012).

As propostas que o educador menciona se baseavam no princípio de que o Comitê era um órgão assessorio da direção das cooperativas, uma ponte entre associado e cooperativa. Segundo FRANCO, a proposta que foi construída para ser implantada na Cooperalfa[...] não estava só num princípio educativo motivador, era também de participação nas decisões do conselho de administração, colaboração com as assembleias gerais, estendendo a questão das decisões a um número maior de cabeças, do que somente aqueles sete ou nove¹⁴¹.

Uma das ferramentas estratégicas dos comunicadores era não impor a escolha de uma liderança. Já na extensão rural os técnicos e comunicadores “chegavam” primeiro no líder “natural” de uma comunidade. Segundo o diretor da extensão rural em Santa Catarina, Glauco Olinger, “A palavra de um líder rural vale 100 palavras de um técnico. A gente mapeava os líderes nas comunidades, depois convenciamos o líder, que convenciamos os agricultores” (OLINGER, 2014).

Assim agiu também a cooperativa com seus associados. O convencimento era primeiro com a liderança local, e esse líder tratava de convencer seus conterrâneos para o que propunha a cooperativa. E essa estratégia de preparar os líderes para ser eles os que convencessem os agricultores da sua comunidade tem mais sucesso do que chegar um estranho e querer impor qualquer coisa que seja, segundo os pressupostos da extensão rural, adotados também no cooperativismo.

Assim como tem lá o presidente da escola, o presidente da sociedade da igreja, o líder do esporte, existe também o líder dessa outra parte econômica e social, e o vizinho dele, ele sabe que é esta pessoa, quem sabe quantas vezes ele não vai se aconselhar lá com esta criatura, é diferente do que o cara vir de fora. Vai lá o líder que vem de fora, ele não conhece, usa um palavreado um pouco superior ao que ele é capaz de entender, já corta o vínculo. Mas lá entre eles isso acontecia naturalmente, jamais era escolhido alguém que não fosse da confiança deles, eram eles que escolhiam, a seleção desses líderes era feita por eles (FRANCO, 2012).

¹⁴¹Esses sete ou nove a que ele se refere é o conselho de administração, onde a maior parte das decisões se concentrava.

Segundo Frazzon, responsável pelo Departamento Técnico, os associados escolhiam sempre como líder os que mais falavam. “Normalmente aquele associado que falava mais, que criticava mais, reclamava mais, era o eleito” (2012). Depois de eleitos esses líderes, a cooperativa fazia o treinamento com todos eles, para depois estarem preparados para participar das reuniões de planejamento. Nesse sentido, a preparação de líderes comunitários através da educação cooperativa, seria de fundamental importância para a difusão de novos conhecimentos. “Uma vez adotada pelos agricultores que são líderes de suas comunidades, eles se encarregariam de fazer a multiplicação de novas ideias” (GIRARDI, MASIIERER, SCHWAAB, 2007).

Os comitês foram instituídos e foram se espalhando pela área de abrangência da cooperativa. Já em 1980, na Cartilha denominada “A cooperativa que temos e a cooperativa que queremos”, constava que a Cooperalfa tinha 300 líderes dos Conselhos de Posto. Falava também que a cooperativa objetivava “estimular a educação em massa, através dos veículos de comunicação social” (p.07) Dos 20 itens que contavam na lista de objetivos futuros, cinco tinham referências a alguma forma de educação, principalmente técnica.

[...] à medida que o comitê começou a trabalhar, e os resultados foram excelentes, esta desconfiança na participação, na possibilidade de os comitês virem a incomodar ou causar transtorno, a direção esmaeceu e formamos naquela oportunidade, eu acho, perto de quinhentos núcleos de comitê. Tivemos que fazer uma nova ginástica porque era impossível trabalhar com quinhentas pessoas em reuniões periódicas, criamos os comitês regionais. Então lá no município tal nós tinha os vinte ou trinta comitezinho, lá elegiam um ou dois representantes, três ou quatro, dependia da circunstância, era até talvez o aproveitamento de lideranças, o boa cabeça, o bom líder, o cara que teria alguma coisa a contribuir, que não ficasse de fora desse processo. Então esses comitês regionais é que vinham para a matriz duas vezes por ano, três vezes por ano, fazer grandes rodadas de deliberações e estabelecer até a estratégia da cooperativa (FRANCO, 2012).

A formação de lideranças era um dos principais objetivos dos comitês, lideranças que pudessem representar suas localidades nas reuniões da cooperativa e levar as informações aos demais associados. Perguntado sobre o que era considerada a cabeça boa, o comunicador nos deu a seguinte resposta:

Primeiro lugar abertura para discutir, estar dentro de uma reunião contribuindo, até muitas vezes cobrando, porque de certa maneira não dá para esconder essa estratégia, a cooperativa achava que o associado rebelde era o associado mal informado, e que se confirmou depois que sim, aqueles associados que realmente batiam muito o pé nas assembleias ou nas reuniões setoriais, era o cara que não tinha informações suficientes para formar uma opinião, ele como que estivesse cobrando uma coisa que na verdade já existia e ele não tinha essa informação (FRANCO, 2012).

Além do que vimos no depoimento acima, ficou claro na fala do comunicador o que se esperava desse associado: moldá-lo aos interesses e ao discurso da cooperativa, para que ele depois fizesse o trabalho com o restante dos associados. Vejamos o que diz o comunicador sobre essa preparação de lideranças.

Quando esse associado, até por uma certa liderança que ele exercia nessa sua participação, de maior cobrança, ele era escolhido pelos seus iguais como um líder de nível maior que outro líder que era só na comunidade, ele participava das decisões vindas, ele vinha para a central com as despesas pagas, ele sentava na reunião no auditório da cooperativa junto com todos os membros da diretoria, com toda assessoria da cooperativa, isso era um diferencial para ele, isso passou a ser para ele uma situação dignificante. Poxa, eu estou aqui, (ele, associado) eu estou participando, eu estou tomando as decisões, se eu disser não vai ser não, se eu disser sim vai ser sim, mudou tudo, mudou tudo. Esse cara ao invés de fazer o que ele vinha fazendo, que era detonando a cooperativa, ele passou a fazer o outro papel, o de levar para o outro que não tinha vindo à reunião,

até por um certo orgulho pessoal, fui lá, participei, decidimos, ficou decidido isso, mais isso, mais isso, isso tornou a coisa muito mais fácil para administrar a cooperativa [...] (FRANCO, 2012).

Para Pagliarini, de Nova Erechim, a liderança escolhida “Participava muito de treinamento, passavam as informações e direcionava os líderes que rumo tomar. Você não ia numa comunidade conversar com as pessoas sem fundamento para conversar, davam as instruções, ensinavam como agir” (PAGLIARINI, 2015). Outro líder eleito pelos associados de sua comunidade foi Luzzi, que aponta o seguinte sobre sua escolha

Foi feito uma eleição, e as pessoas achavam que eu tinha que ser o líder. E se eu tinha que ser o líder, eu não posso me nega, foi uma confiança das pessoas. Junto com a liderança veio o conselho fiscal, que foi um sistema formado através da liderança. Era a liderança que escolhia o conselho fiscal daquele ano. Os anseios levados ao conselho de administração eram analisados para ver se eram viáveis. Eu pensava que eu tinha sido escolhido por uma maioria que me prestou confiança. E essa maioria eu tinha com eles um compromisso de seriedade e honestidade, tinha que ser levado em frente esse projeto que era um projeto que vinha sendo já avalizado por outros. A gente tinha o compromisso com isso (LUZZI, 2015).

Mas essa mudança na gestão da cooperativa, onde associados eram trazidos para participar, não foi totalmente aceita no começo. Segundo Franco, no começo houve alguma dificuldade de implantar os comitês educativos, devido ao sistema centralizado que havia nas cooperativas, onde o poder de decisão se concentrava nas mãos do presidente. “Hierarquizado, centralizado, piramidal, em que o presidente era o rei. Os conselheiros participavam relativamente, mas o grande comando, o grande direcionamento que se dava para a cooperativa partia da cabeça do presidente, que era o líder maior” (2012).

Essas estruturas de poder dentro da Cooperalfa não era exclusividade desta cooperativa. Num material desenvolvido pela Coordenação do Cooperativismo na ACARESC, em 1977, que orientava

sobre a formação de Comitês Educativos, o texto alertava para as dificuldades que poderiam ser encontradas ao se iniciar um trabalho desse porte. Cita que o extensionista pode encontrar alguns problemas na aceitação da implantação dos comitês nas cooperativas, entre elas: inércia social; desconfianças ante o novo; resistência pelo medo de perder o prestígio e medo de perder situações de privilégio (ACARESC, 1977, p.1).

Importante lembrar também que o período analisado se inseria no Regime Militar Brasileiro. Para Franco, “Estávamos num regime republicano presidencialista em que o presidente também era o todo poderoso” (2012). Além do regime nacional que influenciava no regime das cooperativas, vale salientar o modelo patriarcal dentro das famílias.

Se examinar, esse critério está presente na família do agricultor, onde o pai é o cara. O pai decide, o pai faz, o pai desfaz, esse é o berço dessa estrutura. Não seria diferente na cooperativa, não foi diferente, e ainda não é de certa maneira, se você observar o cara que senta na presidência lá tem um poder, ele não é um primeiro ministro, ele não administra num parlamentarismo, ele administra num presidencialismo, e aquela situação que eu encontrei era isso aí, potencializado pelo fato de que não havia com quem dividir a responsabilidade das decisões, a maioria das decisões estratégicas da cooperativa saiam da cabeça de duas, no máximo três pessoas (FRANCO, 2012).

Apesar das desconfianças, os comitês foram instituídos e foram se espalhando pela área de abrangência da cooperativa. Esses comitês tinham a orientação para que fossem compostos de 10 a 25 membros. As reuniões ordinárias deveriam acontecer mensalmente ou a cada dois meses, conforme acordo do grupo e as extraordinárias toda vez que o grupo achasse necessário. Na Figura 25 podemos visualizar uma dessas reuniões, coordenada por Franco.

Figura 25 - À esquerda, Homero Franco em reunião com um dos comitês educativos da Alfa no início da década de 1980



Acervo: CEMAC

A ACARESC orientava em sua cartilha que o trabalho dos comitês deve estar norteado pelo princípio “de que as pessoas devem ser promotoras do próprio desenvolvimento, a partir da consciência do próprio valor, fortalecendo-se pela participação ativa e solidária na solução dos problemas do grupo” (ACARESC, 1977, p.5) Orienta ainda que os comitês não devem ser abandonados a própria sorte, que devem ser acompanhados e dinamizados com palestras e visitas periódicas por parte do extensionista e da cooperativa. Alertava ainda que um trabalho desse porte pode ter possíveis pontos de estrangulamento: falta de estrutura de pessoal e material para manter em atividade estes grupos; um cansaço da equipe que se desloca de uma comunidade a outra para acompanhar estes trabalhos, podendo acarretar uma posição de inércia; e como grifo meu, “um possível aguçamento de resistência à medida que se fizer sentir o impacto das transformações operadas, exigindo ação mais ponderada e decisões mais corajosas” (ACARESC, 1977, p.6).

Os comitês se reuniam sem intervalo de tempo definido, mas era exigência da coordenação que fossem feitos encontros ao menos uma vez ao ano. Também conhecidos como Conselho de Posto¹⁴², eles

¹⁴² Segundo Franco, (2012), o conselho de posto até fugia um pouco do controle central. Por necessidade local, mudança de alguma situação, construção de um

discutiam problemas da cooperativa e sugeriam melhorias. Na primeira ata oficial do Comitê Educativo, que se reuniu com a direção da cooperativa em 1979¹⁴³, os presidentes dos conselhos de posto de várias filiais da Alfa fizeram solicitações ao conselho de administração, dentre elas

A comissão reivindica que os pagamentos da cooperativa sejam feitos no prazo certo; que sindicatos e cooperativa devem mostrar ao governo que a realidade da situação do atendimento médico hospitalar pelo FUNRURAL, partindo para a construção de hospital próprio para os ruralistas, e que o hospital tenha uma diretoria eleita pelos agricultores e que o atendimento seja dia e noite, permitindo a presença de acompanhantes no quarto do enfermo. A comissão também recomenda a luta por escolas agrícolas e escolas em geral (ATA 01).

Diante da manifestação dos líderes, os administradores da cooperativa responderam afirmativamente aos pedidos dos sócios ressaltando, porém, no caso do pagamento, que a cooperativa nem sempre tem capital de giro para tal, dependendo de um financiamento do BRDE. Além disso, “no forte da safra nem sempre haverão pagamentos em dia, pois a cooperativa recebe 100mil sacos de feijão ao dia, e nesse cenário, nem o Banco do Brasil teria esse valor em depósito” (ATA 01, p.3). No caso do hospital, o pedido foi respondido assim “um estudo e um memorial sobre o problema médico-hospitalar será feito em conjunto com os sindicatos ruralistas da região. Pensa-se um hospital central próximo de Chapecó e de vários ambulatorios nos municípios carentes da região”.

Percebemos nesta reunião que a discussão foi relacionada a problemas que abrangiam toda a região da Alfa. Já na ata da reunião que aconteceu em novembro de 1979¹⁴⁴, no Posto de Nova Erechim, as

silo, ou aumento da área do posto, reorganização do espaço. Essas coisas fugiam um pouco do nosso controle, era autonomia do gerente. Ele comunicava que ia ter a reunião e se fosse necessário ele pedia nossa participação. Era uma coisa local. E o todo sim era controlado por nós. Necessariamente e indiscutivelmente era uma vez por ano, no mínimo.

¹⁴³ Ata nº 1, de 09/01/979, reunião que aconteceu na sala especial de reuniões da Cooperalfa em Chapecó.

¹⁴⁴ Ata da reunião de 7/11/1979, no salão Paroquial de Nova Erechim.

questões discutidas foram em relação a filial de Nova Erechim, de Tarumãzinho e Águas Frias. “O grupo de trabalho sugeriu medidas que entendem que devem ser postas em prática na solução de alguns dos mais sérios problemas que atualmente enfrentam os agricultores da região”. Além da discussão sobre os problemas a serem resolvidos, os líderes também participam de um treinamento sobre administração de cooperativas. Podemos destacar alguns dos pedidos feitos pelos associados

[...] Sugerem que o pagamento dos suínos tenha prazo reduzido para 15 dias [...] sugerem que a cooperativa elabore documento de reivindicações para o Governo Federal, pedindo a criação do Banco da Terra, para a adoção do crédito fundiário e a consequente Reforma Agrária [...] recomendam que o Departamento Técnico elabore estudos e passe a incentivar a construção de esterqueiras para aproveitamento do adubo originário dos chiqueiros.

Nessa reunião, com a participação de em torno de 20 líderes, além das solicitações dos associados, o grupo foi dividido em dois. Cada grupo recebeu a incumbência de analisar um tema. O grupo I deveria examinar o seguinte “O que a Cooperalfa precisar fazer para melhor se adaptar ao interesse dos associados?”. O grupo II recebeu a seguinte questão “O que a cooperativa deve fazer para receber mais produção dos associados?”. O grupo I pontuou o seguinte: demora no recolhimento da produção pela cooperativa, o que leva o associado a vender para o intermediário; demora na entrega das mercadorias adquiridas na cooperativa; verificar um grupo de 20 associados em Tarumãzinho que não vendem para a Cooperativa por atritos com o gerente de lá; a cooperativa deve continuar com cursos e treinamentos; fragilidade na assistência técnica (ATA 02, p.5 e 6).

Já o grupo II, apresentou o seguinte: o desvio ocorre porque o intermediário antecipa dinheiro em suínos e cereais; existe falta de mercadorias nos Postos, por isso muitos compram fora; no setor de suínos, sugerem contratos com preço fixo e data para recolher; recomendamos o retorno das antigas sementes de trigo.

Em outras reuniões, que aconteceram logo em seguida nos demais postos da Cooperalfa, além da repetição das solicitações acima mencionadas, outros muitos pedidos também foram feitos, como:

distribuição de sobras, pedidos de energia elétrica, melhor atendimento dos funcionários, maior atuação dos líderes na conscientização dos agricultores, campanha contra sonegação de imposto, instalação de novos postos, prêmios a associados destaque, pressão da cooperativa sobre os políticos para apoio ao cooperativismo, ajuda de custo para os líderes, incentivar a introdução de novas culturas para a diversificação das safras, investimentos em industrialização, aumentar o número de técnicos e caminhões para assistência ao associado, melhor o entrosamento da cooperativa com as prefeituras para melhorias das estradas e outros serviços dos municípios, entre outros.

Todas estas solicitações eram apreciadas pelo conselho de administração e muitas delas colocadas em prática, outras não eram possíveis por não estarem ao alcance ou não serem do interesse da cooperativa. Um dos exemplos é o hospital, que não foi possível concretizar, apesar de ter sido implantado um projeto de saúde coletiva.

Entre 09 de janeiro de 1979 e 15 de fevereiro de 1994, o livro de atas do Comitê Educativo registrou 40 reuniões, a maioria como preparação as assembleias. Mas pela análise feita de alguns jornais e dos depoimentos dos coordenadores, esse número foi muito maior, sendo que em alguns anos eram realizadas mais de 30 reuniões. Um exemplo é essa reunião citada no Jornal da Produção¹⁴⁵, que não consta no livro de atas do comitê educativo. Os motivos de não haver ata para a maioria dos encontros não souberam ser explicados pelos entrevistados.

Outro exemplo de reunião que aconteceu com os comitês educativos foi esta a seguir, que reuniu também líderes sindicais. Esta reunião não é citada nas atas, apesar de ter sido de planejamento sobre as ações de 1984 e 1985. Além dos membros, estiveram presentes também líderes sindicais de toda região para pensar ações em quatro áreas: área política, área educacional, área de comercialização e tecnologia rural.

¹⁴⁵Março de 1979.

Figura 26 -Reunião Comitê Alfa com líderes de sindicatos em dezembro de 1983, em Chapecó



Acervo: OCESC

Dentre os altos e baixos do projeto dos comitês educativos, na opinião dos responsáveis, o trabalho que a equipe de educação e comunicação responsável realizou mostrou muitos resultados positivos, principalmente no que tange ao aumento no número de associados, na conscientização da importância da participação do associado na cooperativa e na formação de lideranças nas comunidades. Até hoje este trabalho é comentado dentro da cooperativa como tendo sido responsável pela manutenção da cooperativa na chamada “década perdida”. Um período difícil para a economia brasileira, mas que para a Cooperalfa foram anos de intenso crescimento e estruturação.

Pensando no programa de comunicação como um todo, tendo sido também uma estratégia política para combater uma possível ascensão da esquerda dentro da cooperativa, podemos citar Rémond (2003, p.441) que fala que os meios de comunicação não são propriamente políticos, mas podem se tornar políticos quando os instrumentos são transformados em armas.

O projeto de comunicação naquele momento foi uma espécie de arma contra os movimentos de esquerda que pregavam que as “cooperativas eram braços do sistema capitalista destinados a escravizar os trabalhadores” e contra “A voragem ideológica que queria a cooperativa trabalhando no modelo do cooperativismo sem terra (que

conhecemos)” (FRANCO, 2012). A educação em favor da constituição de uma identidade cooperativa forte era de certa forma um elemento de controle dos associados. Uma “arma” contra uma possível ascensão dos movimentos de esquerda dentro da cooperativa que obteve êxito, pois essa participação do associado na cooperativa e os programas assistencialistas deixaram os associados mais dependentes da cooperativa. O respaldo que a direção alcançou com a abertura do poder, de certa forma apenas simbólico, resultou em confiança na direção, apesar de muitas pessoas não concordarem com o modo centralizador que a cooperativa era administrada. A escolha de lideranças foi uma dessas formas de poder simbólico, que fidelizou muitos associados e os “moldou” para serem os defensores da cooperativa.

Na década de 1980, a cooperativa ofereceu aos associados o que o Estado negligenciava. Com a formação de líderes, constitui muitos “advogados da cooperativa”. No contexto do cooperativismo agrário, e principalmente da Cooperalfa, muito mais que o poder exercido pelo presidente, a suposta palavra do líder, escolhido pelos associados para representá-lo junto ao conselho de administração, tem um poder de convencimento grande. Para Bordieu “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (1989, p.15). E a crença na legitimidade das palavras dos líderes e também do presidente eram muito grandes, a ponto da maioria dos movimentos sociais e forças políticas contrárias à cooperativa serem até hoje criticados pelos associados.

No que tange a participação dos associados nas cooperativas, enquanto a cooperativa tem um programa intensivo de comunicação e educação, a participação dos associados se intensifica. Quando a comunicação diminui, a relação também esfria. O que poder ser percebido no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Dos meios que a cooperativa tem mais sucesso para se comunicar com o associado, o jornal e o rádio estão em destaque. Mas não podemos deixar de citar o sucesso que o programa de comunicação e educação teve nos seus primeiros anos de atuação. O encanto que a imagem colorida dos slides ou as imagens em movimento dos vídeos provocavam nos associados era algo realmente novo. Era como se eles tivessem acesso a um mundo que não era deles. E no fundo, talvez este mundo mágico das telas não fosse realmente o mundo rural do associado, que na maioria dos lugares sofria com as constantes crises da

agricultura, com as mudanças climáticas, com o oportunismo de muitos comerciantes, com a oscilação de preços, com precárias estradas, com acesso a saúde e educação quase nulas, com a fome, com a falta de terras, enfim, com um mundo rural que nas décadas de 1970 e 1980 expulsava muita gente do seu chão. A própria cooperativa não conseguia ajudar a todos em suas necessidades mais básicas. Mas apesar disso, ferramentas certas, linguagem adequada e interação entre comunicadores e associados resultaram em melhorias muitas melhorias para a cooperativa e algumas para os associados.

5.4 REFLEXOS DOS PROJETOS ASSISTENCIAIS E EDUCATIVOS PARA A COOPERATIVA E PARA O COOPERADO.

Levar o agricultor para as salas de decisão e ele dizer ao diretor da cooperativa o que é que ele quer...e foi assim que o comitê educativo ganhou uma amplitude espetacular (FRANCO).

Os resultados do trabalho do setor de comunicação e educação do período que esta pesquisa abrange são até hoje comentados e usados como referência de muitos projetos que a cooperativa desenvolve. Apesar de extintos na década de 1990, o programa de saúde coletiva¹⁴⁶ e o Fundo Rotativo de Terras¹⁴⁷ foram uma conquista dos associados no início da década de 1980 através dos comitês educativos. Outro projeto colocado em prática pela cooperativa, a pedido dos associados, foi o Alfa Lar¹⁴⁸, que dava cursos para as mulheres dos associados.

¹⁴⁶ Para conhecer mais sobre o projeto de saúde da Cooperalfa, ver “SOUZA, Thaís Titon de. Prática educativa de agentes de saúde no projeto de saúde da Cooperalfa : revisitando a história após 30 anos. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Florianópolis, SC, 2011”.

¹⁴⁷ O Fundo Rotativo de Terras, segundo o regimento interno do programa, em seu Art. 1º aponta que sua finalidade é “reunir recursos econômicos de várias fontes para serem englobados numa só conta e aplicados na aquisição de áreas de terras destinadas ao assentamento de filhos dos associados” (Fundo Rotativo para Aquisição de Terras, 1981).

¹⁴⁸ O Alfa Lar era um programa que inseria a mulher na cooperativa via palestras sobre cooperativismo, mas tinha como objetivo principal dar cursos de culinária, de corte e costura, e outros relacionados as atividades do lar.

Os trabalhos de educação cooperativa, de orientação técnica e assistência social são vistos, dentro da Cooperalfa, como um dos fatores de sobrevivência da cooperativa e dos associados na década de 1980, onde uma série de problemas climáticos, políticos e econômicos afetou o setor agrícola no Brasil e em Santa Catarina. Os números mostram isso, como aponta FRANCO. Para ele, esse foi um dos resultados mais visíveis do trabalho, onde “[...] ela cresceu, ela passou de 5 mil e poucos associados para 12 mil associados em questão de três, quatro anos, uma virada” (2012).

Além das questões acima citadas, a abertura democrática brasileira afetou também a Cooperativa. Segundo consta no depoimento do comunicador, se não houvesse a sensatez de realizar o trabalho de comunicação e educação com os associados, talvez a cooperativa não tivesse sobrevivido às mudanças do período. Quando chegou para trabalhar na cooperativa, a falta de democracia não era apenas em nível de Estado, havia também

[...] no modo que a direção da cooperativa conduzia as decisões: de maneira pouco democrática. A gente tinha certeza que naquele modelo dos primeiros 10 anos, ela estava condenada a sofrer um revés. Esse revés seria assim: a luta pela democratização do Brasil levaria a cooperativa a reboque. O Aury seria engolido por uma oposição, qualquer um daqueles oponentes se tivesse um pouco de recurso financeiro para fazer uma campanha através do rádio, através de qualquer outro tipo de mídia para chegar no agricultor, ainda a igreja ajudaria, tenho certeza, assim como ela ajudou o PT, ajudaria uma oposição a Alfa, o Aury seria engolido (FRANCO, 2012).

Para o comunicador, esta foi uma das primeiras e principais mudanças que aconteceram na cooperativa: antes de implementar programas, havia a necessidade mudar o modelo de gestão, dar voz ao associado. “Estruturamos uma forma de poder em que o agricultor sabia que seria consultado. Acabou-se o poder anterior que fazia uma assembleia e meio que enfiava ‘guella’ abaixo” (FRANCO, 2012). Já para o responsável do setor técnico, a principal mudança para o associado.

Foi o desenvolvimento [...] porque num passado não muito longo, o pessoal produzia e não tinha para quem vender [...] Então a cooperativa foi um canal onde o pessoal poderia produzir que a cooperativa ia arrumar mercado para o produtor [...] Então esse foi o ponto fundamental, ter as condições para o pessoal produzir e sobreviver e fazer o seu progresso, então aí que começou aquele pessoal mais inovador, mais decidido, mais investidor a formar os seus patrimônios. Se não tivesse o sistema cooperativo aqui, de repente o desenvolvimento seria muito mais demorado. Então isso é um ponto positivo que as cooperativas trouxeram para a região, não só a Alfa. [...] Então deu condições para as pessoas continuarem produzindo, melhorando a produção, porque tinham certeza que iam ter onde colocar seu produto (FRAZZON, 2012).

O associado Luzzi fala da garantia da entrega da produção. “Ali eu encontrava tudo que eu necessitava na minha atividade, era insumos, era rações, minerais, enfim, tudo que eu precisava. Orientação técnica tinha e a entrega da produção garantida. Eu tinha certeza de que produzindo eu tinha para quem entregar (LUZZI, 2015). Para Pagliarini “Se não tivesse cooperativa a gente seria mais escravizado pelo comercio, ela é um equilíbrio” (2015). Os trabalhos de orientação técnica e educação cooperativa foram trouxeram mudanças tanto para associados quanto para os administradores da cooperativa, que viam os reflexos disso no movimento da cooperativa e na melhoria da qualidade de vida de muitos agricultores. O responsável do setor de comunicação constatou outras mudanças que este trabalho provocou na vida dos associados. Mudanças que estavam indiretamente relacionados à melhoria de fatores produtivos e econômicos. Para ele, a mudança tinha um sentido muito maior que o econômico, que era algo que se sentia mais à curto prazo. A mudança, para Franco,

[...] foi um conjunto de coisas. O agricultor passou a ter informação, ele deixou de ser um brinquedo na mão dos exploradores, acho que até politicamente eles cresceram, começaram a exigir mais do seu prefeito, do seu vereador. [...] O que é que isso teria como manchete se fosse fazer uma notícia: cidadania. Foi o que a gente acabou fazendo

naquela região, um processo de desenvolvimento do homem, ele saiu das amarras e descobriu que podia ser sujeito na reunião da cooperativa, falar, votar, reclamar, ter o resultado disso no bolso, na conta bancária dele [...] (2012).

Podemos destacar que o trabalho teve como um dos resultados a maior participação de associados, que usaram os comitês como local de manifesto de suas necessidades. O comitê, na época, era uma das poucas formas em que todos os associados poderiam ao menos ser ouvidos nas suas reivindicações, como podemos perceber na fala de Lírio Santo Tacca, registrada na ata de reunião do conselho de posto, também denominada comitê educativo. “Eu gostaria de sugerir a distribuição de fichas numeradas para o atendimento dos sócios no balcão do departamento financeiro, em dias de grande movimento. Os sócios mais esclarecidos passam os outros para trás. Tem sócio que fica lá o dia inteiro para ser atendido e ninguém respeita a ordem de chegada” (JORNAL DA PRODUÇÃO, julho 1978).

Com registro em ata e incentivados a participar, os agricultores passaram a cobrar maiores investimentos da cooperativa e “criaram coragem” para solicitar melhoria no atendimento ao associado, pois antes disso, como já vimos, a direção não gostava muito de associados reclamando e solicitando esclarecimentos nas assembleias. Com a comunicação criada para tal, o momento de reuniões nas comunidades e de encontro dos comitês educativos passou a ser espaço de grandes diálogos e, muitas vezes, discussões calorosas.

Também na edição de julho de 1978, do Jornal da Produção, numa reportagem sobre o trabalho dos conselhos de posto na Cooperalfa, baseada na ata de uma reunião dos mesmos¹⁴⁹, o associado e líder Ari Emílio Basso fala sobre um problema apontado, de demora no pagamento da produção. Aí já podemos perceber o efeito da educação cooperativa, onde ele tem consciência do problema, mas tenta amenizá-lo. A tal da modelagem que os comitês educativos faziam com os líderes, de que anteriormente falamos.

Depois que a cooperativa conseguir o financiamento de capital de giro, muita gente vai se amansar. Hoje tem associado que reclama o atraso de até 30 dias para receber o dinheiro da

¹⁴⁹Reportagem escrita pela Cooperalfa e encaminhada ao jornal para divulgação dos trabalhos que estavam sendo realizados.

produção entregue e alguns até estão vendendo para os comerciantes. Mas esses são sócios que só pensam no dia de hoje. Eles não se lembram que se um dia a cooperativa desaparecer, vamos cair de novo nas mãos dos intermediários (JORNAL DA PRODUÇÃO, julho 1978).

Mesmo que o associado líder defenda a cooperativa, para muitos associados não bastava que a cooperativa garantisse a compra da produção e oferecesse um “porto seguro” onde poderia comprar quando não tivesse dinheiro e buscar o financiamento para a próxima safra. As pessoas queriam ter o pagamento na hora certa e direito de opinarem mais na cooperativa onde eram as reais donas. José Mazzeto, também líder da cooperativa, tentava amenizar as queixas dos seus companheiros e ressaltar o papel dos líderes.

Não tenho nada para reclamar. Sempre me atenderam bem, mas tem sócios que não pensam assim e também não dizem. Eles não sabem como chegar num diretor e reclamar porque tem medo. Por isso eu aconselho que nós que somos conselheiros devemos ajudar esses mais ariscos. Peço aos companheiros que façam isso com os associados de suas comunidades e logo esses acanhados vão ficar mais corajosos de bater o pé quando é preciso e ajudar a cooperativa ficar como a gente gosta (JORNAL DA PRODUÇÃO, julho 1978).

Nessa fala podemos perceber que o líder já assimilou a ideia central da formação de líderes que é deixar a encargo deles a conscientização dos sócios “menos satisfeitos” e menos comunicativos. Ainda nesta reunião, se manifestou outro associado, Agostinho Scalcon, com um problema que levava muitos associados a venderem produção fora da cooperativa. Reclama ele que quer “saber porque a Cooperativa Central (Frigorífico) não pode pagar o mesmo preço do porco que pagam os outros frigoríficos? Não sei, mas os particulares pagam as vezes até um cruzeiro a mais!” (JORNAL DA PRODUÇÃO, julho 1978).

Esse ouvir o associado foi um grande “pulo do gato” do programa, segundo Franco. Se não podia ser atendido em todas as suas solicitações, ele tinha a certeza de que pelos menos suas sugestões eram

analisadas. E nesta época, todos esses pedidos recebiam resposta da direção, às vezes positiva, às vezes negativa, sempre com apontamentos do porque da aprovação ou não das solicitações.

Nessa linha, a preparação de líderes comunitários através dos comitês educativos, seria de fundamental importância para a difusão de novos conhecimentos, principalmente técnicos e comportamentais. Como já citamos, a partir do momento que um líder incorporava uma ideia ou um fazer, os demais associados, confiando no seu papel de liderança, compravam também a ideia e adotavam novos modelos de plantar e de se relacionar com a cooperativa. A maioria dos associados percebe essa orientação da cooperativa como um trabalho positivo que evitou sua ida para as favelas ou para o trabalho nas agroindústrias¹⁵⁰. Conforme Pagliarini, no que se refere a evolução da agricultura.

A cooperativa deu estrutura para que a gente seguisse aquela linha em sentido de melhorar a produção, com técnicas agrícolas, modernas, mais moderadas. Tu precisa de um técnico, ela manda. Onde a gente produzia 60, 70 sacos hoje produz 200, não sei se não tivesse a cooperativa se as empresas teriam dados essas sustentação (PAGLIARINI, 2015).

Ainda conforme o associado, a assistência da cooperativa permitiu que o associado pudesse acompanhar as novas tecnologias e não ficar “pela estrada”. “O associado que não trabalhou, que não fez as coisas, não quis acompanhar, ele quebrou” (PAGLIARINI, 2015). Para Franco, o trabalho de comunicação, além de diminuir o êxodo rural, pôde ser mensurado no movimento da cooperativa, nas expressões dos agricultores dentro da reunião, e principalmente na mudança de estrutura de poder da Cooperalfa.

A percepção da mudança mais imediata, para ele, foi percebida na primeira eleição da diretoria depois da implantação dos comitês. A chapa do conselho de administração que era sempre indicação do presidente Aury Bodanese, naquele momento “foi elaborada pelos comitês. Um salto inexplicável para uma tradição que eu encontrei

¹⁵⁰Para muitas pessoas, trabalhar em frigorífico só em últimos casos, se não tiver outra opção. É um trabalho que exige “submissão” total ao que a agroindústria impõe, cumprimento de metas de produção elevadíssimas, atenção total, distração zero. Muitos chegam a comparar esse trabalho com escravidão ou até morte.

dentro da cooperativa [...] em que o conselho de administração era uma montagem de escolha pessoal do presidente” (FRANCO, 2012) Nesta estruturação de chapa para a eleição de 1981, todo o conselho de administração foi renovado, menos o presidente, que segundo Franco, era muito bem visto pelos associados, que desejam sua continuação no conselho de administração. Para o educador, essa escolha veio “de baixo, mantendo o Aury na presidência, porque ele era na verdade o grande líder que eles não queriam descartar porque achavam que sem ele a cooperativa não ia tão bem” (FRANCO 2012).

Outro ganho relevante para o associado foi que os comitês ganharam lugar de destaque no estatuto da cooperativa e um estatuto próprio. Mesmo que eles já constassem desde o final de 1974 no estatuto, até a criação oficial da Assessoria de Comunicação e Educação, os comitês não tinham muita relevância, era mais um dos dispositivos que eram colocados muito mais por exigência legal do que por opção das cooperativas. A partir de 1978, ele passou “a ser dentro da Cooperalfa uma atividade institucional, o comitê educativo passou a ter o seu estatuto, foi criado um regimento interno para os comitês educativos. E aí, foi, foi, ninguém segurou mais” (FRANCO, 2012).

A partir da formação dos comitês, ainda que as propostas levadas aos mesmos viessem de um sistema centralizado, segundo Franco, havia por parte do líder “a sensação de que ele ajudou a decidir”, porque quando a proposta não era dele, mas de outros associados ou mesmo da cooperativa, ele ainda assim era consultado. Muitos dos investimentos e tomadas de empréstimos era decididas em AGEs, o que já não acontece mais na atualidade, com exceção de raros casos. “Ele passou não a obedecer, ele passou a entender que ele estava executando uma decisão da qual ele também fez parte. Isto é uma cultura extraordinária para a democracia, um tipo de democracia que eu advogo” (FRANCO, 2012).

Não podemos deixar de citar a mudança no sistema eleitoral da cooperativa. Se na década de 1970 aconteciam apenas as assembleias para decidir sobre os rumos da cooperativa, a partir da formação dos comitês educativos houve uma mudança também na forma de fazer assembleia.

Em 1982, a cooperativa abrangia 10 municípios em sua área de atuação, com 34 filiais¹⁵¹ e 10252¹⁵² associados. Diante desses números, podemos ter a perfeita noção de que era quase impossível reunir todos os associados numa assembleia só para discutir questões relacionadas à

¹⁵¹ Cooperalfa: uma vitória sócio econômica pela união e pelo trabalho. 1982.

¹⁵² Segundo números da AGE de 08 de julho de 1982.

cooperativa. Além da logística e da estrutura para receber todos ser difícil, com esse número de associados é absolutamente inviável manter um diálogo com todos. Foram então implantadas as chamadas pré-assembleias.

A equipe (da comunicação e do conselho de administração) ia para as comunidades, já com muitas informações que correriam na assembleia geral, e os associados já se posicionavam em relação às informações passadas, já determinavam o delegado (líder) que ia participar da assembleia geral. Ele já ia para a assembleia geral marcadamente posicionado. Ele já sabia o que ele tinha que fazer (FRANCO, 2012).

Segundo Franco, era a melhor maneira de aproximar a cooperativa do associado, diminuir as despesas com transporte e almoço (que a cooperativa sempre pagava para os associados) e promover um tempo maior para dúvidas e discussões sobre eventuais pontos divergentes. Com as pré-assembleias que absorviam a maior parte dos associados e eram palco de deliberações, a

[...] assembleia passou a ser uma brincadeira, porque não tinha mais reclamação, não havia discussão em torno de muitas coisas que normalmente eram alongadas. As assembleias passaram a ser menores, não era mais uma assembleia de 3\4 mil pessoas, mas uma assembleia de 500-700 pessoas. Isso diminuiu o custo de um modo geral, deslocamento, o almoço que a cooperativa sempre servia para todo mundo, diminuiu isso tudo, ficou mais barato. E nós tínhamos assembleias de altíssimo resultado. Rápidas, discutia-se sim, mas não o passado, que já havia sido resolvido nas pré-assembleias. Discutíamos o futuro. Isso passou a ser um diferencial para a cooperativa. Os problemas pontuais eram discutidos nas pré-assembleias. A rodada de reuniões acontecia de novembro a fevereiro nas comunidades, porque a cooperativa tinha por obrigação legal fazer a assembleia geral até 31 de março, com o resultado do ano anterior. A contabilidade trabalhava para que em dezembro

já se tivesse números de novembro para apresentar (FRANCO, 2012).

Podemos ver também os resultados deste projeto mais claramente em alguns números da cooperativa, explicitados na tabela a seguir. Outra mudança perceptível foi um “boom” no recebimento da produção, um período de industrialização da cooperativa e aumento da estrutura de armazenagem. Elementos positivos para ambas que são atribuídos ao programa de comunicação que levou a cooperativa a ter mais contato com o associado e, conseqüentemente, uma maior fidelidade.

Tabela 5 -Alguns números da cooperativa

Ano	1977	1982	1987	1992	1997
Filiais	17	34	56	59	
Associados	5270	10252	13965	11236	9601
Frota de veículos	60	120	241		199
Colaboradores	390		1275	1200	1013
Capacidade de Armazenagem de grãos	66.000 ton.	80.840 ton.	120.000 ton.	1.590.000 ton.	1.900.000ton

Fonte: Dados de matérias institucionais da cooperativa

Ao falar do contexto do programa e de seus resultados mais amplos, de médio e longo prazo, o comunicador conclui sua fala da seguinte maneira:

O trabalho de comunicação tinha por objetivo o homem associado, o seu esclarecimento, a sua fidelidade, a entrega da produção com regularidade e menos discórdia sempre que houvesse uma reunião. Estava em curso, nesse tempo, as Comunidades Eclesiais de Base, germe do MST e PT e sempre haviam agricultores dispostos a detonar a Cooperativa como instrumento da direita e dos partidos de sustentação da ditadura militar. De forma madura e isenta, o serviço de comunicação precisava deixar claro que a cooperativa estava a serviço do associado e nem por isso contra as instituições

como Banco do Brasil, ACARESC, Empasc, e outras instituições (governamentais) que estavam a serviço do agricultor. Foi uma luta sem tréguas, mas vencemos pela razão, pelo exemplo, pela transparência, pela seriedade. A voragem ideológica que queria a cooperativa trabalhando no modelo do cooperativismo sem terra (que conhecemos) passou e a Alfa é, hoje, uma das maiores cooperativa do Brasil (FRANCO, 2012).

A fala deixa claro como os projetos da cooperativa eram usados também como instrumentos políticos de combate aos movimentos sociais e aos movimentos que se afirmavam contrários as práticas do cooperativismo agropecuário moderno. Pelo fato do presidente ser assumidamente da direita e ter influencias políticas fortes, era acusado que manipular seus interesses e os da cooperativa através de seu poder. “A cooperativa teve que gastar gás e energia para fazer serviço social. A cooperativa se armou contra os movimentos sociais fazendo esses serviços. Se foi intencional não sei, mas que era uma demanda dos associados, era” (DAL BOSCO, 2012).

Podemos perceber também que, mesmo que o sucesso do programa seja opinião do comunicador, as pesquisas de campo tem nos indicado que essa opinião prevaleceu entre outros comunicadores, agrônomos, técnicos, administradores, líderes e associados. Uma exaltação do trabalho que até hoje é citado com muito orgulho pelos colaboradores do projeto, numa verdadeira crença que o trabalho realizado foi feito a frente do seu tempo. Tendo sido parte de um processo político, podemos nos remeter a Rémond quando cita que muitos acontecimentos políticos são fundadores das mentalidades “o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, como desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeitada” (2003, p.449).

Essa afetividade pode ser percebida no discurso coletivo que exalta ainda hoje a iniciativa, principalmente do presidente Aury Bodanese, que foi considerado pelo comunicador como um homem grandioso por ter aceitado fazer o trabalho, que em muitas cooperativas não era bem visto. Ao mesmo tempo, podemos perceber em algumas falas as tramas políticas que envolveram também o projeto e a direção da cooperativa. E encontramos muitas opiniões contrárias, críticas ao

trabalho e a maneira que a cooperativa “incorporou” o modelo desenvolvimentista e usou de estratégias e discursos persuasivos com os associados, e eliminar quem não se adequasse aos novos tempos.

Como todo projeto tem seus bons resultados e seus defensores, também tem seus problemas e contradições. O então presidente Aury Bodanese sempre foi uma figura muito contraditória, segundo Biavatti, “contestado e aplaudido” (2014). Membro então do partido de direita, era contra os movimentos sociais que eclodiram na época e seu relacionamento não era nada amistoso com o Bispo Dom José Gomes, que trabalhava como comissão de frente dos movimentos considerados de esquerda.

Uma das constantes reclamações que podem ser percebidas com o crescimento da cooperativa, inclusive registradas em ata, é sobre a falta de estrutura e demora no recebimento da produção do associado. Para Franco,

[...] a cooperativa expandiu demais, cresceu muito rapidamente no número de cooperados, e havia sim uma defasagem de caminhões, que o associado entrava pagando uma cota que não permitia um investimento em nova frota por exemplo, então era natural que em alguns momentos o produto demorasse para ser recolhido. Mas como eles estavam acostumados a lidar com o comerciante da região, e esse era realmente mais eficaz do ponto de vista de recolher o produto e fazia questão de pagar perto possivelmente do avista, havia essa diferença de operação (2012).

Para solucionar este problema a cooperativa investiu fortemente em estrutura de recebimento de produção e ampliação da frota de caminhões, mas não conseguiu atender sempre a todos. Muitos associados ficavam dias e até semanas esperando para que sua produção fosse retirada. O problema disso é que o muitas vezes o associado não tinha estrutura física para armazenar sua produção e precisava de dinheiro para pagar suas contas e comprar gêneros para sua família. Aí entrava outro problema: os comerciantes às vezes ofereciam um preço um pouco melhor e pagamento a vista, o que a cooperativa não fazia¹⁵³.

¹⁵³ A cooperativa fazia o pagamento da produção em trinta dias depois de recebido.

Esses fatores todos levavam muitos associados a desviar parte da produção ou até mesmo toda, muitas vezes por necessidade.

Até por volta do final da década de 1980, havia uma crescente no número de associados, e a cooperativa não levava tão a sério a eliminação do associado “infel”. Com a criação do Jornal da Cooperalfa, passou-se a divulgar a demissão dos associados que não respeitavam os estatutos da cooperativa. Todos os meses a cooperativa divulgava a lista de associados eliminados, que pediam para sair e os admitidos. Isso foi feito até 1996, quando passa a não fazer mais as publicações.

Em setembro de 1991, a cooperativa divulga uma lista de admitidos, demissionários e eliminados, junto com um pequeno texto com o seguinte título “O próprio associado fiscaliza” (O COOPERALFA, setembro de 1991). Interessante notar o conteúdo desta reportagem. A Cooperalfa cita uma viagem que alguns administradores fizeram numa cooperativa do Paraná, onde eles viram que os próprios cooperados decidiam pela demissão de associados que não são fiéis à cooperativa ou desrespeitam de alguma forma os estatutos. Na Cooperalfa, esse processo era feito pelo conselho de administração. Esta exposição de uma maneira diferente de lidar com o “problema” do associado infiel parece ser uma forma de chamar a atenção também para os associados, que são “responsabilizados” a fiscalizar outros associados. Na figura 27 podemos ver uma das publicações do Jornal da Cooperalfa onde lista associados eliminados e aqueles que saíram por conta própria.

Figura 27 - Jornal O Cooperalfa de 1993

Jornal
cooperalfa agosto/93

s associados **Esses associados**
sairam da sociedade

Valdemiro Dalla Santa	Geraldino dos Santos	Zulmiro Ballen
Valdir Antonio Zanchet	João Pacassa Sobrinho	Dorvalino João Lorencet
Valmor Percio	Antonio Siqueira	Valdelirio Flores
Volmir Cherobim	Ceno Eugenio Hentz	Ernesto Ferreira da Silva
Associados	Gentilha Cararo Gambetta	Arlindo Rosalem
eliminados	Narciso Alberto Daniel	Neri Biffi
da sociedade	João Bentz	João Francisco Padilha
Alcides Moretto	Arcangelo Zapani	Rudimar José Spagnollo
Enio Sehn	Antonio Tafarel	Elvira Hillesheim Konzen
Almindo Machado	Alberi da Silva	Arlindo Bernardi
Fiorello Duz	José Maestri	Ivanir Carlos Grando
Jairo Luiz Gregól	Antonio Selio Moreira	Armelindo Beltrame
João Maria R. do Prado	Arno Rhoden	Irio Sperotto
Neron Pinheiro Medeiros	Idalino José Zambott	Antonio Velozo da Silva
José Eli Rodrigues da Silva	Dari de Oliveira	Guilherme Zapparoli
Setembrino de Jesus Gauer	Ari Segundo Geremia	Orildo Giroto
Vilson Francisco Possebon	Clementino Luiz do Carmo	Reinaldo C. Steindorff
Neori Vanzin	Wolnei Confortin	José Trindade Teixeira
Maria Dutra Miotto	Danilo José Villani	Dedimo Batista Americo
Irai Pedro Zanini	Domingos Giubel	
Antonio Varnier	Lindolfo Andrioli	As demissões acontece-
O principal motivo da eli-	João Colet	ram por:
minação desses associados	Vilson Pires de Moraes	Falecimento
foi a não entrega da produ-	José Putti	Idade avançada
ção.	Marino Scariotto	Troca de residência ou
	Adolfo Prates	Estado.
	Aparicio Linhares	Abandono da atividade.

Acervo: CEMAC

Um número interessante a partir do início da década de 1990 são os associados demissionários da cooperativa, ou seja, aqueles que pedem para sair. Pela quantidade de associados que também passa a sair a partir desta época, podemos perceber outra consequência da modernização do campo: um crescente êxodo rural. Na Figura 28, foram publicados os motivos daqueles que pediram para sair.

Figura 28 -Jornal O Cooperalfa, maio de 1995

Motivos das saídas	
10 por falecimento	22 por troca de Estado
75 por idade avançada	95 abandonaram a atividade ou
01 por invalidez	trocaram a agricultura para tra-
01 por doença grave	balhar na cidade.

Acervo: CEMAC

Se em 1987 a cooperativa tinha 13965 associados, o auge do período analisado, em janeiro de 1997 ela tem seu quadro social diminuído para 9601cooperados. Algumas pesquisas de campo demonstram um fato que pode ter influenciado também a diminuição dos associados nesse período: ver seu nome na lista de eliminados não agradava ninguém. Isso pode ter levado alguns associados a “falar mal” da cooperativa e influenciado outros a saírem. Além da lista, a forma como algumas pessoas eram eliminadas também não agradava. Um dos fundadores da cooperativa, C.Cella, demonstrou certa mágoa por ter sido apenas chamado para retirar sua cota, sem ter sido solicitado para uma conversa. “Uma pessoa que eu nem conhecia fez meu acerto, eu talvez como fundador, achei que poderia ser diferente, mas tudo bem” (C.CELLA, 2012). Para o ex-associado de Nova Erechim, que foi demitido ainda na década de 1980, B.G, “eu não queria sair da cooperativa, mas como questioneei uma conta que estavam me cobrando duas vezes, que um funcionário não deu baixa, me demitiram” (B.G. 2015).

Outro fato que influenciou a contínua diminuição de associados foi a lenta “desativação” dos comitês educativos. Segundo Dal Bosco (2012), a cooperativa foi desleixada com os comitês e eles não tiveram mais a mesma importância que tinham antes. Hoje eles nem existem mais, aliás, são chamados de conselhos de filial. A própria desativação do programa de saúde em 1994 e as instabilidades econômicas pré-plano real levaram a cooperativa a diminuir investimentos em várias áreas, o que provocou um clima de desconfiança quanto à saúde financeira da cooperativa, o que provavelmente também provocou a saída de muitos associados.

Um problema que surgiu em função dos comerciantes foi em relação ao preço que a cooperativa pagava pela produção. Nos primeiros anos do rádio, ele tinha a função de informar os preços aos associados, como já vimos anteriormente, para evitar que fossem explorados por atravessadores, servindo então de balizadora do mercado. Com o passar do tempo, isso se tornou um problema, pois outras cooperativas e comerciantes se “aproveitavam” dessa informação e iam oferecer mais para os associados. Acontecia que alguns vendiam para eles, mas outros começaram a reclamar intensamente com a cooperativa sobre os preços pagos aos produtos. Com um mercado já mais regulado, a cooperativa tirou essa informação do informativo de rádio, tentando amenizar a “indignação” dos associados. Até hoje continua esta política e os associados são orientados a buscar negociação de preços com o gerente, principalmente se a quantidade de produto for grande. Naquela época e hoje, os maiores produtores continuam sendo os mais beneficiados, pois tem maior poder na hora da negociação. Como a cooperativa não quer perder os grandes associados, acaba concedendo maiores vantagens a eles, o que é contraditório, pois mais de 70% dos seus sócios são pequenos produtores. Dentre todas essas mudanças no modelo de produção e uma maior tecnificação dos processos produtivos, muitos associados, principalmente pequenos, não conseguiram ou não quiseram se adequar a modernização agrícola em curso em todo o país.

As relações de poder, e principalmente as disputas por ele, também foram constantes durante o período. Segundo pesquisas de campo, pois não encontramos registros oficiais sobre este episódio, um dos momentos em que o presidente Aury mostrou sua força política foi na saída de Homero Franco da coordenação da Assessoria de Comunicação e Educação em 1983. Os dados oficiais mostram, e segundo o próprio comunicador, que ele foi convidado para assumir a comunicação na OCESC, em Florianópolis. Alguns personagens que trabalhavam na Cooperalfa na época acreditam que este não foi um convite apenas. Isso porque a força que os comitês educativos e alguns projetos que a assessoria comandava estavam ganhando uma visibilidade muito grande. O associado realmente cobrava da cooperativa e o comunicador tinha um respeito cada vez maior dos associados. Para seu colega de setor “Ele ganhou visualização e credibilidade. Seu conceito subiu até se igualar com o do presidente. Ele passou a ser uma opção para o associado. Homero se tornou uma ameaça para a presidência” (DAL BOSCO 2012).

Diante de uma possível ameaça que representava o comunicador para a presidência da cooperativa, Aury teria “providenciado” esta transferência para Florianópolis, como uma oportunidade melhor. Perguntado sobre esta possibilidade, Franco respondeu o seguinte:

[...] primeiro eu não era um proprietário rural, eu não poderia me tornar um presidente. Eu não tinha nenhuma pretensão em assumir esse cargo, nunca sonhei em ser presidente da Alfa. Mas, quando Harry Dorow me convidou para trabalhar em Florianópolis, fiquei um pouco magoado com a facilidade com que a Alfa abriu mão de mim. Eu se fosse o presidente da Cooperativa teria pedido para mim “porque você quer ir embora?”. Eu queria ter sido cantado para ficar, e não fui. Se aí dentro desse pacote havia uma intenção de livrar-se de uma sombra, eu não posso dizer, não estou dizendo, e espero que não seja verdadeiro. Mas o que eu queria era que houve uma luta pela minha permanência. E não houve (FRANCO, 2012).

Podemos perceber o jogo político que havia na cooperativa em outro depoimento. “Já ouviu falar do Homero Franco, pois é, ele foi um câncer lá dentro, passou a fazer intrigas entre diretores e associados, autorizado pelo Aury. Mas quando passou a ser ameaça, o Fin expulsou ele de lá. Depois foi formada a assembleia e acabou se deixando os de sempre” (BALDISSERA, 2008). Olívio Baldissera era um dos gerentes, um dos fundadores da cooperativa e já tinha feito parte do conselho de administração. O Fin que ele cita, também era um dos fundadores, já tinha feito parte da diretoria e era braço direito de Aury. Os dois, com a entrada de com novo conselho “popular” em 1981, haviam perdido seus cargos, mas continuavam na cooperativa. O Fin que Baldissera cita que colocou Franco para fora entrou novamente no conselho de administração em 1985. Não temos documentos oficiais para afirmar se esta possibilidade que algumas pessoas levantam seja verdadeira ou não, mas pelo jogo político em que se envolvia o então presidente, esta possibilidade também não pode ser vista como uma suposição apenas. Além disso, as pessoas que afirmam isto eram muito próximas ao presidente e conheciam bem os interesses em jogo na cooperativa.

Mas entre os conflitos mais latentes que a direção da cooperativa se envolveu foi a eleição para o conselho de administração de 1989. Pela primeira vez na história da Alfa houve uma chapa de oposição forte, que

tinha uma real possibilidade de vencer Aury Bodanese, que estava na presidência desde sua fundação. Neste momento, a diretoria usou o jornal como arma para atacar os opositores e anunciar apoiadores para sua reeleição. A situação usou depoimentos de autoridades políticas para apoiar Aury, colocaram depoimentos de associados que apoiavam a diretoria e também publicaram a lista de associados aptos a votar. Usaram também o depoimento de um associado que questiona a chapa de oposição com a seguinte frase “Oposição a que? Ao Trabalho?”. O associado aponta sutilmente que a oposição foi construída pelos movimentos “mais parecidos com protestos, reclamações, revoltas” e que é preciso dar valor aos que “tem competência e conhecimento da casa” (JORNAL DA COOPERALFA, fevereiro 1989).

O depoimento do associado é um retrato do que a cooperativa pensava sobre a chapa de oposição. Os movimentos sociais, e principalmente o PT, eram acusados de insuflar os associados a irem contra a diretoria, e contra o trabalho que ela fazia. Nessa eleição, também houve a influência de órgãos externos na composição da chapa de oposição, como por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A chapa de situação ganhou a eleição com 79% dos votos, numa eleição com recorde de presença de associados. Dos 12721 cooperados aptos para votar, compareceram 7158, um percentual de 56% de participação. De todas as atas analisadas desde a fundação da cooperativa em 1967, esta assembleia foi a que teve maior participação dos associados. Segundo Baldissera, que foi candidato a presidente na chapa de oposição, a força de Aury se fez perceber quando ele “não deixou embarcar no ônibus os que ele sabia que eram da oposição. E nas comunidades onde ele sabia que ia perder, o ônibus não passou” (2008). Aponta ainda que quando se sentia ameaçado, Aury dava um jeito de “derrubar o cara”. Admiradores não lhe faltavam, e inimigos também.

Enfim, a atuação da Assessoria de Comunicação e Educação em conjunto com o Setor Técnico mexeu profundamente com as estruturas da cooperativa. O aprendizado de novas técnicas induziu a modos diferentes de comportamento e de pensamento. Quando a cooperativa deu opções de participação aos associados, mesmo que de alguma forma sejam um forma de ilusão de poder, em vez de se rebelar contra a cooperativa, com seu sistema excludente, o associado passa a defender a cooperativa. A doutrinação dos associados através dos comitês educativos legitimou a cooperativa como apoio fundamental para a agricultura da região de Chapecó, não apenas para os líderes, mas também diante de muitos outros associados e para parte da sociedade.

Mas a “abertura política” da cooperativa também abriu espaço para oposições e questionamentos, principalmente após a saída de Franco da cooperativa, quando o trabalho mais intenso de ouvidoria com o associado foi enfraquecendo.

Ao analisarmos as continuidades e descontinuidades desse trabalho, chegamos a conclusão que o sistema adotado na época, em boa parte não poderia mais ser aplicado na atualidade, apesar de inspirar o trabalho atual. A cooperativa já não é mais a única opção dos associados para buscar amparo nas intempéries. Hoje o trabalho de educação cooperativa e orientação técnica tornou-se mais complexo, pois a escolaridade no campo aumentou e as opções de mercado e acesso a informações também.

Segundo Dal Bosco, que trabalhou no projeto e hoje ainda trabalha no setor de comunicação social da Cooperalfa, trabalhar com educação cooperativa apenas com conceito de associativismo não é mais suficiente. Dizer que a união é importante, falar de auto ajuda, ajuda mútua, não convence mais as pessoas. “As pessoas querem saber o seguinte: o que é que eu vou ganhar com isso, qual a segurança que tem, quais os riscos” (DAL BOSCO, 2015). Complementa que hoje não basta ser associado, o associado precisa se comprometer um pouco mais, tem que conhecer mais da gestão da cooperativa, mais os negócios, mais sobre viabilidade dos negócios.

Na época para congregar um associado bastava um discurso muito simples: hoje é insuficiente para trazê-lo a cooperativa. Hoje o associado tem que ser pego pelo econômico. No passado nós tínhamos os comerciantes que exploravam os agricultores. Hoje os agricultores não competem mais com seus vizinhos, mas com o mundo todo (DAL BOSCO, 2015).

As equipes de comunicação e educação das cooperativas do ramo agropecuário, em geral, entendem que a Educação cooperativista e organização do quadro social sempre andam em segundo plano, a margem do processo de gestão econômica. Os investimentos nestas áreas são pouco efetivos e insuficientes para promover a compreensão da filosofia e doutrina cooperativista. O esforço para difusão dos princípios e valores compõe um trabalho diário e exaustivo.

Os desafios da comunicação e educação neste sentido precisa levar a gestão das cooperativas a uma queda de paradigmas. Primeiro

em relação ao entendimento de que todos os colaboradores são parte essencial no processo de educação cooperativa. Para isso precisam ser treinados constantemente para o êxito diário do cooperativismo na prática. O setor comercial e suas estratégias de venda e compra devem estar afinados com os valores do cooperativismo, para não correr o risco de na prática entrar em contradição com discurso do sistema cooperativo.

Em segundo lugar, a cooperativa não pode mais delegar a um único setor a missão de fazer educação cooperativa, todos os setores precisam estar em sintonia com programas de educação cooperativa. Além disso, a cooperativa não pode treinar somente o associado, deve desenvolver programas de educação cooperativista para toda família, envolvendo desde crianças, jovens, mulheres e lideranças. Mulheres e crianças especialmente, que historicamente sofrem com exclusão no sistema de cooperativismo agropecuária, principalmente no que se refere à tomada de decisões.

Em terceiro lugar, a maior parte das cooperativas agropecuárias, preocupadas com a sobrevivência no concorrido mercado mundial, tem centralizado muito as decisões e se distanciando dos associados. Para Schneider (1999), isso vindo sendo um dos fatores para a não fidelidade do associado. A Cooperalfa, com sua grandeza estrutural e geográfica, tem priorizado uma gestão econômica eficiente que não caminha com uma gestão social na mesma proporção.

As ações que efetivamente darão sustentabilidade ao cooperativismo devem estar pautadas na missão, visão e valores da cooperativa. Para Canton (2009, p.57), a “[...] análise de sociedades cooperativas malsucedidas invariavelmente revela que faltou ao quadro social, ao corpo diretivo e aos técnicos o necessário conhecimento, cultura e convicção cooperativista”. O alerta vem também de Rego (1986), autor que afirma que as organizações cooperativas não devem apenas manter foco nos objetivos econômicos, mas atentar-se para o tecido social. Além disso, é importante lembrar que comunicação e educação devem estar fortemente vinculadas. A apologia da modernização vem ganhando destaque nos materiais publicitários e informativos das cooperativas e tem menosprezado a importância de mostrar os associados que eles podem crescer com a cooperativa e as vantagens de ser cooperado. A gestão empresarial tem esquecido a gestão de pessoas, e a cooperativa começa a morrer justamente nas pessoas, principalmente quando o associado não compreende sua sociedade, ou até mesmo quando o colaborador não pratica os princípios

e valores cooperativismo, uma vez que eles são a cooperativa na prática. A gestão econômica e gestão social são as formadoras da gestão organizacional cooperativa, ambas imprescindíveis para o êxito de toda a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma das entrevistas que realizamos com um dos médicos que participou da implantação do programa de saúde da Cooperalfa, ele nos relatou a seguinte experiência: quando chegou em uma comunidade para fazer uma reunião sobre o projeto, um dos associados falou o seguinte para a equipe. “Queremos médicos que nos atendam tão bem quanto atendem nossos porcos”. Como esse fato ocorreu enquanto ainda havia a problemática da peste suína, o associado teria complementado dizendo que para qualquer sintoma que os animais apresentassem imediatamente o veterinário e o técnico da cooperativa estavam lá para resolver o problema. Já no caso da saúde, havia uma queixa grande com relação ao atendimento que os poucos médicos da região ofereciam.

A fala do associado pode muito bem resumir como ocorreu a modernização da agricultura na região oeste: a prioridade era melhorar a produtividade, a sanidade animal e a sanidade humana, para uma melhor produtividade do trabalho. O bem estar das pessoas era segundo plano do Estado no seu projeto de modernização do campo, principalmente a partir do momento em que a extensão rural entrou em declínio. Segundo o depoimento do extensionista rural Jairo Menegaz ao livro “40 anos de extensão rural em Guaraciaba-SC 1967-2007”, a modernização que apoiou o sistema de crédito e a propagação dos pacotes tecnológicos gerou muitas distorções no campo.

Chegamos a situações em que os animais possuíam instalações de melhor qualidade que as casas dos colonos, pois havia dinheiro para a suinocultura e não havia dinheiro para a habitação. Da mesma forma, muitos produtores eram financiados para produzir milho, mas não tinham verba para construir paióis, suas estradas, seu transporte. Muitos colonos perdiam safras de grão por causa disso (VOIGHT e KROTH, 2009, p.70).

Segundo Oliveira, “O Banco do Brasil tinha financiamento para venenos, adubos, etc, mas não para terras, disso os agricultores reclamavam muito” (OLIVEIRA, 2012). Não é a toa que as pessoas buscavam no cooperativismo o que o Estado não oferecia: uma frota de caminhões para transporte das safras, máquinas para estradas e destocamentos nas lavouras, programa de saúde com médicos,

enfermeiras e agentes de saúde, projetos de culinária e costura para mulheres, estruturas de armazenagem, assistência técnica, crédito facilitado. Mesmo com a perda de autonomia para compra e venda, o importante para muitos associados é que tinham um apoio constante perto da sua propriedade. “Ali eu encontrava tudo que eu necessitava na minha atividade, era insumos, era rações, minerais, enfim, tudo que eu precisava. Orientação técnica e eu tinha a entrega da produção garantida. Eu tinha certeza de que produzindo eu tinha para quem entregar” (LUZZI, 2015). A cooperativa como reguladora de preços é sempre citada pelos entrevistados. Argumenta-se que se a cooperativa não paga os melhores preços do mercado, ela regula o mercado, pressionando o comércio em geral a pagar um preço mais justo aos produtores. “Ruim com ela, pior sem”, é uma expressão comum. Na região, por exemplo, se escuta muito falar que a Aurora paga melhor pelo suíno e isso obrigou outras empresas a também melhorarem o preço.

Outro ponto que se destacou nas entrevistas foi a inserção tecnológica dos associados. Argumentam muitos associados que a Cooperalfa possibilitou que tivessem acesso a financiamentos para compra de maquinários que facilitaram o trabalho duro no campo, apesar de sabermos que as cooperativas foram favorecidas pelo Estado, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Segundo Paulilo, “A máquina é, sem dúvida, um dos símbolos materiais do sucesso econômico” (PAULILO, 1990, p.78). Na sua pesquisa no sul de Santa Catarina, Paulilo aponta que

A primeira imagem que passa nas entrevistas, a respeito do uso de máquinas, é a diminuição da quantidade e da intensidade de trabalho. Trabalhar, hoje, é uma “brincadeira”, segundo os informantes. Propriedades de 20 a 30 há. estão sendo cuidadas, em alguns casos, apenas pelo casal de meia idade (PAULILO, 1990, p.78).

Nossos entrevistados usam muito esse argumento de que se não fosse os maquinários e a “tecnologia” dos defensivos agrícolas, muito mais gente teria saído do campo, devido principalmente a falta de mão de obra. Para a maioria, os defensivos são um “mal necessário” para que haja alimento suficiente para a população mundial. Uma ideia claramente incorporada pelo discurso dos agrônomos e dos defensores

da “modernização” do campo. Na Cooperalfa, no caso dos agrotóxicos, o discurso de que “só faz mal se não usar direito” é constante entre os associados. Isso demonstrou que o objetivo da cooperativa e das companhias que vendem estes produtos foi alcançado no programa lançado em 1995.

Com ou sem uma cooperativa, os produtores rurais lutam diariamente para permanecer no mercado. As consequências negativas da modernização como pobreza, exclusão social e produtiva são apontadas pelo Estado e pela grande imprensa como males necessários para a economia do país chegar ao nível de “primeiro mundo”. Os discursos apontam que os que ficaram para trás é porque não queriam se adaptar as novas necessidades do mercado. Para o cooperativismo, que em seus discursos sempre exaltou o apoio aos pequenos produtores “marginalizados”, o desafio é se posicionar ativamente frente às contradições e desigualdades que surgem com a expansão do capitalismo no campo, auxiliando nas necessidades reais de seus associados.

O movimento cooperativista foi pensado durante muito tempo de forma isolada em relação ao seu contexto histórico-social, principalmente pelo governo brasileiro, que o via apenas com um braço para o fortalecimento do modo de produção capitalista. Os meios de comunicação em geral, e principalmente das cooperativas, apoiado com o governo brasileiro, tem promovido a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo. As cooperativas incorporaram discursos técnico de modernidade e empunharam “uma bandeira social progressista” (HASSE, 1996, p.42). A comunicação e educação nas cooperativas ocupa um papel fundamental nesse processo, porque auxilia na propagação das ideias capitalistas no cooperativismo, obtendo não apenas respaldo do Estado, como também dos associados, especialmente dos médios e grandes proprietários. A exaltação da modernização como único meio de sobrevivência do agricultor fez parte da propaganda tanto dos governos quanto das cooperativas. Para Espírito Santo “A modernização teria, entretanto, sido parcial, dependente da agroindústria, não contribuindo, em muitos casos, para a sustentabilidade da pequena produção através dos anos” (1999, p.88). E o discurso da cooperativa, que ressaltava o diferencial da mesma em relação a “perverso sistema capitalista”, acabou não conseguindo praticar o que anunciava. Defende Schneider que “O cooperativismo típico, quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada

pela ‘livre iniciativa’, tende a aprofundar as desigualdades existentes” (SCHNEIDER, 1981, p.31).

A cooperativa acaba exorbitando suas regras institucionais para se manter como instituição e servir de elo de ligação entre o mercado [...] e o produtor [...], amoldando-se ao processo de produção capitalista. Não qualquer incompatibilidade – as cooperativas funcionam integradas com o sistema que as criou, pois já lhes é quase impossível seguir com fidelidade os seus princípios (ARAÚJO, 1982, p.158).

Para a autora, “A ação cooperativa dá-se com uma combinação de economias individuais na passagem para o mundo das trocas mais amplas” (ARAÚJO, 1982, p.157). Mas, o cooperativismo não nasceu para ajudar na reprodução do capitalismo, mas como um meio de defesa de uma população excluída da produção mercantilista, com o objetivo de melhorar as condições de vida por meio da cooperação, que seria a responsável pela “criação de uma força coletiva” capaz de unir seus membros em busca de um ideal comum.

Entretanto, com o Estado envolvido na criação das cooperativas agropecuárias, esse ideário pouco se praticou, principalmente nos momentos onde não houve programas de comunicação e educação cooperativa. E quando houve uma cobrança maior por parte da OCB para a criação destes departamentos nas cooperativas, muitos deles foram criados com o objetivo de conter aqueles associados mais “reclames”, promover uma democracia “disfarçada”. Essa exigência de uma maior democracia dentro das cooperativas estava inserida também num contexto de abertura democrática que vivíamos no Brasil na década de 1980. A pressão da sociedade obrigou muito dirigentes, mesmo um pouco forçados, a darem voz para os associados, para que se constituísse também uma identidade entre o associado e a cooperativa. Identidade esta que era fraca em quase todas as cooperativas agropecuárias, onde os associados não se sentiam reais donos do empreendimento.

Por referência a um ideal de cooperativismo que incorpora a própria essência da doutrina, e por ser este um padrão ideal e não concreto, é que se justifica a defasagem encontrada no discurso cooperativista, e aquela que se instala entre o aparato administrativo empresarial e o associado

em sua capa de pequenez. Na medida em que a ênfase estabelece-se na não-identidade dos objetos da empresa e do associado, na diferença entre dirigentes e dirigidos, os primeiros surgem como detentores de um poder coercitivo, exatamente como **eles: a cooperativa** (ARAÚJO, 1982, p.173. Grifo da autora).

No caso da Alfa, a abertura para ouvir o associado fidelizou bastante os agricultores, aumentando o número de associados e promoveu um crescimento surpreendente da cooperativa na década de 1980. Mas, como acontece em muitas cooperativas, foi um programa que não teve continuidade, e por isso, não conseguiu manter muitos dos associados se sentindo donos do seu negócio. O programa de comunicação e educação, pela análise do período proposto, teve três fases: a primeira, onde se buscou uma maior participação e democracia junto aos associados (entre 1978 e 1983); a segunda fase, que inicia com a saída do comunicador, onde essa participação caiu, mas se manteve ainda por alguns anos; e a terceira fase, que parece iniciar no final da década de 1980 e início da década de 1990, onde a equipe de comunicação passou a ter como função básica o jornal, o rádio e algumas reuniões com associados. Os líderes passaram a ter uma responsabilidade maior, muitas vezes sem serem preparados corretamente para esse papel e a comunicação e educação perdeu espaço político dentro da cooperativa. A assessoria vem sendo mantida nos últimos anos mais por uma questão política, “para dizer que tem”, e seus programas são diretamente ligados a aumento de produtividade e fidelidade dos associados, sem um trabalho efetivo de formar um associado crítico e consciente do seu papel na entidade. A fala de Franco resume bem o que o cooperativismo em geral pensa sobre trabalhos sociais mais intensos para os associados e sobre os pequenos produtores.

A cooperativa é uma empresa capitalista, ela não pode ser uma casa assistencialista, ela não pode ser benevolente a ponto de alcançar dinheiro sem que isso tenha uma resposta. Até porque ela está inserida dentro do contexto capitalista e precisa dar resposta. E ela vai aonde ela tem resposta. O médio e o grande produtor sempre deram resposta mais cedo que o pequeno. O pequeno é pequeno porque ele pensa pequeno, a cultura dele é deficiente, esse trabalho deveria ter continuado

pela ACARESC. Mas o que aconteceu: os governos tiraram a ACARESC do campo, naquele modelo de ir na propriedade e fazer acontecer. A ACARESC levava para dentro da propriedade a tecnologia, e o pequeno nunca respondeu a essa tecnologia. Em parte porque ele não tem recurso, em parte porque ele não tem cabeça, em parte porque ele não tem espaço, e o resto eu não preciso dizer: está desenhado o insucesso dessa criatura. Qual a solução para este cara: a ACARESC de volta. Os sindicatos deveriam ter assumido este lado, já que eles se dizem tão voltados para o pequeno (FRANCO, 2012).

Outro fator que provoca o afastamento dos cooperados da sua empresa é o gigantismo que muitas cooperativas atingiram, e a Cooperalfa entra também nessas estatísticas. Esse crescimento causou e ainda causa o afastamento dos associados de sua instituição. Segundo SCHNEIDER (1999, p.293), essa expansão de muitas cooperativas provoca a “diminuição da identidade e do compromisso do associado com sua cooperativa. Surgia um número crescente de associados cada vez mais alheios a sua organização, tornando-se meros clientes de uma organização que percebiam não mais lhes pertencer”. E o caminho que tomou a assessoria de comunicação nos últimos anos desta pesquisa mostram o rumo bem técnico que impulsiona os trabalhos deste e o contínuo enfraquecimento dos trabalhos relacionados a difusão da doutrina cooperativista. O rumo tecnicista que tomou conta da Cooperalfa através do trabalho do setor técnico vem dificultando o setor educativo a realizar o trabalho dentro do que é seu papel original: garantir a participação efetiva do associado na cooperativa. Da mesma forma que seu objetivo no momento de sua criação era assessorar o setor técnico (apesar dos comunicadores terem buscado também o caminho da educação para formar um cidadão crítico), continua ele preocupado mais com a eficiência técnica dos cooperados do que com sua conscientização sobre seu papel na cooperativa. “A tendência é a do sistema se confundir cada vez mais com a lógica e a racionalidade da empresa capitalista em geral, transformando o produtor associado num mero cliente de seus serviços” (SCHNEIDER, 1981, p.32/33).

Dentro de um ideal de formação de um sujeito novo, o trabalho conjunto entre Departamento Técnico e Assessoria de Comunicação e Educação alcançou seus objetivos. Principalmente com relação às questões de produtividade na lavoura, onde passou a fomentar a

modernização de seus associados, apesar dos problemas ambientais e de saúde que se apresentavam.

Nessa modelagem de um sujeito novo, disciplinar um modo de trabalho mais produtivo abrangia uma educação voltada para o uso de técnicas modernas e também para a saúde do associado. Ao citar em uma das cartilhas que “A doença representa despesa e produção menor, porque se não bastassem os dias parados, é preciso considerar a fraqueza e a perda de disposição” (COOPERALFA, 1982), podemos perceber bem a defesa de um programa voltado para um associado produtivo. O combate a doença e aos fatores sanitários provocadores de muitas delas, o próprio programa Alfa Lar que “ensinava” as mulheres a cozinhar e cuidar melhor da casa e a formação de lideranças, que objetivava também um maior controle da ação dos associados leva a pensar numa “nova auto disciplina” (ELIAS, 2011, p.203), onde cada indivíduo passa a mudar seus hábitos, disciplinar suas ações e exercer uma certa vigilância sobre os demais associados da cooperativa. O programa de educação cooperativa deu aos associados um poder “simbólico” de “vigiar” os demais cooperados e denunciá-los caso não estivessem sendo fiéis a sua entidade. Esse poder simbólico, segundo Bordieu, é um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (1989, p.14). Essa vigilância feita por todos, associados, técnicos e demais membros da cooperativa não era vista como algo ruim. Ao contrário, era vista como uma forma de cuidar da cooperativa e detectar os associados que não estavam agindo conforme a lei estatutária da cooperativa. Além disso, para GIRARDI, MASSIERER, SCHWAAB (2007) “A ideologia da modernização agrícola atuou com eficácia no sentido de explorar a dicotomia urbano/rural”. Com a exaltação do urbano “desenvolvido e moderno” em oposição ao rural “atrasado”, os agricultores passaram a se sentir inferiores. “Por isso, para ser aceito/reconhecido era importante não oferecer resistência às mudanças e estar aberto a adotar as novas tecnologias consideradas modernas”, concluíram os autores. Em busca desse objetivo que a educação cooperativa teve muita eficácia nas cooperativas agropecuárias. Segundo COLOMBAIN, se a educação cooperativa tem a finalidade da renovação humana, foi constatado também que “[...] o fim e a necessidade da educação cooperativa coincidem com o fim último e a necessidade principal da ação cooperativa; os meios

identificam-se aqui com a finalidade, que é “formar homens”, “formar homens novos” (S/D, p.11).

Apesar de todos os problemas e contradições citados nesta pesquisa, não podemos deixar de pontuar como este movimento “assistencialista” da cooperativa melhorou muitos aspectos da vida dos associados. Um dos projetos que podem ser destacados foi o programa de saúde. Num momento em que a saúde pública era muito criticada, onde não havia posto de saúde, nem agentes de saúde pública, pouquíssimos hospitais e praticamente nenhuma campanha preventiva – a não ser as poucas iniciativas da ACARESC – o projeto teve uma repercussão fantástica. Algumas pessoas arriscam dizer que esse programa foi um dos maiores responsáveis pelo intenso crescimento do número de associados na década de 1980. Mesmo o projeto Alfa Lar, apesar das contradições quanto a seus objetivos, foi visto como uma iniciativa que pela primeira vez deu a oportunidade da mulher opinar na cooperativa, apesar de não ter direito a voto. A cooperativa deu a muitas mulheres a primeira oportunidade de participarem de algum evento ou curso sem terem que levar o marido como acompanhantes. E o projeto de assentamentos, apesar de ter atingido menos da metade das famílias a que se propunha, impulsionou outras cooperativas e até órgãos governamentais a pensarem no problema da falta de terras e do êxodo rural que a região oeste vinha enfrentando.

A comunicação, naquele momento, assumiu um papel de extrema importância enquanto coordenadora de um processo de maior participação do associado na cooperativa e também no sentido de pensar programas que atendessem as necessidades mais urgentes dos associados, apesar da conotação assistencialista e produtivista que assumiu. Em relação às perspectivas da comunicação/educação nas cooperativas agropecuárias do oeste catarinense, PERREIRA defende que o futuro é pouco otimista, pois as cooperativas “se submetem inteiramente à lógica da globalização da economia” (1999).

Ao mesmo tempo é necessário fazer o seguinte questionamento: é possível as cooperativas agropecuárias não pensarem seus objetivos alinhados a lógica do mercado? Como sobreviver num mundo cada vez mais competitivo, globalizado e onde a constante evolução tecnológica rege as leis de mercado? Diante dessa problemática, como os setores de comunicação e educação e o setor técnico vem buscando estratégias para fortalecer o sistema cooperativo, a formação de lideranças e incentivo a sucessão familiar, apesar da lógica de mercado? Em 2012, no Ano Internacional do Cooperativismo, declarado pela ONU – Organização

das Nações Unidas, chamou-se a atenção para o fato de que é possível propiciar a viabilidade econômica e a responsabilidade social através de cooperativas, mas que elas precisam estar mais atentas às necessidades de seus associados.

Debateu-se muito a questão de que, apesar das cooperativas terem aumentado sua participação na exportação e no fornecimento de alimentos através da agricultura familiar, a hegemonia das multinacionais ainda é muito maior. O cooperativismo como a “terceira opção”, nem capitalista, nem socialista, poderia ser a solução para o “capitalismo selvagem” que explora e escraviza e para o “socialismo” improdutivo que não permite a livre iniciativa para as pessoas. Defende Olinger que para poder auxiliar seus associados na melhoria de qualidade de vida “a cooperativa não pode ser tão grande que não possa ser vigiada e controlada pelos associados e nem tão pequena que não tenha nenhuma expressão social” (2014).

O desafio do cooperativismo atual é não ser mais uma opção entre tantos comerciantes: ela quer e deve ser a melhor opção, mas só conseguirá alcançar esse status quando investir mais nas pessoas e desacelerar dos investimentos em estruturas. Porque afinal, como dizem os próprios associados, se a cooperativa quebrar, nenhum capital volta para o associado: depois de pagas as dívidas, o patrimônio vai para o Estado.

REFERÊNCIAS

Bibliografia geral

ALBA, Rosa Salete. As Agroindústrias e a Produção do Espaço Urbano de Chapecó. **Cadernos de CEOM**, Ano 15, n.14, dezembro de 2001.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219p.

BELLANI, Eli M. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do CEOM**. Ano 19, N 23, 2006.

_____. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o Processo de Colonização do Velho Município De Chapecó (1917/1950)**. Dissertação apresentada ao Curso De Pós-Graduação em Historia da Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

BEN, Fernanda. O Trabalho e a Festa: ideias, perspectivas e ações que envolveram os festejos dos 50 anos do município de Chapecó. **Anais da II Jornada Nacional de História do Trabalho**, 2004, Florianópolis. Disponível em: <www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/fernanda%20ben.doc>. Acesso em: 12 de agosto de 2015

BIESDORF, Marta; AMADOR, Milton. A Agricultura em Ipumirim (1970-1980). **CADERNOS DO CEOM**- Chapecó: Argos, 2010, n.31,528p. Ano 22.

BOITEUX, José Arthur. **Oeste Catharinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira**. Conferência realizada no Centro Catharinense e na Sociedade de geografia (Rio de janeiro) e no Clube XII de Agosto (Florianópolis), em 1929. Florianópolis: Alberto Entres & irmão, 1931

_____. **Santa Catharina-Paraná: questão de limites**. Rio de Janeiro: 1890, Typographia d'A TRIBUNA.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 1989.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é Comunicação Rural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n.6, p.7-73, 1985.

CEOM. A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. **Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista”. In M. Ferreira & J. Amado (org.) **Usos e abusos da história oral** (p. 215-224). Rio de Janeiro: 1996, Editora da FGV.

COSTA, Arthur Ferreira da. **O Oeste catharinense: visões e sugestões de um excursionista**. Rio de Janeiro: Villa Boas e Cia, 1929.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DENARDIN, Valdir F.; SULZBACH, Mayra T. Os Possíveis Caminhos da Sustentabilidade para a Agropecuária da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 3, n. 6, jul./dez., 2005.

DE PAULA, Zuleide Casagrande. O Campo da Vida O campo da Morte: uma leitura da agricultura no município de Maringá na década de 80. **Revista de História Regional** 3(2), 139-156, Inverno 1998.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Vol. 1: uma história dos costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

ESPÍNDULA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. **A agricultura no estado de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 1999, 170p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HASSE, Geraldo. **O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades**. Geraldo Hasse; fotos de Fernando Bueno. Porto Alegre: L&P, 1996.

HOBSBAWM, Eric J.. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1917-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos de atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**.

Florianópolis: 1997, 219 p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade federal de Santa Catarina.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado. Unisinos, 2012.

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado/514385-guerra-do-contestado-os-reflexos-cem-anos-depois-entrevista-especial-com-paulo-pinheiro-machado>.

MARCON, Telmo. Fontes orais e escritas: algumas reflexões. In: Educação Patrimonial e fontes históricas. **Cadernos do CEOM –** Chapecó: Argos, 2000, n12, dez.2000.

_____. **Memória, história e cultura.** Chapecó: Argos, 2003. 350p.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de História.** São Paulo: Contexto, 2009.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar.

MNEME, V. 05. N. 11, jul./set. de

2004. <http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/221/204>

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945).** Niterói: EDUFF, 2002.

_____. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961).** Niterói: Editora da UFF, 2010.

_____. **Agronomia de Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956, aos precatórios – 1997.** Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 1998, 244p.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento.** Chapecó: Argos, 2005.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no estado de Santa Catarina. In.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.) **História Ambiental e migrações.** São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

_____. **Etnicidades renegociadas: práticas sócio culturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

_____. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. **Revista História: Debates e Tendências**. V.9, n.1, jan/jun.2010, p.136-150, publ. no 1º sem.2010.

_____. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, Giovana Galvão Tavares (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ONGHERO, André Luiz. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. **Anais XX do VII Simpósio Nacional de História**. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQUIVO_AndreLuizOngheroartigoANPUH2013.pdf

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Revista Estudos Avançados**, 24 (68), 2010.

PAULILO, Maria Ignês S..**Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria do Estado da Cultura e do esporte, 1990.

PIZZOLATTI, Roland L. **Os pequenos produtores no oeste catarinense: integrados ou entregados?** São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado em Geografia.

POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. **CADERNOS DO CEOM**, outubro 1987, n.3, ano 2.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2ª Ed. . Chapecó: Argos, 2008.

REGO, F. G. T. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento, e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. (org.) Trad. Dora Rocha. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2ª Ed.rev. Chapecó: Argos, 2006. 250 p

_____. O conhecimento do território: a bandeira de Konder. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005. p. 109 -127.

_____. **Sociodisséia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RIOS, Kênia Souza. . In: Educação Patrimonial e fontes históricas. **Cadernos do CEOM** – Chapecó: Argos, 2000, n12, dez.2000

ROSALEN, Eloísa. A comemoração do cinquentenário de Chapecó (1967). **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 25, n. 36, jun.2012.

<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1151/645>

ROSSETTO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste. In: **Cadernos do CEOM** - Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. Fundeste: Chapecó-SC. Ano 1, nº1, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital**. Ed.Hucitec: São Paulo, 1978.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. Expressão Popular, 2010.

SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso Brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. In. Revista USP, São Paulo, n. 53, p.117-149, março/maio, 2002. <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>

SILVA, Claiton Márcioda. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da *American International Association For Economic And Social Development* (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese de Doutorado. Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro: 2009.

_____. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1695-1711.

_____. **Os partidos políticos e o regime militar em Chapecó: os conflitos políticos evidenciados na cassação do prefeito municipal de 1969**. Relatório de pesquisa. Chapecó: março de 2000.

_____. **Saber, Sentir, Servir E Saúde: A Construção Do Novo Jovem Rural Nos Clubes. 4-S,SC (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: 2002.

SILVA, Augusto da; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. **Fronteiras: Revista Catarinense de História** [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2011.

SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SILVA, José Graziano da. **O Que É Questão Agrária?** Coleção Primeiros Passos. 4ª Ed.1981

_____. **A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

TEDESCO, João Carlos. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980. João Carlos Tedesco, Paulo Ivan Schutz Beux, Sirlei Fátima de Souza e Renan Cecchet. Porto Alegre: EST, 2005.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976. 261p.

VOIGT, E.; KROTH, M.T.W. **40 anos de extensão rural em Guaraciaba, SC; 1967-2007**. Florianópolis: Epagri, 2009.

WAIBEL, Léo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XVII, nº 4, p. 389/417, 1955.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006. 149 p.

WHITE, Richard. Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?: trabalho e natureza. **TOPOI**, v.14, n.27, jul./dez.2013, p.472-491.

http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi27/TOPOI_27_TRADUCAO.pdf

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol. V - nº 2 – ago/dez. 2002 – V I. 1 - nº 1 jan/jul.2003.

WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, Giovana Galvão Tavares (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

WRIGHT, Angus. Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX. **Topoi**, v.13, n.24, jan.-jun.2012, p.136-161. <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00136.pdf>

Bibliografia específica

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; CIRINO, Carlos da Silva. Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias. **Revista RPOT/UFSC**. Vol.1, nº 2, jul/dez.2001. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6716>

ARAÚJO, Silvia Maria P. de Araújo. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Análise de cooperativa no Paraná, especialmente de café. Curitiba, Projeto. 1982.

BOHNER, Tanny Oliveira Lima; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso; NISHIJIMA, Toshio. O Impacto Ambiental do Uso de Agrotóxicos no Meio Ambiente e na Saúde dos Trabalhadores Rurais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Vol.8, 2013. p.329-341.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de Crédito Rural: agente de desenvolvimento local ou banco de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007

CANTON, Neivor. **Desenvolvimento e cooperativismo**. SESCOOP, Chapecó, 2009.

CARVALHO, M.M.X.; NODARI, E. S.; O avanço do uso de agrotóxicos e das intoxicações humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, p.2762-2766, 2009.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma história do uso de agrotóxicos em Santa Catarina: da revolução verde a agroecologia**. Florianópolis: UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. TCC.

COLOMBAIN, Maurice. **Formar homens novos**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Instituto de Cooperativismo e Associativismo. 8ª ed. São Paulo. Sem data.

CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DUDEK, Patrícia Mazzioni. **Biodigestores: uma realidade ainda distante**. 2013. <https://www.unochapeco.edu.br/static/files/premio-jornalismo-ambiental/biodigestores.pdf>.

ESPÍRITO DE PORCO. Direção: Chico Faganello e Dauro Veras. Brasil. Produção Executiva: Chico Faganello e Lícia Brancher. [Documentário, 52 min, HD, 2009, SC].

EPAGRI. **Aury Bodanese: 30 anos de cooperação**. Chapecó. [Documentário, 55m, 1997, SC]

FRANCO, Homero Milton. **Comunicação e Educação Cooperativista**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1985.

FRAZZON, Elói; POLAK, Moisés; FRANCO, Homero Milton. **Orientação Cooperativista**. Livreto. OCESC: Florianópolis, 1978.

GBLER, Érico F.; OLIVEIRA FILHO, Hélio de. **Integração e participação em cooperativismo**. (Cartilha) S/Data.

GIANEZINI, Miguelangelo; MATEI, Ana Paula; FLORES, Shana; DILL, Matheus Dheim; WINCK, Cesar Augustus. Evolução de eventos

sobre meio ambiente e seus reflexos na responsabilidade sócio ambiental das empresas: reflexões para a conscientização ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**. N.40, Ano XI, junho/agosto 2012. <http://www.revistaead.org/artigo.php?idartigo=1230>

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Estratégias discursivas para persuadir o agricultor ao produtivismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. IV N 1- 1 semestre de 2007.

HIGARASHI, Martha Mayumi; OLIVEIRA, Paulo Armando Victória de; MIRANDA, Cláudio Rocha de. Meio Ambiente Baliza Atuação Da Unidade A Partir Dos Anos 90. In: **Sonho, desafio e tecnologia: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e aves**. Editores Técnicos Jean Carlos Porto Vilas Boas Souza...[et al.]. - Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.

HOLYOAKE, George Jacob. **OS 28 TECELOES DE ROCHDALE: HISTORIA DOS PROBOS PIONEIROS DE ROCHADALE**. RIO DE JANEIRO; GB (BRAZIL) 1933 124 P.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

LUZ FILHO, Fábio. **Cooperativismo e Crédito Agrícola**. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.

MELLO, Márcio Antônio; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Mudanças Técnicas E Poluição Ambiental Difusa No Oeste De Santa Catarina: Uma Análise A Partir Da Economia Ecológica**. XLV CONGRESSO DA SOBER, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/489.pdf>

MORAES, Alberto O. **Cooperativismo: instrumento de desenvolvimento agrícola**. Trabalho do engenheiro agrônomo Alberto O. Moraes, Secretário Executivo da Organização das Cooperativas de

Santa Catarina, apresentado no V Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Salvador-Bahia, em setembro de 1971.

OCESC. **OCESC 40 anos**. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011

OLINGER, Glauco. **A experiência catarinense**: Crédito Rural Educativo no Brasil: ACARESC, Florianópolis, junho de 1966.

OTTONI, Davi Niemann; Costa, Daniel Fernandes Nogueira. A importância da RIO+20 para o Brasil dentro do contexto histórico de proteção ao meio ambiente. Rio Grande: **Revista Âmbito Jurídico**, 2011. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11126

PERES, Frederico; ROZEMBERG, Brani. É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos. In PERES, Frederico (org.) **É veneno ou é remédio? agrotóxicos, saúde e ambiente**. Frederico Peres. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

PERREIRA, Jorge Arlan de Oliveira. O papel dos departamentos de comunicação e educação em cooperativas agropecuárias do oeste do estado de Santa Catarina: a visão dos comunicadores. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 1999.

PINHO, Diva Benevides. **As Grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro**. Brasília, OCB/Coopercultura, Vol.I 1991.

_____. As Grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro: avaliação do cooperativismo e modernização da agricultura cooperativista. Brasília, OCB/Coopercultura, Vol.II 1991.

PRATES, Arlene Maria Maykot. **Atuação Estatal no Cooperativismo Agrícola Catarinense: o caso da Cooperativa Regional Alfa (1957-**

79). Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1981.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**/ José Odelso Schneider. 2. Ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999 496 p.

SCHNEIDER, José Odelso. (org.) **Educação Cooperativa e suas práticas**. SESCOOP. Ed. Unisinos. São Leopoldo, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. (coordenador) **Educação e Capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos. 2010.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nádia Solange Schmidt. Análise Dos Impactos Ambientais No Oeste Catarinense e das Tecnologias Desenvolvidas pela EMBRAPA Suínos e Aves. **Informe Gepec**, Toledo, v.16, n.1, p.128-143, 2012. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/431/showToc>

SOARES, Clenoir Antônio. **Análise de viabilidade para geração de energia elétrica com o excedente do biogás para o seu uso de forma direta em aquecimento**. Chapecó: 2013. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Energias Renováveis com Ênfase em Biogás. Fundação Getúlio Vargas e Itaipu Binacional.

TERRA, Fábio Henrique Bittes ; Pelaez, Victor . A História da Indústria de Agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Sober 47º Congresso - Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações**, 2009. <http://www.sober.org.br/palestra/13/43.pdf>

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para a discussão. Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996. 246 p

TESTA, V. M. Desenvolvimento sustentável e a suinocultura do Oeste catarinense: desafios econômicos, sociais e ambientais. In: GUIVANT, J; MIRANDA, C. R de. (Org.). **Desafios para o desenvolvimento**

sustentável da suinocultura: uma abordagem multidisciplinar. Chapecó; Argos, 2004. p.23-72.

WERLE, Márcio José. **"Um por todos e todos por um", uma história das Caixas Rurais** / Márcio José Werle; orientador, João Klug - Florianópolis, SC, 2014. 211 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

ZENI, Wilmar Francisco;SEHNEM, Simone; CAMPOS, Lucila Maria De Souza. **Anais do SIMPOI 2012.** XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. Agosto de 2012 / Unidade Berrini da FGV.
http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00182_PCN32461.pdf

Documentos consultados

ACARESC. **Comitês Educativos.** Coordenação de Cooperativismo. Florianópolis,1977.

ACARESC. **Consumo e hábitos alimentares do meio rural catarinense:** pesquisa realizada pelo Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina-ACARESC. Florianópolis: ACARESC, 1972.

Álbum do cinquentenário de Chapecó: Documentário Histórico. Chapecó. 1967.

ANAIS DO III CONGRESSO CATARINENSE DE COOPERATIVISMO. AGOSTO DE 1975, FLORIANÓPOLIS-SC.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS (ACCS). Relatório Anual 2009. Concórdia. Disponível em http://www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php?abrir=relatorios_anuais

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS (ACCS). Relatório Anual 2013. Concórdia. Disponível em

http://www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php?abrir=relatorios_anuais

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.

BRASIL. III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). Brasília, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
1985. Censo Agropecuário – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
1995/1996. Censo Agropecuário – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
2006. Censo Agropecuário – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.

CARTA DA TERRA, 2000. Disponível em
<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>

CEPA/SC. **Armazenagem: situação no Oeste Catarinense.** 2ª ed, rev. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Florianópolis: 1985

CEPA/SC. **Diagnóstico da suinocultura nacional.** Florianópolis [19...]. Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina

COOPERALFA. Acervo Fotográfico. Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC. Chapecó/SC

COOPERALFA. **A cooperativa que temos e a cooperativa que queremos.** Cartilha. Chapecó: 1980.

COOPERALFA. Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias. 1967 a 1998.

COOPERALFA. Atas das Assembleias Gerais Ordinárias. 1968 a 1997.

COOPERALFA. Atas do Comitê Educativo. 1978 a 1994.

COOPERALFA. **Cooperalfa: uma vitória sócio econômica pela união e pelo trabalho.** 1982

COOPERALFA. **Cooperativa Regional Alfa Ltda.: seu início, sua evolução, sua situação atual, seus planos.** Chapecó: novembro de 1977.

COOPERALFA. Cooperalfa 20 anos. 1987.

COOPERALFA. Estatuto Social da Cooperativa Regional Alfa Ltda. 1974.

COOPERALFA. Estatuto Social da Cooperativa Regional Alfa Ltda. 1981.

COOPERALFA. **Estudo para ampliação de assistência técnica.** Chapecó: 1985.

COOPERALFA. **Fundo Rotativo para Aquisição de Terras.** Regimento Interno. Chapecó: 1981.

COOPERALFA. Relatórios de Gestão de 1990 e 2014.

COOPERALFA. **Seminário Reflexão, estudo, sugestão: problemas da terra.** Assessoria de Comunicação e Educação da Cooperalfa. S/data.

COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE. **Manual de Suinocultura.** S/D.

COOPERATIVA TRITÍCOLA. Atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. 1958 a 1967.

OCESC. Acervo Fotográfico. Florianópolis/SC.

OCESC/ITEC. **O cooperativismo ao alcance de todos.** Florianópolis: 1993.

OLINGER, Glauco. **Armazenagem, cooperativismo e preços**. Florianópolis, 1966.

OCB/BNCC/SENACOO/EMBRATER. Cooperativismo Agrícola Brasileiro: análises e propostas. 1985

INCRA/BNCC/EMBRATER/OCB. I Programa Nacional de Cooperativismo-PRONACOO (1976-1979). Integração Interinstitucional para o desenvolvimento Cooperativista. 1976.

SANTA CATARINA. CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

SANTA CATARINA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2012-2013. EPAGRI/CEPA. Florianópolis, 2012-2013. Disponível em http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/sintese_2013.pdf

SANTA CATARINA. Projeto “Agricultura: prioridade um”. Florianópolis, 17 de março de 1969.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. PROESTE (Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste). Florianópolis, 1970.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Projeto Integrado de Promoção e Desenvolvimento do Cooperativismo em Santa Catarina. STER, OCESC, FECOAGRO. Florianópolis, 1976.

SEPLAN/CNPq. Programa Institucional de Cooperativismo, Brasília-DF, 1984

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri. 2013/2014.

Sites Consultados

<http://ica.coop/>
<http://www.cooperalfa.com.br/2010/index.php>
http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp
<http://www.ocesc.org.br/>
www.brasilcooperativo.coop.br
<http://www.fecoagro.coop.br/pt-BR/home>
www.cravil.com.br
<http://www.auroraalimentos.com.br/>
<http://www.novapetropolis.com.br/capital.php>.

Leis e decretos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Consulta em 05/06/2015.
<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1985/025040-005-0-1985-001.htm>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em 14 de outubro de 2014.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm
http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/1999/anexo/and2936-99.pdf
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0210.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm
 Acessado em 13 08 2015
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.
 Acessado em 13 07 2015.
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323> Acessado em 13 08 2015
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17339-2-junho-1926-514410-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 13 de agosto de 2015.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm
 Acessado em 13/08/2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm
 Acessado em 13/08/ 2015.

<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1943/5893.htm>
 Acessado em 13/08/2015.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>
 Acessado em 14/08/2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF Acessado em 14/08/2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
 Acesso em 14/08/2015.

http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#13

[http://webcache.googleusercontent.com/search?
 q=cache:W9r706YLljUJ:200.192.66.20/alesec/docs/1971/4628_1971_Lei%2520.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W9r706YLljUJ:200.192.66.20/alesec/docs/1971/4628_1971_Lei%2520.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

http://www.guaramirim.sc.gov.br/arquivos/1394475776_lei-n-14675-2009-codigo-estadual-do-meio-ambiente-com-alteracoes-da-lei-16342-2014.pdf

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_12_2013_15.04.10.1e9aa103a2ed68a7b26acb8f560692a2.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

<http://www.bndes.gov.br/apoio/prodecoop.html>

Jornais Consultados

COOPERALFA. Jornal O Cooperalfa. 1988-1996.

COOPERALFA. Jornal O Cooperalfa. Chapecó, SC, ano XX, n 255, outubro 2007.

OCESC. Elo Cooperativo. 1984 a 1993. Florianópolis.

OCESC. Jornal da Produção. 1973 a 1979. Florianópolis.

OCESC. Jornal do Agricultor. 1979 a 1983. Florianópolis.

Entrevistas

BALDISSERA, O. **Entrevista com Olívio Baldissera**[9 de set. 2008]
 Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa
 “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

BALDISSERA, O. **Entrevista com Olívio Baldissera** [25 de jun. 2012]
Entrevistador: E. Forneck; A.Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

BIAVATTI, J. **Entrevista com José Biavatti**[05 de ago. de 2014]
Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2014. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

B.G. Entrevista cedida a Elisandra Forneck. Pinhalzinho, 04 de setembro de 2015.

CASAGRANDA, D.**Entrevista com Dilvo Casagrande** [05 de maio 2015] Entrevistador: E. Forneck, Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

CASAGRANDA, D. **Entrevista com Dilvo Casagrande** [10 de set. 2015] Entrevistador: E. Forneck e A.Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

CELLA, C. **Entrevista com Chisto Cella** [17 de out. 2012]
Entrevistador: E. Forneck; A. M. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

CELLA, M.J.**Entrevista com Marcelo João Cella** [26 de jun. 2012]
Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

CORREA, A. **Entrevista com Ademar Correa** [09 de set. 2015]
Entrevistador: E. Forneck e A.Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

DAL BOSCO, V.**Entrevista com Vilmar Dal Bosco**[10 de jul. de 2012] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2012. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

FIN, A.B. **Entrevista com Alcides Biffi Fin** [julho 2008.]
Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

FRANCO, H. M.. **Entrevista com Homero Milton Franco** [agosto de 2012]. Entrevistador: E. Forneck. Florianópolis, 2012. Projeto de Pesquisa “Educar para fidelizar: o papel do departamento de comunicação e educação na Cooperalfa (1977-1987)”.

FRAZZON, E. **Entrevista com Elói Frazzon** [agosto de 2012] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2012. Projeto de Pesquisa “Educar para fidelizar: o papel do departamento de comunicação e educação na Cooperalfa (1977-1987)”.

FRAZZON, E. **Entrevista com Elói Frazzon** [15 de jul. 2015] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

FRAZZON, E. **Entrevista com Elói Frazzon** [21 de jul. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

KOVALESKI, S. **Entrevista com Silvio Kowaleski** [27 de jun. 2012] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

LUZZI, J. **Entrevista com José Luzzi** [23 de set. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

MÉDICO I. [08 de out. 2013.] Entrevistador: E. Forneck, Florianópolis. Acervo pessoal Elisandra Forneck

OLINGER, G. **Entrevista com Glauco Olinger** [26 de ago. de 2014]. Entrevistador: E. Forneck. Florianópolis, 2014. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

OLIVEIRA, L. **Entrevista com Licério de Oliveira** [16 de out. de 2012] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2012. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

ONGHERO, F. **Entrevista com Fiorelo Onghero** [21 de jun. 2012] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

PACHECO, A.C. **Entrevista com Armando Correa Pacheco** [28 de agosto de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

PAGLIARINI, S e L. **Entrevista com Sérgio e Leda Pagliarini** [25 de set. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Nova Erechim, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

ROSS, M. da. **Entrevista com Marco da Ross** [15 de jun. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.

ROZA, A. F. da. **Entrevista com Athaydes Francisco da Roza.** Entrevista concedida a Elisandra Forneck. Guatambú. 03 de outubro de 2015.

SCHNEIDER, A.S. **Entrevista com Antônio Sebastião Schneider** [25 de mar. 2009] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2009. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”

SCHNEIDER, A.S. **Entrevista com Antônio Sebastião Schneider** [16 de jan. 2015]. Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

SCUSSIATO, R. **Entrevista com Rovilio Scussiato** [30 de jun. 2008] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

SCUSSIATO, R. **Entrevista com Rovilio Scussiato** [24 de jan. 2013] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

SERRANO, O. **Entrevista com Odilon Serrano** [30 de jun. 2008] Entrevistador: E. Forneck. Chapecó, 2008. Projeto de Pesquisa “Cooperalfa: memórias do cooperativismo”.

SERRANO, O. **Entrevista com Odilon Serrano** [22 de jun. de 2012.] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

TOSI, G.. **Entrevista com Gil Tosi** [14 de jun. 2012] Entrevistador: E. Forneck; A. Lubenow. Chapecó, 2012. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

TRENTIN, D. **Entrevista com Daniel Trentin** [24 de set. de 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Xaxim, 2015. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

ZANINI, A. **Entrevista com Antônio Zanini** [07 de jan. 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.

ZANINI, A. **Entrevista com Antônio Zanini** [08 de set. 2015] Entrevistador: E. Forneck e A. Lubenow. Chapecó, 2015. Acervo Centro de Memória Alfa MaxiCrédito.